



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**ALEXSARA DE SOUZA MACIEL**

**DA INVISIBILIDADE À ASCENSÃO SOCIAL: história e memória de professores  
negros no Amapá – 1970-1988**

**UBERLÂNDIA  
2014**

**ALEXSARA DE SOUZA MACIEL**

**DA INVISIBILIDADE À ASCENSÃO SOCIAL: história e memória de professores  
negros no Amapá – 1970-1988**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

Uberlândia  
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M152d Maciel, Alexsara de Souza  
2014 Da invisibilidade à ascensão social [recurso eletrônico] : história e memória de professores negros no Amapá - 1970-1988 / Alexsara de Souza Maciel. - 2014.

Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.927>

Inclui bibliografia.

1. Educação. 2. Professores negros - Amapá. 3. Negros - Educação - Amapá. 4. Negros - Amapá - História. I. Guido, Humberto Aparecido de Oliveira, 1963-, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

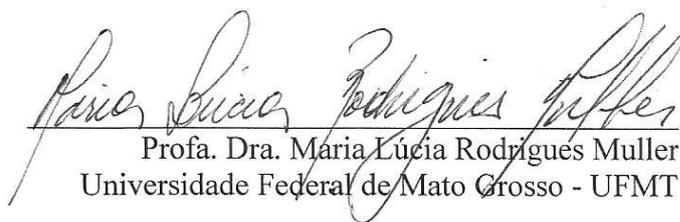
---

CDU: 37

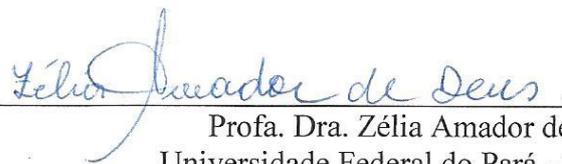
BANCA EXAMINADORA



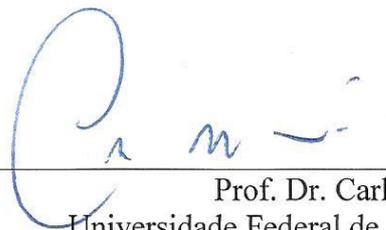
Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Maria Lúcia Rodrigues Muller  
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT



Profa. Dra. Zélia Amador de Deus  
Universidade Federal do Pará - UFPA



Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Márcio Danelon  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

*In memoriam*

*Lauro Miranda Maciel, meu pai;*

*Maristela D'Albuquerque Santos, a Teteca do  
Cedenpa;*

*Maria Luiza do Rosário Almeida, do Imena.*

*Este trabalho é dedicado à minha mãe Maria da Luz, e ao meu amado filho André, que todos os dias me ensina o quanto é preciso ter coragem para se fazer grandes travessias na vida!*

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta página que parece que remete a um final, e ter a certeza que foi somente uma etapa que encerrou e o início de outra bem mais leve, linear e de muito trabalho. Foram muitas as pessoas que contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado. Entretanto, nada seria possível sem a colaboração dos professores entrevistados, que com um gesto raro de confiabilidade e generosidade, se dispuseram a dividir as suas memórias e suas lembranças comigo. Muito obrigada aos senhores professores Francisco Lino da Silva, Eurídice Silva Silveira, Sebastião Tavares de Araújo, Celestina da Silva Ramos, Manoel Sobral de Souza e Luiza Vitor dos Santos.

Ao Prof. Dr. Humberto Guido, que me escolheu para ser sua orientanda, com suas reflexões sobre o “ser”, o “ver” e “aprender” presentes em nosso interminável processo de formação como seres humanos, alunos e profissionais da educação. Em sua travessia para Macapá, a “turma Dinter” atribuiu vários adjetivos à sua pessoa, um guia (referência ao seu nome), sensibilidade, gentileza, humildade, amigo, tranquilidade, conhecimento, agregação, união, poesia, responsabilidade, amizade e celebração. Como orientador, me deixa a lição de continuar acreditando que na academia cabe solidariedade. Espero ter correspondido a sua escolha.

Agradeço a todos os professores do Doutorado Interinstitucional que se deslocaram até Macapá para efetivar este curso, pelos conhecimentos e debates nas disciplinas realizadas durante o curso.

Agradecimentos a Profa. Dra. Silvana Malusá, Profo. Dr. Carlos Lucena, Profa. Dra. Mara Rúbia Alves Marques e ao Profo. Dr. Carlos Henrique Carvalho pela solidariedade e apoio em muitos momentos do curso.

À querida Profa. Dra. Maria Lúcia Rodrigues Muller pelo carinho de sempre, pela alegria e bem-estar que proporciona a todos com sua presença e, principalmente por ter aceito o convite de participar da banca de defesa deste trabalho.

À amada Profa. Dra. Zélia Amador de Deus, que acompanha minha trajetória de estudante e de militante no movimento negro, desde os idos de Belém do Pará;

professora Zélia é a divindade na celebração da vida e na aguerrida luta contra o racismo no norte do Brasil. Esteve presente em minha simples festinha de formatura na graduação em Ciências Sociais, e esta presença em minha vida é contínua, e uma honra estar presente no fechamento de mais um ciclo concluído na minha vida acadêmica.

Agradeço aos colegas do Dinter, Alexandre Pereira, Ana Olga Dias, Antonia Andrade, Cecília Maria Bastos, Carlos Rinaldo Martins, Eliana Paixão, Florinaldo Carreiro, Helena Cristina Simões, João Wilson Carvalho, Marluçilena da Silva, Regina Lúcia Nascimento e Silvana Rodrigues, colegas de trabalho que a convivência no curso nos proporcionou um maior entrosamento.

À Arthane Figueirêdo e Patrick Costa, pela generosidade, confiança, estímulo e afeto da amizade. Em todos os momentos estiveram por perto de nós e, cuidaram de meu filho com o mesmo carinho e proteção com que cuidam de seus próprios filhos.

Agradeço o apoio de meu amado amigo Arthur Leandro, que se deslocou de Belém do Pará para fazer as fotos que ilustram este trabalho, Arthur é um grande admirador e incentivador de minhas pesquisas, além de ser meu predileto amor. Socorro Patello pelas primeiras leituras, Humberto Mauro Cruz com seu carinho e apoio inestimáveis e Lady Selma Ferreira Albernaz, a amiga-irmã que a academia me deu, sempre atenta aos meus chamados, e na torcida.

À família, minha mãe Daluz, meus irmãos, em especial minha irmã Alexnara, no seu apoio logístico familiar e ao meu amado filho André, que todos os dias perguntava: “Quando vai terminar esta atividade?” Enfim, a atividade chegou ao ponto final, mas “o deserto que atravessei, ninguém me viu passar.”

o povo negro entendeu  
que o grande vencedor  
se ergue além da dor  
Tudo chegou  
sobrevivente num navio  
Quem descobriu o Brasil?  
Foi o negro que viu  
a crueldade bem de frente  
E ainda produziu  
milagres de fé  
no extremo ocidente

*Caetano Veloso, in "Milagres do povo"*

## RESUMO

Essa pesquisa discute e analisa a trajetória de vida de professores negros dos Ensinos Fundamental e Médio de 1970 a 1988, que nasceram, foram alfabetizados e se formaram professores no Território Federal do Amapá. Nesse período, construíram uma carreira docente lecionando em diversas escolas da cidade, e solidificaram o reconhecimento de seu ofício de professor através do reconhecimento social que possuem até os dias de hoje na sociedade amapaense. O trabalho foi construído na perspectiva da história oral, lançando mão de entrevistas feitas com professores negros que trabalharam nas décadas de 1970 e 1980 em diversas escolas da cidade de Macapá. O objetivo foi contribuir para a ampliação dos estudos sobre educação do negro no Amapá e dar voz a estas pessoas que ajudaram a construir a educação no Amapá, enfatizando a percepção da segregação racial nesse estado e a singularidade da ascensão social que os entrevistados alcançaram em razão do exercício da docência. Ao (re)construir suas histórias de vida, encontramos significados que muitas vezes são ignorados pelos que estão de fora do processo, tendo em vista a singularidade e as experiências vivenciadas na região. A pesquisa demonstrou aspectos da desigualdade entre os negros, que passam por maiores dificuldades para alcançar a ascensão social pela educação, que são demonstradas pelas narrativas.

**Palavras-chave:** Relações raciais. Discriminação racial. Educação. História.

## **ABSTRACT**

This research discusses and analyzes the life trajectory of black teachers in basic school and high school in the 1970s up to 1988, who were born, alphabetized and became teachers in Amapá Federal Territory. Within this period, they built up a teaching career working in different city schools and consolidated the acknowledgement of their teaching job through the social acknowledgement they achieved and keep up to nowadays in Amapá social means. The paper was built upon an oral history approach, using interviews with black teachers who worked during the 1970s and 1980s in many schools in Macapá city. Our goal was to contribute to widening studies on education of black people in Amapá and to give these people who helped to make up education in Amapá voice, emphasizing the perception of race segregation in this State and the uniqueness of the social rising achieved by the interviewees due to their teaching job. When (re)building the history of their lives, we met meanings which are often ignored by those who are out of the process, considering the singularity and the experiences lived in the region. The research showed aspects of inequality among black people that point to greater difficulties in achieving social rise through education, what is indicated by the narratives.

**Keywords:** Race Relations. Race discrimination. Education. History.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Imagem de manifestação anti-cotas na USP .....	63
Foto 2 - Imagem de manifestação anti-cotas em Brasília.....	64
Foto 3 - Professor Manoel Sobral de Souza.....	97
Foto 4 - Professor Manoel Sobral de Souza no orfanato .....	101
Foto 5 - Professor Francisco Lino da Silva .....	119
Foto 6 – Professora Celestina da Silva Ramos .....	130
Foto 7 - Professora Luiza Víctor dos Santos.....	137
Foto 8 - Professora Luiza Víctor dos Santos no colégio Amapaense.....	139
Foto 9 - Professor Sebastião Tavares de Araújo.....	150
Foto 10 - Professora Eurídice Silva Silveira .....	159

## LISTA DE SIGLAS

- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- AMPREV - Amapá Previdência
- CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá
- CETA - Conselho de Educação do Território Federal do Amapá
- CNCD - Conselho Nacional de Combate à discriminação
- UNIMED - Cooperação Nacional das Cooperativas Médicas
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- IETA - Educação do Amapá
- FAMA - Faculdade de Macapá
- FICOM - Faculdade Integrada Colégio Moderno
- GM - Ginásio de Macapá
- GEAD - Gratificação de Atividade Docente
- GEDET - Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima
- ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IETA - Instituto de Educação do Amapá
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro
- NEM - Núcleo de Ensino em Macapá
- NIOE - Núcleo de Informação e Orientação Educacional
- PIME - Pontifício Instituto das missões Estrangeiras
- SEAD - Secretaria de Administração
- SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEPPIR-PR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SPDDH - Sociedade Paraense de Direitos Humanos

TEN - Teatro Experimental do Negro

UNESPA - União das Escolas Superiores do Pará

UECSA - União dos Estudantes do Amapá

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UFPA - Universidade Federal do Pará

UVA - Universidade Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 TRILHAS METODOLÓGICAS: HISTÓRIA ORAL DE VIDA .....</b>	<b>22</b>
2.1 Por uma concepção de história oral.....	22
2.2 A pesquisa em história oral: elementos para um diálogo .....	23
2.3 Trilhas metodológicas da pesquisa: História e memória de professores negros em Macapá.....	26
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL .....</b>	<b>33</b>
3.1 Primeiras Leis de emancipação jurídica da população negra brasileira .....	33
3.2 Leis de emancipação da população escravizada .....	35
3.3 Racismo no Brasil, uma construção histórico social .....	45
3.4 A Educação e a presença negra na escola sutilmente negada .....	51
<b>4 O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ .....</b>	<b>68</b>
4.1 A criação do Território Federal do Amapá.....	68
4.2 A Implantação da política Educacional no Território Federal do Amapá .....	73
<b>5 UM OLHAR SOBRE AS NARRATIVAS .....</b>	<b>85</b>
5.1 Percepções sobre os processos discriminatórios da escola e seus reflexos.....	85
5.2 O racismo na profissão docente.....	88
5.3 A importância da docência .....	94
5.4 As Narrativas.....	97
5.4.1 Professor Manoel Sobral de Souza .....	97
5.4.3 Professora Celestina da Silva Ramos .....	130
5.4.4 Professora Luiza Víctor dos Santos.....	137
5.4.5 Professor Sebastião Tavares de Araújo .....	150
5.4.6 Professora Maria Eurídice da Silveira .....	159
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>189</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“A liberdade é muito preciosa para ser enterrada em livros. O homem deve tê-la a sua frente todos os dias e dizer: sou livre para pensar e falar. Meus antepassados não podiam, mas eu posso e meus filhos poderão!”<sup>1</sup>*

Em 1987 fui aprovada no vestibular do curso de Ciências Sociais na Faculdade Integrada Colégio Moderno (FICOM) em Belém do Pará. Dois anos depois do meu ingresso nesta faculdade ocorreu uma unificação com outra instituição particular de ensino e, desta unificação, surgiu a União das Escolas Superiores do Pará (UNESPA). Esta junção foi de suma importância, pois fortaleceu bastante o ensino superior privado paraense, sendo que a UNESPA passou a ter um caráter mais universitário com o tão exigido (até os dias atuais) tripé: ensino, pesquisa e extensão.

O curso de Ciências Sociais foi minha segunda opção, pois tinha como pretensão e sonho cursar na Universidade Federal do Pará (UFPA) a graduação em História; porém, como não passei no vestibular da Federal, fiquei onde fui aprovada. Entretanto, me identifiquei bastante com o curso e logo no meu primeiro ano fui considerada pelos professores uma aluna muito participativa e reflexiva, principalmente pelos professores de Sociologia e Antropologia. Participava ativamente dos encontros e seminários da faculdade e também do centro acadêmico.

Em 1988, especificamente em novembro, ocorreu na faculdade uma mesa de discussão sobre racismo e os 100 anos de abolição da escravatura no Brasil. Os convidados palestrantes eram militantes do movimento negro paraense – o Centro de Defesa do Negro no Pará (CEDENPA) – uma acalorada discussão neste debate com os professores e os militantes na mesa chamou bastante a atenção, porque os professores que participavam do referido debate insistiam com os palestrantes convidados sobre a não existência do racismo no Brasil e, principalmente, no Pará, pela extrema miscigenação e democracia racial. No mesmo mês ingressei no movimento negro.

---

<sup>1</sup> Fala do personagem Jefferson Smith no filme *Mr. Smith to Washington* – A Mulher faz o Homem – de 1939, sob direção de Frank Capra.

Considero um marco de divisor de águas meu ingresso no movimento negro, porque a partir do meu encontro com o povo do movimento negro muitas e importantes transformações ocorreram, não somente em minha vida pessoal; fui construindo uma nova identidade, a de cidadã, e estudante negra de Sociologia.

Passei a estudar com afinco as teorias apresentadas no curso, principalmente a teoria marxista, sendo que tentava compreender a complexidade da desigualdade no mundo. Fui me transformando em um novo ser social, extremamente estimulada por uma professora, Elisabete Lucena, sendo que em muitas conversas informais e às vezes em sala de aula a mesma abordava e explicava significados e conceitos de valores culturais, identidade étnica, diferenças sociais, cidadania e feminismo.

No final da década de 1980 quando cursei a graduação, não fazia parte do conteúdo programático temas raciais e de gênero (pelo menos na faculdade que cursei), mas esta professora, sempre que podia, abordava em suas aulas tais temas. Estas conversas fora e dentro da sala de aula foram de suma importância, porque avancei em muitas leituras com o suporte acadêmico da professora.

Em 1990 fui selecionada para participar de um grupo de pesquisa na área de Antropologia da faculdade. Este grupo era coordenado por um professor de antropologia, Antônio Maria Sousa Santos, outro importante professor na minha carreira; além de docente era também antropólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ganhamos uma pequena bolsa de iniciação científica ligada ao museu.

Este foi um período muito gratificante da graduação, meus primeiros passos na pesquisa, fui uma aluna mais que dedicada. Na época a faculdade disponibilizada dois mecanismos de produção de Trabalho de Conclusão de Curso, construir a monografia normalmente como em todas as instituições de ensino superior, ou fazer parte de um grupo de pesquisa e apresentar um texto de pesquisa trabalhada no grupo, transformar em artigo e publicar.

Desenvolvi sob a orientação do professor Antônio Maria, o tema: “Negritude, dancing e relações raciais”, no qual analisava a música negra da Amazônia. Foi meu primeiro trabalho publicado. Tal publicação se deu no jornal da Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDDH) em janeiro de 1991. Com este trabalho, um projeto mais elaborado, carta de apresentação do professor Antônio Maria Santos e, claro, prova oral, fui aprovada para o curso de especialização em Teoria Antropológica na UFPA. Para um aluno de faculdade particular, passar em cursos de especialização na

Federal, na época, era muito importante para a vida acadêmica de um recém graduado.

Cursei a especialização durante o ano de 1992 até que em meados de 1993, prestei o concurso para professor substituto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em Macapá; fui aprovada e chamada para assumir turmas no início de 1994. Optei pela carreira de professora universitária e tive que mudar de Belém para Macapá, minha cidade natal.

Vale ressaltar, que minha família mudou para Belém do Pará especificamente para a continuação de nossos estudos, pois em Macapá não havia universidades. A Unifap foi criada em 1993, quando ocorreu o primeiro concurso para professores efetivos e substitutos. Em novembro de 1994, fiz o concurso para professor efetivo na matéria Sociologia Geral, obtendo o primeiro lugar. A matéria foi Sociologia Geral, desmembrando-se em quatro disciplinas: Introdução à Sociologia, Ciência Política, História das Ideias Políticas e Sociais e Sociologia Jurídica. De certa forma, minha carreira de docente confunde-se com a UNIFAP – continuamos crescendo juntas.

Em 1999, a UNIFAP, juntamente com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), promoveram os dois primeiros mestrados interinstitucionais (em História Social e Linguística Aplicada), voltados para a qualificação dos professores da instituição. Prestei a seleção para História Social e fui aprovada. O curso de mestrado foi um grande aprendizado, outro universo, o encontro verdadeiramente com a pesquisa. Analisei a história e a trajetória do primeiro movimento negro em Macapá. Particularmente gosto demais do texto que produzi no curso de mestrado. A pesquisa me levou a um bom entendimento da complicada “teia” das relações raciais no Brasil e, especificamente, no Amapá.

A pesquisa no mestrado mostrou o quadro histórico peculiar da criação do Território Federal do Amapá, em 1943, com os acontecimentos políticos nacionais de grande importância voltados para a questão racial já há bastante tempo consolidados em vários estados do Brasil e Macapá ainda era uma cidade sem o mínimo de desenvolvimento e, de certa forma, isolada geograficamente na extensa Amazônia.

Enquanto Macapá recebia seu primeiro governante (em 1944), a mobilização dos negros no Brasil estava consolidada com a chamada imprensa negra, que é considerada como marco de mobilização. Conforme Miriam Ferrara (1986 p. 25), estes jornais foram produzidos por negros e para negros, em São Paulo, Minas Gerais,

Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, em um período relativamente longo, entre 1915 a 1963, e que tinham a finalidade de reivindicar direitos para alcançar a integração e a participação do negro em sociedade. Tais reivindicações buscavam a redução nas desigualdades raciais, mas, sobretudo combater os preconceitos, conscientizar o negro e valorizar a educação e a instrução.

Com a fundação da Frente Negra brasileira, em 1931 na cidade de São Paulo, consolidou-se a necessidade da comunidade negra se unir contra o preconceito racial que alijava o negro da economia industrializada. A Frente negra Brasileira foi um marco na política afro-brasileira da época, oferecendo a essa população marginalizada possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial. Incentivou a conquista de posições dentro da sociedade e a aquisição de bens pelos negros. A trajetória deste movimento é um capítulo importante da história do povo negro brasileiro. Sua extinção ocorreu em 1937, com o decreto de Getúlio Vargas que colocou na ilegalidade todos os partidos políticos. A Frente Negra havia sido registrada como partido político em 1936.

Neste mesmo período histórico o referido presidente estabeleceu o Estado novo, que expunha critérios para uma autonomia territorial, criando assim novos territórios federais, em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei n. 5.812 (SANTOS, 1998, p. 24) foram criados os Territórios Federais de Rio Branco, desmembrado do Estado do Amazonas; o Território Federal de Guaporé, desmembrado dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso; Território Federal de Iguazú, desmembrado dos Estados do Paraná e Santa Catarina e o Território Federal do Amapá, desmembrado do estado do Pará.

Em dezembro do mesmo ano foi nomeado no Rio de Janeiro o primeiro governador-interventor do então Território Federal do Amapá, sua chegada em terras amapaenses aconteceu em 24 de janeiro de 1944. A escolha do governador foi efetuada por Getúlio Vargas, o governante priorizava oficiais da ativa do exército, e a escolha recaiu ao jovem capitão do Exército de 31 anos: Janary Gentil Nunes. Neste mesmo ano foi fundado por Abdias Nascimento o Teatro Experimental do Negro

(TEN), que dava continuidade ao trabalho do protesto negro organizado<sup>2</sup>, contestando a discriminação ao mesmo tempo em que formava atores e dramaturgos afro-brasileiros.

O TEN também reivindicava o reconhecimento civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Assumia e trabalhava a sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade. O discurso do TEN trabalhava com o lema da “negritude” e, além disso, foi outro importante movimento que reivindicava a educação e instrução para a população negra brasileira.

Estas considerações iniciais são de suma importância para a compreensão da historiografia do Amapá no que concerne à organização política, social, econômica e educacional. Afinal, enquanto o restante do país já tinha consolidado muitas reivindicações de emancipação da população negra, o Amapá era constituído Território Federal e o caminho de mudanças significativas para a população amapaense negra e não negra somente estava começando.

Ao aportar na cidade de Macapá em 25 de janeiro de 1944 o então governador “deparou-se com um núcleo urbano de 1.286 habitantes, a maioria dessa população era negra e analfabeta.” (SANTOS, 1998, p.28) Enfim, um vilarejo decadente sem condições mínimas de atendimentos imprescindíveis em uma cidade. De imediato o governador Janary Nunes definiu seu programa de governo, estabelecendo a tríade “sanear, educar, povoar” e difundindo um mito de que Macapá era uma comunidade “unida e integrada”, vivendo de forma amistosa e tolerante.

A presença do negro no Amapá é extremamente forte, entretanto esta população sofreu por muitos anos silenciosamente a discriminação racial do poder público e da sociedade local; este mito de união e integração dos munícipes amapaenses tenta justificar a ausência de racismo em Macapá. A administração de Janary Nunes como governador de Macapá perdurou por 14 anos, mas sua presença política permaneceu por 27 anos (de 1943 a 1970), tempo suficiente para solidificar sua forma autocrática de governar e suas posições ideológicas.

---

<sup>2</sup> Segundo Abdias Nascimento, o Teatro Experimental do Negro reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Assumia e trabalhava a sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade.

Este trabalho é fruto de uma inquietação muito particular, durante minha pesquisa de mestrado conheci muitos professores negros (já velhos), que nasceram, cresceram, estudaram e construíram suas carreiras docentes em Macapá após sua transformação em Território Federal. Em conversas informais, por várias vezes ouvi que sua condição racial era um dado agravante em sala de aula. Sofreram silenciosamente as mais diversas formas de discriminação racial no ambiente escolar e afirmaram que, mesmo com suas vivências diferenciadas e conflitivas, conseguiram alcançar ascensão social em Macapá por meio da educação.

Dessa forma, algumas questões me chamaram a atenção: como foi estabelecida a política educacional no Amapá na década de 1970? Quem foram esses professores? Qual sua origem familiar e social? O que os levou a escolher o magistério como profissão? Quais eram suas aspirações? Como ocorreu o ingresso destes professores na carreira docente do ex-Território Federal?

Neste estudo analiso a trajetória de vida de professores negros dos Ensinos Fundamental e Médio no período de 1970 a 1988, no qual nasceram, foram alfabetizados e se formaram professores no Território Federal do Amapá. Construíram uma carreira docente lecionando em diversas escolas desta cidade e solidificaram o seu ofício de professor através do reconhecimento social que os mesmos possuem até os dias de hoje na sociedade amapaense. O objetivo da pesquisa é de contribuir para a ampliação dos estudos sobre educação do negro no Amapá e dar voz a estas importantes pessoas que ajudaram a construir a educação no Amapá. Ao (re) construir suas histórias de vida, encontrei significados que muitas vezes são ignorados pelos que estão de fora do processo de suas histórias de vida, tendo em vista a singularidade e as experiências vivenciadas por eles.

Tem sido de grande importância a preocupação dos pesquisadores que se dedicam à pesquisa sobre a questão das relações raciais no Brasil. Essas pesquisas vêm contribuindo para que melhor se possa compreender os mecanismos sociais e culturais que vão formando uma cadeia de relações que tem como resultado mostrar os aspectos desiguais da sociedade brasileira, principalmente com a população negra. Neste trabalho tentaremos mostrar que, mesmo diante de tanta desigualdade econômica, política e social para com a população negra, ocorreram conquistas alcançadas por pessoas negras com a educação. Segundo Maria Lúcia Müller (2006, p. 161):

Infelizmente ainda são poucos os estudos que procuram recuperar historicamente as trajetórias e as ideias de professores brasileiros negros. Contudo, este é um campo de pesquisa que apresenta múltiplas possibilidades apesar das dificuldades metodológicas e da dificuldade na obtenção de fontes documentais.

Assim, para a coleta de dados, utilizamos a história oral, que é uma técnica que pode assumir diferentes perspectivas. Neste trabalho, optamos especificamente pela história oral de vida, pois permite apreender eficientemente a subjetividade do entrevistado, sujeito primordial da pesquisa, dando-lhe liberdade para se expressar o mais livremente possível sobre sua trajetória de vida nas várias dimensões. Entrevistamos e registramos as narrativas de seis professores, todos negros (homens e mulheres) e que fizeram parte do processo educativo analisado. Elaboramos um roteiro de perguntas que serviu apenas como “guia”, pois foram entrevistas semiestruturadas para facilitar o diálogo. Além das entrevistas, coletamos artigos de jornais relativos à história do Amapá e relatórios de órgãos responsáveis pela política educacional do Território, procurando resgatar os mecanismos que possibilitaram a ascensão social destes professores.

Estruturamos este trabalho em quatro seções: a primeira, intitulada **“Trilhas Metodológicas: história oral de vida”**, apresenta a metodologia da pesquisa, voltada para a história oral e sua sustentação teórica. Na segunda seção, denominada **“Contextualização histórica da questão racial no Brasil”**, destacamos aspectos da história de desigualdade na trajetória escolar do negro na educação brasileira e amapaense, que dificultaram a ascensão social dessa população, refletindo em um processo excludente no qual a ascensão social ficou atrelada exclusivamente ao esforço pessoal do cidadão negro, solidificada pela legislação pertinente e a invisibilidade do negro como uma forma de não existência no sentido social que reforça a discriminação e segregação. Na seção seguinte, definida como **“O Território Federal do Amapá”**, abordamos a historiografia do Amapá, desde sua criação como Território Federal e os desdobramentos para seu desenvolvimento, especificamente a política educacional implantada no território. Na outra seção, **“Um olhar sobre as Narrativas”** apresentamos a história de vida dos participantes envolvidos no estudo, destacando suas recordações sobre o exercício do magistério na década de 1970, suas percepções sobre o racismo em suas vidas e as impressões pessoais sobre a velhice na busca de seus objetivos. Finalmente, temos a seção que

sintetiza minhas reflexões, que denominei de “**(In) conclusões**”, porque percebo que os estudos sobre a questão racial no Brasil não permitem considerações finais; ainda há muito para ser estudado e modificado sobre os signos de inferioridade que esta sociedade construiu e aprisionou durante toda sua evolução histórica a população negra brasileira.

## 2 TRILHAS METODOLÓGICAS: HISTÓRIA ORAL DE VIDA

*“O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo”.*

*Walter Benjamim (1985, p. 221)*

### 2.1 Por uma concepção de história oral

O historiador, no ponto de partida do seu trabalho, quando toma o documento, a fonte, o faz conforme uma determinada concepção de história, seja em sua dimensão epistemológica, seja em sua dimensão realística, parte de uma determinada concepção de objeto, método e valor da história.

É a partir dessas premissas que a amplitude e a noção de documento ganham cristalinidade e identidade, e partindo da própria historiografia que a noção de documento se apresenta, ou de outro modo se transforma a concepção de história e sua própria produção, ou seja, altera-se a concepção de documento como comprovação do fato histórico.

Michel de Certeau (1976) destaca o papel do historiador e a importância das fontes no processo de produção de conhecimentos históricos. Enquanto sujeito da pesquisa, o historiador transforma objetos em fontes históricas, reorganiza instrumentos a partir de novas demandas sociais e faz a história, ou refaz uma nova história. Por outro lado, as fontes selecionadas influenciarão diretamente o conhecimento que se produz. Conforme afirmação do autor:

Colecionar foi durante longo tempo fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar. E com os objetos por ele multiplicados, o colecionador torna-se um ator num encadeamento de uma história a ser feita (ou refeita) segundo novas pertinências intelectuais e sociais. Dessa forma, a coleção, ao produzir uma subversão dos instrumentos de trabalho, redistribui as coisas, redefine as unidades do saber, instaura um lugar de recomeço ao construir uma “gigantesca máquina” (Pierre Chaunu) que tornará possível uma nova história (CERTEAU, 1976, p. 31).

Assim, podemos afirmar que se torna possível compreendermos que há um caráter histórico nas próprias narrativas históricas. O estudo das relações que se estabelecem em um determinado tempo são temas que originarão narrativas

históricas e pode possibilitar que se identifique o lugar que o historiador ocupa na sua função de fazer história, produzir fontes e levantar problematizações.

Connelly e Clandinin (2011, p. 48) afirmam que:

Devemos dizer que se entendemos o mundo de forma narrativa. Para nós, a vida – como ela é para nós e para os outros – é preenchida de fragmentos narrativos, decretados em momentos históricos de tempo e de espaço, e refletidos e entendidos em termos de unidades narrativas e descontinuidades.

Considerando que as fontes históricas, a exemplo dos documentos submetidos a análises, são de extrema importância no processo de construção de uma narrativa histórica, a conservação das fontes ao longo do tempo, por um determinado grupo, pode dizer mais sobre a participação desse grupo nas narrativas históricas de um povo do que de outros sobre quais as fontes não foram conservadas, organizadas e consultadas. Esse pode ser um dos aspectos que fazem pensar que alguns povos sejam mais sujeitos históricos que outros. Segundo Meihy (1996, p. 25):

Até pouco tempo, não existiam muitos registros sobre o papel dos negros na sociedade. Passada a fase da escravidão, nota-se um silêncio no registro deles, que passavam a ser excluídos de processos de reconhecimento histórico. Em casos como esse, o recurso da história oral é essencial para recompor aspectos do quadro social. Na mesma medida serve para avaliar o caráter da historiografia que se absteve de tais registros.

A análise do autor nos permite afirmar que a problemática das abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil nos mostra que não são os povos que não têm história, mas há povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação (MEIHY, 1996). Esta estratégia de dominação leva ao aniquilamento do outro de seus registros, de sua memória.

## **2.2 A pesquisa em história oral: elementos para um diálogo**

Diante das problemáticas anunciadas na introdução deste texto, é conveniente questionar: como ter acesso aos sujeitos sociais em uma pesquisa historiográfica e educacional? Várias vertentes metodológicas podem ser trabalhadas, como estudo

de caso, etnologia e observação participante. Todas essas abordagens permitem recuperar a experiência as percepções dos sujeitos. Mas é necessário atentar para um método de pesquisa que contemple diretamente tais sujeitos ligados ao processo histórico envolvido.

Ao utilizar a história oral como método de pesquisa historiográfica, estabelecemos as possíveis contribuições para a pesquisa em história da Educação, que nos permite compreender através da narrativa dos entrevistados, suas vivências, suas experiências e a significação de suas posições como agentes sociais da educação. Dessa forma, Paul Thompson (2002, p. 10) define seu entendimento de história oral:

Entendo por “história oral” a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências. Não creio que se possa avançar muito tentando definir história oral de modo estreito, como um processo de habilidades fixas, ou como uma sub disciplina separada.

Por meio das narrativas de suas experiências, as pessoas comuns podem fornecer bases necessárias para uma elaboração historiográfica. A narrativa possui uma larga história intelectual, tanto dentro como fora da educação. Para Connelly e Clandinin (2011, p. 48):

Narrativa é o melhor modo de representar e entender a experiência. Experiência é o que estudamos, e estudamos a experiência de forma narrativa porque o pensamento narrativo é uma forma-chave e um modo-chave de escrever e pensar sobre ela. Cabe dizer que o método narrativo é uma parte ou aspecto do fenômeno narrativo. Assim, dizemos que o método narrativo é o fenômeno e também o método das ciências sociais.

Nessa perspectiva, o encanto da voz que rompe o silêncio, o fascínio da narrativa, a poética da oralidade das experiências vivenciadas faz com que os sujeitos sociais comuns contemplem sua própria história como participante do contexto estudado. A memória é um grande material da vida, tem força, poder. As histórias de vida têm contorno, tempo, valor e consistência. São elementos de subjetividade, mas que possuem uma objetividade. Entretanto, um pesquisador, ao trabalhar com memória, deve evidenciar a posição em que se encontra quando observa os fenômenos, bem como os conceitos que utiliza. Goldmann (1984, p.15) evidencia:

Uma das mais importantes tarefas de qualquer investigador sério nos parece consistir no esforço para conhecer e tornar conhecidas pelos outros as suas valorizações, indicando-as explicitamente, esforço que o ajudará a alcançar o máximo de objetividade subjetivamente acessível no momento em que escreve e, sobretudo, que facilitará a outros investigadores trabalhando numa perspectiva mais avançada e que permite uma melhor compreensão da realidade, a utilização e a ultrapassagem dos seus próprios trabalhos.

Da interdisciplinaridade entre História, Sociologia e Antropologia, surge o trabalho com história oral de Paul Thompson. Assim, foi transcendendo tais fronteiras que, a partir da década de 1960 a 1970, que uma história social, enquanto especialidade tendeu a se constituir como uma nova postura investigativa. Não apenas em História, mas e a Sociologia? E a Antropologia? A problemática dessa nova história social como especialidade seria o estudo dos grupos sociais, das classes, das categorias sócio-profissionais e suas relações, como constituidoras das estruturas sociais. O intercâmbio com a antropologia permitiu transformar mitos, rituais e imagens em fontes históricas. Dessa forma, a história oral para Thompson (2002, p. 10):

[...] é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos e historiadores, estudantes de literatura e cultura, e assim por diante. De fato, ao longo de minha vida de pesquisador, sempre observei como determinadas disciplinas podem ser transformadas por novos modos de pesquisa, e vejo como uma força crucial da história oral que ela permaneça como uma forma fundamental de interação humana que transcende essas fronteiras disciplinares.

Aqui cabe evidenciar que a influência da antropologia de Clifford Geertz (2008) tem inspirado diversas abordagens. Este autor elaborou a noção de cultura percebida como inerente à natureza humana e que engloba e informa toda ação social. Ou seja, toda a ação humana é culturalmente informada, e não apenas os hábitos e costumes, só assim faz sentido em um determinado contexto social. É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e da inteligibilidade aos comportamentos sociais.

É preciso dizer que, não apenas as representações, mas também as ações sociais, são textos passíveis de serem culturalmente interpretados. A técnica conhecida descrição densa permite o enfrentamento de um problema central da

pesquisa histórica: o da capacidade do pesquisador em compreender o comportamento, opções e atitudes de pessoas culturalmente diferentes de si próprias, sem cair no anacronismo (GEERTZ, 2008, p. 7).

### **2.3 Trilhas metodológicas da pesquisa: História e memória de professores negros em Macapá**

A pesquisa tem como fundamentação metodológica a história oral, que registra a experiência vivida de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade. Thompson (1992) destaca como mérito principal o fato de possibilitar recriar uma multiplicidade original de pontos de vista, considerando-se que a realidade é complexa e multifacetada, e ainda através dessa metodologia temos acesso às vozes dos agentes pesquisados. Assim, a história oral tem possibilitado o registro de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes.

Thompson (2002) aponta quatro potencialidades especiais de pesquisa e história oral: ter acesso às vozes ocultas, esferas ocultas, tradições orais e as conexões através da vida. O autor explica sobre as vozes ocultas:

Todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito podemos compreender a partir dos poderosos e privilegiados – proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros, etc. Mas a história oral tem o poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres; mais existem outras, tais como os trabalhadores que não estão organizados em sindicatos, os muito pobres, os deficientes, os sem-teto ou grupos marginalizados. No Brasil isso inclui particularmente os povos indígenas, as comunidades rurais de ex-escravos que viviam nos quilombos, e acima de tudo, as famílias das favelas das grandes cidades (THOMPSON, 2002, p. 16-17).

Pelo exposto, percebemos que a História oral possibilita uma interlocução com o passado e o presente, tendo como contexto o cotidiano que o indivíduo vivenciou, na condição de sujeito participativo, sendo que muito dessas vivências, por mais simples que sejam, estão intimamente relacionadas com a história e com o papel social do sujeito pesquisado. O estudo visa a refletir sobre a história da participação de professores negros na docência, seus caminhos trilhados no ofício de professor,

suas percepções sobre o racismo na sociedade amapaense, suas conquistas e suas experiências. Estas pessoas contribuíram com o desenvolvimento da educação do Amapá. A segunda potencialidade analisada em história oral para Thompson são as esferas ocultas. O autor diz:

são os aspectos da vida da maioria das pessoas que raramente são bem representados nos arquivos históricos. Talvez a esfera mais importante de todas as relações familiares, incluindo as diferentes experiências da infância em todos os estratos sociais, dos privilegiados com serviços domésticos até crianças de rua das cidades. Mas há também um descuido por parte dos historiadores orais e também pelos outros – da experiência do envelhecimento. A velhice é uma experiência surpreendentemente ocultada (THOMPSON, 2002, p. 17).

Enfatizo que sempre dirigi um suave “olhar” para a condição do velho em nossa sociedade, a vivência da velhice e seus mecanismos sociais peculiares, como a discriminação por não possuir mais a força física, a beleza, a agilidade da juventude. Não percebo a velhice como uma fase da vida desvalorizada, mas como fonte instigante de um passado vivido. À medida que as lembranças dos entrevistados foram sendo narradas, percebemos que suas memórias os levavam não a um passado, mas a muitas vidas vividas. Marilena Chauí (1994, p. 21) afirma que:

A lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão, ela seria uma fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação. [...] Mas o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função, para qual está maduro, a religiosa função de unir o começo e o fim de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens [...] O vínculo com a outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância.

Vale ressaltar que todos os entrevistados são idosos, com idade entre 68 a 79 anos. Analisamos suas histórias de vida, suas experiências como docentes e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivas e sociais. Especificamente professores negros e suas trajetórias na docência, diante da peculiar história do negro no Brasil. Professores estes que atuaram em diversas escolas macapaenses e também nas escolas consideradas

“tradicionais” de primeiro e segundo graus, hoje Ensinos Fundamental e Médio, em Macapá no período de 1970 a 1988.

Em suas narrativas pudemos perceber a força de seus relatos sobre a infância, seus percalços com o racismo presente no trabalho docente e uma alteridade por ter vivido tantas histórias, alcançado ascensão social e reconhecimento pelo seu ofício de professor e integrados na dimensão da experiência, vivenciando outra fase da vida, um novo tempo, outra idade, outro corpo, novo andar, outro sentido de viver. Em todos os encontros com estes senhores e senhoras, percebíamos a força da análise de Deleuze e Guattari (1997, p. 70), quando nos remetem a refletir que:

Saber envelhecer não é permanecer jovem, é extrair de sua idade as partículas, as velocidades e lentidões, os fluxos que constituem a juventude desta idade. Saber amar não é permanecer homem ou mulher, é extrair de seu sexo as partículas, as velocidades e lentidões, os fluxos, os n sexos que constituem a moça dessa sexualidade.

A pesquisa procurou registrar por meio da oralidade, a historicidade do cotidiano desses professores e os mecanismos que possibilitaram a sua ascensão social como profissional da educação. Esse registro é possibilitado, segundo Thompson (1992, p. 41), porque a História oral:

Trata de vidas individuais e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muita mais exigente e restritiva [...] a história é registrada em palavras faladas, por isso o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincráticas, mas por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história. (THOMPSON, 2002, p. 41).

A História Oral pode assumir diferentes perspectivas. Optamos pela História Oral de Vida pois permite aprender eficientemente a subjetividade do depoente, sujeito primordial da pesquisa, dando-lhe liberdade para se expressar o mais livremente possível sobre a sua trajetória de vida nas várias dimensões. Sobre as potencialidades da história oral de Vida como metodologia de pesquisa, Becker afirma que o pesquisador, ao trabalhar com história de vida:

Cumpra etapas para garantir que ela abranja tudo o que se quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja

desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente (BECKER, 1993, p. 102).

Buscamos por meio das histórias de vida individuais, alcançar o coletivo, do qual os sujeitos pesquisados fizeram parte. Conforme Ecléa Bosi (1994) as memórias relembradas trazem tanto a marca da história pessoal de cada entrevistado, como também do contexto social no qual estão inseridos. Percebemos que a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, estando presentes a questão da memória individual e da memória coletiva. Conforme Fonseca (1997, p. 39):

[...] as narrativas orais não são apenas fontes de informações para o esclarecimento de problemas do passado, ou um recurso para preencher lacunas da documentação escrita. Aqui, ganham relevância as vivências e as representações individuais. As experiências dos homens, constitutivas de suas trajetórias, são rememoradas, reconstruídas e registradas a partir do encontro de dois sujeitos: narrador e pesquisador. A história oral de vida constitui uma possibilidade de transmissão da experiência via narrativas.

Concebemos memória como um processo que ultrapassa uma simples lembrança; a memória mantém atavicamente o vínculo entre o ser e seu contexto, entre o que ele é e o que faz, entre a existência e a história, entre a vivência e a atualização da vida. A memória não tem motivos. Tem vínculos. Tem antecedentes. O motivo da memória é o tempo. A importância da memória é a de recriação da vida. Com a memória se revisita um lugar, um evento, momentos únicos que marcaram significativamente a sua história. Valemo-nos aqui das considerações de Halbwachs (1990, p. 143):

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado se ele não se conservasse, com efeito, no material que nos cerca.

No que concerne aos procedimentos metodológicos empregados, entrevistamos professores e professoras negros que efetivamente participaram da educação em Macapá no período de 1970 a 1988. A escolha desse período se deve ao fato de que o mesmo concretiza a política iniciada pelo primeiro governador Janary

Nunes, cuja administração foi muito marcante, tanto pela sua longa permanência no Território Federal do Amapá – foram exatos vinte e seis anos, de 1944 a 1970 – como também pelas implementações políticas no Amapá em seu governo, onde se inclui a política educacional. Por tudo isso, sua presença política foi considerada muito forte (SANTOS, 1998, p. 35)<sup>3</sup>.

Quanto à escolha dos professores colaboradores, selecionamos um grupo de 12 professores, todos negros e idosos (homens e mulheres) e que fizeram parte do processo educativo do período analisado. Descrevemos a pesquisa e os objetivos em linhas gerais para os mesmos e os convidamos para a entrevista. Em 2011, obtivemos resposta positiva para a entrevista de oito professores, que não somente efetivaram o aceite de participação na pesquisa como demonstraram muita alegria em colaborar com a mesma. Assim, deste primeiro grupo (ainda no ano de 2011), iniciamos com os três professores o encontro e o processo de entrevistas; somente uma entrevista não foi concluída a pedido do mesmo, que alegava “muitos compromissos” sempre que nos encontrávamos. Passei a telefonar para este entrevistado e depois de muitos recuos da parte dele, decidi não mais insistir em meu pedido. Considerávamos esta pessoa bastante importante para a pesquisa, é um professor muito reconhecido no meio social da educação e muito articulado nas questões raciais de Macapá.

Tempos depois, o encontrei casualmente e o mesmo, sempre gentil, perguntou pela pesquisa e seu andamento; respondi que estava bem encaminhada que sentia falta de sua fabulosa história de vida. Obtive como resposta, que meu trabalho “abriu em seu coração velhas lembranças de discriminação que ainda lhe eram doloridas, e que muita emoção mexe com a razão”. Com esta resposta tão pontual, resolvi deixar bem claro a todos os demais entrevistados que aceitaram participar do trabalho que faria uma abordagem sobre o racismo em suas vidas.

Vale ressaltar que, após esta negativa, as outras duas entrevistas prontas e textualizadas foram negadas por parte dos entrevistados de usá-las. Após a textualização da entrevista gravada, retornava até o entrevistado com texto para que eles pudessem ler o que falaram e retirar o que não achavam conveniente publicar. Para minha surpresa, estas duas entrevistas não foram autorizadas pelos professores.

---

<sup>3</sup> DESCREVER SOBRE O DOMÍNIO POLÍTICO.

Um deles achou pouco relevante o que gravou, e o outro afirmou que citou nomes de pessoas que atualmente fazem parte de sua vida como bons amigos, mesmo que no passado tais pessoas citadas tiveram abertas atitudes de preconceito racial. Corroboramos com Thomson, Frisch e Hamilton (2006, p. 60) ao afirmarem:

Métodos como esses impõem dilemas éticos que constituem verdadeiros desafios para os historiadores orais. As entrevistas que exploram os meios empregados por uma pessoa para se recordar de seu passado podem ser gratificantes para o entrevistador, mas também podem ser perturbadoras ou até prejudiciais para o entrevistado. Ao contrário do terapeuta, os historiadores orais podem não estar por perto para juntar os pedaços da memória que foi desmantelada e que já não é mais segura. Mesmo quando feita com grande cautela e sensibilidade, e partem da regra fundamental de que o bem estar do entrevistado sempre prevalece sobre os interesses da pesquisa [...].

Diante dos primeiros percalços com o método empregado, resolvi ter uma conversa bem informal com os entrevistados antecipadamente, como um ensaio antes de efetivar a “ligação do gravador”. Procurei ouvi-los com calma, e o que sentia como aspectos difíceis de narrar, anotava em um caderno de campo, para posteriormente não abordar; a ideia era obter a narrativa de suas experiências vividas e jamais causar qualquer sofrimento ou constrangimento ao fazer discorrem suas vidas e memórias.

Assim tornei-me uma “visita” em suas casas e, entre cafezinhos, sucos e muita conversa sobre a pesquisa, passei a me sentir uma “pescadora de Igarapé” em uma canoa, remando bem devagar em busca dessas histórias, dessas vivências. Da primeira seleção, cinco professores permaneceram. O meu sexto colaborador foi indicado por um dos entrevistados ao longo do processo de abordagem e sua entrevista, sendo que foi uma participação muito especial, a desse professor. Em nosso primeiro encontro gravamos a entrevista, posou para as fotos. Com muito entusiasmo nos recebeu e discorreu sua infância, sua vivência de professor, no final de todo o processo e gravador desligado, nos informou que iria viajar naquele dia e não sabia quando voltava. Iria fazer exames cardiológicos em outro estado e eu agora tinha “um pouco de sua história gravada para a posteridade”. É o entrevistado mais velho em idade, com 79 anos.

Assim, seis professores fazem parte desta pesquisa. Quatro entrevistados, além de narrarem suas trajetórias de vida, abriram seus álbuns de fotos. Assim, os

visualizei crianças, jovens, na escola, na formatura, sorridentes e felizes, bem como as fotos que apresento no trabalho foram posadas e permitidas pelos mesmos o seu uso público. Suas vidas percorridas em suas vozes e na memória visual de suas fotos.

Todos os encontros que tive com estas pessoas foram previamente marcados por eles, o mês, os dias e horários. Com um deles tive a ideia da utilização de suas fotos no corpo do trabalho. Afirmou que seria uma honra participar do trabalho, mas que gostaria que seu nome fosse citado, segundo ele: “não quero participar de uma pesquisa onde eu sou A, B, ou uma demanda. Minha história, minha vida, meu nome”, afirmou. E quando perguntei sobre fotografá-lo, foi enfático ao repetir: “minha história, minha vida, meu nome e minha imagem!” Acrescentando: “tenho poucas fotos de décadas atrás. Eram caras demais! E assim, tudo o que tenho de 20, 30 anos atrás está na minha lembrança, os momentos belos de minha vida. E, hoje fotografo tudo. Amo fotos”.

As narrativas da pesquisa foram conduzidas dentro dos critérios da história de vida, sendo que elaborei um roteiro de perguntas que serviu apenas como “guia”, semiestruturado para facilitar o diálogo. Memorizei os eixos de perguntas para que não fosse necessário consultar nenhum material escrito no momento da escuta e gravação da entrevista, pois a intenção é que a mesma se transformasse em uma conversa bem tranquila para que o entrevistado fosse o mais espontâneo possível ao narrar suas memórias. Entre os meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2013 e janeiro de 2014, as entrevistas foram realizadas. Assim que o texto ficava pronto, levava para o entrevistado fazer a sua leitura, além da escuta de sua entrevista.

Este roteiro não foi fechado; na medida em que as entrevistas se desenrolaram, outras arguições foram acrescentadas. Sempre abordando as perguntas previamente elaboradas, a priori, a partir dos cinco eixos que considerei importantes para análise: infância, vida familiar, vida escolar, escolha da profissão e aspectos de sua velhice.

Todas as entrevistas foram gravadas e, bem como as fotos que são apresentadas no corpo do trabalho, foram feitas com a devida autorização prévia dos depoentes e depois transcritas na íntegra e textualizadas. Com o acesso à textualização das entrevistas, todos puderam ler e alterar algo que achassem necessário. Os dados coletados foram analisados à luz dos referenciais teóricos discutidos na tese.

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL**

#### **3.1 Primeiras Leis de emancipação jurídica da população negra brasileira**

Não pretendemos abordar nesta seção, o longo processo da escravatura no Brasil, de maneira minuciosa. Um país construído com trabalho escravo já carrega uma significativa carga de implicações em sua evolução histórica. Afinal, a escravidão foi “a mais extrema das formas de opressão racial na história brasileira” (ANDREWS, 1998, p. 40). E, também no campo das pesquisas acadêmicas, aprofundadas análises sobre a história da escravidão foram construídas e bastante estudadas com propriedade por renomados historiadores, sociólogos e antropólogos.

Os estudos no campo das relações raciais adquiriram uma nova configuração com as pesquisas voltadas para o tema desde a década de 1950, com destaque para os trabalhos de Florestan Fernandes, Roger Bastide e Octávio Ianni em São Paulo, MMLuiz Aguiar Pinto no Rio de Janeiro e Thales de Azevedo em Salvador (CHOR, 1998, p. 375). Nas décadas de 1970 e 1980 outro grande impulso foram as pesquisas de Carlos Hasenbalg (1979) e de Nelson Vale da Silva (1988) abordando sobre as desigualdades raciais no Brasil. (CHOR, 1999, P.01)

Na década de 1990 tivemos as pesquisas do antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, Kabengele Munanga, sobre população negra africana e afro-brasileira. O trabalho deste pesquisador vem contribuindo para um maior entendimento das relações raciais e seus conflitos atuais, bem como as permanências e as mudanças significativas que a sociedade brasileira passou nas últimas duas décadas, com a implantação de políticas afirmativas para a população negra. Os estudos da temática racial tiveram um papel fundamental nos novos percursos da historiografia brasileira, proporcionando uma efetiva mudança na concepção da história social do Brasil.

Entretanto, como é ser negro no Brasil hoje? Ou, melhorando a pergunta, como é ser visto, percebido como cidadão negro, ou cidadã negra, na atual conjuntura brasileira? Infelizmente, ser negro neste país, ainda é encontrar olhares enviesados, carregar a marca indelével da desigualdade. A discriminação racial ocorre cotidianamente nos transportes públicos, nos espaços de lazer, hospitais, escolas e

universidades<sup>4</sup>. Florestan Fernandes, em sua análise sobre as relações raciais, afirma que o racismo fez surgir no Brasil “uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito” (1978, p. 42), isto é, a população negra vive de forma permanente uma exclusão racial, social, mas os brasileiros insistem em afirmar que o Brasil é um país não racista.

Considerando o percurso da evolução histórica da sociedade brasileira, podemos afirmar que no Brasil se construiu uma hierarquia peculiar referente à etnia do povo brasileiro e, até nos dias atuais, a presença do negro no meio social perpassa pelo passado colonial escravocrata, pesando sobremaneira na estrutura político-social deste país. Uma herança terrível, que encontra eco nas palavras, de alguma maneira carregadas de romantismo, proferidas por Darcy Ribeiro (1999, p. 120):

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade predisposta a torturar, servir os pobres que lhes caem às mãos.

O reflexo dessa herança nefasta pode ser percebido na dinâmica da passagem do mundo tradicional para a modernização brasileira, quando as mudanças políticas e econômicas ocorreram, mas em compensação, a ideologia racista no país persistiu. Percebemos como de muita importância sintonizar um “olhar” no passado, concordando com Caar quando diz que: “não é por acaso que o passado que um historiador estuda não é um passado morto, mas um passado que, em algum sentido está vivo no presente” (CAAR, 1982, p. 22).

O que nos interessa no momento é analisar os aspectos fundamentais das primeiras leis de emancipação da população negra, implantadas ao longo do final do século XIX. Ainda em pleno regime escravocrata, são criadas leis de “emancipação” para a população negra escravizada. Tais leis são parte da construção histórica desta população e consideramos que elas nos permitem uma maior compreensão da

---

<sup>4</sup> Casos de racismo são constantemente noticiados na mídia brasileira, 126 anos após a Proclamação da abolição do regime escravocrata no Brasil; ver [geledes.org.br](http://geledes.org.br); [portalafricas.com.br](http://portalafricas.com.br); sites que que cotidianamente atualizam os mais diversos casos de racismo contra a população negra.

hierarquia racial peculiar consolidada ao longo processo histórico e da complexa estrutura social e racial do Brasil.

### **3.2 Leis de emancipação da população escravizada**

Ainda em plena vigência do regime escravocrata, décadas antes de ocorrer a abolição da escravatura, o Brasil já possuía um grande número de negros livres. A obtenção da liberdade pelo escravizado ocorria de várias maneiras, seja pela alforria concedida por “seus donos”, por conta própria do escravizado, sendo que esta compra de sua liberdade era resultado de seu trabalho de escravo de ganho, casamentos, falência do senhor de escravo. (AZEVEDO, 1987).

Ao adquirirem liberdade jurídica, os agora ex-escravizados encontraram enormes dificuldades para se incorporarem à estrutura social multirracial (SKIDMORE, 1976, p. 55) brasileiro. No final do século XIX, algumas leis foram criadas para a “emancipação” da população negra escravizada. Consideramos essas leis como parte importante da construção da história do negro no Brasil, e o conhecimento das mesmas nos permite alcançar uma maior compreensão da complexa estrutura social de desigualdade, de exclusão sedimentada oficialmente pelo Estado brasileiro. O conhecimento histórico de um povo proporciona não somente compreender um determinado mecanismo político e seus fundamentos jurídicos, bem como nos permite desconstruir tais argumentos solidificados pela passagem do tempo como “verdades absolutas”.

Segundo George R. Andrews, antes da culminância da abolição da escravatura no Brasil, o Parlamento da Inglaterra promulgou, em março de 1845, a Lei “Bill Aberden”. Esta concedia ao almirantado inglês o pleno direito de aprisionar navios negreiros que viessem da África para as Américas. Com a apreensão de navios praticando o tráfico de negros africanos em águas territoriais brasileiras, foi gerado um imbróglio diplomático de soberania e independência nacional. Devemos considerar que o interesse maior da Inglaterra era a expansão de seu mercado após a revolução industrial (ANDREWS, 1998). O Brasil, então pressionado pela Inglaterra, sancionou em 04 de Setembro de 1850 a “Lei Eusébio de Queiroz”. Conforme Andrews, “o fim do tráfico de escravos era apenas o primeiro passo para a eliminação da escravidão.”

Esta Lei de repressão ao tráfico de africanos para o Brasil não surtiu efeitos imediatos. O que a mesma causou foram muitas revoltas por parte dos cafeicultores e traficantes, intensificando o tráfico ilegal. Desta forma, a aquisição de escravos tornou-se muito cara, e nos anos seguintes foi promovido um intenso tráfico interno na busca de escravos do nordeste economicamente estagnado, sobretudo para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entre 1845 e 1850 o “tráfico de escravos atingiu seu ponto culminante, com uma média de 55 mil africanos chegando por ano ao país” (ANDREWS, 1998, p. 63).

A Lei Euzébio de Queiroz obteve pouco impacto, não cumpriu as determinações estabelecidas em coibir o tráfico de escravos. O tráfico ilegal ocorria, desencadeou o tráfico negro interno no país, mantendo a permanência da compra e venda de africanos escravizados. Somente a partir de 1870, portanto vinte anos após sua promulgação, a Lei Euzébio de Queiroz passa a vigorar com uma maior fiscalização dos portos clandestinos que ainda insistiam no tráfico ilegal, produzindo assim uma escassez de mão de obra escrava forçando os escravagistas a procurarem outras modalidades de trabalhadores. Neste mesmo período se iniciaram as migrações dos europeus para o país.

Após 21 anos da promulgação da Lei Euzébio de Queiroz, em 28 de Setembro de 1871, o Brasil escravocrata sanciona a Lei do Ventre Livre. A Inglaterra continuava a pressionar o Brasil a abolir o trabalho escravo, mas o governo brasileiro alegava que não tinha condições econômicas de libertar todos os escravizados e decidiu fazer uma lenta e gradual transição do sistema de escravidão para a mão de obra livre. Com esta nova Lei, seriam livres apenas as crianças nascidas de mulheres escravizadas; os demais permaneciam escravizados. Recuperar estes antecedentes históricos significa reconhecer que a história da escravidão, a despeito de todas as crueldades cometidas e a extrema violência imputada ao povo escravizado, ainda criaram leis mascaradas de emancipatórias que solidificavam uma exclusão permanente na estrutura da sociedade (ANDREWS, 1998).

A Lei do Ventre Livre (LEI Nº 2040 de 28.09.1871) apresentava-se absolutamente insuficiente para promover qualquer transformação da realidade social dos filhos de mães escravizadas. As crianças nascidas de mulheres escravizadas seriam “livres” no momento de seu nascimento com a legislação em vigor. Na prática,

existiam somente duas opções: as crianças que nascessem a partir da data de publicação da referente lei, ficariam sob a tutela de seus senhores até atingir a maioridade, com 21 anos! Ou entregues ao governo, sendo que viveriam em instituições construídas especificamente para receber tais crianças (ANDREWS, 1998). Desta forma, ficava a criança obrigada a prestar serviços gratuitos à instituição até alcançar a sua maioridade; ou seja, o trabalho escravo permanecia. Segundo Andrews, esta Lei também:

[...] garantia aos escravos o direito de comprar sua liberdade (um direito que há muito eles já tinham na prática, mas não garantidos por lei), libertava todos os escravos de propriedade do estado, e criava um fundo administrado pelo estado para comprar a liberdade de outros escravos não incluídos na legislação de 1871 (ANDREWS, 1998, p. 64).

Esta Lei garantia ao nascituro a liberdade jurídica em sua documentação. Portanto, nasciam livres, mas permaneciam sob a custódia de seu dono ou eram entregues ao Estado, e sua família permanecia escravizada. Na prática, o cativo continuava, porque a regra geral dessa Lei era que as crianças permanecessem com seus donos e fossem beneficiárias do senhor de escravos, que as usariam como “mão de obra livre” até os 21 anos de idade. Ao alcançar sua maioridade civil eram obrigados a permanecer com seu “beneficiário” até saldar as dívidas de estadia, alimentação e todas as suas necessidades básicas, que foram pagas pelo senhor beneficiário. Ou seja, este “liberto” crescia já endividado com seu “patrão”, alcançando a maioridade e prestando serviço sem remuneração por muitos anos. Desta forma, a criança e o adolescente libertos continuaram realizando trabalho escravo.

A sociedade brasileira vivia uma contradição: uns apoiavam a nova lei; outros a combatiam, porque afirmavam que ela estimulava a “vadiagem” e atrapalhavam o serviço da polícia, já que muitas crianças e adolescentes, cansados de sofrer com a “disciplina do trabalho”, ou com abusos, fugiam. Assim, crianças negras começaram a aparecer nas ruas, seja brincando, trabalhando, esmolando e, em algumas situações, cometendo pequenos furtos, principalmente crianças que foram destinadas às instituições do estado.

Posteriormente uma nova Lei foi promulgada, a Lei n.º 3.270 de 28 de setembro de 1885 (14 anos depois da Lei do Ventre Livre)<sup>5</sup>, ficando conhecida como “Lei dos Sexagenários”, ou “Lei Saraiva-Cotegipe”, porque no projeto inicial constava a libertação de escravos com 60 anos ou mais. Porém, parlamentares opositores, representantes dos senhores escravocratas, conseguiram elevar a idade da libertação para 65 anos.

A Lei do Sexagenário concedia liberdade aos escravizados velhos, homens e mulheres com mais de 65 anos, nada mudando em relação aos senhores de escravos. Esta Lei impunha, na prática, as mesmas violentas condições do trabalho escravo, logo o pesado trabalho ao qual eram submetidos dificilmente permitia a um escravizado chegar aos 60 anos e, se e somente se, chegassem à idade estipulada na lei, recebiam apenas o abandono, já que estavam desvalorizados por serem improdutivos. A Lei ainda estabelecia mais 5 anos de trabalho pelo escravizado como “indenização pela sua alforria” (Art. 3º – 10), então somente aos 70 anos este cidadão negro poderia ser considerado livre. Igual a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários de pouco valia e mantinha o *status quo* estabelecido da ordem política escravagista. Mendonça (1999, p. 45) pontua a seguinte afirmação:

[...] libertar idosos aos 60 aos 60 anos de idade, impondo-lhe ainda mais período de 5 anos sob tutela senhorial, em um regime de liberdade condicional, parecia fora de lugar e tempo. Desta forma, a lei de 1885 significava uma ultrapassada fórmula de emancipação lenta e gradual, que só fazia sentido dentro de uma desesperada tentativa escravocrata e senhorial de continuar a sustentar um regime social que tinha, em princípio, os dias contados dentro da lógica capitalista que se estabelecia. Assim, a lei de 1885 pôde ser menosprezada por muito tempo.

Estas primeiras leis deixam bem claro as restrições impostas como uma maneira de impedir a desorganização da lavoura e a manutenção da ordem social vigente, ocorria também o um temor da sociedade escravocrata de uma futura reação dos libertos contra aqueles que os havia mantido em cativeiro (AZEVEDO, 1987, p.

---

<sup>5</sup> Disponível em: [camaradosdeputadospublicações.gov.br](http://camaradosdeputadospublicações.gov.br). Consultado em 11.03.2014.

68). De uma forma ou de outra, estas leis foram um processo gradual para o fim da escravidão no país. Conforme afirma Mendonça (1999, p. 46)

Reconhecer que a escravidão era “uma causa perdida” não significava reconhecer que fosse uma causa resolvida. Retomando uma metáfora muito apreciada na época, a escravidão podia ser comparada a um “cancro a corroer a sociedade”. A “extirpação desse cancro”, entretanto requeria a maior prudência “para que não viesse o doente a falecer da cura”.

Três anos depois, ainda sob pressão da Inglaterra, enfim é promulgada a Lei Áurea (Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888)<sup>6</sup>.

Esta Lei libertou os escravos e uma multidão de libertos descalços, que passaram a vagar por todos os lados do país, sem moradia, sem trabalho e vistos como pessoas embrutecidas, sem higiene e desocupados. Muitos se abrigavam em precárias moradias das áreas degradadas dos arredores da cidade, onde não havia regulamentação fundiária, nem a menor infraestrutura. (MENDONÇA, 1999, p. 55)

Eram considerados “preguiçosos” e somente trabalhavam se forçados a fazê-lo. A sociedade passou a julgá-los como se, agora que estavam “livres”, se orientassem para viver na vadiagem. Homens e mulheres libertos eram quase todos analfabetos, com pouquíssimas exceções, e com limitadas oportunidades de trabalho. A transição do trabalho escravo para o trabalho para mão livre e remunerado oferecia resistência social. O mercado de trabalho formal desprezava-os, portanto não alcançava a população negra. Assim, muito negros libertos passaram ao mercado informal, vendendo tudo que podiam produzir nos espaços que moravam ou qualquer outra atividade de trabalho desqualificada. Muitos libertos que não conseguiam trabalho, ou não se sujeitavam mais às humilhações que lhes eram infligidas, passaram a mendigar e perambular pelas ruas, o que reforçava o preconceito de “vadios” ou “preguiçosos” (SKIDMORE, 1976).

O Brasil, desde o momento do descobrimento, colonização passa dois séculos e meio (250 anos) para iniciar projetos de emancipação para a população escravizada, sendo que após a Lei Euzébio de Queiroz se passaram 38 anos para que a liberdade

---

<sup>6</sup> A Princesa Imperial Regente, em nome de sua majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1; É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2; Revogam-se as disposições em contrário.

civil dessa população ocorra. Esta longa temporalidade trouxe graves consequências na inserção social da população negra brasileira, sendo que os reflexos dessas dificuldades podem ser percebidos até os dias atuais.

O fato é que a “ociosidade” dos negros libertos passou a incomodar a sociedade, uma vez que os negros “libertos da disciplina” dos senhores estavam “indisciplinados”, “desregrados” e apontados “por toda sorte de excessos” e como a causa dos crimes sociais. Assim, os parlamentares passaram a propor projetos de lei que os reprimissem, que afastassem as ameaças de desordem de que os libertos eram acusados (AZEVEDO, 1987).

Na verdade, a Abolição foi preparada com base na legalidade monárquica e escravocrata. Foi discutida e decidida pelo Parlamento, em negociações acirradas entre o Estado e os grandes agricultores (cafeicultores). A questão discutida não era a reforma social, mas a economia, o custo de manutenção da mão de obra escrava, especialmente com o advento de mão de obra assalariada dos imigrantes que chegavam e que sairia mais em conta. Assim, a escravidão tornara-se um empecilho ao desenvolvimento econômico, sendo que o Brasil estava em plena transformação econômica (ANDREWS, 1988).

Assim, a ordem de libertação veio de cima para baixo e os escravos não tiveram nenhuma participação, nem poderiam modificar a ordem econômica pré-estabelecida fundada nos latifúndios, nem engendrar movimentos populares, sob pena de desobediência civil. Por isso, a ordem se resumiu a libertar os negros, sem qualquer medida que garantisse acesso ao trabalho, saúde, moradia, educação ou terras para agricultura, ou seja, os negros foram abandonados à própria sorte.

A Lei Áurea libertara os escravos, mas isso não significava cidadania: eles não tinham trabalho e eram considerados “vadios” e “perigosos”, que precisavam ser afastados da sociedade, assim novas formas de repressão política e jurídica foram criadas (AZEVEDO, 1987).

O fato é que, alguns dias depois da aprovação da Lei Áurea, o Ministro da Justiça do Império, Antônio Ferreira Viana, não aceitando a substituição dos escravos pelos libertos “vadios”, apresenta à Câmara dos Deputados, projeto de lei, o “Projeto de Repressão da Ociosidade”, que recebeu na Câmara dos Deputados o nº 33, sob a justificativa de corrigir as lacunas do Código Criminal imperial e reprimir a vadiagem

dos libertos, condenando-os a trabalhar, sobretudo nas propriedades agrícolas, como forma correcional<sup>7</sup>.

O art. 1º desse projeto determinava a criação de estabelecimentos correcionais em ilhas marítimas, ou em outros pontos que o Governo julgasse mais conveniente. Haveria dois tipos de estabelecimentos: um para réus primários e outro para reincidentes, que seriam alojados nas províncias fronteiriças. As penalidades impostas nesse projeto eram extremamente rigorosas.

O projeto abarcava todas as pessoas consideradas não produtivas, desde os condenados por “vadiagem” até os menores de 17 anos infratores (criando estabelecimentos disciplinares) e, ainda, os velhos e inválidos que não possuíssem meios de subsistência, afastando-os do convívio social (criando asilos).

No art. 7º, determinava que as penas não fossem fixas (fixadas em lei) porque se tratava de penas disciplinares, sendo que a pena poderia ser extinta na hipótese de se provar a aquisição de renda suficiente para subsistência, se prestar fiança idônea ou se tratar de incapaz para o trabalho, seja por velhice ou enfermidade física ou intelectual. Alguns poucos deputados se opuseram, observando que a criação de tais estabelecimentos no imenso território demandaria necessariamente enormes despesas que o governo não tinha condições financeiras para arcar.

O projeto do Ministro da Justiça não chegou a ser aprovado porque, em junho de 1889, a Câmara dos Deputados foi dissolvida e, em novembro foi Proclamada a República.

A base de sustentação política da monarquia era o sistema escravocrata e, com a libertação dos escravos, a monarquia perdera sua base. Os grandes agricultores da época (cafeicultores) não foram indenizados pela perda de sua mão de obra e tinham condições de suprir trabalhadores assalariados para suas lavouras. O governo tampouco se preocupou em impor medidas ou programas políticos de ações que acompanhassem as novas condições de vida dos escravos libertos, sendo que os libertos que voltaram para seus antigos senhores se submeteram à mesma vida que tinham antes da Abolição.

---

<sup>7</sup> Ver Anais da Câmara dos Deputados, 1888. Discussão do Projeto de lei sobre repressão à ociosidade; Atas das sessões da Câmara dos Deputados, em que o projeto foi debatido. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes>>.

De fato, dois anos após a Proclamação da República, em 1890, por iniciativa do Ministro da Justiça do Governo Provisório da República, Manoel Ferraz de Campos Salles, foi decretado o Código Penal (Decreto nº 647, de 11 de outubro de 1890)<sup>8</sup>, que normatiza:

A partir do Código Penal de 1890, os “ociosos” se tornaram criminosos e seriam punidos por violarem a lei do trabalho “honesto”, da mesma forma que o proposto no projeto do Ministro Antônio Ferreira Viana: se a pessoa não comprovasse trabalho, seria considerado “perigoso” ao meio social, na presunção de que recorreria a meios ilícitos para sobreviver. Assim, todo pobre era “perigoso” e “desordeiro”.

Os escravos libertos passaram a ser marginalizados, considerados os principais suspeitos de vadiagem, apesar de trabalharem duramente no mercado informal para subsistirem. Os negros, em geral, não poderiam comprovar trabalho formal e eram perseguidos por múltiplas formas de controle social, que variavam desde cumprimentos de penas em cadeias até Colônias Correcionais. A nova ideologia do trabalho capitalista não permitia a inserção dos negros e marginalizava-os e condenava-os à correção.

Além disso, esse Código Penal de 1890 regulamentou a idade da imputabilidade penal em 9 anos, o que levou inúmeras crianças e adolescentes a serem detidos nas casas de detenção depois dos 10 anos, idade em que estaria aptos para o trabalho infantil, o que deixou crianças e adolescentes fora de qualquer instrução escolar.

Durante a escravidão, o castigo físico de chicotadas em troncos e grilhões garantia a ordem no cativeiro. Mas, o controle senhorial sobre os ex-escravos permaneceu sob novas formas de castigos para que os negros trabalhassem submetidos a uma baixa remuneração: a lei de repressão à ociosidade e, em seguida, o Código Penal, que criminalizava o negro como “ocioso” (desempregado), sem oferecer qualquer condição de trabalho e instrução, aumentando as desigualdades e os problemas sociais.

A bandeira da República e sua inscrição positivista de “Ordem e Progresso” seria o pressuposto do estímulo ao trabalho, segundo a ordem social pré e já

---

<sup>8</sup> Disponível em [camaradosdeputadospublicações.gov.br](http://camaradosdeputadospublicações.gov.br); consultada em 10.03.2014.

estabelecida, um mecanismo de controle e de propaganda de uma “sociedade livre e democrática”, mas policialesca sobre os negros considerados “embrutecidos” (AZEVEDO, 1987).

Meio século depois, a sutil ideologia racista permanecia, como se pode observar no estudo das relações raciais no Brasil de Florestan Fernandes, em sua obra “*A integração do negro na sociedade de classes*”. O autor sustenta que a abolição da escravidão brasileira negou aos libertos sua inserção no mercado de trabalho, abandonando-os à própria sorte, o que os levou a permanecerem nos antigos locais de cativeiro, ou se dirigiram às cidades, onde a única solução foi à criminalidade, a “saída realmente brilhante ou sedutora de carreiras rápidas, compensadoras e satisfatórias” (FERNANDES, 1978, p. 146).

Para Fernandes, a responsabilidade da inadaptação do negro no mercado de trabalho foi a escravidão, que os colocou, como homens livres, em estado de *anomia social*, isto é, sem regras sociais, sem lei, impossibilitando-os de viver em sociedade, o que os impediu de enfrentar o mercado de trabalho livre. Para a sociedade, o negro liberto apresentava “deformações” introduzidas em sua pessoa pela escravidão. Na verdade, o negro foi liberto, mas a sociedade lhe negou cidadania. Os libertos não foram vistos como cidadãos livres, mas como perigosos marginais passíveis de enquadramento social de “vadiagem”, segundo a legislação do trabalho, cuja liberdade era policiada.

Na verdade, a abolição foi preparada com base na legalidade monárquica e escravocrata, discutida e decidida pelo Parlamento, em negociações acirradas entre o estado e os grandes latifundiários. A grande questão discutida não era a reforma social do país, mas a economia, o custo da manutenção da mão de obra escrava, especialmente com o advento da mão de obra assalariada dos imigrantes que chegavam e que sairia mais em conta. A escravidão tornara-se um empecilho ao desenvolvimento econômico.

Assim, a ordem de libertação veio de cima para baixo e os escravos não tiveram nenhuma participação, nem poderiam modificar a ordem econômica pré-estabelecida fundada nos latifúndios, nem engendrar movimentos populares, sob pena de desobediência civil. Por isso, a ordem se resumiu a libertar os escravizados negros sem qualquer medida que garantisse acesso ao trabalho, educação, terras para agricultura, isto é, os mecanismos necessários para que um cidadão viva dignamente

(SKIDMORE, 1976). Assim, podemos afirmar que a população negra foi abandonada a própria sorte. Livres tornaram-se indesejados por sua origem, por sua cor, eram considerados embrutecidos, pobres e sem educação. “Havia a preocupação com um novo modo de produção e nenhum plano para o aproveitamento do negro no sistema de trabalho livre” (CHIAVENATO, 1999, p.111).

O único programa que complementou a libertação dos escravizados foi o financiamento do governo às imigrações de europeus, mão de obra baixíssima que beneficiaram os latifundiários das regiões sul e sudeste e que teve um desequilíbrio econômico terrível às demais regiões.

Além disso, ocorria uma simpatia dos intelectuais da época e homens do poder, às elaboradas teorias sobre a inferioridade do negro, já que viviam em um ambiente cada vez mais secularizado, A inspiração lhes vinha da ciência, em especial da teoria científica sobre raça, objeto de estudo dos cientistas das raças do século XIX (AZEVEDO, 1986). A suposta origem das diferenças entre os homens é objeto de estudo dos chamados cientistas da raça do século XIX, referendando a raça branca como superior e a raça negra inferior. Tais teorias referendavam um modelo de povo “ideal” discutidos nas políticas de imigração. Guimarães (1999, p. 49) tece a seguinte consideração:

o pensamento racista brasileiro, àquela época, nada mais era que uma adaptação do chamado “racismo científico”, cujas doutrinas pretendiam demonstrar a superioridade da raça branca. Se é verdade que cada racismo tem um a história particular, a ideia do “embranquecimento” é, com certeza, aquela que especifica o nosso pensamento racial.

Esta proposta imigrantista teve um papel fundamental na formação futura da nacionalidade brasileira, propondo um modelo de povo ideal, de “raça” ideal brasileira, amplamente discutido na política de imigração. Este fato, juntamente com os desdobros das leis de emancipação da população negra, nos leva a afirmar que tal forma de pensar o país sustenta o nefasto modelo de construção da discriminação racial disseminado e sedimentado em todo território nacional. Sobre esta questão, Azevedo afirma:

a força de atração destas propostas imigrantistas foi tão grande que em fins do século a antiga preocupação com o destino dos ex-

escravos e pobres livres foi praticamente sobrepujada pelo grande debate em torno do imigrante ideal mais adequado para purificar a “raça brasileira” e engendrar por fim uma identidade nacional (AZEVEDO,1987, p. 37).

O país seguia com sua posição conservadora, solidificando cada vez mais a manutenção de seus valores, crenças cristãs, e sua ordem social, mantidas por uma pequena minoria da população, detentora do domínio econômico, político e cultural. Uma estrutura social que influenciava sobremaneira o reconhecimento desta população.

Os negros livres já há muitas gerações mesmo miscigenados, frequentemente traziam impressas as suas origens, as marcas de seus antepassados escravos, e assim ficaram entregues à possibilidade de serem tratados com desprezo e violências (AZEVEDO, 1987, p.37)

### **3.3 Racismo no Brasil, uma construção histórico social**

Diante deste contexto histórico, podemos afirmar que todas as leis de emancipação para a população, incluindo a da abolição, foram somente um compromisso formal da classe dominante em função de seus interesses, para que pudessem tranquilizar-se moralmente perante as demais nações e os abolicionistas. A população negra e seus descendentes, agora “livres”, passaram a viver à margem da mesma sociedade que os libertou e os negligenciou. Contudo, a população escrava sempre tentou subverter a ordem estabelecida, a subalternidade da escravidão imposta desde o processo de colonização do Brasil. Azevedo descreve que:

Garantias de que o Brasil seria diferente de outros países escravistas, uma espécie de país abençoado por Deus, não havia nenhuma, pois aqui, assim como em toda a América, os quilombos, os assaltos às fazendas, as pequenas revoltas individuais ou coletivas e as tentativas de grandes insurreições sempre se sucederem desde o desembarque dos primeiros negros em meados de 1500 (AZEVEDO, 1987, p. 35).

Assim, após a proclamação da abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, a sociedade brasileira não possibilitou uma integração da população negra no seu processo de organização social. Homens e mulheres negros, agora ex-escravizados, assumiram sua liberdade jurídica e, mesmo que uma grande parcela desta população

tivesse formação profissional, a preferência pelo trabalhador imigrante consolidou o mito de que o negro era bronco e vagabundo. Logo, inadequado para inserção ao trabalho e à sociedade como um todo.

O Brasil, no final do século XIX, continuava crescendo e necessitando de mão de obra, mas os negros, agora libertos, vítimas de um projeto político de extermínio e eugeniação pelo projeto imigrantista, não eram contratados. Esta não integração do trabalhador negro na sociedade pós-abolição é evidenciada em forma de lei: um decreto da recém-nascida República brasileira, datado de 28 de junho de 1890 determinava que, apenas mediante autorização do Congresso Nacional, os africanos e asiáticos poderiam ser admitidos nos portos da República (SILVA, 1996, p. 127). Vale ressaltar que esta mesma legislação foi reafirmada por Getúlio Vargas em 18/09/1943. Como descreve Silva:

Artigo 1 – Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil, desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Artigo 2 – Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional. (SILVA, 1996, p. 127)

Nesta perspectiva de análise apontada por Silva (1996) e Azevedo (1987), podemos afirmar que a discriminação racial brasileira não foi instituída na forma de lei previamente estabelecida, mas foi resultado de um intrincado mecanismo em que se juntaram vários fatores, como a distinção de classes, a universalização dos costumes sociais vigentes e a miscigenação que sustentava a ideologia igualitária – a democracia racial. A figura do mestiço, o “mulato”, de certo modo é a imagem da confraternização entre as “raças” no Brasil, solidificando a tolerância e o pacifismo com o quesito cor e raça brasileira, e negando-se a existência de segregação racial.

Mas, a ideia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. De certo modo, ela constitui uma distorção criada no mundo colonial, como contraponto da inclusão dos mestiços no núcleo legal das grandes famílias (FERNANDES, 197, p. 26). São tantas elaborações ideológicas bem determinadas historicamente que se tornam num sentido cultural, fixas.

Azevedo afirma que o mito da democracia racial tem sido tema de diversos trabalhos acadêmicos nas últimas quatro décadas do século XX. E tais trabalhos, partem geralmente dos estudos de Gilberto Freyre, a quem se atribui uma espécie de

autoria intelectual do mito da democracia racial (AZEVEDO, 1996). Convém, lembrar que por de trás de todo mito muito se esconde sobre a realidade dos fatos, o mito não é uma fala qualquer. Segundo Sousa, o mito é um discurso que:

Objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história e transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social, que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico-políticas-ideológicas e psíquicas. Enquanto produto econômico-político-ideológico, o mito é um conjunto de representações e oculta uma ordem de representações de bens de dominação e doutrinação (SOUSA, 1982, p. 25).

Logo, a democracia racial foi tão fortemente trabalhada ao longo do tempo que retratou uma situação racial harmônica, destacando o Brasil como um país privilegiado no que tange às chamadas “relações raciais”. Entretanto, esta democracia nunca permitiu uma igualdade no sentido econômico, político e social do chamado “povo de cor”. Constituiu-se, sim, em um mito cruel, supra valorizado pela “elite dominante” construtora e mantenedora do racismo.

A falsa democracia racial persistiu em uma hierarquia peculiar, afinal, como afirma Fernandes:

O negro teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu se igualar ao branco, o problema era dele – não do branco. Sob a égide da ideia da democracia racial justificou-se, pois a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição (FERNANDES, 1971, p. 29).

De certa forma, a herança da escravidão e os desdobros da abolição da mesma nos levam a tentar articular um entendimento da complicada teia de relações raciais contemporânea.

O presente explica as desigualdades raciais, pois afinal a discriminação racial de que são vítimas os negros e mestiços é bastante visível nas posições socioeconômicas inferiores que os mesmos ocupam na estrutura social. Hasenbalg e Silva afirmam que:

Em certo sentido o Brasil criou o melhor dos mundos. Ao mesmo tempo que mantém a estrutura do privilégio branco e subordinação da

população de cor, evita que a raça se constitua em princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial imperante se traduz no esvaziamento do conflito racial aberto e da articulação política da população de cor, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de apelo a um alto grau de coerção (HASENBALG; SILVA, 1988, p. 116).

As considerações feitas até aqui permitem afirmar que o cidadão negro sempre viveu, de forma permanente, uma exclusão racial e social, significando reconhecer à continuidade do processo histórico nas relações raciais no Brasil. A manutenção dos estigmas existentes contra a chamada “população de cor” perpetua-se conforme afirmação de Fernandes: “a imagem do ‘negro de alma branca’ – o protótipo do negro leal, devotado ao seu senhor, à sua família, a própria ordem social existente” (1971, p. 27). Também era chamado de lascivo, preguiçoso e tantos outros estereótipos generalizados sobre a população negra. De acordo com Cisnero:

O racismo muito frequentemente conduz a discriminação e a segregação de indivíduos e grupos pelo simples fato de pertencer a uma determinada categoria social, étnica ou racial. O racismo se associa indissolúvelmente à exclusão e a rejeição de alteridade. (...) o racismo representa um conjunto de doutrinas que no momento em que se incorporam ao espaço público se transformam em uma verdadeira ideologia (CISNERO, 2000, p. 2).

Logo, podemos admitir que racismo não se explica somente por um único ponto de vista; ele pode e deve ser analisado também por suas consequências. Se o país não fosse segregacionista não existiriam leis com especificidades raciais. 63 depois da abolição da escravatura, o Brasil promulga a primeira lei brasileira sobre a questão racial, em 03 de Julho de 1951, a Lei Afonso Arinos. Esta lei transformou em contravenção a discriminação por preconceito de raça e cor; Silva descreve os desdobramentos para a criação dessa lei:

O Brasil expôs-se a um vexame público mundial no ano de 1951, quando a bailarina afro-americana Katherine Dunham, contratada para um espetáculo em São Paulo foi barrada num luxuoso hotel da cidade, que não aceitava hóspedes negros. Fato extremamente embaraçoso para a diplomacia brasileira, imediatamente após este incidente, o Congresso Nacional aprovou uma proposta de lei apresentada pelo deputado Afonso Arinos, determinando punição para os que discriminassem pessoas em razão de sua raça. A lei Afonso Arinos teve de positivo o reconhecimento do racismo no país. Se existe uma

lei para puni-lo é porque ele existe, não há como negá-lo. A legislação brasileira até então tinha ignorado o racismo e o preconceito. A constituição de 1946 fez somente uma breve referência à proibição da propaganda de preconceitos de raça e de classe (art, 141, parágrafo 5), pois a proposta de uma menção explícita, apresentada também por um deputado udenista, Hamilton Nogueira, havia sido derrotada. De acordo com Arinos, dois fatos levaram a apresentação do projeto em julho de 1950: o primeiro foi a discriminação recebida pelo seu motorista particular, negro, que era casado com uma catarinense de origem alemã e que não pode entrar em uma confeitaria, acompanhando a mulher e os filhos, devido a proibição imposta pelo proprietário e o segundo foi o grande escândalo nacional com a bailarina negra Katherine Dunham, que foi impedida de hospedar-se no hotel que onde tinha sido a feita a reserva por ser negra. Após a provação do projeto na câmara dos deputados, definido que constituía contravenção penal por preconceito de raça e de cor recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento do mesmo fim; recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau; obstar o acesso a qualquer cargo do funcionalismo público ou serviço em qualquer ramo das Forças armadas; recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esportes, bem como salões de beleza ou barbearias e negar emprego ou trabalho em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada. Além da punição pecuniária, as penalidades incluíam, conforme o caso, perda de cargo e prisão de três meses a um ano. (SILVA, 1996, p. 127-128)

Trinta e sete anos depois da Lei Afonso Arinos, na Constituição de 1988, é que a prática de discriminação racial passa a ser reconhecido como crime inafiançável sujeito à reclusão. O racismo não se explica por um único ponto de vista. Os racismos são criadores de estruturas simbólicas e de ações responsáveis pela exclusão dos direitos da cidadania de um grupo social (CUNHA JÚNIOR, 1996). Afinal, homens e mulheres negras de todos os níveis sociais continuam sofrendo as mais explícitas manifestações de racismo no Brasil (Folha de São Paulo, 1995).

Vale ressaltar os constantes constrangimentos que a população negra passa no seu cotidiano. São vários os relatos de negros que tiveram que sair de filas de banco com suspeita de roubo, convidados a subir pelo famoso elevador de serviço em prédios elegantes, artistas negros confundidos como manobristas de carros, professores confundidos com serventes nas escolas<sup>9</sup>. Este preconceito que permeia

---

<sup>9</sup> Ver [portalgeledes.org.br](http://portalgeledes.org.br).

o cotidiano das relações sociais nos mostra toda a manutenção do processo ideológico do racismo no Brasil e que, pode ser explicado, segundo Fry, pelo fato de que:

a discriminação só é possível, porque existe anteriormente a ela, uma outra “ideologia” que contesta a ideologia da democracia racial. Essa “ideologia” hierarquiza os corpos de acordo com sua “aparência”. As desigualdades entre os mais claros e os mais escuros são o resultado de um “mercado de cores”, livre em princípio (a democracia racial), mas restrito na prática pela contra-ideologia da hierarquização das raças (o racismo) (FRY, 1996, p. 126)

A sustentação dessa ideologia ao longo do processo histórico no Brasil desumaniza e desqualifica a população afrodescendente, contribuindo fortemente na ausência de construção de uma identidade étnico-racial e óbvio para a autoestima dessa população. Assim fica fácil compreender as 103 nuances de cor usadas pelo brasileiro para se auto identificar no recenseamento de 1980. Moura nos leva a refletir sobre a seriedade dessa situação social no Brasil; citaremos algumas delas:

No recenseamento de 1980, por exemplo, os não brancos brasileiros, ao serem inquiridos pelos pesquisadores do IBGE sobre sua cor, responderam que ela era: acastanhada, agalegada, alva, alva escura, alvarenta, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela queimada, amarelosa, amorenada, avermelhada, azul-marinho, baiano, bem branca, bem clara, bem morena, branca avermelhada, branca melada, branca morena, branca pálida, branca sardenta, branca suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugresinha escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo verde, café, café com leite, canela, canelada, carvão, castanha, castanha clara, cobre corada, cor de café, cor de canela, cor de cuia, cor de leite, cor de ouro, cor de rosa, cor firme, crioula, encerada, enxofrada, esbranquiçado, escurinha, escurinha, fogueio, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira clara, loura, lourinha, malaia, marinheira, marrom, meio amarela, meio branca, meio morena, meio preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena bem chegada, morena bronzeada, morena canelada, morenada, morena escura, morena fechada, morenã, morena prata, morena roxa (...) O total de cento e trinta e seis cores bem demonstra como o brasileiro foge a sua realidade étnica, da sua identidade, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior (MOURA, 1988, p. 63).

Diante deste quadro devastador, podemos afirmar que os estereótipos em relação ao negro brasileiro solidificaram-se, sendo que no meio social ficou estabelecida uma convivência harmônica entre brancos e negros, afinal a mestiçagem é a maior prova desta harmonia. Entretanto, este escamoteamento do quesito “cor”,

analisado por Moura, nos mostra a tentativa de fuga do caráter inferior que a cor negra representa em nossa sociedade, afetando significativamente o processo de criação de uma identidade positiva do negro no meio social.

### **3.4 A Educação e a presença negra na escola sutilmente negada**

De maneira geral, os comentários iniciais sobre a questão racial no Brasil e suas peculiaridades acabam dimensionando determinados aspectos importantes no desdobramento da educação no Brasil. Afinal, as mudanças políticas e econômicas ocorreram, mas, em compensação, a ideologia racista brasileira solidificou-se. Entretanto, cabe uma pergunta: como foi efetivada a escolarização da população negra totalmente vilipendiada no meio social nas escolas oficiais no período pós-abolição? Considerando que um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento de um povo, de uma nação é a educação. Conforme Barros (2005, p. 79):

A população negra viveu dois movimentos que se opõem e se complementam em relação à educação. Chamamos essas vertentes de ação branca e ação negra. De um lado, estava presente nos discursos das elites intelectuais e políticas a necessidade de essa camada ser escolarizada. Inseridos na população pobre, com o estigma da escravidão que os relegava a uma categoria 'inferior', os negros precisariam ser educados pra se transformarem em bons trabalhadores e bons cidadãos. Apesar disso, sua presença na escola era motivo de incômodo para o restante da população, sendo dificultada por vários mecanismos, desde matrícula até o cotidiano escolar.

As referências quanto ao ingresso da população negra à escola oficial não se fizeram de maneira explícita, sendo que a análise dos discursos que debateram profundamente a universalização da escola básica não deixa dúvidas do caráter disciplinador e eugênico da escolarização, sendo que o que se pretendia conseguir era evitar o atraso no país. Uma das preocupações mais constantes era o destino da nação após abolição da escravidão era: "o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade?" (AZEVEDO, 1987, p. 33).

Os discursos emancipacionistas primavam pela inserção dos libertos e dos trabalhadores livres como integrantes da nação, entretanto, as políticas e leis não

apontavam para uma efetiva inserção na sociedade por esta camada da população. No discurso oficial aparecia esta inserção, mas os negros permaneciam “sujeitos a numerosas restrições legais ou simplesmente impregnados nos costumes de uma sociedade dominada por uma diminuta elite branca” (Idem, *Ibidem*, p. 35). Conforme Müller:

Os primeiros anos da República foram, então um período de intensos debates sobre como deveriam ser os caminhos da modernidade e do progresso para o país. Aos poucos, a escola passa a ser o espaço preconizado para a criação do povo brasileiro, uma vez que essas mesmas elites pensavam que até então não tínhamos um povo e sim um aglomerado de população. (MÜLLER, 2003, p. 76)

O caráter universalizante da instrução pública, estava vinculada às enormes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. “A escola teve um papel fundamental de identidade e do sentimento nacional” (MÜLLER, 2003, p. 76) Os debates acerca do ingresso nas escolas oficiais aos negros agora livres e seus descendentes, ganhou ampla repercussão. Entretanto, tal discussão não se efetivou em igualdade de acesso à escola para alunos brancos e negros nas escolas oficiais, no período entre o final do século XIX e início do XX. Barros contextualiza este momento histórico:

Falta de vestimentas adequadas, ausência de um adulto para realizar a matrícula, dificuldades para adquirir material escolar e merenda, por exemplo, eram empecilhos enfrentados por alunos dessa origem para acessar a escola. Ou seja, as dificuldades enfrentadas pelos alunos negros, presentes durante o século XIX, permaneceram nas próximas décadas do século XX; no mesmo período em que aconteciam os debates acerca da importância da disseminação da educação popular (BARROS, 2005, p. 85).

Diante desta análise, podemos afirmar que o pensamento racista formulado desde o início do século se faz presente na realidade escolar, pelo menos na cidade de São Paulo entre o final do século IXI e início do século XX, além das dificuldades de ordem material, a presença de negros nas escolas era “motivo de incômodo para o restante da população” (BARROS, 2005, p. 79), afinal estas pessoas saíam do chicote como coerção e iniciavam uma nova vida com a chamada liberdade.

O discurso já apontava para uma política de educação para todos, o que leva a um entendimento de igualdade entre todos os brasileiros. Entretanto, “sutis

mecanismos” categoricamente aplicados para o alijamento do negro nas escolas oficiais da época, se desencadeavam desde a matrícula, e o incômodo da presença de crianças negras na sala de aula. Entendemos que as dificuldades estabelecidas neste período nos levam a afirmar a grande desigualdade entre brancos e negros no Brasil ao longo do processo histórico e maiores entraves para o desenvolvimento de mobilidade social pela população negra, logo de ascensão social com a educação, que de certa forma perdura até os dias atuais. Nesse sentido, conforme afirma Barros:

O acesso à escola era o elemento de manutenção do poder entre a camada branca da população. Isto é, a escola não era legalmente proibida aos negros, mas sua presença era vetada através de mecanismos sutis de discriminação. O acesso as letras seria um elemento de diferenciação entre os brancos (que se consideravam superiores) e negros (considerados inferiores). Assim, o contato com crianças consideradas inferiores era rejeitado pelas demais famílias (BARROS, 2005, p. 91).

Assim, a partir do momento que o estado define oficialmente o acesso à escola para os negros no final do século XIX, portanto logo após a abolição da escravidão, o discurso de uma sociedade igualitária é implantado no Brasil. Entretanto, a convivência social da criança negra na escola nesse período histórico é permeada com as mais diversas manifestações discriminatórias pela população branca. Que continuavam sendo praticadas, afinal estes alunos chegavam à escola, “com seus hábitos indesejáveis, cheios de vícios, expressões torpes, e só estavam na escola para corromper os bons alunos” (BARROS, 2005, p. 91). Ou seja, os alunos não negros.

Iniciou-se, assim, a preservação da legitimidade subjetiva da herança escravocrata. A igualdade trazida pelo fim do regime escravista não aponta para a construção de uma cidadania dos negros através da educação.

Por cerca de três séculos e meio o negro brasileiro foi escravizado, precisamente de 1534 a 1888 (SANTOS, 2000). Os primeiros anos do século XX, a segregação informal nos restaurantes, bares, teatros, hotéis, escolas, enfim, em todos os espaços sociais o cidadão negro era alijado. Como esperar uma integração efetiva desta população que sempre foi considerada subalterna pela nação brasileira? Afinal, a abolição não significou integração, o negro continuava à margem da sociedade.

Houve, então, o processo de construção do desenvolvimento de uma mobilização por parte da população negra contra as todas as “sutis ações” discriminatórias praticadas no meio social e que, de certa forma, impediam esta população à inclusão ao trabalho e à escolarização. Um dos primeiros momentos desta mobilização é a chamada imprensa negra. Conforme Miriam Ferrara, foram jornais produzidos por negros e para negros, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, em um período relativamente longo, entre 1915 e 1963 (FERRARA, 1986).

A pesquisa de Ferrara analisa a utilização dos jornais da imprensa negra como fonte de estudos. A autora voltou sua atenção à forma e ao conteúdo dessa imprensa, demarcando os discursos políticos que aparecem nos jornais desse período. Mostra que essa imprensa, nos seus quarenta e oito anos de existência, lutou especificamente contra os preconceitos raciais para conscientizar o negro de sua posição na sociedade brasileira e valorizar a educação e a instrução. Segundo a autora, pelos jornais, podemos perceber as aspirações e lutas desses grupos, assim como suas atividades culturais (FERRARA, 1986). A educação e a conscientização do negro são partes do conteúdo básico dos jornais, exaltando os discursos de valorização dos negros, o de união, de solidariedade, preconceito e participação política (idem, ibidem).

Outra importante mobilização da população negra, especificamente a paulista, ocorreu com a fundação do Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo em 1931. Este movimento de protesto contra a discriminação racial que alijava o negro da economia industrializada, fazendo-se sentir em diversas cidades do país. Segundo Barbosa (1998), este movimento negro foi combativo em denunciar as condições de trabalho degradantes das mulheres negras empregadas domésticas e também de outros ofícios realizados pelos negros.

A Frente Negra Brasileira foi um marco na política afro-brasileira da época, oferecendo a esta população marginalizada socialmente possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial. Incentivou a conquistas de posições dentro da sociedade e aquisição de bens pelos negros. Vale ressaltar que este movimento possuía uma escola voltada à alfabetização de crianças da comunidade, a escola. As professoras do movimento eram conhecidas como

“Rosas Negras” e a maioria eram esposas dos fundadores do Frente Negra (BARBOSA, 1998).

Segundo Nascimento, a trajetória deste movimento é um capítulo importante da história do povo afro-brasileiro. Sua extinção ocorreu em 1937, com o decreto o presidente Getúlio Vargas que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos – em 1936 a Frente Negra havia sido registrada como partido político (BARBOSA, 2000).

Outro grande movimento que também voltou sua atenção à educação do negro no Brasil foi o TEN, criado em 13 de outubro de 1944 na cidade do Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento. Este movimento deu continuidade ao trabalho do protesto negro organizado, contestando a discriminação ao mesmo tempo em que formava atores e dramaturgos afro-brasileiros. Assumia e trabalhava sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade. O discurso do TEN trabalhava com o lema da “negritude” (NASCIMENTO, 2000).

A participação da população negra nos movimentos alarga-se cada vez mais com a atuação do TEN, que produziu muitos espetáculos teatrais e concursos de beleza negra e de artes plásticas. Além de todos esses eventos sócio-políticos, patrocinou e organizou a Convenção Nacional do Negro em 1945, em São Paulo. Em 1945, houve ainda um Fórum de Gente Negra, para tratar de suas necessidades socioeconômicas emergentes.

O TEN reafirmou sua força mobilizadora com a realização de um curso de alfabetização de adultos. Com o apoio de artistas da época e autorização da União dos Estudantes para usar suas dependências, este espaço era dedicado aos ensaios das peças teatrais e, à noite, funcionava como sala de aula para alfabetização de adultos negros. Estes alunos adultos eram “operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão, modestos funcionários públicos e – ofereciam-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava a ver, enxergar o espaço que ocupava o afro-brasileiro” (NASCIMENTO, 2000, p. 205).

Assim, o TEN estabelece várias mudanças significativas para muitos negros com a implantação do curso de alfabetização especificamente voltado para pessoas negras adultas sem nenhuma escolarização, portanto com muito mais dificuldades de inclusão no mundo do trabalho. Segundo Jeruse Romão:

A educação no Teatro Experimental do Negro não encontra relação simplesmente com a escolarização. A educação do Teatro Negro incorporou ao projeto: a perspectiva emancipatória do negro no seu percurso político e consciente de inserção no mercado de trabalho (na medida que pretendia formar profissionais no campo artístico do teatro); na dimensão política, uma vez que o sentido de ser negro foi colocado na perspectiva da negação da suposta inferioridade natural dos negros ou da superioridade do brasileiro. (2005, p. 119)

Portanto, todas estas análises históricas feitas até aqui nos permitem afirmar que estes importantes movimentos negros das primeiras décadas do século XX, desde 1915 até 1940, tiveram como foco a educação, sendo que esta preocupação não fica somente expressa nos apelos educativos dos jornais da imprensa negra. Esses movimentos do passado foram realizadores de soluções, intervenções arrojadas e importantes no campo da educação, com a implantação de escolas e cursos de alfabetização voltados para a população negra. Estas montagens estratégicas políticas de combate ao racismo, levou o país a finalmente pensar em alternativas de construção de um novo caminho para uma identidade negra livre das limitações e imposições de racismos.

Assim, diante das árduas lutas dos movimentos negros, hoje o país inteiro discute uma política de inclusão social e educação para a população negra. O ponto principal desta discussão são as políticas afirmativas, que chamam a atenção da sociedade para a necessidade de propor ações de inclusão no ensino superior brasileiro com o sistema de cotas. Obviamente, tal proposta suscita (ou) muitas discórdias, afinal, depois de séculos o negro brasileiro deixa, de certa forma, de ser invisível para a sociedade brasileira. Invisibilidade esta que não significa uma ausência no sentido físico, mas uma não existência no sentido social do processo histórico institucionalizado.

### **3.5 Cidadania e invisibilidade**

Predominantemente, quando nos remetemos à palavra cidadania e seu sentido subjetivo, compreende-se a condição do ser social participante da sociedade. A noção de cidadania não perpassa somente por uma conscientização do cidadão de seus “direitos e deveres”, essa noção simplista de direitos e deveres nos leva a uma visão funcionalista dos indivíduos em sociedade, considerados exclusivamente em

razão do cumprimento desses deveres e o usufruto desses direitos. Ser e estar incluso em uma sociedade implica assumir e participar de sua identidade coletiva (GATTI, JR., 2010).

Como podemos observar, o Brasil conseguiu permanecer com suas práticas de exclusão de sua população negra, mesmo com a modernização política, econômica e social, sendo que os direitos sociais contidos nos documentos legais brasileiros submetem os indivíduos às leis comuns, regras comuns a todos de vivência em sociedade. A exclusão e seus efeitos perversos ainda persistem e traduzem a dimensão da desigualdade entre brancos e negros no Brasil, e os contínuos horrores e arbítrios pelo qual o cidadão negro brasileiro é acometido<sup>10</sup>, com resquícios do tempo em que seres humanos eram legitimamente tratados como coisas. Mesmo inseridos em uma sociedade de direitos, esta sociedade de certa forma impulsiona a sensação de não pertencimento social, corroborando com a análise de Araújo quando afirma:

[...] a cidadania percebida em sua dimensão subjetiva, funcionará como instrumento que possibilita o pertencimento social, o sentimento de estar “dentro”, de ser considerado como “igual”. Obviamente, nessa perspectiva, o diferente, o “outro” moral, identitário, cultural, aquele que não adere a essa identidade, passa a funcionar como referência de não pertencimento, de não “estar dentro”, de estar excluído do corpo social. (ARAÚJO, 2006, p. 89)

O “não pertencimento” leva a compreender a subjetividade da invisibilidade social, é como se o “outro” tivesse pouca importância, como um mecanismo de manutenção da exclusão, e esta exclusão faz com que a sociedade perceba o cidadão negro como um cidadão de “última categoria” na ordem social. Santos enfatiza:

No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada, enquanto que no sistema de exclusão e pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão se assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio de exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está

---

<sup>10</sup> Caso do ator Vinícius Romão, ator, psicólogo, negro, ficou detido foi preso injustamente por acusação de roubo em 17.02.2014. A suposta vítima descreveu o acusado como: “preto de cabelo black, de bermudas e sem camisa”. O rapaz acusado e preso estava de calça comprida e blusa preta, somente o cabelo era no estilo black. O caso obteve uma grande repercussão da mídia como uma prisão baseada no racismo. Folha de São Paulo, (online) 17.02.2014.

fora. Estes dois sistemas de hierarquização social, assim formulados, são tipos ideais, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas. [...] Se a desigualdade é um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de verdade, cria o interdito e o rejeita. (SANTOS, 1995, p.2)

Em uma sociedade excludente como é a brasileira, a população negra, mesmo com as mudanças de paradigmas no moderno sistema social, ainda encontra-se em desvantagem no processo competitivo da mobilidade social, como considera Pastore, “[...] a mobilidade no Brasil procura examinar os impactos dos movimentos individuais e grupais, dedicando especial atenção à questão da diminuição e expansão das diversas camadas sociais” (PASTORE, 1979, p. 3), e são maiores as dificuldades para o alcance da ascensão social. O alcance da ascensão social pela educação, é um dos principais instrumentos capazes de promover na dimensão vertical promoção social, e “tornar visível o sucesso e a ascensão do negro numa sociedade que o discrimina e exclui” (AZEVEDO, 2007, p. 31). O acesso à educação como política pública e de uma sociedade de direitos seja efetivamente uma “premissa histórica da conquista da condição humana de ser gente, de converter-se em cidadãos de fato e de direito” (FERNANDES, 1989, p. 27).

O papel dos intelectuais na educação é de criar bases para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais igualitária. Entretanto, o que muitas vezes encontramos nas escolas é o repetido discurso de uma estrutura social hierarquizada, classista e, muitas vezes, racista. Diante desta análise, podemos afirmar que o pensamento racista formulado desde o início do século XX se faz presente na realidade escolar. Nesse sentido, afirma Nilma Gomes:

[...] a escola pode ser considerada como um dos principais agentes nesse processo. Todavia, se a escola não realiza um trabalho crítico e comprometido com os diversos segmentos raciais presentes no seu interior, se ela mesma não se preocupa e se interessa em realizar essa discussão, continuará atuando como uma instituição que reforça e reproduz o racismo presente na sociedade (GOMES, 1995, p. 30).

O combate ao racismo exige do conjunto da sociedade uma vigência ética do ambiente racista que envolve este cotidiano e, também, compreender o que seria o racismo, sua força nefasta no meio social brasileiro e toda exclusão propagada à população negra. Henrique Cunha Júnior afirma que racismo:

[...] são formas de dominação criminosas, violentas, tal como o escravismo, baseado nas diferenças étnicas. Os racismos são criadores de estruturas simbólicas e de ações responsáveis pela exclusão dos direitos da cidadania de um grupo racial. O racismo brasileiro não tem a mesma cara e nem a mesma sistemática nos diferentes estados, nas diferentes cidades do mesmo estado, nos diferentes bairros de uma, sua mesma cidade e nas diferentes classes sociais e uma mesma localidade. Esse aspecto camaleão do racismo dificulta a identificação e compreensão dos mecanismos de ação. Os racismos criam suas próprias culturas, são culturas de negação e do extermínio dos racisados. O sistema de dominação naturaliza essas culturas. (CUNHA Jr, 1996, p. 149)

Assim, diante do fato que o racismo continua em vigor no nosso país, várias propostas estão sendo trabalhadas ao longo de muitos anos, como a implantação de políticas públicas ou políticas afirmativas para que ocorra um desmonte do processo ideológico do racismo no Brasil. Logo, perceber o que é o racismo exige um maior esforço acadêmico por parte dos professores e suas ações em sala de aula.

Sem as árduas lutas dos movimentos negros no Brasil ao longo do processo histórico, nada ocorreria sem o entendimento básico do conceito de Direitos Humanos. A compreensão e a constatação ampla do significado dos direitos humanos pelos movimentos negros levaram tais movimentos à elaboração de diversas estratégias, em diversos níveis da cadeia nacional abrangendo a educação formal, para que, enfim, se proceda à democratização do acesso nesse país.

É uma das ideias que animam nosso tempo. Hoje o país inteiro discute políticas de inclusão social e de educação para a população negra. O ponto principal dessa discussão são as políticas afirmativas, que chamam a atenção da necessidade da sociedade para a necessidade de propor ações de inclusão no ensino superior com o sistema de cotas. Obviamente que tal proposta suscita muitas discórdias, afinal depois de séculos o negro deixa de certa forma de ser invisível para a sociedade brasileira.

Entretanto, a própria história nos mostra que não somente após séculos de luta, o negro conseguiu ser inserido no meio social, conseguindo sua ascensão e mobilidade social, muitos foram os negros que mesmo diante das grandes dificuldades apresentadas nos primeiros anos pós-abolição tornaram-se professores, “a sociedade produziu letrados negros dedicados ao ensino e ao magistério” (MÜLLER, 2006, p. 162). Alfabetizando e atuando com muita competência a profissão, mesmo diante de tantos percalços para a sua formação escolar e enfrentando cotidianamente o

preconceito racial, ascender socialmente depende da educação em todos os setores profissionais, mas segundo Santos (2007, p. 89):

[...] é pouco o número dos negros que tem alcançado a ascensão social através da educação. Entretanto, estes que precisam ser reconhecidos e conhecidos para que sirvam de incentivo a outros negros, e, também para fornecer dados para que a nossa sociedade avalie a dívida social que tem para com os negros brasileiros, pois estes também são cidadãos brasileiros e têm o direito de serem tratados como tal. Em relação à melhoria da educação, esta deve vir acompanhada de mudanças no tratamento da questão racial. Sendo necessário que o ambiente educacional, em todos os níveis, saiba lutar e combater o racismo.

Concordando sem restrições com Gatti, para que enfim se proceda a democratização do país, faz-se necessário que a sociedade, o cidadão compreenda que:

o processo de construção de uma sociedade de direitos é uma conquista que depende claramente de uma vontade íntima e racional e geral das pessoas em sociedade sendo que mesmo aquelas que não sofrem constrangimentos quanto ao exercício de seus direitos fundamentais devem estar vigilantes quanto à necessidade desses direitos serem respeitados em todo lugar. Se olharmos o mundo a nossa volta poderemos perceber o quanto ganhamos com a invenção dos direitos humanos, mas, também, o que ainda falta conquistar para que, pelo menos, as palavras redigidas nas diversas declarações de direitos ao longo desses quase duzentos anos encontrem possibilidades mais concretas de realização (GATTI, 2010, p. 9).

Em 2013 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR), completou dez anos de existência em meio a realização da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III CONAPIR<sup>11</sup>. A criação da secretaria (com status de ministério) para a promoção de políticas públicas de igualdade racial só pôde se tornar real, cento e quinze anos

---

<sup>11</sup> Importante ressaltar que a Presidente da República, Dilma Roussef, em seu discurso na abertura da III CONAPIR no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília, na noite de 5 de novembro de 2013, anunciou o envio ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei que reserva 20% das vagas de concursos públicos federais aos negros. Assinou o decreto que regulamenta o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, confirmou a criação de uma instância específica para tratar da questão da saúde da população negra no Ministério da Saúde e garantiu que, até março de 2014, todas as comunidades quilombolas do país receberão profissionais do Programa Mais Médicos. Fonte: [http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2013/11/dilma-assegura-conquistas-para-a-populacao-negra-na-abertura-da-iii-conapir](http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/11/dilma-assegura-conquistas-para-a-populacao-negra-na-abertura-da-iii-conapir) (consultada em 12 de janeiro de 2014).

após o decreto da Lei Áurea e da abolição da escravatura, e isso aconteceu somente quando um operário chegou à presidência da República com promessas de mudanças estruturais na sociedade brasileira, ou seja, no início de 2003 e do primeiro ano de governo Lula.

Porém, quem acreditou que a criação de uma Secretaria com status de Ministério iria provocar mudanças nas relações raciais e no seio da sociedade e, assim como em um passe de mágica, garantir de imediato a cidadania da população negra brasileira, pode ter se enganado. A própria criação da Secretaria não foi tão fácil e encontrou resistência dentro do Partido dos Trabalhadores. Passados esses dez anos, o movimento negro avaliou com certa cautela os avanços nas políticas públicas de promoção da igualdade e o sentimento entre seus militantes é de que ainda há muitos decênios futuros de intervenção na sociedade (e na política do país) para que essas intenções se concretizem e tornem o Brasil, de fato, um país afirmativo onde se vivencie as diferenças em condições de respeito e igualdade de oportunidades e de direitos.

A criação da SEPPIR é fruto de pelo menos quatro décadas de luta do movimento negro, ou seja, não foi uma proposta criada por um departamento acadêmico ou um determinado partido político e sim resultado da luta organizada do povo negro brasileiro em todas as unidades da federação, o movimento negro possui voz uníssona. Mas em um país em que cotidianamente a população negra convive com os mais sórdidos mecanismos de exclusão racial, é mais ou menos óbvio que as dificuldades para que as propostas elaboradas pela SEPPIR sejam efetivadas e aplicadas e, enfim, cheguem à outra ponta, ou seja, que afetem as condições de vida da população negra brasileira, sejam muitas.

Entretanto, apesar da dificuldade da percepção da aplicabilidade das políticas de inclusão social e de combate ao racismo pela população negra, por parte dos gestores e integrantes do governo a avaliação é extremamente positiva, Luiza Bairros, atual Ministra da Igualdade racial, disse que:

Os avanços são bastante significativos nestes dez anos. Do ponto de vista da institucionalização da política de promoção da igualdade racial, a SEPPIR desencadeou no Brasil a possibilidade de criação de órgãos estaduais e municipais que são extremamente importantes para fazer chegar até as pessoas tudo aquilo que é pensado em termos de inclusão da população negra (SEPPIR, 2013, p.4)

A referida ministra, avaliou a aprovação do estatuto como um passo extremamente importante, já que define em lei as obrigações do setor público nos três níveis de governo<sup>12</sup>.

A SEPPIR não tem orçamento para desenvolver ações, é uma secretaria de “articulação de políticas” para serem adotadas e implementadas por outras pastas ministeriais. A aplicação das políticas afirmativas depende do pacto federativo e do envolvimento das administrações de estados e municípios, e muitas vezes nesse caminho que tais diretrizes políticas tem de percorrer entre aquilo que é escrito em Brasília e a população que reside nos mais remotos municípios é tão grande que elas nunca chegam na população.

Mas mesmo que os efeitos práticos da existência da SEPPIR não sejam tão perceptíveis para a maioria da população negra brasileira, somente sua existência, por si só, já é um enfrentamento explícito à ideologia difundida pela elite eurocêntrica que governava o país até os dois primeiros anos do século XXI, a ideologia de que no Brasil não existe racismo e que este país é o maior exemplo de democracia racial. Então é correto afirmar, que quando o governo brasileiro criou a SEPPIR ele de imediato reconheceu que em seu território existem práticas racistas, e a mudança do paradigma na política racial brasileira é uma vitória incontestável da organização social afro-brasileira.

A questão importante é que no momento em que se criou a SEPPIR, a estrutura de governo reconheceu a existência do racismo, e com o reconhecimento também promoveu o debate sobre as desigualdades sociais por motivação baseadas em preconceito étnico e racial. E essas questões foram debatidas no Congresso Nacional, dentre outros momentos, destacamos dois exemplos:

1. Para a aprovação da Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010, também conhecida como o Estatuto da Igualdade Racial;

---

<sup>12</sup> Em entrevista ao programa Bom Dia Ministro do dia 21 de março de 2013, programa produzido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Fonte: [http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2013/03/ministra-faz-balanco-dos-dez-anos-da-seppir-e-destaca-aprovacao-de-estatuto-e-aco-es-afirmativas](http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/03/ministra-faz-balanco-dos-dez-anos-da-seppir-e-destaca-aprovacao-de-estatuto-e-aco-es-afirmativas) (consultado em 12 de janeiro de 2014)

2. Quando se instalou o debate sobre a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre cotas sociais que consideram o percentual da população negra de cada estado para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Em julho de 2009, o partido político Democratas (DEM) iniciou campanha contra o sistema de cotas raciais ajuizando ação com pedido de declaração de inconstitucionalidade de atos que resultaram na instituição de cotas na Universidade de Brasília. A peleja se tornou um debate de política de Estado, e a então candidata à Presidência da República, Dilma Roussef, criticou a ação do DEM contra a política de cotas para negros nas universidades e se declarou totalmente favorável à reserva de vagas para estudantes negros e também para pobres<sup>13</sup>.



Foto 1 - Imagem de manifestação anti-cotas na USP  
Fonte: <http://agudosquilombo.wordpress.com/2010/11/27>.

As cotas, naquele momento, se tornaram uma das bandeiras de polarização entre os projetos políticos diferenciados que concorriam a presidência da República, e com esse caráter ganharam espaço na imprensa nacional.

Mas nesse debate, o que realmente ganhou espaço foi o conjunto de argumentos dos cidadãos que defendiam as cotas como mecanismo de inclusão, pois a versão de que as cotas acabariam com o critério de mérito, e sem o mérito se extinguiria também a “excelência” das universidades brasileiras, já preenchia as

---

<sup>13</sup> Ver em <http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2010/08/07/dilma-volta-a-criticar-o-dem-por-ter-recorrido-ao-stf-contra-cotas-para-negros-nas-universidades/>.

páginas dos jornais impressos e o espaço público das transmissões, via concessão de comunicação, por meio de rádio e de televisão<sup>14</sup>.



Foto 2 - Imagem de manifestação anti-cotas em Brasília

Fonte: publicada em 2012 no <http://acidblacknerd.wordpress.com/2012/12/08/euvi-por-que-sou-contr-a-cotas-raciais-um-atraso-para-um-pais-que-diz-nao-ser-racista/>

A imprensa já difundia o medo à perda da excelência das universidades públicas desde 2002, oito anos antes do debate eleitoral de 2010, desde quando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) implantou o sistema de reserva por meio de 45% de 20% para negros na seleção de seus estudantes. Junto com o debate da excelência de ensino, se difundia a ideia de que as cotas promoveriam o racismo neste “paraíso de democracia racial”<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Sobre o processo de implantação da cotas nas universidades brasileiras, ver: DEUS, Z. A. OS HERDEIROS DE ANANSE: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade (tese de doutorado), Belém: PPGCS/ UFPA. 2008. Disponível em [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3060/1/Tese\\_HerdeirosAnanseMovimento.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3060/1/Tese_HerdeirosAnanseMovimento.pdf)

<sup>15</sup> Essa ideia ainda persiste nas páginas da imprensa, inclusive em blogs como o Blog do Instituto Millenium (Revista Exame) que em 2009 publicou os “Dez motivos para ser contra as cotas raciais”, Texto do Sociólogo Bernardo Lewgoy, a saber: “1. Cotas raciais sempre dividem negativamente as sociedades onde são implantadas, gerando o ódio racial e o ressentimento das pessoas que não entraram na Universidade, apesar de terem obtido nota maior ou igual do que os cotistas nas provas de vestibular. 2. Cotas raciais criam um terrível precedente ao admitir a discriminação racial para atingir objetivos políticos, gerando nas pessoas a sensação de que não serão mais julgadas pelo que são ou fazem, mas pela cor de sua pele ou origem étnica. 3. Cotas raciais foram importadas para esconder o real problema da baixa qualidade do ensino básico e dar poder dentro da Universidade a políticos que não têm nenhum compromisso com a qualidade do ensino e da pesquisa. 4. Cotas raciais corrompem as Universidades onde são aplicadas, aniquilando o valor do mérito acadêmico e criando pressões sem fim para discriminar as pessoas por sua “raça” em todos os níveis de ensino, do fundamental à universidade. 5. Cotas raciais levam a hipocrisia para dentro da sala de aula, pois estimulam o relaxamento nos padrões de avaliação, por parte de professores temerários de serem taxados de

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi a primeira universidade pública de grande porte no Brasil a utilizar no seu vestibular um critério de cotas raciais e que leva em conta a origem do estudante no processo de seleção. A lei que obrigou a universidade a estabelecer cotas foi aprovada em 2001, inicialmente proposta pelo ex-governador Anthony Garotinho (PSB) e que previa a reserva de 50% das vagas para estudantes de escolas públicas. Depois, a Assembleia Legislativa criou uma reserva para negros e pardos de 40%. Para não comprometer 90% das vagas, decidiu-se incluir as cotas raciais na parcela destinada aos alunos de colégios públicos. Com isso, metade dos alunos do vestibular passou a entrar na universidade por um dos dois critérios de cotas, enquanto os demais entram apenas com base no desempenho acadêmico nas provas.

Na disputa eleitoral de 2010 esses debates novamente ganham força e os argumentos favoráveis passaram a ocupar espaço nas páginas da imprensa, e isso contribuiu, e muito, para a população brasileira ser informada sobre a existência da desigualdade racial.

No embate político, aqueles que condenam as “cotas” que visam a favorecer a integração dos negros, a maioria das vezes, se valem de argumentos que contribuem para manter o status quo, pois silenciam e fecham os olhos para os dados estatísticos que confirmam a desigualdade social dos negros. Demonstam ter “boa vontade” em busca de soluções, mas arremetem para um futuro distante. É provável que pensem que medidas macroeconômicas possam

---

*racistas, caso reprovem ou dêem notas baixas a alunos cotistas ou oriundos de minorias étnicas. 6. Cotas raciais sempre enfrentam o problema de como saber quem pertence ou não de alguém a um grupo racial Pelo sangue? Pela cor da pele? Como o Brasil é um país miscigenado, odiosos tribunais raciais acabam decidindo se alguém pertence ou não a uma “raça” e ocasionam tremendas injustiças, como mostrou o caso dos gêmeos da UnB. 7. Cotas raciais desestimulam não só o mérito acadêmico mas encorajam a separação do povo em grupos raciais rivais, destruindo possibilidades de real convívio humano entre pessoas diferentes. Você sabia que muitas pessoas contrárias às cotas raciais são filhas de pais de cores diferentes? Qual será o clima que essa proposta vai gerar num país em que a miscigenação está dentro dos lares? 8. Cotas raciais geram preconceito contra pessoas decentes de todas as origens, que gostariam de ser julgadas pelo seu mérito e não pela cor da sua pele. Elas incentivam um clima sem fim de suspeitas de que o aluno negro – cotista ou não – não é competente nem como estudante e nem o será como futuro profissional. Você faria uma cirurgia com um médico cotista? 9. Cotas raciais entraram no Brasil pela porta dos fundos, num momento em que todas as pesquisas dos órgãos oficiais mostravam que seus supostos beneficiários, negros e pardos, vinham melhorando sua situação social e inserção na Universidade Pública. 10. Cotas raciais recuperam a idéia, refutada por toda a ciência moderna, de que a humanidade se divide em “raças”, oficializando aquilo que se quer combater” (ver em <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/instituto-millennium/2009/07/31/dez-motivos-para-ser-contra-as-cotas-raciais/>)*

resolver as desigualdades, sem atentarem que essas desigualdades foram acumuladas durante séculos (DEUS, 2008, p. 252).

Apesar dos avanços que provocaram uma mudança na opinião pública brasileira, a reação vinda da força política dessa mesma elite que se contrapõe à implantação de políticas públicas específicas para a população negra, continua a construir barreiras à aplicação dos marcos legais de igualdade racial no Brasil, e, com isso, a efetivação de políticas que provoquem mudanças capazes de ser percebidas pelo cidadão.

Um dos maiores entraves enfrentados no combate ao racismo encontramos no Poder Judiciário, e a justiça brasileira ainda se comporta de forma conservadora quando o caso é de racismo. Fácil de comprovar essa afirmação é perceber que apesar de legalmente tratar-se de crime inafiançável, as estatísticas de condenação por racismo revelam números inexpressivos, e isso acontece porque ao longo dos processos o sistema judiciário transforma as denúncias por crime de racismo em injúria, ou simplesmente absolve os réus por falta de provas (SANTOS, 2013).

Entretanto, o judiciário não é o único marco de resistência para a efetivação de ações de combate ao racismo, e na própria gestão do mesmo governo que criou a SEPPIR, vemos uma silenciosa resistência em executar ações dessa natureza.

Na educação encontramos um bom exemplo, de um lado temos a maioria dos professores a se esquivar da responsabilidade da abordagem de disciplinas valorizando a história e a cultura africana e afro-brasileira, e por outro, mesmo que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tenha criado a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em sua estrutura, esta Secretaria não tem o controle sobre a presença do conteúdo no material didático produzido pelo Ministério da Educação e distribuído para as escolas públicas em todo o território nacional. Sem o empenho dos professores e nem a presença dos conteúdos nos livros didáticos, como vamos emplacar a Lei 10.639/03<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Lei n. 10.639/03, é um marco histórico. Ela simboliza simultaneamente, um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira. Ciente desses desafios, o Conselho Nacional de Educação, já em 2004, dedicou-se ao tema e, em diálogo com reivindicações históricas dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, elaborou parecer e exarou resolução, homologada pelo Ministério da educação, no sentido de orientar os sistemas de ensino e as instituições dedicadas a educação, para que dediquem cuidadosa atenção à incorporação da diversidade étnico racial da sociedade brasileira nas práticas

Esse “jogo de empurra” faz parte da face perversa do racismo à brasileira, é como um inimigo não identificado, mas que é poderoso e em silêncio institucionaliza o racismo e impede que as diretrizes da política afirmativa resulte em ações que possam vir a promover impactos de valorização positiva para a população negra<sup>17</sup>. Assim, que nas próximas décadas que estão por vir a sociedade brasileira consiga reconhecer a incontestável contribuição do negro na história do Brasil e que as atuais leis implantadas sejam um marco libertador para um novo pensar nacional.

---

escolares. (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana. SEPPPIR, Brasília, 2009. P.9

<sup>17</sup> [mapa da violência, pg 37]. Disponível em:

[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf).

## **4 O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ**

### **4.1 A criação do Território Federal do Amapá**

A presença de negros no espaço que hoje compreende o Estado do Amapá data desde o período colonial, mais especificamente na segunda metade do século XVIII, quando é implantada a política pombalina para a ocupação da Amazônia (MORAIS; ROSÁRIO, 1999). Apenas no século XX o Amapá passou a ser unidade da federação, em 1943, quando Gétúlio Vargas separa uma parte do estado do Pará para criar o então Território Federal do Amapá, como medida política do Estado Novo para a defesa das fronteiras brasileiras. O modelo de preservação territorial implantado primava pela ocupação militar da fronteira.

A justificativa para a criação do Território Federal do Amapá pelo Governo Federal alegava a falta de segurança das fronteiras em função dos seguintes fatores: a segunda guerra mundial e a ameaça socialista; a incapacidade financeira dos estados de promover seu desenvolvimento; a escassez de povoamento ou vazio demográfico; a falta de uma economia de mercado e grande extensão física do litoral. A criação dos territórios federais foi uma medida utilizada pelo Governo Federal de resguardar o espaço brasileiro de quaisquer problemas fronteiriços com países vizinhos. Segundo Moraes e Rosário, vale ressaltar que:

A Carta Magna de 1934, postulava sobre a criação de novos territórios federais (já existia o Território do Acre desde 1904) ou estados mediante lei complementar, porém, a instituição de territórios federais ocorreu com a vigência da Constituição outorgada de 1937, que categoricamente foi mais rigorosa que a anterior no que concerne a Segurança Nacional, constituindo-se mecanismo legal para que o governo interviesse nos Estados que apresentassem déficit orçamentário por três anos consecutivos, transformando-os em Territórios ou desmembrando suas áreas para prover o desenvolvimento econômico (MORAIS; ROSÁRIO, 1999, p. 70).

Assim, a partir de primeiro de outubro de 1943 entraram em vigência duas leis: a primeira que efetivamente criava os territórios federais de Guaporé, Rio Branco, Ponta-Porã, Iguaçu e Amapá, e a segunda, que estabeleceu suas capitais, divisão municipal e administração. A prioridade para administração destes territórios recaiu sobre oficiais da ativa do Exército de patente superior ou intermediária. Tais

administradores-interventores foram de livre nomeação do presidente da República; na época, Getúlio Vargas.

Dois paraenses manifestaram-se para o cargo de governador do Amapá, os capitães Emanuel de Almeida Moraes e Janary Gentil Nunes, sendo o último o escolhido pelo então presidente. Esta escolha priorizou os méritos militares de Janary Nunes. Na época Nunes, era um jovem capitão do Exército de 31 anos. Sua posse ocorreu em 29 de dezembro de 1943 na cidade do Rio de Janeiro e sua chegada à cidade de Macapá aconteceu em 25 de janeiro de 1944, onde o governador deparou-se, segundo Santos:

Com um núcleo urbano de 1.286 habitantes, sem luz elétrica, esgoto e água encanada. uma cidade isolada e dependente tanto geográfica quanto política e economicamente do governo paraense, mas uma comunidade unida e integrada. Diante do aspecto desolador da cidade, uma série de modificações estruturais ocorreram rapidamente, entre as quais a urbanização de Macapá (SANTOS, 1998, p. 29).

Portanto, verificamos que tratava-se de uma cidade totalmente desprovida de serviços e atendimentos imprescindíveis à população. Além destes problemas de ordem funcional, o governo instalou-se com total indiferença à população local. Esta indiferença ao poder público que chegava à cidade vinha do descaso que o governo paraense relegou à região quando esta pertencia ao Pará, Macapá era considerada uma “zona de castigo”, para onde eram transferidos compulsoriamente servidores públicos que caíam no desagrado do governador do Pará (SANTOS, 1998).

Com a tríade “Sanear, Educar e Povoar”, definida como programa de desenvolvimento e organização para todos os territórios federais, o governador iniciou suas metas de trabalho para consolidar seu poder e, principalmente, conquistar o povo amapaense. A relevância do “janarismo”<sup>18</sup> no Amapá vem da sua forma autocrática de governar. A segregação racial sempre existiu em Macapá, como no restante do país, mesmo com o número populacional reduzido na época, sendo que esta segregação fez parte das políticas públicas implementadas pelo governador.

---

<sup>18</sup> Termo criado pela população amapaense para designar o longo período de permanência do Janary Nunes como governador interventor do então Território Federal e, na sequência, a ocupação do cargo de Deputado Federal, em mandatos consecutivos, no período de 1958 a 1970.

A divisão espacial dos bairros, neste período, já apresentava um caráter segregacionista: as conhecidas “famílias tradicionais amapaenses”, descendentes diretos de antigos colonos portugueses das Ilhas de Açores; os negros da Mazagão Africana; e nordestinos que começaram a migrar para a região a partir da segunda metade do século XIX. Santos, descreve a divisão destes e suas especificidades raciais: “Os brancos e brancarões, na parte central; os mamelucos, nas áreas denominadas Elesbão, Igarapé das Mulheres, Trem e Beiro; os negros, em áreas situadas por trás da Igreja São José (‘Beco do Formigueiro’) e no Largo São João” (SANTOS, 1998, p. 36).

Diante do aspecto desolador da cidade, as primeiras modificações estruturais ocorreram imediatamente, sendo que uma das principais metas foi a urbanização de Macapá. Assim, o governador inicia sua forma peculiar de governar, através da cooptação de moradores mais velhos, os senhores patriarcais de famílias tradicionais, e os líderes da festa religiosa e negra, muito popular em Macapá: o Marabaixo. Usando de máxima cordialidade, o governante conseguiu persuadir tais líderes e iniciou um grande remanejamento da população para áreas urbanas mais afastadas.

Vale ressaltar que este remanejamento ocorreu exatamente com a população negra da cidade. Os bairros negros “Beco do formigueiro” e Largo de São João ficavam situados em uma área urbana que o governador considerou como “área nobre” da cidade, o centro da cidade. Este deslocamento Isso foi feito com a conivência dos líderes negros mantenedores do Marabaixo, Julião Thomaz Ramos e Gertrudes Saturnino Loureiro, que tornaram-se partidários do “janarismo” e de bom grado aceitaram a sugestão do governador (CANTO, 1998).

Consideramos como marco oficial dessa segregação o remanejamento de famílias negras que moravam e eram proprietários dos terrenos no primeiro plano da cidade (núcleo urbano), na frente da cidade com vistas para o rio Amazonas; este foi o lugar escolhido para a construção da residência oficial do governador (mantido até os dias atuais). Caracterizamos tal ação como “limpeza étnica”, ou seja, o remanejamento destas famílias.

A criação de bairros majoritariamente de população negra e pobre é assinalada nas mais diversas cidades brasileiras; no caso de Macapá não foi diferente. O governador transfere esta população para áreas afastadas do centro da cidade, e assim, dois bairros de população negra são construídos em Macapá: a favela (hoje

Santa Rita) e o Laguinho. Este último é reconhecido até os dias atuais como um bairro de negros, já que a maioria da população é negra e as pessoas formadoras dessa comunidade são descendentes diretos de escravos (MACIEL, 2001).

A força de identidade negra do bairro do Laguinho ocorreu devido à maioria das famílias negras remanejadas já cultivarem roças de mandioca ao redor de um lago (o nome do bairro foi criado em função deste lago) e um poço de água potável, conhecido como “poço do mato”, além da também a extrema devoção e manutenção do Marabaixo. O bairro é conhecido como “Nação Negra” por seus moradores<sup>19</sup>.

Entendemos que para o governador não era nada interessante manter a população negra na “frente” da cidade, onde foi constituído (e mantido até os dias de hoje) o “cartão de visita” de Macapá.

O discurso do governante era o de uma integração perfeita entre os munícipes, principalmente de uma comunidade “unida e integrada”, algo necessário para a manutenção de sua soberania e para o desenvolvimento do Amapá. Santos afirma que, no governo de Janary Nunes:

a incorporação de amapaenses ao serviço público, que igualmente fazia parte do conjunto de ações governamentais para desarticular núcleos de reação ao progresso e à autoridade geralmente as pessoas brancas ou com predominância desse tipo étnico, ocupariam cargos e funções relevantes. Os mestiços bem evidentes, quase sempre desempenhariam atividades de caráter intermediário. Já os negros atuavam nos serviços gerais, principalmente e na capital trabalhariam na prefeitura, na limpeza pública (SANTOS, 1998, p. 35).

Janary Nunes promoveu a segregação espacial com o remanejamento da população negra do centro da cidade e uma explícita divisão racial do trabalho, mas a miscigenação, o parentesco por consanguinidade e a adoção de sobrenome transformaram a população de Macapá em uma espécie de grande família e, por esse motivo, “não configurava como discriminação racial como se processava essa integração” (SANTOS, 1998, p. 36). Principalmente pela difusão do mito desenvolvido desde o início de seu governo em 1944, de uma comunidade “unida e integrada”,

---

<sup>19</sup> Professor Francisco Lino, um de nossos entrevistados para este trabalho reforça como o bairro é reconhecido e chamado por seus moradores, bairro da “nação Negra”.

vivendo de forma amistosa e tolerante e sem opositores à sua forma autocrática de governar.

Ao remanejar a população negra, titular estes terrenos doados e ainda autorizar retirada de madeira para as construções das novas casas, nos novos bairros, das estâncias do governo, como benfeitoria, além de incorporar um número razoável dessa população no serviço público, como merendeiras, serventes, lavadeiras de roupa (no caso das mulheres) e na limpeza pública, construção civil (os homens) todos estes fatos, somados ao prestígio que o governador possuía entre os negros, mitificou a ausência de racismo em Macapá (MACIEL, 2001).

O domínio político de Janary Nunes foi de 1943 a 1970, portanto, vinte e sete anos. Permaneceu no cargo de governador do Amapá de 1944 a 1956 (12 anos), e foi ainda deputado federal eleito pelo povo de 1958 a 1970. Seus irmãos também ocuparam cargos políticos no Amapá: Pauxy Nunes governou o território e Coaracy Nunes foi deputado federal em duas legislaturas. Tempo suficiente para solidificar seu poder, sua forma de governar, sua ideologia partidária, introjetar a explícita “divisão étnica” como algo natural e, principalmente, solidificar o quadro hegemônico do Amapá, sendo traduzido pela orientação carismática do governante a sua política de favores e apadrinhamentos. A “ditadura” política do Amapá durou quarenta e nove (49) anos.

Da era Vargas ao governo Collor todos os governadores do Território Federal do Amapá ou foram militares ou diretamente conduzidos ao cargo pelo Presidente da República que administrava o Brasil na época dessa condução. Na primeira eleição para o governo do agora Estado do Amapá (a Constituição de 1988, transformou os Territórios Federais de Roraima e Amapá em estados da federação), em 1990, o vencedor foi um ex-governador do Território, Comandante Aníbal Barcelos. O primeiro governante civil eleito pelo povo em toda a História do Amapá foi João Alberto Capiberibe, em 1994 (MACIEL, 2001).

De certa forma, o poder político no Amapá se confundiu com o poder das patentes no quartel. Esse fato explica o tipo de política que foi praticada ali, a importância do apadrinhamento, o paternalismo, a relevância das indicações e a obediência da população, semelhante à subserviência dos soldados aos postos de comando.

A situação geográfica do Amapá foi o argumento aplicado para justificar o isolamento cultural, político, intelectual e social que essa região sofreu em relação ao restante do Brasil. Consideramos irrelevante esta justificativa, contudo, foi amplamente difundida e aceita pela população local (MACIEL, 2001).

Vale ressaltar que órgãos de comunicação de massa, como as rádios, foram dirigidas pelo estado ou pela igreja: a rádio Difusora de Macapá foi criada em 1945 por Janary Nunes e em 1968 a prelazia de Macapá fundou a Rádio Educadora São José, comandada pelos padres italianos do Pontifício Instituto das missões Estrangeiras (PIME). Já as emissoras de televisão só foram implantadas a partir de 1972, com vinte e cinco anos de atraso em relação ao restante do Brasil. Salas de cinema eram precárias e somente a partir de 1995 passaram a ter uma programação regular. De certa forma, ocorreu em Macapá, por um longo tempo, uma censura velada, um “filtro” estatal e religioso que transmitia à população apenas as notícias que lhes interessavam.

#### **4.2 A Implantação da política Educacional no Território Federal do Amapá**

De maneira geral, todos esses comentários iniciais acabam dimensionando aspectos decisivos para compreendermos o desenvolvimento da educação no Território Federal do Amapá. Conforme descreve Santos:

O ensino nas terras amapaenses, apesar de oficialmente ser instituído em 15 de abril de 1799 pelo governador do Grão Pará D. Francisco de Souza Coutinho, quando Janary Nunes aqui chegou em 1944, as escolas ensinavam somente até o terceiro ano primário, através de um currículo anacrônico, com os alunos aprendendo tão somente elementares conhecimentos de leitura, escrita e matemática, o que era muito pouco para uma sociedade em estruturação e que precisava de pessoas capacitadas e motivadas para levar a termo este propósito. O governo territorial, diante desse caótico quadro educacional, ainda, em 1944 começava a dinamizar o ensino, tanto e quanto aos pressupostos pedagógicos e ao atendimento. Fez funcionar 31 escolas para uma frequência média de 742 alunos e 33 professores e estendeu o ensino até o quinto ano, nos três turnos. Ainda nesse ano, instalava a Cooperativa Agrícola Escolar e iniciava ações para implantar o curso ginasial, que ocorreria em 25 de janeiro de 1947 e passava a funcionar o Ginásio Amapaense (SANTOS, 1998, p. 40).

A educação foi tornando-se abrangente no território. Não somente na construção de escolas, o ensino em terras amapaenses estendeu-se à alfabetização dos adultos: a maioria da população adulta da cidade de Macapá na década de 1940 era formada basicamente de analfabetos. Organizou-se um quadro de professores improvisados, basicamente recrutados entre os servidores públicos locais de níveis médio e superior e iniciou-se a imigração de professores do Pará e nordeste do país, atraídos pelos salários superiores aos que recebiam nos seus estados de origem e também à posição social atribuída a estes professores. (LOBATO, 2009)

Entretanto, no quadro de professores existiram amapaenses, alguns que entraram no magistério da época como professores leigos e outros diplomados na capital paraense. Posteriormente, os primeiros professores amapaenses foram diplomados em Macapá na Escola Normal, que começou a funcionar em 1949. O andamento da educação foi solidificando-se e, junto, o reforço propagandista das benfeitorias da administração local na luta de seus interesses políticos, tentando com seu discurso de considerar suas realizações administrativas mais como “bênçãos” do que como obrigações de governante. Sobre este fato, Santos faz uma boa análise:

A aprendizagem tornando-se abrangente, no entanto, como no restante do país, dificultava a formação de uma consciência crítica por continuar muito mais voltado em valorizar e exaltar as realizações e decisões governamentais, com o agravante dos estudantes serem massificados com o esdrúxulo e anacrônico entendimento que qualquer contestação ao governo representava anti-patriotismo e causava dificuldades ao desenvolvimento regional (SANTOS, 1998, p. 40).

A importância desta reflexão mostra perfeitamente que o governante da época, tornava a educação um instrumento de manipulação ideológica, procurando sempre manter alguns grupos sociais dentro de certos condicionamentos mentais e sociais e, assim, dentro dos planejamentos locais e regionais, fossem eles a médio ou longo prazo. Não foi prevista a implantação de um sistema de cursos superiores no Amapá. No entanto, a responsabilidade de iniciar este processo caberia ao interventor (governador) e este das decisões do poder central, porque se vivia em um território federal, sob a tutela e jurisdição do poder central.

O Território Federal do Amapá, desde sua criação até o final da década de 1970, somente estabeleceu instrução primária, secundária e colegial de nível médio.

Somente em 1969, com o estabelecimento de uma Lei Orgânica Federal do Ministério do Interior da época, ampliou-se o ensino para as escolas técnicas-profissionalizantes. O desenvolvimento intelectual da população da região desde o primeiro interventor e pelos posteriores governos nos leva a afirmar que não parecia interessante viabilizar a conscientização das pessoas através da educação.

Em Macapá cursos superiores só foram oferecidos efetivamente em 1981, mais de um século depois de ser fundada a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. A UFPA implantou o Núcleo de Ensino em Macapá (NEM), oferecendo os cursos de Pedagogia, Letras, Matemática, Educação Artística, História e Geografia – todos de Licenciatura. O NEM foi o embrião da UNIFAP, implantada somente em 1993, 49 anos depois da criação do território (MACIEL, 2001). Moraes e Rosário afirmam que:

A possibilidade de existirem indivíduos conscientes de seus direitos no Território Federal do Amapá foram negligenciados, ou melhor, totalmente cerceados pelo poder central, através de medidas etruscas, que coagiam os amapaenses em termos de evolução e desenvolvimento humano. A educação, a instrução e a cultura recebidas, procuravam incutir no amapaense um estado psicossocial de docilidade, obediência, subserviência e principalmente, incapacidade de autocondução (MORAIS; ROSÁRIO, 1999, p. 99).

A ideia difundida de um povo “acomodado” reflete muito bem a conjuntura da época, quando ocorreram restrições à liberdade de pensamento, evitando a existência de atos considerados subversivos, preconceitos, incluindo a inexistência de discriminação racial e restrições quanto à moral e aos bons costumes. Esta construção ideológica de povo “acomodado e unido” ainda perdura de uma forma mais branda no meio social amapaense; o isolamento geográfico e a população integrada são justificativas para essa construção, ignorando a existência de racismo. O pesquisador Ivair Santos, em sua obra “Direitos Humanos e as práticas de racismo”, apresenta um documento encontrado no acervo do Conselho Nacional de Combate à discriminação (CNCD), de 17 de Julho de 2007, escrito por Desembargador amapaense onde o mesmo afirma a ausência de racismo em Macapá, concordando com o autor quando afirma: “um dos que mais impressionam, [...] embora longo, sua importância exige a reprodução integral” (SANTOS, 2013, p. 145). Segue o texto completo do documento:

No que tange ao Amapá levo ao conhecimento de Vossa Excelência pela preocupação da existência de racismo na Sociedade Brasileira, principalmente ao que se refere ao Sul do país.

No que tange o Amapá levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o estado tem uma formação étnica da mistura do índio, negro e branco, em que postos-chave do Estado, como por exemplo no Poder Executivo e no Judiciário, além do Tribunal de Contas e Ministério Público, são ocupados por nativos, inclusive este subscritor que, honradamente, tem sangue indígena com português. No Parquet, tivemos a honra de ter como Procurador da República e o Reitor da Universidade Federal do Amapá são afrodescendentes, o segundo pós-doutorado pela universidade de Berlim, na Alemanha.

No poder Executivo Estadual contamos com a Secretaria Extraordinária de Políticas Afrodescendentes e Secretaria Extraordinária de Políticas dos Povos Indígenas, que entre outras atribuições desenvolvem projetos ligados à preservação da cultura africana e indígena.

Importante salientar que possuímos uma comunidade, localizada na área central da cidade, chamada Laguinho, cujo santo padroeiro do bairro é São Benedito, composta de famílias descendentes de africanos, além de várias comunidades Quilombolas, instaladas nos arredores da cidade de Macapá.

Com predominante cruzamento de negros e índios, o Amapá cultiva entre suas tradições o marabaixo, que é uma das mais vivas e belas manifestações da cultura herdada de nossos avós africanos. O batuque é comovente e cadenciado, seu canto lembra o lamento firme e a esperança dos negros de voltar para o continente africano.

Outra tradição folclórica é a festa de São Tiago, realizada às margens do Rio Mutuatá, vila formada em 1770 por famílias de colonos lusos vindos da Maurîtânia, na Costa Africana, fugindo dos conflitos políticos e religiosos entre Portugueses e Muçulmanos travadas naquele Continente, é deveras emocionante, a tradição enfoca personagens como São Tiago, São Jorge, Rei Caldeira, Atalaia e outros, vividos pelos moradores da Vila do Mazagão Velho.

Destaca-se ainda o carimbó, dança de origem Tubinambá, no Pará, também muito praticada nas festas tradicionais do povo Amapaense. O contato dos negros com a cultura negra e indígena originou uma dança com batuque vibrante, muita sensualidade e movimentos que lembram as tradições da Corte Portuguesa. Pode-se dizer que o carimbó é o retrato da miscigenação das três raças principais que formam a cultura brasileira.

A mistura o índio com o negro nos lançou outros ritmos, como siriá e sirimbó oriundos do Pará, além da dança, considerada uma das mais sensuais da Amazônia, o lundum marajoara, muito apreciada pelo povo do Arquipélago Marajoara (que conta com mais de 2.000 ilhas, em torno de 62.000 hectares), Mesmo pertencente ao estado do Pará, parte do arquipélago está culturalmente ligado ao Amapá. A dança do lundum marajoara, em tempos atrás, era praticada após meia-noite, pois devido à sua sensualidade e beleza não era permitido ser visto pelas crianças.

Vale ressaltar que o Amapá é a porta de entrada da Amazônia, sendo influenciada pelos ritmos afros do Caribe e das Guianas, como o merengue e a salsa, além do zuqui love, cassicó, entre outras. Do primeiro ritmo a Amazônia realizou uma mistura com o carimbo e

surgiu a nossa famosa lambada mundialmente conhecida. Outro ritmo caboco (escrito sem o l) é brega, já difundido no sul do Brasil.

Nhagatu era a língua falada pelo povo amazônico que habitava também o estado do Amapá, trata-se de uma mistura do Tipo Guarani com Português, nos legando vários termos, até hoje comuns em nossa linguagem regional.

A nossa culinária é a mais legítima do Brasil, regada de especialidades preparadas com o que há de mais saboroso e natural da fauna e flora amazônica. O uso de produtos nativos é uma herança dos primeiros habitantes da região: os índios e os negros. Esta herança nos legou pratos deliciosos, como: pato no tucupi, pescada de gurijiba, pescada amarela e filhote (peixes típicos da região), devidamente acompanhados do nosso pitu. Puxando a brasa para o nosso camarão, afirmamos que é o melhor camarão do mundo. Além desses, o tucunaré na brasa, o peixe muquiado, o pirarucu, o camarão regional, rosa e pitu ao bafo, maniçoba, o tacacá e ainda, o saboroso e internacionalmente apreciado, Açai.

Sem contar, ainda, que a interação com a natureza nos permitiu manter este estado entre os mais preservados do país.

É mister ressaltar, a guisa de esclarecimentos, que a cultura marajoara, aruás e macacos também influenciaram com seus costumes, lendas e tradições.

Os saramacas de origem afro, vindos do Caribe e da Guiana, também legaram vários ensinamentos com sua filosofia de vida sobre nascimento e morte. No primeiro se chora porque não sabemos o que ocorrerá durante a vida, e no segundo fica-se alegre, compram-se bebidas e soltam foguetes, pois aquela pessoa já cumpriu sua missão na terra.

Ainda hoje várias pessoas procuram os nossos benzedores, curandeiros e puxadores (uma espécie de fisioterapia afro-indígena), tendo como destaque o nosso querido e amado crioulo branco um negro com mais de cem anos que continua prestando serviços a nossa comunidade.

Graças ao Criador, nosso estado não sofre preconceitos raciais. Até a presente data (17 de Julho de 2007), não registramos no Poder Judiciário, nenhum processo de discriminação ou preconceito racial. Afinal de contas, o povo amazonense, é orgulhosamente caboco (sem o l) mistura de negro. Índio, cafuso, mulato, curibocas e brancos.

É com alegria que aproveitamos esta oportunidade para convidar Vossa Excelência e equipe para visitar nosso estado e conhecer nosso povo, suas tradições culturais e culinária exótica que temos a oferecer. Evidentemente não possuímos luxuosos hotéis e grandes shoppings, o que é compensado pela beleza natural e calor humano de um povo originalmente mestiço.

Saudações amazônicas

Desembargador G P/Corregedor-Geral da Justiça

Esta descrição densa e a afirmação de que o estado do Amapá não sofre de preconceitos raciais chega a ser tenebrosa. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta o índice populacional de Macapá no censo de 2010 como 669.526 mil habitantes, sendo que deste contingente populacional 76,05% se

autodeclararam negros ou pardos. Logo, em um estado com um índice populacional em termos proporcionais, onde a maioria da população é negra ou parda de forma autodeclarada em mais de 50%, é evidente que a segregação sedimentada do preconceito racial ocorre. Talvez a violência do racismo seja considerada irrelevante para o Senhor Desembargador G P, mas esta “harmonia racial” apresentada por este jurista não condiz com a realidade vivenciada pelas pessoas negras em Macapá. Como comenta o Prof. Sebastião Araújo: “[...] a *discriminação é muito forte*”.

Os desdobramentos com a situação política imposta pelo poder no antigo Território refletiu durante um longo período na conjuntura do Estado do Amapá, mas todas as medidas de mudança foram estabelecidas com o desenvolvimento fundamental da educação no estado, sendo direcionada para a liberdade civil.

No Amapá, a situação era de imponente predomínio do “janarismo” que, desde os anos 1950, fazia-se influente na região. No início de 1964, o Território estava no meio de uma luta pela influência política entre o Deputado Janary Nunes e o governador Terêncio Porto (nomeado governador do Território Federal do Amapá em 26 de novembro de 1962, permanecendo no cargo até abril de 1964).

A repercussão da tomada do poder pelos militares, ao contrário do restante do país (onde seguiram diversos protestos contra os golpistas), em Macapá, não ocorreram manifestações públicas contra ou a favor. Com a certeza de que os golpistas seriam neutralizados, o deputado Janary Nunes e o governador Terêncio Porto, no dia 30 de março de 1964, solidarizaram-se com o presidente João Goulart, pois, neste momento, ainda não se tinha certeza do rumo dos acontecimentos.

No dia 1º de abril, quando se consolida o golpe, imediatamente Janary Nunes e Terêncio Porto mudam de lado visando, nada mais nada menos, do que as suas próprias sobrevivências políticas, naquele momento nas mãos dos novos dirigentes. Em seguida, o governador entra no caminho de perseguição aos comunistas: detém alguns sindicalistas acusando-os de subversão e de estarem de acordo com os ideais comunistas, com estas prisões buscando demonstrar aos militares a concordância do governo territorial com as novas diretrizes políticas do país.

A imprensa oficial amapaense, do dia 22 de abril de 1964, em inequívoca euforia, manifestou apoio à posse do novo presidente, o Marechal Humberto Castelo Branco (que prometeu ser “*escravo das leis do País*” e “*estar em vigília permanente para que todos as observassem com exatidão e zelo*”). No mesmo dia, em Macapá, foi

promovido pelo governo do Território e a Igreja Católica uma manifestação religiosa de apoio ao novo governo onde, segundo o Jornal do Amapá, houve uma:

Magnífica demonstração de fé cristã e acendrado amor cívico - patriótico teve lugar na tarde do dia 15 do corrente, em nossa capital, por ocasião da posse do Marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da República, quando o povo amapaense, tendo a frente as mais altas autoridades da administração territorial e suas digníssimas famílias, reuniu-se na Praça Barão do Rio Branco, para render graças a Deus pelo êxito do movimento que libertou o nosso querido país da ameaça do comunismo... (Jornal do Amapá 22-04-64. In: SANTOS, 2001, P 38).

A Igreja Oficial, neste momento, apoiava inteiramente o movimento de tomada do poder pelos militares. Na Praça Barão do Rio Branco, o que se ouviu foram discursos de irrestrito apoio ao presidente Castelo Branco e de expurgo ao comunismo – o “terror vermelho”. Neste momento, o horror ao comunismo se tornava a tônica do discurso dos líderes do movimento.

Apesar das tentativas de aproximação do governo do Território com o governo Central, o governador Terêncio Porto, cada vez com menos sustentação política, encontrava-se em dificuldades e diante de várias denúncias contra sua administração, principalmente de desvio de verbas. Em seguida, ocorreu a insubordinação da Guarda Territorial, em virtude da perseguição aos jornalistas ligados à Igreja Católica e à Maçonaria:

[...] o tenente Uadir Charone, chefe do aparato policial do Território que, diante do clamor público contra a discriminação, mudava de posicionamento e, além da recusa de continuar cumprindo as determinações do governador, ainda passou a se confrontar com o mesmo, acusando-o de corrupto e traidor do movimento militar. (SANTOS, 1998, p. 151)

Assim, o tenente foi obrigado a solicitar na 8ª Região Militar um regimento para controlar a situação, o que foi prontamente atendido, culminando com a intervenção militar no Amapá. Logo após 15 de maio, o General Luís Mendes da Silva assumia o governo do Território. Na solenidade de posse do novo governador, o deputado Janary compareceu como forma de ensaiar uma aproximação. No início de sua fala, o governador Luís Mendes da Silva no Jornal do Amapá em 1964:

[...] agradeceu ao povo amapaense os votos de boas-vindas que lhe haviam sido apresentados, dizendo que assumia o posto de Governador do Amapá por escolha exclusiva do Excelentíssimo Senhor Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da República do Brasil que, como simples soldado, recebia aquela missão com humildade e confiança na proteção de Deus e na cooperação do bravo e brioso povo amapaense. (SANTOS, 2001, p.65)

Mais adiante, o então governador dá impressão de que haveria entre os diversos segmentos políticos do Território uma harmonia e uma tranquilidade política, pois o governador do Território (assume a administração do Território em 12 de Abril de 1964 a 10 de abril de 1967) Luís Mendes da Silva:

[...] ressaltou a importância da cooperação de todas as correntes, a fim de que, reunidos, fosse possível coroar os objetivos da Revolução de março, que conseguiu, além de livrar o Brasil do caos para onde o conduziam os comunistas, afastar, também, pessoas que, conforme a lista de expurgo já feitas, não trastejavam em ajudar a onda vermelha, o que não aconteceu no Amapá, felizmente. (Jornal Amapá, 20.04.1964).

Chama-nos a atenção a posição das elites locais que seguiam, assim, de acordo as determinações do novo regime.

A repercussão da política do regime militar no Amapá se fez sentir efetivamente após a tomada de posse do novo governador Luís Mendes, que imediatamente exonera o Prefeito de Macapá, Mário Luiz e, em seguida, decreta sua prisão por improbidade administrativa e corrupção (SANTOS, 2001).

O reordenamento do serviço público amapaense, a partir do mês de junho foi intensificado com transferências de servidores de uma instituição a outras suspensões, advertências e substituições no primeiro e segundo escalão. (SANTOS, 1998, p.154)

Luís Mendes inicia no dia 13 de junho a promover uma série de denúncias contra o ex-governador, acusando-o de desvio de verbas, de beneficiar amigos, parentes e de práticas subversivas – Terêncio Porto nunca rebateu as acusações. As manobras de Luís Mendes da Silva começam, em seguida, a vislumbrar a cassação dos direitos políticos de Janary Nunes e seus correligionários. Contudo, em suas tentativas não obteve êxito, pois o deputado gozava tanto de grande prestígio no

planalto quanto já tinha estreitas ligações com o alto comando militar e a Mineradora ICOMI, que detinha grande influência política.

[...] O Luís Mendes da Silva foi o primeiro governador do Amapá depois que os militares tomaram o poder em 64; aqui chegando, não entendia porque o Janary Nunes tinha escapado da cassação, uma vez que apoiara o João Goulart, nos momentos que antecederam o golpe, mais logo depois, faz uma reviravolta e escapa da cassação. Então, um dos objetivos dele foi retirar Janary Nunes do cenário político e para isso teceu severas críticas à sua pessoa. Só que nestas críticas ele acaba se perdendo, porque ele começa a falar demais, chegando ao ponto de fazer críticas ao projeto ICOMI, na ânsia de atingir Janary Nunes e desmascará-lo enquanto empreguista, dizia. Mas ele não tinha a leitura de que o golpe militar de 64 foi uma articulação das elites brasileiras econômicas. (MORAIS, 2005, p. 32)

O deputado Janary Nunes não tardou em reagir e, em outubro de 1964, começou uma série de acusações contra o governo do Território na tentativa de desestabilizá-lo. As denúncias diziam respeito a provável extinção da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e obras superfaturadas, motivo suficiente para a substituição do governador – até uma rebelião da Guarda Territorial foi tramada:

Em março de 1965 tentava uma ação decisiva, tramando sedição da Guarda Territorial direcionada contra o prefeito Rene Limonche que vinha fazendo críticas ao aparato policial, acusando seus integrantes de despreparados para o desempenho das funções. A intenção do deputado era provocar o envio de tropas federais – conforme diretrizes emanadas aos adeptos – para que o general Luís Mendes, que considerava irritadiço e nervoso, se sentisse desprestigiado e se exonerasse – esta rebelião não se efetivou. O Janary sabia que o fato do Luís Mendes não ter conseguido atingi-lo, muito pelo contrário, seria um forte indício de que seria substituído, e não deu outra, o Janary até articulou um abaixo-assinado para mudança do governador, mas não foi por isso que ele foi substituído não... (SANTOS, 1998, p. 158).

A imprensa amapaense era composta de três jornais editoriais e duas emissoras de rádios – Rádio Difusora e a Rádio Educadora – as quais eram favoráveis ao governo militar e repassavam as doutrinas e as ideologias de combate ao comunismo e ao ateísmo. Neste sentido e por influência do governo, estes veículos faziam diversas denúncias ao deputado Janary Nunes e partidários. Sabe-se que nem sempre estas manobras trouxeram resultados satisfatórios, pois ante a ânsia de difamar a imagem do deputado, muitas vezes o resultado era oposto, mesmo porque

a maioria das denúncias não tinham provas concretas e a credibilidade dos denunciadores, aos olhos da população, diminuía.

Luís Mendes da Silva se caracterizava pelo intervencionismo na sociedade civil organizada. Até liderança da União dos Estudantes do Amapá (UECSA), que estava ligada diretamente ao janarismo, sofreu a intervenção do governo e, aos poucos, a maioria dos jovens começaram a apoiar os militares. O governo, para isto, organizava palestras e eventos que repassavam as doutrinas e, principalmente, fomentavam o horror aos soviéticos (SANTOS, 2001).

A despeito de Luís Mendes da Silva, ter encontrado o Território com uma grande falta de infraestrutura, em todas as áreas, pouco fez neste aspecto. A exceção foi uma transformação na área educacional, com novas escolas sendo construídas, novos cursos implantados e os professores passando por cursos de capacitação, o que, porém, não significou um avanço qualitativo.

Com a edição do Ato institucional nº 2, foi implantado no Brasil o bipartidarismo que se resumiu a dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – as disputas passaram a ser polarizadas entre estes.

No Amapá, houve no período das eleições de 15 de novembro 1966 para o cargo de Deputado Federal, uma situação atípica, pois os dois candidatos faziam parte do mesmo partido, a ARENA, tendo de um lado Janary Nunes e do outro, apoiado pelo governador, Alfredo de Oliveira. Neste momento, havia uma ausência de oposição – MDB – pois, para o governador, qualquer movimento de oposição era tido como subversão, ou seja, atividades comunistas.

Os dois candidatos, embora adversários nas urnas, não o eram no campo das ideias, pois ambos eram favoráveis ao regime militar; o acirramento ocorria internamente, onde o governador Luís Mendes da Silva:

[...] embora afirmasse estar cumprindo missão de reordenamento administrativo territorial era constatável que quase todas as suas ações e diretrizes, direcionavam-se em defenestrar da vida pública amapaense o Coronel Janary Nunes que por sua vez, demonstrava querer retornar ao poder, tonando-se novamente governador ou influir nessa nomeação (SANTOS, 1998, p. 177).

A vitória de Janary Nunes o fez revigorar-se politicamente, tanto que, em seguida, ele propôs a transformação do Território em Estado, com críticas a respeito da escolha dos governadores. Janary Nunes critica de forma incisiva o General Luís

Mendes da Silva, acusando-o de arbitrário, inepto, caluniador e autoritário. Durante a campanha eleitoral, uma das promessas de Janary Nunes foi que, caso eleito, articularia a substituição do governador – algo que estava além de suas forças.

O grande derrotado das eleições acabou sendo, sem dúvida, o general Luís Mendes da Silva que, com todas as condições de eleger seu candidato, não o fez. Mesmo assim, foi agraciado com um cargo no alto escalão do Ministério do Interior, sem ter conseguido desenvolver no Território políticas públicas de grande significado e repercussão social.

Em março de 1967, assumiu a Presidência da República o Marechal Artur Costa e Silva, um árduo representante da “linha dura”, que logo promoveu inúmeras mudanças, dentre elas a substituição do governador do território do Amapá. Assim, no dia 20 de abril de 1967, em Macapá, assume o comando do Território Federal do Amapá o General Ivanhoé Gonçalves Martins.

Quando olhamos em perspectiva a administração do governador Ivanhoé Martins, percebemos nitidamente os pilares de sua gestão: o desenvolvimento e a modernização que, no Amapá, refletiu-se em políticas voltadas à infraestrutura, e a urbanização, já que o Território carecia de políticas públicas desta ordem. Diante do quadro, deficiente que encontrou, o governador Ivanhoé Martins atuou e foi responsável pelas ações gerenciais que mudaram drasticamente a estrutura do Território. A administração desse governador destacou-se por: construção de várias obras públicas, como o Palácio do Setentrião; ampliação do sistema de abastecimento de água potável da capital; dinamização dos serviços de atendimento médico, construindo o hospital de Pediatria e mais postos médicos; estímulo das atividades agropastoris; construção da termoelétrica Costa e Silva, inaugurada em Agosto de 1968; inauguração do ginásio coberto Paulo Conrado Bezerra; criação do Conselho Territorial; pavimentação da rodovia Macapá Santana; e construção de novas escolas, abrangendo um maior número de alunos nos bairros que cresciam junto com seus empreendimentos (MORAIS, 2005).

Respaldado pela prescrição do Conselho Federal de Educação, o governador Ivanhoé Gonçalves Martins baixou o decreto n. 1672, de 4 de Outubro de 1972, criando o Conselho de Educação do Território Federal do Amapá (CETA), que seria constituído inicialmente de cinco membros, cabendo-lhes tratar da organização do órgão colegiado, o primeiro a ser implantado em um Território Federal. Com a criação

do Conselho de Educação Territorial, o Território Federal passa a ter uma maior autonomia. Todas as decisões da educação no Território eram diretamente decididas no Conselho Federal de Educação e qualquer norma educacional que o Território pretendesse colocar em prática, precisavam ser encaminhadas a este órgão e aguardar que aquela instituição aprovasse (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2013, p. 40).

O poder público no Amapá, por um longo período de certa forma, se confundiu com o poder das patentes no quartel, em todo o processo de construção estrutural os interventores tinham total controle respaldado por lei (a lei orgânica dos Territórios Federais) que determinava “quando, onde e de que forma, os interventores poderiam implantar o desenvolvimento econômico” (SANTOS, 2001, p.45). No que diz respeito à intervenção do Governador Ivanhoé Martins e suas políticas de infraestrutura e administração com viés claramente desenvolvimentista, em seu governo que ocorreu a instalação no Vale do rio Jari o projeto “Jari Florestal”, empresa do norte americano Daniel Ludwig e que produziu o maior contingente de miseráveis da história amapaense, é o princípio do fracasso dos territórios.

O Amapá sofreu intervenção direta dos militares, por sua posição geográfica estratégica e por ser área de fronteira. Por esses motivos, esta região, até o final do século passado, não tinha ainda gozado de autonomia política. Na Presidência de Fernando Collor de Mello é empossado o Tenente-coronel Doly Mendes Boucinha que permanece no cargo por exatos dois meses, de Abril a Maio de 1990, no processo de transição para de fato e de direito o Amapá se tornar uma unidade da federação com autonomia política. Foram treze interventores, de 1944 até 1990, com a transformação do Território Federal em pela Constituição de 1988.

No final da década de 1980 a educação no Amapá se desenvolveu de forma razoável, com o aumento de números de professores nos níveis de 1º e 2º graus, reformulação das escolas e ampliação e construção de escolas da rede estadual, tanto na capital como no interior, possibilitando a entrada de mais crianças e jovens na educação. Além disso, Secretaria de Educação criou vários departamentos de assistência ao estudante, atendendo com bolsa de estudos e de trabalho alunos do 1º e 2º graus. (SANTOS, 2001, p.68)

## 5 UM OLHAR SOBRE AS NARRATIVAS

### 5.1 Percepções sobre os processos discriminatórios da escola e seus reflexos

Racismo não se analisa apenas por suas intenções explícitas, ele pode e deve ser analisado também por suas consequências. “O preconceito é produto das culturas humanas, que, em algumas sociedades, transformou-se como arma ideológica, para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros” (MUNANGA, 2008, p. 14). Assim, consideramos que a discriminação racial é uma constante na vida de pessoas negras, e a vivência de práticas discriminatórias na infância deixam marcas para a vida toda. A criança negra sempre sofreu “direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças, que afetam a sua infância” (CAVALLEIRO, 2003, p. 98) e o racismo escolar, além de impactante, dificilmente é esquecido por quem é vítima desse violento ato, principalmente no ambiente da escola, que é um lugar onde ocorre intensa socialização das pessoas. As experiências vividas nesse ambiente marcam profundamente as crianças, sejam positivas ou negativas; o racismo nesse momento da vida é profundamente sentido e permanece muitos anos, como afirma Cavalleiro (2003).

Nossos entrevistados relataram situações dramáticas de racismo, vivenciadas nas escolas que estudaram quando crianças e jovens ou quando atuaram como docentes. Destacamos a fala da professora Eurídice Silveira a forma ultrajante com que teve seus cabelos cortados pela diretora da primeira escola em que estudou, apenas por usá-los soltos, referendando a forma negativa de construção de identidade racial dessa criança. Tal fato permaneceu dolorosamente em sua memória, mesmo passados 65 anos do ocorrido:

*Estudar na escola, ir para a escola foi uma emoção muito grande. Lembro até hoje, todas as meninas querendo ir de lacinho na cabeça, de uniforme engomado, porque as saias eram todas pregueadas. A mamãe tinha um cuidado louco com a presença da gente. Eu tinha horror de amarrar meu cabelo, cabelão de negra né? E sempre que podia, eu soltava. Mas a minha mãe tinha um cuidado e comprava peças de fita branca porque não podia usar na escola outra cor pra fazer os pitozinhos que hoje chamamos de Maria Chiquinha de lacinho. Só que quando eu chegava próximo da escola eu tirava, porque eu não suportava nada na minha cabeça. A diretora Graziela dizia: “eu vou cortar esse cabelo. A tua mãe não cuida, vou cuidar eu!” E, um dia, ela me mandou subir. Mandou a servente me levar para a diretoria e cortou meu cabelo todinho. E, hoje, eu digo: - “vai fazer isso*

*em uma escola". Ela cortou o meu cabelo e quando eu cheguei em casa, muito desconfiada, chorando... no que a minha mãe me olhou, se espantou: - "quem fez isso no teu cabelo?" Eu disse: - "a professora Graziela". Ela atravessou, porque era só atravessar a Praça Veiga Cabral para chegar no Barão do Rio Branco. Minha mãe ficou uma fera quando viu meu cabelo cortado. Chegando lá, minha mãe perguntou a diretora porque que ela tinha cortado meu cabelo, ela respondeu: "porque tu não cuidas do cabelo da sua filha". E a minha mãe disse: "isso não é verdade!" Minha mãe foi encontrar a diretora com os rolinhos de fita, nas mãos, para mostrar a ela. A diretora, então, disse: - "então procure saber com a sua filha o porquê!". Minha mãe foi olhar dentro da minha pastinha e quando ela olhou, estava cheia de fita. O que me custou isso? Perdi meus cabelos cacheados, de negra. Um cabelão que eu tinha. Eu peguei uma surra da minha mãe e isso ficou marcado. Hoje eu sinto este episódio como uma grande discriminação com meu cabelão de negra. Esta diretora era a professora Graziela Reis de Souza, hoje temos uma escola com o seu nome, uma homenagem dos macapaenses E depois que eu me tornei professora, todos os cursos que eu participava, principalmente, sobre os cuidados que tínhamos que ter com as crianças com relação à religião, etnia, pobreza, riqueza eu citava este acontecido comigo, porque marcou a minha vida. (Professora Eurídice, 2013).*

Entretanto, esta lembrança negativa por qual passou essa mulher negra foi motivo para que ela viesse a construir uma positividade em sua vida profissional, para que este tipo de situação não ocorresse em nenhuma instituição escolar que trabalhou. Tanto que, em nosso diálogo, comentou que várias vezes contou essa história para seus interlocutores em palestras que proferiu, ao retratar os processos discriminatórios que ocorrem nas escolas. Podemos afirmar que nossa entrevistada é uma mulher com uma imagem muito positiva de sua negritude. Sobre essa postura, faz as seguintes afirmações:

*Em casa era falado bastante sobre a questão da nossa cor, sabia? Porque nós tínhamos um irmãozinho que morreu com sete anos, e ele era pretinho, bem negro mesmo, e então o outro que era mais claro chamava de brincadeira: "é neguinho" e ele apelidava o irmão e a minha mãe dizia assim: "vocês são filhos do mesmo pai, educados pela mesma mãe e pai, então não tem disso não", aqui ninguém vai chamar de neguinho pro outro. Porque o meu pai era um negro mais claro, mas tinha o cabelo bem afro, e minha mãe era cabocla do cabelo liso, mas era bem mais negra que meu pai, então a gente vivia assim, no meio. Mas era uma coisa, assim, superficial, e a minha mãe corrigia logo na hora. (Professora Eurídice, 2013)*

A forma como a família da professora tratava a questão racial no ambiente familiar, como bem ressalta a entrevistada, foi determinante na construção de sua

identidade racial e no fortalecimento de sua postura diante de situações preconceituosas existentes na sociedade, concordando que “se a pessoa acumula na sua memória as referências positivas de seu povo, é natural que venha à tona o sentimento de pertencimento como reforço à sua identidade racial” (ANDRADE, 2008, p. 116). No caso específico da professora Eurídice, mesmo com essa afirmação, a memória permaneceu forte e angustiante, demonstrando o quão violento foi o ato praticado pela diretora pelo despreparo dos profissionais da educação à época em lidar com a presença do negro na sala de aula (CAVALLEIRO, 2003). Portanto, não ocorre uma resolução dos conflitos raciais construídos na infância, isto é, a discriminação racial é um fato que, segundo essa autora, permanece no cotidiano escolar com a introjeção dos valores racistas.

Outra situação conflituosa vivida pela professora Luiza Vítor manifestou-se de forma diferente, voltada para um distanciamento das colegas de sala de aula, pelo fato de serem brancas. Mesmo afirmando que essa situação não a incomodava, demonstra que havia certa rejeição pelo fato de ser negra, que era, de certa forma, compensada por ser aluna exemplar:

*A questão racial a gente sempre tem, sempre a pessoa de cor com a gente tem muito racismo, de colegas e desde muito jovem a gente sofre muito racismo. Mas isso não me abateu muito, eu sou mais de correr atrás do que eu quero e não me deixo abater por essas situações. Mas sempre tem, principalmente por parte das mocinhas mais branquinhas, agora quanto a professores não, eu sempre me destaquei em sala de aula e gostava de me destacar, eu não era muito estudiosa, mas eu era muito inteligente, quando eu estudava no colégio Amapaense a gente fazia provas em junho e em dezembro eram as provas semestrais e não se fazia avaliação de dois em dois meses. E quando chegava a época das provas os meus colegas diziam “vamos estudar Luiza”, aí a gente se reunia na casa das colegas e eu dormia logo e eles estudavam, estudavam, e quando chegava no final eu tirava as médias melhores e eles reclamavam. Nessa parte de coleguismo a minha vida foi muito boa, a vida de estudante. (Professora Luiza Vítor, 2013)*

O professor Sebastião Araújo destacou em sua fala que o preconceito racial não ficava restrito ao ambiente escolar; segundo ele, a discriminação propagada na sociedade amapaense durante sua juventude era tamanha que se estendia à questão política. Relata a história do remanejamento da população negra de Macapá como um marco com forte evidência de racismo para com a população negra; todo negro amapaense era tratado como quilombola, em uma referência pejorativa dessa origem,

independente de ser verdadeira. Segundo o professor, o capitão Janary Gentil Nunes remanejou toda a população negra que morava no centro da cidade para dois bairros distantes e que passaram a ser conhecidos como bairros de negros: a favela e o Laguinho. Atualmente, o bairro da favela é conhecido como bairro Santa Rita, o bairro Laguinho permanece com o mesmo nome e são ainda hoje reconhecidos como bairros de negros (MACIEL, 2001).

*Tudo isso é muito ruim. Inclusive, o próprio capitão Janary Gentil Nunes, que dava a vida por esse território, quando chegaram os primeiros chefes na Praça Barão do Rio Branco, ele retirou os negros que lá moravam e os trouxe para os bairros hoje conhecidos como laguinho e favela, no Santa Rita. Ele achava que os negros deveriam morar aqui para as bandas do laguinho. Leonel Nascimento, Belarmino Paraense de Barros, que também eram negros e a serviço do branco, ajudaram na retirada dos negros do centro da cidade. Como o Curiaú era quilombo, todo negro era do Curiaú. (Professor Sebastião Araújo, 2013)*

O professor Sebastião referendou que construiu uma família de negros e nunca ocultou a questão racial em sua residência para que seus filhos crescessem “sabendo se defender”, porque, de uma forma ou de outra, a pessoa negra sempre, no meio social, irá passar pelo grave problema da discriminação racial. Afirmou:

*A dimensão racial, em casa, não tem vez, porque somos todos negros. Mas na rua a situação é diferente. Em simples ocasiões, às vezes, somos tratados com indiferença. Se você vai a um comércio, por exemplo, e depois de você chegar, alguém bem vestido, de pele clara, geralmente os donos dos estabelecimentos comerciais deixam de dar atenção para você, que é negro, e passam a atender a outra pessoa. O nome disso é discriminação. (Professor Sebastião Araújo, 2013).*

Com isso, percebemos que o preconceito racial sofrido pelos negros amapaenses nas escolas e fora dela é um retrato do racismo da própria sociedade e os negros sofreram e ainda sofrem todas as manifestações raciais, como no restante do Brasil.

## 5.2 O racismo na profissão docente

Na vida profissional, o professor Sebastião Araújo declarou que em muitos momentos nas escolas em que trabalhou foi tratado de forma discriminatória. Enfatizou que houve racismo mesmo ocupando um cargo público em que se relacionava diretamente com o saber formal e estando habilitado para a função: o

tratamento a ele dispensado por alguns colegas, pais de alunos e outras pessoas que se sentiam superiores, era recorrente. Segundo o entrevistado, isto não abrandou com o passar do tempo; ao contrário, ele aborda em sua narrativa vários aspectos sentidos e observados:

*Fui discriminado na escola, pela minha cor, pela gordura e por minha condição financeira. Isso se dava porque a maioria dos professores estava em trânsito. Havia, portanto, essa discriminação com o professor local, pois os de fora achavam que eram superiores a nós. Logo no início não foi tão difícil lidar com essa questão, mas quando a discriminação se propagou, as dificuldades aumentaram. Alguns momentos foram muito difíceis. Entretanto, tenho em mente meu ritmo de vida. Recordo-me de um padrinho, que também era negro, e dizia assim: - “no meu gogó ninguém vem, só gravata e paletó”. Ele queria dizer que se você estudar, se for um senhor, ninguém vem no teu gogó, ou seja, ninguém te pisa. Até hoje você vê que quem é negro, mas tem um poder aquisitivo, é doutor. Exemplo disso é o Pelé. Agora sim ele é formado, mas antes ele não era. Hoje ele faz o quê? Ele é um doutor. Todo o mundo faz a biografia dele. Todo o mundo faz filme com ele, etc. [...] sinto que a discriminação racial é muito forte e às vezes não é praticada pelos alunos e sim por pais de alunos, que olham o professor negro com um olhar meio diferente e acabam perguntando: - “mas é esse que é o teu professor?” Não sei se é voluntária ou involuntariamente, mas acontece muito. Na época do plantão pedagógico o aluno é convidado a levar os pais para fazer o relato do comportamento, do envolvimento, do rendimento dele. Nessa ocasião percebemos muito esse tipo de comportamento da família do aluno. (Professor Sebastião Araújo, 2013)*

Um caso apresentado no relato da professora Eurídice quando ela se tornou supervisora escolar chamou muito nossa atenção pelo fato de retratar uma violência física de uma professora contra uma criança negra da segunda série primária no final da década de 1980:

*Um dia eu estava dirigindo uma reunião na Secretaria de Educação para os técnicos, eu já era supervisora, isso na década de 80, então encontrei com uma supervisora do Pequeno Príncipe, que é até hoje uma escola de ensino fundamental. E a sala da segunda série era bem ao lado da sala da supervisão do Pequeno Príncipe, e minha colega supervisora me chamou e disse: -“Eurídice tu precisas dar mais um pouco de atenção para a turma de segundo ano que é quase ao lado da nossa sala lá da nossa escola” e eu disse: - “o quê que é que está acontecendo Clésia?” e ela responde: - “Eurídice, tem uma professora que maltrata muito uma aluna negra” e eu disse: - “não me diz, eu já sei quem é, é uma aluna que mora no quilombo”, e ela – “pois presta atenção minha amiga que você vai ver”. Eu só entrava no turno da tarde a parti das três horas para ficar até as seis, e nesse dia eu resolvi fazer a entrada das crianças, a Esmeralda me ligou dizendo que não*

*poderia fazer a entrada e perguntou se dava para eu fazer a entrada das crianças, disse que dava sim, e não falei nada a ela. Eu fui fiz a entrada coloquei as crianças, as professoras com as suas turmas na sala, andei de sala em sala dando boa tarde, e voltei para minha sala agoniada, deixei passar um tempo que era o tempo que o professor entrava e agasalhava todas as crianças em suas carteiras, e fui para a sala da criança e quando eu cheguei na sala dela realmente elas estava socando a menininha na cadeira, só conseguir disser: - “meu Deus!” e quase tive um troço, e olha a minha grande falha, eu falhei e até hoje eu tenho arrependimento de não ter feito nada na hora do flagra. Eu só falei: - “oi professora, boa tarde!” Ela tomou um susto comigo! Então eu dei meia volta e não fiz nada. Fui para a supervisão e chorei, e deixei passar. A Esmeralda chegou e eu participei a ela o acontecido, mandamos chamá-la a sala da supervisão eu disse para ela – Esta professora é esposa de um professor muito famoso e na época ele trabalhava no colégio amapaense, famoso no colégio amapaense e na cidade São brancos. Conteí a Esmeralda o que estava acontecendo e que a supervisora do Pequeno Príncipe tinha me contado, então como diretora da escola mandou chamá-la e eu disse: - “Professora hoje a senhora me decepcionou”. Porque eu tinha ela como uma excelente professora, porque era uma menina que conseguia fazer os alunos passar, todos lendo, escrevendo, fazendo as redações direitinho, e era uma professora que vivia assim buscando sempre aperfeiçoamento, e eu gostava muito dela, então eu contei que tinha recebido uma queixa dela e fui confirmar, só que o meu espanto foi tamanho de tanta confiança que eu tinha nela, que eu não tive coragem de falar nada, e eu perguntei: “porque que tu fizestes isso com aquela criança? E ela: “porque ela é uma menina que vem fedendo de urina”. A menina tinha um problema de urina solta, e ela fazia xixi na calcinha e eu pedia sempre a mãe dela e a orientadora também para que ela mandasse sempre uma reserva de calcinha para ela, só que a pobreza era muita, ela era muito pobre mas queria que a filha estudasse. Eu fui conversei com ela e ela discutiu muito comigo insistindo que ela estava apenas mandando a criança sentar porque a aluna só queria estar de pé, e eu disse: “não, tu estavas socando essa criança na carteira dela, e isso você faz quase que diariamente”. Conclusão da história é que o marido dela preparou um baixo assinado e foi levar justamente no Pequeno Príncipe, mandar para que as professoras assinassem contra a minha pessoa. [...] Eu vejo o racismo como uma grande maldade, porque nós somos gente meu Deus! Sabe a cor da minha pele não fui eu que determinei, eu tenho um Deus e foi ele que me fez assim, e eu acho que as pessoas têm que me respeitar, não só eu, mas todas as pessoas negras, somos humanos! Agora tem os desumanos com essa maldade formada no coração, de pessoas mais claras – brancas, isso tem com certeza. (Professora Eurídice, 2013)*

Como pudemos perceber pela história apresentada, a rejeição da professora pela criança negra evidencia que as práticas raciais discriminatórias nas relações interpessoais entre adultos e crianças estão presentes na escola de forma contínua, confirmando que “a escola [...] representa um espaço que não pertence, de fato, à

criança negra, pois não há sequer um indício de sua inclusão, exceto a sua presença física” (CAVALLEIRO, 2003, p. 100). A escola, em muitos aspectos:

[...] pode ser considerada como um dos principais agentes desse processo. Todavia, se a escola não realiza um trabalho crítico e comprometido com os diversos segmentos raciais presentes no seu interior; se ela mesma não se preocupa e se interessa em realizar essa discussão continuará atuando como uma instituição que reforça e reproduz o racismo presente na sociedade. (GOMES, 1995, p. 30)

Em relação à professora Eurídice, frente à situação relatada, podemos inferir que sua postura, embora a princípio pareça ser de passividade e aceitação do fato como natural, logo após tomar consciência da gravidade do ato praticado pela professora com a criança na escola, atuou de forma militante: denunciou o fato, enfrentou as resistências e conseguiu defender a aluna de forma veemente e altiva, afastando a professora do convívio com todas as crianças dessa escola. Percebemos, com isso, que a professora Eurídice contribuiu de forma significativa para o fortalecimento da discussão racial na escola, caracterizando uma importante contribuição para o pertencimento das crianças negras na instituição, fazendo com que elas se sentissem protegidas no espaço escolar. Dessa forma:

A escola, enquanto parte da sociedade, não está neutra em relação a estes problemas [questões racial e de classe]. Antes, os educadores (embora nem sempre o reconheçam) são portadores de valores culturais e ideológicos através dos quais desenvolvem a sua prática social e pedagógica. Nesse sentido, a grande ênfase que se dá à discussão da classe social, enquanto causa única para os problemas da escola confirma cada vez mais o quanto esta não está atenta para a diversidade cultural daqueles que a frequentam, reproduzindo valores racistas e sexistas. (GOMES, 1995, p. 33)

Essa convivência é um tanto quanto difícil para a população negra, afinal o cotidiano de muitos negros no Brasil é permeado com atitudes discriminatórias pela maioria da população branca, sendo que atos cruéis são praticados. Toda essa gama de atos de discriminação acontece de forma extremamente sutil, no sentido de continuar preservando a legitimidade subjetiva da herança escravocrata.

Concordamos com Mário Cortella (2003) quando afirma que a convivência social ocorre, mas há sempre a suposição de submissão dos negros, o que significa que existe certo costume de imaginar os negros em funções subalternas e, se é

subalterno, não disputa espaço. Entretanto, a luta dos movimentos negros em desconstruir todo esse processo histórico institucionalizado e, de certa forma, cristalizado, colocou em evidência um grave problema: a exclusão dos direitos da cidadania de um grupo social. Essa situação é percebida na narrativa da professora Luiza Vítor quando jovem, ao apresentar-se em uma nova escola para atuar como professora e depois ficar sabendo que a diretora pensava que ela seria servente:

*[...] Nos idos dos de 1968, eu fui levar minha carta de apresentação em uma determinada escola para iniciar o trabalho como professora nova na escola, era preciso a carta de apresentação. E nessa escola, depois alguém me contou que a diretora tinha falado assim: “Ontem se apresentou uma professora nova na escola e eu até pensei que ela fosse uma servente”. Eu soube isso, mas foi só essa frase e nem por isso eu me deixei abater, porque a gente sabe que a questão racial é muito forte em toda parte que você chega, mas eu fiz um bom trabalho, não faltava, não chegava atrasada e depois ela se tornou minha grande amiga. Mas eu notava muito o racismo, a gente nota muito até na sala de aula quando você vai dar aula pela sua cor o aluno pensa que você não tem a mesma capacidade que o outro tem. A gente sente muito, principalmente da parte feminina, as pessoas medem muito a pessoa pela aparência. Eu trabalhei em uma companhia de cosméticos, e eu cheguei até o cargo de líder de área, e eu tinha uma equipe muito grande, isso era fora do meu horário de trabalho, vender cosméticos, e a gente fazia esse trabalho colocando as pessoas e tinha algumas pessoas que não cresciam na companhia só pra não querer ser, como se diz: “menor de que um preto”. Com essa companhia eu viajei muito, conheci muito esse Brasil a fora. Quando esta empresa completou 10 anos fez um lançamento, que quem apresentasse mais supervisoras na companhia ganhava um carro, e eu apresentei 56 supervisoras, eu ganhei esse carro, mas mesmo assim quando eu fui fazer o trabalho até lá na sede da empresa, fora daqui de Macapá, eu sentia o impacto da minha cor, as pessoas medem muito as pessoa de cor, porque lá nessa companhia nós andávamos todas de terno, paletó, bem vestido, mas mesmo assim a gente sente, mas a gente não deve se abater. Agora eu fico muito feliz quando eu vejo um negro bem de vida, em todas as profissões um negro de sucesso, quando um negro lá no esporte sendo o primeiro, pois pelo menos mostra que o negro tem valor, tem força de vontade.*  
**(Professora Luiza Vítor, 2013)**

O comentário da professora a respeito de sua satisfação quando vê uma pessoa negra bem-sucedida demonstra que essa não é uma circunstância natural, comum; mesmo sendo negra e alcançando um bom nível financeiro, proporcionado pela docência que exerceu, sua narrativa traduz a condição vivenciada pela maioria

dos negros brasileiros: a ocupação de posições socioeconômicas inferiores que os mesmos sempre ocuparam na estrutura social do Brasil.

Na fala da professora Celestina, destacamos que ser negro é precisar se impor para obter certo respeito, sendo que ela sempre se impôs em seu local de trabalho:

*A gente percebia que tinha alguns colegas de trabalho, que eram um pouco racistas. Comigo nem tanto. Não sei se era pela minha maneira de ser, como eu tratava os colegas e como eles me tratavam. Eu sempre tive respeito por eles e eles por mim, até porque eu era um tipo de pessoa que não se calava diante de ofensas, procurava sempre me impor. Respeito para ser respeitada. Então, comigo nunca teve esse problema, nem com aluno (Professora Celestina, 2013).*

Ressalta-se a aparência carismática da professora; ao mesmo tempo em que impõe respeito pela sua altura – é uma mulher alta, com quase 1,80 de altura – e também destaca-se sua voz, que é grave e suave ao mesmo tempo. Ou seja, aparentemente, não precisava fazer muito esforço para se fazer respeitar em qualquer ambiente. Além disso, é uma mulher muito educada no tratamento com as pessoas, de uma memória fabulosa, que faz dela uma boa “contadora de histórias”.

Além disso, foi uma professora que trabalhou especificamente com educação especial, com crianças que apresentavam dificuldades na aprendizagem e alfabetizou pessoas com os mais variados problemas, como deficientes auditivos, visuais ou com limitações cognitivas, e que se tornaram funcionários públicos, mesmo com suas limitações. Segundo a professora, alguns ainda hoje, com mais de 40 anos de idade, ainda a visitam frequentemente em sua residência, localizada em uma área bela e distante da cidade: o quilombo do Curiaú. Esta professora é quilombola e se apresenta orgulhosa dessa condição.

A professora destaca ainda que, nesse momento de sua vida, em que já se encontra há mais de vinte anos aposentada, faz parte de uma família que é responsável tradicionalmente por uma festividade do quilombo – a Festa de São Tomé – e que prepara anualmente nesta festa, um almoço para todas as crianças que participam deste grandioso evento. E comenta:

*Inclusive, agora nós somos responsáveis pela festa de São Tomé e, para mim, é uma maneira de me divertir e retomar essa festa que já tinham passado muitos anos que o pessoal não fazia. Então, achei melhor nós assumirmos a responsabilidade de fazê-la. Divirto-me*

*muito. Meus filhos me ajudam. Temos bastante trabalho, mas nada se compara ao prazer que temos em comprar boi – no mínimo dois bois para dar comida para o pessoal – garantir o batuque, comprar e fazer as bebidas para servir... Tudo é gratuito: a gengibirra, a cerveja, o refrigerante. Eu gosto dessas festas folclóricas que passou para festas culturais, eu gosto demais.*

*Acostumei-me a morar aqui, no quilombo. Gosto demais desse lugar. Por sinal, tenho uma casa em Macapá que estou vendendo, fica no bairro Novo Horizonte. Quero mesmo é ficar aqui, perto dos meus filhos (Professora Celestina, 2013).*

A professora Celestina, como pudemos acompanhar em seu relato, é uma pessoa feliz, realizada e possuidora de uma forte identidade negra; a docência para sua vida representou uma conquista de poder econômico, independência liberdade feminina e um reforço de sua negritude. Segundo ela, não se intimida diante de atos de racismo e estimulou seus filhos a se defenderem de qualquer ato discriminatório por serem negros e quilombolas.

### 5.3 A importância da docência

Ao questionarmos nossos entrevistados sobre o significado da docência para suas vidas, as declarações foram de bem-estar frente à carreira e às conquistas com o exercício do magistério. Uma reafirmação de que, mesmo sendo pouco o número de negros a alcançar a ascensão social através da educação, os professores entrevistados sentem-se reconhecidos pela sociedade amapaense, acreditam que seu trabalho foi relevante, além de contribuir para a construção da história da educação do Amapá. Embora falem pouco da sua ascensão social, é evidente em alguns relatos que o bem-estar associado à docência lhes permitiu uma condição intelectual e financeira confortável.

*Ser professor foi o grande ensinamento de vida que eu recebi, e tive orgulho de passar para as pessoas, esse ensinamento que a própria vida nos dar. O grande prazer de ser professor de ter participado e ser incluído nessa responsabilidade até hoje, eu ainda quero ver esse país em melhores condições no que diz respeito à educação, eu ainda vivo a expectativa de ver o professor ser reconhecido com um salário que realmente lhe faz jus, e ainda eu de ver milhões de professores imbuídos nessa responsabilidade que é preparar o seu jovem pra administrar a sua cidade, sua nação e etc. Eu não perco a esperança, nos já vimos tantos políticos comprometidos com a educação e que trem boas intenções, que têm isso que nós gostaríamos que todos os políticos tivessem, o compromisso com a educação, mas eu ainda vivo*

*a expectativa de melhores dias de educação para o nosso país, porque é assim que a gente vai crescer. (Professor Manoel Sobral, 2013).*

*A vida traz conquistas, experiências, conhecimentos. Quando entrei no magistério, não tinha a dimensão que tenho hoje. Ser professor é ser educador, um ser responsável pela transformação, para a construção de um mundo melhor, já que nós estamos em uma fase de transição. Então, ser professor, ser educador é uma responsabilidade muito grande. Mesmo que no Brasil o professor não seja valorizado como no Japão ou em outros países, o professor sempre vai ter o seu lugar garantido na sociedade, na promoção. Sem educador nós não vamos muito longe. Se tivesse que iniciar tudo de novo, seria hoje, mais que ontem, um educador, sem perder as minhas raízes, vontade e meu brilho pelas coisas. A vontade de querer fazer, contribuir com a transformação (Professor Sebastião Araújo 2013).*

*Ser professora para mim foi muito importante. Eu trabalhei 29 anos e seis meses, sem contar com os anos de prefeitura, só do governo. Eu não sinto saudades de dar aulas por causa da saúde, ultimamente eu já estava com a pressão muito alta e já era ruim pra trabalhar, mas é bom trabalhar e quando a gente enxerga um aluno sente muita saudade. Filhos criados. Perdi duas filhas, a gente tem assim uns contratemplos, mas a minha velhice vou levando bem, eu ingressei nos grupos de terceira idade e participo, quando eu me aposentei eu já tinha esse trabalho da companhia de cosméticos onde eu trabalhava e não senti muito a aposentadoria, porque eu andava muito, viajava muito, já ingressava nos grupos de terceira idade e no grupo a gente participa, viaja, joga [...] Eu não sinto muito porque eu não paro, viajo muito, passeio nas festinhas, já senti esse ano agora porque o meu marido adoeceu e veio a falecer e aí a gente se sente mais só, mas mesmo assim moro aqui com os filhos e quando eu quero largo eles aí e viajo, não deixo a doença me abater, [faço] hidroginástica, vôlei adaptado, porque se a gente não puxar começam a aparecer as doenças (Professora Luiza Vítor, 2013).*

A fala dos professores é exemplo de que os entrevistados, pelo fato de serem aposentados do quadro de funcionários públicos do ex-Território Federal do Amapá, conseguiram ter uma vida melhor do que a maioria das pessoas negras alcançam; a docência é vista por eles como uma bela profissão. Apesar disso, ainda se ressentem da valorização do profissional da docência, como destaca o professor Manoel Sobral, referindo-se genericamente à forma como os professores são tratados socialmente. Sobre a ascensão social, temos que:

Quando um indivíduo passa de uma ocupação de *status* baixo para uma ocupação de *status* mais alto – de classe média, por exemplo –, tal movimento tende a ser acompanhado de vários ganhos em termos de oportunidades econômicas, educacionais e sociais, assim como de mudanças de valores, de atitudes e de horizonte cultural. Os reflexos se fazem sentir, no indivíduo e nos seus dependentes, a curto e longo prazos. Nessas condições, a mobilidade ascendente funciona como um mecanismo de promoção social. (PASTORE, 1979, p. 4).

Seguem reflexões do professor Sebastião sobre a velhice:

*Agora, na velhice, que é uma preocupação de todo ser humano, de todo brasileiro, tenho a sensação de medo e não adianta esconder ou fugir dela, porque ela é presente. Sentimos medo porque o que é a radiografia do velho? Impotente, cheio de reumatismo, comprando remédio, dando trabalho e, muitas vezes, sendo um peso na vida de muita gente, um atropelo. Em alguns países como a Alemanha, as pessoas se reúnem na praça com os mais velhos. No Japão, os mais velhos mandam. Na Rússia, os mais velhos têm influência. Aqui no Brasil, entretanto, há uma discriminação muito grande com o velho, inclusive o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso disse que 45 anos é o bastante, que já está bom demais. Tenho certeza que todos nós que não podemos carregar o esteio mais grosso na construção do mundo, podemos carregar uma perna-manca, uma ripa, e esta ripa vai contribuir na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, mais amável e mais humana. (Professor Sebastião, 2013)*

## 5.4 As Narrativas

### 5.4.1 *Professor Manoel Sobral de Souza*



Foto 3 - Professor Manoel Sobral de Souza  
Fonte: A autoria de Arthur Leandro, feita especificamente para este trabalho.

### Professor Manoel Sobral de Souza

Nascido em 22 de dezembro de 1945, hoje o professor Manoel Sobral de Souza está com 68 anos e ainda embarga a voz ao relembrar sua infância ao compartilhar conosco a sua trajetória. Foi assim, com forte emoção, que nos meses de outubro e novembro de 2013 ele nos contou sobre a sua infância, sua saída da comunidade ribeirinha e a chegada da família na cidade de Macapá.

*Nasci em Macapá, mais precisamente as margens do rio Matapí, em um povoado chamado Poção, que praticamente só nós que fomos moradores de lá. Os meus familiares que nasceram lá – e que tem mais ou menos conhecimento – é quem navega naquele rio, é um pequeno vilarejo e foi lá que eu nasci, e tenho muito orgulho.*

*O meu pai era um dos donos da terra, que era de vários irmãos, o meu pai era herdeiro daquelas terras, meu pai era Raimundo de Souza Filho, e minha mãe Maria Nazaré Sobral de Souza, que nasceu no Carvão em um povoado perto do Mazagão entre o Mazagão Velho e o Mazagão Novo, ela nasceu lá é daí que vem às ramificações da família Sobral aqui em Macapá.*

*Mais ou menos assim que começou a nossa trajetória. Nós nascemos lá e minha mãe separada do meu pai quando eu tinha um ano e oito meses teve que se mudar para cá por problemas conjugais com o marido, e nós viemos em 1947 pra cá, e eu estava na época com um ano e oito meses e ela vinha grávida do meu irmão mais novo chamado Raimundo Thiago Sobral de Souza, nós viemos morar aqui em Macapá trazidos pelo saudoso irmão da minha mãe chamado Tomé Augusto Sobral de Souza que nós trouxe, na verdade nós somos uns dos pioneiros aqui chegados com a separação do meu pai com a minha mãe. (Manoel Sobral, 2013)*

A narrativa da história de vida do professor Manoel Sobral é emblemática, porque é uma história da estruturação de uma família negra que se confunde com o período da construção da cidade de Macapá para assumir o status de capital do Território, e também porque está circunscrita nesse contexto da educação para a ascensão social da população negra amapaense. Ele associa a história dele à construção da cidade, mostrando que se sente testemunha dessa construção e do crescimento de Macapá.

*Por assim dizer, eu cresci nesta cidade! Quando nós chegamos, eu não me lembro, logicamente, por ter um ano e oito meses, mas devia estar sendo construído naquela época o Mercado Central, banheiro público, aquelas construções já para o bairro do trem e, logicamente,*

*pra quem mora no centro a praça do Barão do rio Branco e outras praças, outras construções estavam sendo erguidas lá no centro, e por conta disso podemos dizer que vimos nascer e crescer a cidade de Macapá.*

Professor Sobral é oriundo de família extremamente pobre, foi criança nascida de mãe quilombola e separada do esposo, dab comunidade ribeirinha no rio Matapi – Município de Macapá. Veio pra cidade com a mãe que fugia do marido, segundo ele a causa foi “*por problemas conjugais com o marido*”. Na cidade eles enfrentam as maiores adversidades, o Prof. Sobral relembra:

*A nossa infância foi uma dificuldade enorme, minha mãe chegando aqui grávida de sete meses, nós chegamos em agosto e meu irmão nasceu em outubro, e você há de avaliar a dificuldade que todos nós passamos, principalmente a nossa mãe, que foi uma heroína, que eu não me canso de dizer que ela foi o braço direito em tudo na nossa formação.*

*Não sei de onde vinha tanto conhecimento que ela passava, e dentre toda essa gama de conhecimento que ela nós passava, estava incluída a educação como um pilar para se desenvolver, porque ninguém vai a lugar nenhum sem realmente ter educação. E eu sempre ouço dizer e continuo repetindo, que o caminho mais curto para a ascensão de qualquer pessoa é a educação. Então, diante desse sacrifício que nós passamos, não era fácil para minha mãe, que nos criou lavando roupa para fora, e eu com sete anos fui com o meu irmão, que era mais novo que eu, e que tinha cinco, e era tão franzino que não carregava mais de dois tijolos. O sacrifício não era só da minha mãe, mas também nosso, porque cedo nós partimos para trabalhar.*

*Cedo fomos para a luta também, e dentre essa luta constante que a gente passava estava trabalho e a educação que a minha mãe falava que era protuberante, era fundamental, e era paralelo ao trabalho que eu desenvolvia, porque eu capinava quintal, eu cavava poço, ajudava pedreiro, carpinteiro, eu ainda pequeno e paralelo a isso tinha a educação, tinha que ir à escola.*

Foi na cidade que se estruturava para ser a capital do recém-criado Território Federal do Amapá que essa mulher negra, analfabeta, nascida no quilombo do Carvão – em Mazagão/AP –, criou seus cinco filhos sem o apoio financeiro ou emocional da figura paterna que ficara pra trás, na margem da memória de um “Poção no Matapi”.

Sua mãe, Maria de Nazaré Sobral de Souza, não tinha nenhuma chance de enfrentar a política de exclusão, inclusive com a divisão racial do trabalho no Território Federal do Amapá entre na década de 1940 a segregação racial ocorria. “Os negros atuavam nos serviços gerais”, principalmente, (SANTOS, 1998, p. 35), o que levava a população negra para o subemprego e a baixa remuneração por serviços domésticos

recusados pela elite branca local. A Sra. Nazaré Sobral criou seus filhos trabalhando de lavadeira, lavava “pra fora”, (somente anos depois tornou-se lavadeira do Ginásio de Macapá e, assim, foi incorporada para o serviço público e aposentou como merendeira funcionária pública do ex-Território Federal) e a sua precária condição de vida também fez com que seus filhos cedo conhecessem a lida do trabalho, que foi obrigação também para eles ainda na infância.

Essa mãe passou pelas mesmas dificuldades de todas as mulheres que, na Amazônia do século XX, buscaram uma vida digna longe do poder patriarcal, longe daquilo que a sociedade machista chama de o conforto de um lar. Mas, atitudes como a dela revelam situações pouco ou nada confortáveis para algumas dessas mulheres e, por que não dizer, ainda mais desconfortável para uma mulher preta. “As ofertas de emprego no mercado de trabalho continuaram restringindo a participação da mulher negra” (CARNEIRO, 2002, p. 173).

É essa figura feminina, figura que povoa a memória do Professor Sobral como “o braço direito em tudo da nossa formação” e que também é a pessoa que ele reconhece como detentora de conhecimentos, enfim, é sua mãe que incentiva os filhos a estudarem, faz os filhos aliarem trabalho e estudo desde a infância, como um projeto para o futuro.

Talvez seja o sonho de construção de futuro que fixe suas professoras como amigas afetuosas. Na memória do Professor Manoel Sobral de Souza, a memória das primeiras séries na escola é afetiva, e é com muito carinho que ele nos falou dessas lembranças:

*Lembro da minha primeira professora, lembro da minha primeira saída de casa para ir à escola. A minha professora se chamava Terezita Braga, era uma moça na época muito bonita, que depois se casou com um jurista daqui de Macapá chamado João Teles. Logo em seguida eu tive uma professora que serviu de marco para a minha vida profissional como professor, chamada Nélia Lima, ela foi a minha professora na segunda série primária na época. Então eu sempre me espelhei nessa professora. Quando eu fazia os meus discursos, quando tinha que me referir a uma professora, o marco era a professora Nélia. Nessa fase da minha educação, ela teve uma importância muito grande, porque além de minha professora era uma grande amiga, nós nos tornamos amigos depois, e ela serviu de marco para isso. Foi mais ou menos assim que eu comecei estudando no Alexandre Vaz Tavares.*

Aos nove anos (em 1954), o professor Sobral “foi colocado” no educandário do orfanato São José<sup>20</sup>.



FOTO 4 Professor Manoel Sobral no orfanato  
Fonte: Acervo pessoal do entrevistado.

Ele conta que “*depois, já aos nove anos é que eu fui colocado para estudar em um orfanato, chamado Orfanato São José, que era um empreendimento do PIME*” [Pontifício Instituto de Missões Estrangeiras]. A troca de escola aconteceu por motivação social, ele relata:

*Foi pela necessidade! Que minha mãe tinha de ter menos uma boca em casa para alimentar, seria mais ou menos essa a razão, porque nós tínhamos [naquele colégio] tudo, inclusive esta formação religiosa e mais o catedrático, e ela não tinha para dar pra gente, e lá nós aprimoramos isso aí, e serviu.*

Novamente percebemos a estratégia familiar de garantir a sobrevivência imediata aliada a um projeto de futuro através da educação. No orfanato ele tinha alimentação, e especulamos que também assistência de saúde, ofertada gratuitamente pelos missionários do PIME. Além disso, tinha também um projeto de educação que envolvia, inclusive, a formação religiosa:

---

<sup>20</sup> Explicar o que era o orfanato.

*O PIME teve uma importância na educação, na formação da nossa juventude. Naquela época teve uma importância muito grande o quintal dos padres, este colégio que eu fui aos nove anos e de lá vim com catorze, então eu vejo nesse colégio o alicerce da minha formação religiosa e formação, inclusive, da minha personalidade.*

O orfanato foi um projeto idealizado pelo padre italiano Simão Corridori para abrigar filhos de famílias carentes que residiam na região. Em 23 de julho de 1949, a edição 228 do jornal “Amapá” publicou os Estatutos do Orfanato “São José”, que ficava na Ilha de Santana em uma extensa área de terras da Prelazia de Macapá, lugar onde antes havia funcionado a Casa dos Padres da Sagrada Família<sup>21</sup>.

Em março de 1950 o orfanato “São José” começa a funcionar com quatro prédios que abrigavam dezoito órfãos desamparados; não demorou para que esse número se multiplicasse e chegasse a 41 crianças em 1952, e a 45 crianças em dezembro de 1954<sup>22</sup>. Manoel Sobral de Souza estava entre essas 45 crianças que viveram em sistema de internato no orfanato. Sobre esse período, ele relatou:

*Eu me dou muito satisfeito e feliz em dizer que sou homem hoje temente Deus, por conta daquele espaço e tempo que passei lá naquele colégio aprendendo muitas coisas. Inclusive a minha formação religiosa vem dali dos ensinamentos me passados pelo irmão Francisco, padre Simão Corridori, padre Mario Fossati, padre Ângelo Biraghi, padre Ângelo Negri. Então, essas pessoas que foram diretoras que estiveram direto participando da nossa educação, naquela época tiveram uma importância muito grande no que diz respeito a minha formação religiosa e de caráter.*

---

<sup>21</sup> O relato do Professor Manoel Sobral de Souza nos levou ao conhecimento da existência deste Orfanato e Educandário, destinado ao abrigo e educação de crianças carentes na Ilha de Santana, distrito de Macapá. Procuramos maiores informações sobre a história deste orfanato para este trabalho. A documentação sobre o mesmo existe segundo a pessoa que nos atendeu nos arquivos da diocese de Macapá, mas havia necessidade de um documento da universidade para obter acesso aos tais documentos e fotos. Essa instituição funcionou por uma década, de 1950 até 1962, em uma ilha, chamada “Ilha de Santana”, até os dias de hoje a chegada até este lugar só é possível através de pequenos barcos a motor. É um ponto turístico do estado com belas praias de águas do rio Amazonas. Quando foi a propriedade foi dissolvida, passou a ser um imóvel alienado pela prelazia de Macapá. Em 1 de Maio de 1962, o bispo de Macapá na época Dom Aristides Piróvano, arrenda a última casa (um barracão), juntamente com o terreno para o barqueiro Amador Primavera da Silva, apagando assim, a trajetória de uma das primeiras entidades de ensino da ilha de Santana. Todas estas informações, obtivemos na fase final da tessitura de entrevistas e textualização deste trabalho;

<sup>22</sup> Fonte: memorial –stn.bogspost.com.br ;consultado em 10 de janeiro de 2014.

“Em 24 de Novembro de 1952, o Orfanato São José foi matriculado na Divisão de Educação do Território Federal do Amapá, registrando-se no Conselho Nacional do Serviço Social, sob o número 3.806 desse dia” (MEMORIAL SANTANA, 2010, P. 4) Em todo momento ele ressalta a importância da convivência com os Padres para a sua formação.

*[...] eu tenho como uma lembrança muito forte a personalidade de um homem chamado irmão Francisco<sup>23</sup>, era um homem de quase dois metros de altura, grande tanto pra cima quanto para os lados e de uma força admirável. Um homem super trabalhador e que me passava a responsabilidade de comandar uma equipe para trabalhar. Ele me chamava “Manoel papa manga”, dizia: - “olha Manoel, essa equipe vai trabalhar com você”. Essas foram as primeiras responsabilidades que ele me passou, e por isso eu tenho o irmão Francisco no rol de uma das pessoas mais importantes na minha formação, inclusive como amigo.*

*[...] são essas pessoas importantíssimas na vida da gente fica eternamente agradecido por tudo que fizeram. Ele, no que diz respeito principalmente no que diz a formação moral, isso vale muito pra mim, já deixei de fazer milhões de coisas erradas. Se bem que na vida a gente faz coisas erradas, mas eu deixei de fazer muitas coisas erradas pelo fato dessa minha formação lá, que me tornou um homem temente a Deus.*

Mas, ao mesmo tempo em que enaltece a formação recebida, o professor Sobral não era órfão, e em seu discurso também ressalta a distância que essa situação criou entre ele e seus entes familiares. Embora ele não acredite que essa situação o tenha afastado afetivamente de sua família<sup>24</sup>, ele conta que a distância não permitia visitas em fins de semana e a convivência familiar se restringia às festas de Natal e Ano Novo.

*Nós ficamos internados, nesses meus anos internado eu estudava em regime de internado mesmo. Vinha nos finais de ano e passava aqui*

---

<sup>23</sup> Francisco Mazzoleni.

<sup>24</sup> Em conversa na tarde de 11 de janeiro de 2014, enquanto realizávamos fotografias para esta pesquisa, indaguei sobre as visitas anuais à casa de sua mãe e se essa distância temporal o afastou emocionalmente de sua mãe e de seus irmãos. Manoel Sobral foi enfático ao negar tal afastamento, disse que não visitava sua família em fins de semana porque a ilha de Santana era distante do núcleo urbano de Macapá, e que não haviam estradas que pudessem encurtar o tempo de viagem. Disse ainda que sua mãe e uma irmã o visitaram no orfanato algumas poucas vezes nesses cinco anos de internato.

*o restinho do ano, por volta de dezembro e voltava janeiro e fevereiro de volta pra lá.*

O entrevistado deixa escapar que essa distância talvez fosse criada propositalmente, pois ele reconhece que o lugar tinha uma diretriz para formação de religiosos. Diz que “*o orfanato era na ilha de Santana, e por lá passaram tantas pessoas, eles também utilizavam o colégio para trabalhar a formação de sacerdote*”, e confirma dizendo:

*Porque a preocupação era na formação de homens que pudessem vir a servir a igreja como um padre, não tenho a lembrança de algum deles que se tornou um padre, mas tinha também essa finalidade, eles trabalhavam isso. Tinha um rapaz chamado Eupídio, que foi até comandante de algum batalhão da aeronáutica ou marinha, e tantos outros que por lá passaram, diga-se de passagem, que por conta dessa formação religiosa que eles trabalhavam também. Os valores que eles ressaltavam e colocavam, e a gente absorvia para carregar isso ao longo da vida.*

A formação para a vida do sacerdócio que vinha como diretriz no educandário orfanato “São José”, resultou na sólida formação de profissionais que viriam a ocupar lugar de destaque na sociedade amapaense. Não é evidente se para a decepção por não seguirem a vida sacerdotal, ou para o orgulho dos missionários do PIME, por saberem que formaram cidadãos importantes para o Território Federal do Amapá, mas o certo é que o professor Sobral lembra que “*por lá passou o Messias que era do Banco do Brasil, Wilson funcionário do banco também, Ricardo Smith que hoje é engenheiro civil, Aroldo Pinto Pereira que é empresário da H Pinto, e tantas outras pessoas assim importantes*”. Mas essa diretriz de formação de padres no Educandário Orfanato São José foi decisiva para que ele retornasse para a casa de sua mãe em 1959.

*[...] eu saí porque achei que devia vir, achei que deveria procurar outras coisas! A questão dessa coisa religiosa vir mudar a sua vida para ser um seguidor da igreja. Eu achava que devia ter muita preocupação deles no que diz respeito a isso e eu não tinha essa tendência. Numa dessas voltas para a cidade eu disse a minha mãe que não queria mais voltar para lá.*

Lembrando-se do tempo de orfanato, professor Sobral conta que algumas dessas crianças internas no educandário eram negras:

*Negro como eu, [tinha] o Pereira, que foi um grande jogador de futebol, o nosso Sabazão... Só parando, assim, para eu ir lembrando os nomes. Mas tinham muitos negros, Sandoval e tantos outros que fogem agora à memória, porque é aquela história que eu nunca parei para ver na minha sala de aula.*

A percepção da presença de negros no orfanato não era uma preocupação nessa fase, mas considerando que o objetivo era o de abrigar filhos de famílias carentes, é provável que a maioria dos internos fosse de famílias negras.

Aliás, parece que a percepção da presença negra no ambiente escolar não perpassava na formação de turmas nas escolas amapaenses. Falando de seus colegas de turma, Manoel Sobral acrescenta:

*Por exemplo, quando eu fazia técnico em Contabilidade eu não sei precisar quem eram os negros da turma, quando eu fiz o ginásio na escola industrial de 1962 a 1965... Só rebuscando para ver quem eram os negros da minha turma, então eu só rebuscando com mais tempo para gente ver.*

Para dar continuidade em seus estudos, ele volta ao núcleo urbano de Macapá aos 14 anos, e vai fazer o curso noturno da Escola Paroquial Padre Dário para poder trabalhar e ajudar nas despesas de casa durante o dia.

*[...] então, quando eu vim de lá eu vim pela 4ª série e pronto para fazer o chamado exame de admissão, que era uma espécie de vestibular para você entrar no ginásio para fazer 5ª a 8ª, por exemplo, fazer 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série do ginásio.*

*Já quando eu voltei eu trabalhava de dia e ia estudar a noite na escola paroquial Padre Dario, tinha essa escola que funcionava de dia e à noite, era uma espécie de supletivo, uma coisa assim...*

*[...] eu fiz essa etapa na minha vida nesse estudo à noite, e logo em seguida eu fui fazer um curso preparatório para o exame de admissão, e nesse curso preparatório para exame de admissão que eu tenho uma figura marcante, o professor Nestlelino Valente, que foi meu professor na época me preparando pro exame e depois professor também no curso técnico de Contabilidade. Eu fiz o chamado exame de admissão e ingressei na escola industrial de Macapá, que na época era a escola industrial, a escola teve outros nomes, foi Ginásio de Macapá, e na época a gente estudava interno também lá. Eram só homens os alunos, tinha a chamada formação profissional dentro do colégio, e minha formação era Artes Gráficas. Quando eu terminei esse curso no ginásio eu saí com conhecimento em tipografia, porque*

*lá eles faziam rodízio e tinha Mecânica, Sapataria, Fundição, diversas atividades profissionais que eles faziam. Você passava e onde se adaptasse no decorrer dos quatro anos que a gente passava lá você se especializava, era um leque enorme de profissões. A verdade é que quando eu terminei o curso de Tipografia eu fui chamado pra trabalhar na imprensa oficial como tipógrafo, e me serviu muito, porque fiquei trabalhando na imprensa e, logo em seguida, eu fui chamado como revisor, nesse período eu morava com a minha mãe.*

Na Escola Industrial, o professor Manoel Sobral teve a oportunidade de aprender uma profissão: gráfico, profissão que lhe colocou no mercado formal de trabalho. Foi lá que também aprendeu a tocar surdo e, com isso, se aproximou da banda escolar; foi a convivência com o Maestro Oscar Santos que lhe despertou o gosto pela música, carreira artística que lhe deu visibilidade em Macapá.

*Eu fui com 15 anos, em 1962, e em 1962 o mestre Oscar Santos estava fundando a chamada “Banda Oscar Santos” – que é reconhecida no mundo todo pelo trabalho, composições que ele fez e que a banda tocou. Então eu estava formando, mas para você ingressar na banda era preciso que tivesse a aquiescência da família, do meu responsável, e o meu responsável era minha mãe, e ela disse que não dava autorização porque ela não queria que eu fosse músico por conta de um tio chamado Dário que tocava clarinete, e ele sempre carregava este instrumento com ele, nessas viagens e tocas dele com meu pai, e meu pai nessa história tomava cachaça, umas histórias assim, e disse: “você vai pra lá pra ser músico pra beber feito seu tio, pra beber feito seu pai, eu não quero que você entre nisso aí”.*

Se ele teve todo o apoio da mãe para seguir em seus estudos, na carreira musical já não teria esse apoio. Para sua mãe, o “ser artista” significava o ingresso na vida boêmia e a possível perdição no alcoolismo. Uma visão socialmente estabelecida com o trabalho de artista. Geralmente as famílias não apoiam seus filhos em investir em carreiras artísticas por não acreditar em uma carreira promissora de ganhos financeiros e ascensão social, associam a arte um meio boêmio, marginal. Mesmo não ingressando oficialmente na banda, ele conta que:

*[...] e a minha vontade era aprender tocar saxofone, mas como ela não deixou claro eu não insisti. Mas como a música esteve e continua estando na minha vida eu fui pra lá e batia o surdo na banda, na banda da escola Oscar Santos que naquela época estava dando os primeiros passos e eram os alunos que participavam, encenavam. Dali saíram tantos músicos, como Martinho, Espíndola e tantos outros que formaram a banda naquela época, e eu não tendo como tocar algum*

*instrumento.... É aquela história, “quem não pode tocar violão nem pistom, toca surdo”, e eu ia e tocava surdo.*

A música foi para ele como um universo paralelo, como um universo de desejo e, ainda mais, um desejo proibido. Mas um mundo que também lhe dava satisfação pessoal, ele queria a música, e esse querer lhe fez ser o homem que, não podendo saxofone, podia de tudo tocando surdo na banda da escola. Dessa proximidade com a banda, ele formou seu primeiro grupo musical:

*[...] da formação dessa banda foram tirados alguns alunos, e formamos uma banda, chamada “Industriais do Ritmo”, que foi a primeira banda que eu trabalhei e fui cantar, que era formado com alunos na banda Industriais do Ritmo por conta do nome da escola.*

Começou como instrumentista dos “Industriais do Ritmo”, mas logo se tornou intérprete, e esse processo foi quase um acidente. Ele conta que “*Eu já havia me apresentado em um clube que se chamava Atlético Latitude Zero e o pessoal do trem (bairro onde morava) já sabia que eu cantava, mas o pessoal da escola não sabia*”, e lembra que foi o medo que lhe tornou o cantor da escola.

*Eu sempre cantei, mas pra eles me descobrirem cantor foi mais ou menos assim: havia um chamado “samba”, que era chamado o trote, então os veteranos “davam o samba” – que eram uns tapinhas na cabeça [dos novatos] e que era o chamado trote. Eu não gostava de me misturar com os veteranos e então quando eles terminavam de tomar o banho deles, o banheiro era coletivo de todo mundo, era uma pia que ia de uma ponta a outra na parede e enchia de água e quem tomava banho no chuveiro tomava, quem utilizava a pia utilizava, e eu gostava de tomar banho só depois que eles saíam. E como eu tinha por hábito cantar no banheiro e lá não foi diferente, eles saíam e eu ia pra lá tomar o meu banho e cantava, como sempre cantei desde garoto na minha casa. A minha história de cantar em banheiro era conhecida em casa, a minha mãe ia pra lá e: “olha, vão logo tomar banho que o cantor já está pra ir pra ir, se vocês demorarem muito ele vai e passa uma hora só cantando”. E eu tinha por hábito isso aí. Quando foi um dia eu vinha do chamado arraial de São Jose e lá na porta lá estavam eles reunidos, com um violão na porta do colégio e me chamaram: “ei calouro vem cá, tu que gosta muito de cantar no banheiro, vai cantar aqui pra nós, se não vai pro samba”. Aí eu comecei a cantar, à custa de não pegar porrada, e a parti daí...*

Foi essa situação de medo de sofrer violência que levou o “cantor do banheiro” (e o estudante arredio à convivência com os veteranos) para a sociabilidade com os

colegas de ginásio e depois para os palcos amapaenses. Depois desse fato, ele conta que:

*a gente sempre reunia lá na esquina no colégio mesmo, lá fora, e tocava uma musica, e nessa época eu tive a oportunidade de conhecer e eu acho de ser uma das primeiras pessoas que teve a oportunidade de cantar acompanhado do grande violonista de Santarém, e a parti daí eu comecei a cantar.*

Como a música tem muita importância em sua vida, inclusive de sociabilidade e aceitação no grupo, daí em diante a sua carreira de cantor foi se desenvolvendo, como uma sequência de fatos naturais. Primeiro na escola:

*Tinha uma programação que a escola desenvolvia com apresentações no palco, tinha no final de mês e cada mês uma série apresentava. Então as primeiras séries se organizavam um show, apresentação de teatro, qualquer coisa voltada a arte no palco, e aí eu já era chamado para cantar com o grupo do colégio. Cantávamos as músicas da época, Ângela Maria, Nelson Gonçalves, Silvinho, e tantos outros e logo depois tinha a jovem guarda – que estava se instalando –, então a gente cantava muito as músicas da jovem guarda, faziam parte do repertório.*

Seguiu da escola para uma carreira pública, carreira menos “profissional” (no sentido financeiro), e mais artística, como podemos perceber em sua narrativa. Ele diz:

*Já no que diz respeito à música, quando eu terminei o curso em 1965, voltado pra arte de cantar, eu fui cantar em um conjunto chamado Os Tropicais, que era liderado por um grande trompetista conhecido como inspetor Antuno da guarda territorial. E eu cantei por muito tempo, depois eu fui cantar no Hernane Vitor e seu Conjunto que depois passou a ser Mocambos, e depois fundamos o grande grupo que nós trabalhamos a mais de 20 anos o chamado Café com Leite, que até um dia desses nós estávamos em plena atividade. Café com Leite foi pela mistura de brancos e negros, a formação inicial era de quatro casais, o Jaci com a esposa dele, que são brancos, a Zenaide com o Chico que são brancos, o Pelé e a Fifita que são negros e eu com a Tavares todos negros, então o nome do grupo era por conta dessa mistura.*

O Professor Sobral já trabalhava como gráfico e atuava na música quando o casamento, e a necessidade de um emprego melhor, lhe fez migrar os estudos do científico no Colégio Amapaense para a formação técnica em Contabilidade.

*Eu terminei em 1965 o na escola industrial e fui para o colégio amapaense, aí estudei 1966, 1967 e achei de casar em 1968 e parei de fazer o curso que eu estava fazendo, o curso científico, pra fazer o curso técnico em Contabilidade. Eu já trabalhava na imprensa oficial, e comecei tudo de novo e fui fazer o curso técnico pelo fato de estar recentemente casado. Me casei com 23 anos, então eu fui fazer Contabilidade. Nesse espaço de tempo, já casado, que eu fiz (de 1969 a 1971) o curso, aí nessa época já depois que nós formamos o grupo Café com Leite, mas eu larguei o científico para correr atrás de uma formação mais rápida pra ganhar dinheiro. Com a formação profissional a chance de melhorar de vida como sempre a educação, e não me dei mal não, porque sempre que eu terminava um curso eu melhorava 100% de vida.*

Essa melhoria de vida estava diretamente relacionada às condições materiais, e melhores salários viriam com a educação visando a profissionalização. Ele evidencia isso em seu discurso:

*[...] quando terminei o ginásio, logo em seguida eu fui chamado para trabalhar no governo e assinei contrato pra trabalhar como tipógrafo. Depois lá da imprensa eu fui tipógrafo, revisor e eu escrevia, era responsável pela revisão do Diário Oficial e responsável pela edição da página de esporte do chamado Jornal do Amapá. Quando saí de lá da imprensa oficial, que terminei o curso técnico, eu fui trabalhar em uma empresa privada chamada ICOMI. Lá eu fui desenvolver a atividade de escriturário e, no decorrer do tempo que eu passei lá, que eu fiz o curso superior e fiz concurso para professor e voltei para trabalhar no governo. Cada curso que eu terminava eu me dava muito bem, se alguém falar que estudar não dá resultado, mas pra mim sempre deu, a cada curso terminado as portas se abriam de uma forma extraordinária, eram empregos e oportunidades que se ofereciam, tudo através da educação.*

Com o diploma universitário nas mãos, Manoel Sobral faz concurso para professor e passa a atuar na docência.

*Tudo começa quando eu saí dessa empresa privada. Eu já vinha à formação universitária, aí apareceu o concurso pra professor na minha área, eu saí em janeiro da empresa e comecei a trabalhar em primeiro de abril, daí a minha envolvência enorme com a educação. É bom que se diga que a minha vontade era fazer direito, mas você sabe que na nossa idade que não tem muita noção exata das coisas você faz um bocado de história, eu ia pra Belém, na época o*

*vestibular era só lá, e na primeira vez que eu fui fazer o vestibular eu estudava no curso de contabilidade e paralelamente para o vestibular e eu me sentia um homem preparado para o vestibular e não passei e foi uma maior decepção. No outro ano eu fui fazer de novo, mas não levei a coisa muito a sério não estudei muito e já estava trabalhando estava ganhando bem e achava que era tudo e não era, depois veio aí a necessidade de fazer o curso superior pra vislumbrar novos horizontes e a partir daí que eu fui fazer, apareceu a oportunidade de fazer aqui o meu curso superior. Fiz o vestibular, passei e fui trabalhar, eu sou licenciado em Psicologia, Organização e Técnicas Comerciais, tenho a licenciatura plena nessas disciplinas que eram voltadas só para o segundo grau, mas eu nunca entrei praticamente em uma sala de aula para dar aula.*

Sobre sua trajetória de professor, ele conta que iniciou na administração escolar.

*[...] eu fiz o concurso em 1978, assinei o contrato no dia primeiro de abril e conseqüentemente já havia começado o ano letivo e fiquei sem aula, e eu ficava enchendo o saco do diretor do departamento de educação para ele me mandar, você já sabe eu recém-saído da faculdade com aquele conhecimento todo e querendo passar aquilo para as pessoas. Ele: – “vai pra sua casa e aguarde aí, nós já distribuimos a carga horária pra todo mundo” e eu: – “mas eu quero trabalhar” eu estava acostumado em empresa privada nove horas durante o dia e ainda fazia hora extra, estava acostumado a sentar e trabalhar, até que um dia ele que era chamado Furlan disse: – “tu não queres trabalhar de vice diretor?” e eu disse: – “eu quero trabalhar, eu fiz o concurso pra trabalhar” então eu fui designado para ser vice diretor do colégio Alexandre Vaz Tavares, que na época era administrado pelo professor Santa Cruz Barbosa Chagas. Pra mim foi a maior satisfação, porque foi a primeira escola que eu estudei e a primeira escola que comecei a trabalhar como profissional da educação e daí que vem a minha envolvimento com a educação, porque a gente vem com aquele conhecimento todo, mas já vem imbuído com a sua responsabilidade como profissional da educação. E daí que vem a minha grande preocupação com a educação, porque foi aí que eu fui senti, quando a gente faz a faculdade professores também passam por isso é obrigação nossa passar aos nossos alunos a importância da educação, em 1978 e 1979 eu trabalhei no Alexandre Vaz Tavares e depois fui como vice diretor pra escola que na época era Centro interescolar que depois virou Centro Interescolar Graziela Reis de Souza e depois eu fui trabalhar com uma equipe que inclusive estudou comigo, me disseram: – “Sobral a nossa escola aqui é só de 2º grau vem para cá conosco vem somar, nós temos esse compromisso” eu fui e me dei muito bem, desenvolvemos um trabalho excelente, aquela altura desenvolvíamos um trabalho muito bom como escola profissionalizante, lá nós tínhamos o curso de eletrotécnica, construção civil e saúde, e de lá eu trabalhei no CCA, depois passei um tempo a disposição do gabinete do governador. Eu trabalhava no centro interescolar e professor Jose Figueiredo de Souza que era o diretor de departamento de ensino passava lá e queria me levar para*

*dirigir uma escola lá na Fazendinha e eu coloquei varias dificuldades porque eu não queria mesmo era sair do centro interescolar porque a gente desenvolvia um trabalho muito legal com aquela turma que a gente vinha da faculdade bem imbuído das mesmas idéias e eu não queria sair de lá, passado um outro tempo ele me convidou pra trabalhar em uma outra escola lá em Santana e eu também não quis pelas mesmas coisas, sair de Macapá pra ir para Santana e Fazendinha é a mesma coisa, eu não quero, e quando foi um dia ele passou na minha sala no centro interescolar e disse: – “passa na minha sala que eu quero falar contigo” ai eu bati na sala dele e entrei e disse: – “não sei o que é, mas eu já aceitei”, e a parti daí eu fui trabalhar com crianças em uma escola de 1º grau do pré até a quarta série, diferente o trabalho e eu tinha dificuldade até de me comunicar com as crianças, eu já tava acostumado a trabalhar com o povo do 2º grau, eu ia para sala de aula conversa com eles e eu falava, falava e dizia: – “entenderam?”. E eles balançavam a cabeça dizendo que não, e eu: – “agora sim” mas era a falta de ter convivido. Eu fui conversei com uma supervisora e expliquei: – “eu estou com dificuldades de me comunicar com suas crianças” e ela me disse tão somente: – “fácil de resolver isso aí professor, é só baixar o nível”. Eu aprendi a me comunicar a me ajoelhar e ficar conversando com eles no mesmo nível, e pronto, desenvolvi um trabalho. Mudei muita coisa, criamos outras e depois fui dirigir a escola Edgar Lima e foi mais ou menos assim a minha trajetória e depois fui diretor do departamento de cultura da fundação de cultura do governo, dessa minha primeira trajetória como diretor eu passei quase 15 anos, saindo de uma função para outra, foram 14 anos e 8 meses de direção de escola, lógico aperfeiçoamento, você vai se identificando com aquele trabalho, fiz aperfeiçoamento para escola de 2º grau, mas foi ótimo e me vale até hoje, até hoje sou empolgado pela educação, porque eu vejo que a grande saída do nosso país no estado em que estamos é a educação, sem educação não vamos a lugar nenhum, a educação que tem a força e o poder de mudar, e eu vejo ai a responsabilidade, nenhum país cresce se não for através da educação, temos o exemplo do Japão que foi dizimado na segunda guerra mundial, e como foi que eles se ergueram? Imbuídos na necessidade da educação, então eu me tornei um apaixonado pela educação por conta de ver que ela é o pilar do desenvolvimento e se você não ver por esse prisma não vai a lugar nenhum, e hoje nós vivemos um momento triste da nossa educação e é extremamente necessário que nós educadores tenhamos essa consciência, eu sempre dizia: – “gente repousa nos nossos ombros a responsabilidade de preparar o nosso aluno para ele dar prosseguimento nas coisas que a gente desenvolve hoje, eles que vão ser diretores das escolas, os senadores, governadores, e a gente tem essa responsabilidade de prepará-los” cai na cabeça das pessoas a grande necessidade de se educar e eu partia logo do principio da família, se a família é a célula materna da sociedade logo trabalhava a família, chamávamos os pais, responsáveis e colocávamos: “gente, nós e vocês temos a necessidade de preparar os nossos filhos para vida, e se prepara uma pessoa para vida só através da educação e vocês são responsáveis também” e chamávamos todos para serem educados, porque o povo tem muito disso de vamos quebrar o que é do governo, chamava as crianças e dizia isso aqui não é do governo, isso é nosso e foi comprado com o dinheiro dos pais de vocês,*

*passávamos isso para as crianças, de que eles deveriam zelar por aquilo, e colocar a responsabilidade para cima de todo mundo, dizia-se da necessidade da família ser educada e partia do princípio de que nós somos todos pobres, e o quê que nós vamos deixar para os nossos filhos? Um carro, uma casa, isso é o bastante? Não é! O importante é que nós tenhamos a consciência de que é a educação acima de tudo. Não adianta você trabalhar e deixar um patrimônio para o seu filho se ele não sabe administrar, e quando a gente não tem esse patrimônio pra deixar? Então o grande presente e patrimônio que você pode deixar para o seu filho é educação, e este patrimônio ninguém tira dele. Um dia desse eu falava com você, que algumas coisas você não conseguia, mas enquanto você não conseguia essas coisas você ganhava um grande patrimônio que você tem, que é o conhecimento. E era assim que eu trabalhava na conscientização de cada um, na sua responsabilidade com o professor, da responsabilidade com a merendeira, com o orientador educacional, todo mundo imbuído nisso. Eu gostava de ver a minha escola limpa, me perguntavam: “como é que você consegue manter a escola limpa?” e eu dizia: – “pergunte para os meus, pergunte aos nossos serventes como mantemos” porque eu fui criado sob responsabilidades, se a escola estava suja a culpa era dos serventes? Mas por quê? Todo mundo está imbuído na mesma responsabilidade, é o conjunto, e eu conscientizava, porque educar é preparar os nossos jovens de hoje para conduzir. Eu me senti tão feliz quando eu fui nomeado para trabalhar no Alexandre, porque foi a primeira escola que eu estudei, eu: “eu estou agora como vice diretor”, depois que caiu a ficha.*

Em relação à discriminação racial, afirma que sempre ocorreu e sempre vai existir. O fato de ocupar cargos de importância dentro de uma escola tradicional não retira dele o fato de ser negro. Assim, fica bem o claro o senso comum que a sociedade racista brasileira costuma referendar: que nem todo lugar é para negro. “A marca desta história está em seus corpos, os acompanham em qualquer lugar. [...] haverá sempre alguém disposto a mostrar-lhe sem a maior cerimônia – é um negro!” (DEUS, 2008, p. 28). Ele descreve um episódio *sui generis*, uma colega de trabalho arrependida de um comentário racista que fez na chegada do professor para ocupar o cargo de vice-diretor da escola.

*São muitos, eu tenho um episódio que me aconteceu quando eu saí do Alexandre Vaz Tavares e fui trabalhar no Centro Interescolar. Uma grande amiga minha, no dia em que estavam fazendo uma festa de despedida, ela chegou e chorou, chorou, e eu perguntei: - “o que foi que houve, minha comadre?” aí ela disse: - “eu estou chorando porque por muitos anos eu cometi um equívoco com você, e agora eu queria falar”. E aí ela foi me contar que quando eu fui apresentado lá para vice diretor ela teceu um comentário: “eu pensei que vinham trazer para cá um vice diretor, e trouxeram um PRETO”. Mas isso foi um comentário que ela teceu na época, e ao longo do tempo que eu passei*

*lá e eu tinha uma preocupação também de dar importância para o professor e não só para o aluno para que ele se sentisse valorizado. No dia do professor eu fazia uma festa, reunia os professores, e então eles se tornaram meus amigos e ela se tornou uma grande amiga minha. E ela chorava por conta disso, e eu disse: “ah, minha amiga, isso é assim mesmo”, e tantas outras histórias assim de racismo. Teve uma moça que foi aluna no Centro Interescolar e depois veio trabalhar comigo como orientadora educacional ou outra coisa assim, eu sempre gostei das minhas coisas organizadas, e ela me dizia: - “o senhor exige tanto isso de mim, é por preconceito” na época ela era aluna, e eu dizia: - “ah minha filha, nem pensar, é porque eu gosto das coisas assim, de disciplina”. E depois ela veio trabalhar como orientadora comigo, e ela: - “logo na mão de quem que eu vim cair de novo, agora eu tenho que trabalhar com o senhor” e eu dizia: - “ô vamos ser amigos aqui”, mas ela sempre tinha que haver um afastamento pelo fato dela ser branquinha e eu ser negro, e tem muito disso conosco, sempre vai existir o racismo. (Grifo meu)*

Ao relatar sobre seus filhos referenda uma filha adotiva branca, que para ele de todos os seus filhos é a mais negra nas ações, na conscientização negra. Fala com muita emoção dessa filha. Transparece um amor paterno muito grande por todos os seus filhos e em especial a esta moça, que chama “filha do coração”. O Prof. Sobral e sua esposa na época adotaram esta criança ainda recém-nascida, e para ele a mesma sendo branca não difere em nada o amor e a “negritude” dela no seio dessa família. Referenda um de seus filhos que é ativo militante do movimento negro amapaense.

*Eu casei com uma mulher negra e tenho filhos negros, sem esquecer que eu tenho uma filha de coração branca, que é mais negra que todo mundo. Não foi opção, não, “eu vou casar com uma negra”, é que as coisas realmente aconteceram. Do meu primeiro casamento eu tenho seis filhos e a minha primeira filha é branca, que é adotiva, que não gosta de ser vista assim, e eu não vejo como adotiva. Dei a ela o nome de Eurídice, que eu tenho orgulho, por conta de coisas que eu lia desse personagem chamado Eurídice. Vejo que ela foi uma dádiva que o nosso Pai todo poderoso deu, pois nós, em princípio, não tínhamos filhos e, de repente, caiu do céu essa filha, que serve de exemplo para os outros, ela que organiza festas, que lidera as coisas, e eu sou muito feliz. Meus outros filhos são todos negros e o mais novo do primeiro casamento é totalmente apaixonado pelas questões da cultura negra, das danças, de tudo que se relaciona à história do negro. Ele é apaixonado e vive isso, é militante do movimento negro, militante de hip hop, o povo chama de Poca, que é Jorge Alberto Araújo de Souza.*

O Professor Sobral construiu uma carreira de reconhecimento na educação de Macapá, bem como carreira de cantor. Em 1981, foi ovacionado na cidade de Macapá: defendendo canções de seus grandes amigos e compositores, as três músicas que interpretou foram vencedoras de melhores canções, ficando em primeiro, segundo lugar, terceiro lugar de melhor música, letra e ainda arrebatou o prêmio de melhor intérprete. Um marco na sua carreira de cantor, Macapá tinha por tradição os festivais de música, e muitos nomes famosos que compõem o cenário artístico musical da cidade saíram dos festivais de música amapaense. Especificamente este festival de música amapaense de 1981, que foi atípico pela obtenção de todas as premiações pela mesma pessoa. Publicado o grande feito em todos os jornais da cidade, na televisão, nos rádios, e o senhor Manoel Sobral ganhou todos os prêmios do festival. Relata a sua trajetória em festivais e este seu momento especial, narra com muito orgulho este caminho de reconhecimento social.

*O festival foi coisa assim, impressionante que aconteceu na vida. Conheci muitas pessoas através de música, através de festival, foi no início da década de 70 que fui convidado para interpretar uma música chamada Noite da Rosa Rubra, que eu gravei inclusive, e era uma composição do Carlos Cordeiro Gomes com Renato Leal, e nesse mesmo ano defendi também uma música do Hernani Vitor Guedes, como eu estava meio afastado, recém-casado eu casei em 25 de dezembro de 1968 terminando a década de 60, fiquei meio afastado da vida musical para cuidar da família, correr atrás de emprego e das coisas inerentes à família, participava de vez em quando da rádio difusora e cantava. No início da década de 70 eu fui chamado para interpretar as músicas, e então a do Hernani ficou em segundo lugar e a do Carlos cordeiro em quarto. Daí as pessoas foram me vendo, e justamente nessa época nós pegamos a programação do festival e constava uma programação para se apresenta. As doze músicas classificadas no festival em um evento no clube de Santana, e nós fomos apresentar estas músicas e nessa noite da apresentação eu conheci o Fernando Canto que na época era garoto, não tinha barba, não tinha aquele queixo bonito que só ele sabe ter, ele tinha uns 16 anos, então ele me chamou pra mostrar uma música que foi gravada pelo José Maria Santos, nós sentamos na calçada ele puxou o violão e começou a tocar e cantar a música, a partir desse encontro nós nos tornamos amigos. Outra grande amizade foi o Silvio Leopoldo, porque também ele me viu cantando, nós éramos grandes amigos do Interact clube, e ele: - "o Sobral um dia desses me apareceu jogando futebol" porque eu fui jogar no time de futebol dos veteranos do Amapá e a gente já era amigo através desse clube de serviço chamado Interact clube que era apoiado pelo Rotary Clube de Macapá, - "um dia desses o Sobral me aparece como jogador de futebol e agora me aparece como um grande intérprete de música, você vai cantar as minhas músicas no próximo festival!" Então eu passei a cantar as músicas do*

*Silvio Leopoldo e as do Fernando Canto, e sempre nos festivais eu interpretava as músicas deles. Nesse festival já em 1981 aí que surge o nome do Café com Leite, que eu interpretei a música do Fernando que chama Currículum Vittae, interpretei a música “Marcas” do Sílvio Leopoldo que em todos os festivais eu cantava as músicas dele e que ficou em segundo lugar, e cantei “Defendendo a MPB” que ficou em terceiro e cantamos juntos eu e o pessoal do “Café com Leite”, então nesse festival eu ganhei primeiro, segundo, terceiro lugar e melhor intérprete, os jornais estamparam e têm isso por aí, e eu fico muito satisfeito. A minha participação nos festivais foi marcante, uma beleza, aquela expectativa, se ensaia, essa música que eu ganhei o primeiro lugar Currículum Vittae, foi censurada, a assessora na época corria brava, e quando liberaram a música o Fernando estava em Belém e ele: - “Sobral a minha música passou aí, Currículum Vittae, vamos inscrever e ganhar”, na eliminatória eu cheguei lá botando quente na voz e interpretação, é uma música emocionante de cantar – liguei a ele e disse: “classifiquei a música, pode largar tudo aí, universidade e vem pra cá”, ele largou lá tudo e nós realmente ganhamos, foi um sucesso enorme! Por conta disso, o Sílvio Leopoldo disse: “você não deu a mesma interpretação para a minha música como deu para a música de Fernando” (rindo).*

Sobre a velhice, foi enfático, para ele a velhice lhe remete à tristeza. Esta palavra e sua profundidade.

Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos (LARROSA, 2002, p. 21).

Para ele, “sentir” a velhice está sendo experiência conflituosa pela saúde que fragiliza e o caráter inexorável da velhice lhe transformando em “outro homem”. Considera os amigos de longas décadas, a família, a carreira de professor e de cantor como o maior mérito que conquistou.

*É um estado de vida muito triste. O que acontece são os problemas que a velhice traz junto, principalmente de saúde. Eu continuo cantando de uma forma bem reduzida, continuo frequentando os lugares os eventos de forma bem mais reduzida, tenho 67 anos prestes a completar 68 e com alguns problemas de saúde que a gente vai contornando. E que eles agora têm um significado bem mais acentuado, mas o bom disso tudo é que eu olho para trás e digo eu vivi a minha vida. Por conta disso aí tenho oito filhos maravilhosos, tenho amigos que construí há muitos anos atrás, e continuam meus amigos, tenho muitas amizades com mais de 40 anos! Com o Fernando são exatos 53 anos de amizade, com o Sílvio foram quase*

*40 anos, até ele falecer, o Edson Correia que foi meu professor e depois foi meu amigo, também faleceu e tínhamos mais de 40 anos de amizade... e tantos e tantos outros, Lino que estudamos juntos, a Maria dos Anjos, o meu compadre Pelé com a minha comadre Fifita, o pessoal do “Café com Leite”, e o bom disso tudo mesmo é a família que constitui, eu passei parte da minha vida não separado da minha família, mas não vivendo morando com eles, mas não deixei de acompanhar. Todos eles são meus amigos e não só filhos, e eu me orgulho muito disso aí, de ter uma roda enorme de amigos que são meus filhos e uma roda enorme de amigos que são meus amigos mesmo, que a gente mantém e depois eu tenho uma gama de netos, tenho 16 netos, e depois também têm os meus sobrinhos que eu acompanhei de perto na casa deles, quando estudavam em Belém, e ate hoje eu mantenho esse laço de amizade que é muito forte. Eu não sou de estar todo tempo na casa de meus parentes e amigos, mas eu sei o carinho que eu tenho por cada uma das pessoas que eu quero bem, e a recíproca eu sei que é verdadeira, eu recebo também esse carinho pelos meus filhos, amigos e parentes, principalmente dos meus sobrinhos com quem eu convivi muito de perto. Eu tive a oportunidade de passar para os meus sobrinhos coisas que a gente só passa com exemplo, “porque a história do faz o que eu digo e não faz o que eu faço” isso não existe, o que nós passamos e haveremos de passar, e os nossos educadores têm que saber disso é que nós educamos pelo nosso exemplo, não é dizer pra fazer isso e depois você ir e fazer o contrário, então é por esse carinho enorme, é por esse bem querer grande que existe entre a gente que eu me sinto feliz. O problema da velhice é que às vezes não pode nem pegar uma gripe, mas fora isso tudo valeu! E minha preocupação com a educação continua, eu de vez em quando sou chamado para dar uma palestra sempre voltada pra educação e sempre vou e não deixo de fazer e passar a minha informação, porque isso faz parte da minha vida, e não posso deixar de fazer.*

Continua descrevendo a importância de ter escolhido a profissão de professor e que, como professor e músico, tornou-se um conhecido na região. Percebeu em muitos momentos de sua ascensão social que frequentava lugares onde somente ele era negro: “viver em uma sociedade contrária à mobilidade social do negro e, mesmo assim, buscá-la, é para os negros, um processo de descobertas e, ao mesmo tempo, de definições” (SANTOS, 2007, p. 72).

*Ser professor foi o grande ensinamento de vida que eu recebi, e tive orgulho de passar para as pessoas, esse ensinamento que a própria vida nos dar. O grande prazer de ser professor de ter participado e ser incluído nessa responsabilidade até hoje, eu ainda quero ver esse país em melhores condições no que diz respeito à educação, eu ainda vivi a expectativa de ver o professor ser reconhecido com um salário que realmente lhe faz jus, e ainda eu de ver milhões de professores imbuídos nessa responsabilidade que é preparar o seu jovem pra administrar a sua cidade, sua nação. Eu não perco a esperança, nos já*

*vimos tantos políticos comprometidos com a educação e que tem boas intenções, que têm isso que nós gostaríamos que todos os políticos tivessem o compromisso com a educação, mas eu ainda vivo a expectativa de melhores dias de educação para o nosso país, porque é assim que a gente vai crescer.*

*“Quem não deve não treme” é meu lema, me faz lembrar o meu saudoso amigo Ciriato que foi uma figura legendária na imprensa oficial na época que nos trabalhávamos lá, ele era aquele sujeito brigão, mulherengo tipo um malandro, e ele dizia quando recebia uma ligação: “o telefone é da polícia, “quem não deve não treme”, outa grande escola para mim foi a imprensa oficial, lá aprendi de tudo, até porque quando eu fui trabalhar eu trabalhei bem junto do professor José de Araújo que foi meu professor de tipografia, depois nós trabalhávamos juntos como revisor, ele como revisor oficial do Jornal do Amapá e eu revisor do Diário oficial, e nós nos tornamos muito amigos e ele ensinou muito de imprensa de um modo geral. A imprensa ensina muito, primeiro porque você está ali convivendo com a língua portuguesa, com o idioma diariamente, principalmente no fato de ser revisor, então aquilo lá foi uma escola para mim, e quando eu sai de lá que fui fazer um teste na empresa privada eu acertei todas as questões de português, mas por quê? Pela convivência com o idioma, eu era revisor e tinha a obrigação de saber o português correto, e isso nos ajuda muito no decorrer da nossa vida profissional. Quando você abre a boca e fala as coisas de forma correta as pessoas passam a lhe respeitar, principalmente a questão da negritude, porque nós negros somos muito atingidos. As pessoas antes de nos ver como negro ela precisa nos ver como intelectual, como conhecedor, eu sempre pedi aos meus filhos: “eu não quero que você seja o melhor da turma de vocês, mas eu quero que vocês estejam entre os melhores, para quando você abrir a sua boca é para discutir e dar informação com conhecimento de causa, aí as pessoas passam a lhe respeitar, pelo seu procedimento e modo de falar, e elas vão ter que respeitar mesmo, porque aí não está uma pessoa tola, está um conhecedor principalmente da sua língua” ninguém fala corretamente o nosso idioma, mas quando você fala de uma forma precisa as pessoas passam a te respeitar, e então foi assim que eu me fiz respeitar dentro da sociedade, e em muitas oportunidades, eu estive em eventos sociais onde só eu era negro. Eu me tornei amigo do doutor Edson Gomes que era minha referencia no curso técnico, foi meu professor de assuntos jurídicos, e um dia ele me viu cantando e me convidou pra fazer uma viagem com ele, através da música e do respeito que ele por mim como aluno, porque a disciplina dele era muito bonita, linda a explanação que ele fazia de direito, ele era promotor, então as aulas dele eu não precisava estudar, ficava muito atento as aulas dele, e eu tirava todas as notas máximas, e em toda prova na sala de aula, ele me mudava de lugar e dizia: “não você não vai sentar aí! Senta aqui”, Então, depois que nos tornamos amigos perguntei a ele: - “porque você me mandava eu sentar lá na sua mesa? Você pensava que eu não sabia?” e ele disse: - “não, é porque o pessoal ia colar de ti”. Ele também foi meu grande referencial, me levava pra esses eventos onde só eu era negro, frequentei muito a casa dos governadores pela penetração que ele tinha como político, como homem público e como homem da justiça, e em muitas*

*oportunidades o NEGRO era só eu, inclusive no meio familiar dele são brancos. (grifo meu)*

Prossegue discorrendo sobre sua presença importante no “mundo dos brancos”, na maioria dos eventos que participava com frequência era a única pessoa negra presente. Destaca que o preconceito racial sempre vai existir, mas ele não permitiu que problema social lhe causasse danos emocionais. Seguiu o curso da sua vida naturalmente, mas sem deixar de perceber que pessoas negras como ele não faziam parte desse universo; o negro, quando alcança uma posição privilegiada e de destaque social, percebe que infelizmente passa a ser “único” neste espaço social. Mesmo conseguindo a ascensão social:

[...] não significa ficar livre de discriminações raciais, uma vez que esta se dá no Brasil, pela presença da pigmentação da pele, pelo tipo de cabelo e pelos traços corporais. Estas características, entretanto não vão desaparecer do indivíduo só porque ele galgou uma posição de destaque na sociedade (SANTOS, 2007, p. 71).

Continuamos com o depoimento do professor:

*De certa forma, foi tranquilo, só depois é que eu fui me ligar, “só eu aqui”, e me acostumei. Eu frequentei a casa de praticamente todos os governadores, frequentavas os eventos lá, era convidado para cantar. Fiquei à disposição de um gabinete de um governador no governo do Barcelos o primeiro na década de 70, eu frequentava a casa dele e cantava muito, às vezes eu ia a Belém resolver questões do governo. Eu tive muita sorte, porque a maioria das pessoas negras passa por problemas sérios de rejeição, e preconceito é sempre. Comigo foi pouco, mas sempre se verifica, até em brincadeiras, no “Café com Leite”, por exemplo, tinha um colega nosso chamado Ricardo Brito, que era brincalhão e ele dizia: “lá vem a escola são Benedito e seu patrono”, eu era o São Benedito, e isso aí era uma espécie de brincadeira com maldade, e tantas outras. Mas eu nunca liguei pra isso e não tive tantos problemas, porque tem pessoas que acumulam problemas sérios com rejeição racial e que às vezes fica até recalcado por conta disso. Eu já viajei por muitos estados, sou um homem reconhecido na minha cidade, construí uma sólida carreira, viajo bastante e nunca me deixei abater pelo preconceito das pessoas, não fiquei recalcado e eu continuo sendo o Manoel Sobral de sempre.*

#### 5.4.2 Professor Francisco Lino da Silva



Foto 3 - Professor Francisco Lino da Silva  
Fonte: Autoria de Arthur Leandro, feita especificamente para este trabalho.

## Professor Francisco Lino da Silva

A narrativa do Prof. “Lino”, como é conhecido na cidade de Macapá, integra a sua carreira de docente e a escola de samba do qual é sócio fundador. Nas instituições escolares que o professor trabalhou, muitos alunos referiam-se a ele como o “professor Lino dos Boêmios do Iaguinho”. Sua descendência familiar é direta de negros escravizados bantos, sendo que justifica sua herança familiar com muito orgulho, vem de uma família nuclear e harmônica. Em seu relato, ressalta não somente sua inserção na carreira docente, bem como a fundação da escola de samba no bairro que reside há exatos 60 anos.

*Eu nasci em Macapá no dia 22 de março de 1935. Sou descendente de uma família humilde no Formigueiro, hoje chamado de Largo dos Inocentes, a minha avó se chamava Luzia Francisca da Silva, a Mãe Luzia uma das primeiras parteiras daqui do Amapá, e como naquela época não existia médicos era a parteira, as benzedeiras que as pessoas procuravam para se tratar. Eu considero que tive várias infâncias, uma delas foi até os sete, oito anos. A outra infância foi quando comecei a estudar particular com a dona Isabel Araujo<sup>25</sup>, e depois a partir de 1944 com a criação do território, vamos ter a primeira escola a ser fundada aqui em Macapá, que foi a escola Barão do Rio Branco. Meus pais foram Claudino Lino da Silva e Francisca Santana da Silva, também de Macapá, só que minha mãe era das Ilhas do Pará, meus avôs eram descendentes de escravos bantos oriundos do Mazagão velho, e o restante da minha família são todos daqui de Macapá. Naquela época (década de 40), era muito difícil as pessoas sobreviverem aqui através de empregos públicos ou mesmo particulares, até 1942 existia apenas a intendência, hoje em dia chama-se de prefeitura, a partir da criação do território que começou a se expandir Macapá como todos os municípios. Na minha infância eu fui estudar no curso primário do Barão do Rio Branco, o curso secundário no colégio Amapaense, e depois parei 14 anos, porque eu não tinha como me deslocar daqui para estudar fora. Então eu cursei no Barão a alfabetização 1ª a 5ª séries já no governo do Janary Nunes.*

Ressalta que, além de estudar, trabalhava na olaria fabricando telhas, tijolos, ajudava o pai e nos finais de semana pescava e apanhava açaí. Peixe assado ou frito

---

<sup>25</sup> Sua avó nasceu escrava em 1835, descendente de Bantos, e faleceu com 109 anos em 24 de setembro de 1954. Foi a parteira mais importante da cidade de Macapá. Mãe Luzia como era chamada pelos amapaenses foi eternizada com o nome da Maternidade de Macapá, inaugurada em 13 de Setembro de 1953; recebeu a homenagem em vida e nem se envaideceu por isso (paneladopovo.blogspot.com.br, consultado em 15 de março de 2014). A rua que o entrevistado mora no bairro do Iaguinho tem o nome de sua avó.

é um dos acompanhamentos para se tomar açaí na amazônia. O bairro do “formigueiro” foi um local de Macapá onde só moravam famílias negras, sendo referência na história do Amapá, porque no remanejamento que o primeiro governador fez ao retirar a população negra do centro da cidade para áreas na (época) mais afastadas do centro, estas famílias não aceitaram sair de suas casas. A família do prof. Lino era uma dessas aguerridas famílias que são conhecidas até os dias atuais pela não aceitação do remanejamento (MACIEL, 2001).

*Minha infância foi muito boa como toda infância de garoto levado, mas sempre ajudando a família. Eu comecei a trabalhar com doze anos carregando tijolos na olaria de Macapá, depois passei para a marmoraria, onde ajudava o meu pai, sábado e domingo íamos para o igarapé pegar peixes, apanhar açaí, eu sempre ajudei, como todos os meus irmãos, inclusive o mais velho depois que ele faleceu em 1956, foi quem tomou as rédeas da família e quem ajudou a nos criar, meu irmão mais velho chamado Adalberto Santana da Silva, mais conhecido como Lilino. Morei no bairro dos Inocentes ali no Formigueiro, o deslocamento daqui para o Laquinho aconteceu quando o professor Ubiraci de Azevedo Picanço me convidou para vim visitar o bairro do Laginho, e desde essa época eu me apaixonei pelo bairro, inclusive com dezoito anos eu vim morar para cá e estou até hoje, constituí família, aqui eu me casei, tive as minhas três filhas e continuo até hoje aqui, coincidentemente moro na rua que minha vó emprestou o nome que é avenida Mãe Luzia.*

*Minha infância foi feliz, naquela época não existia criminalidade, você saía às ruas totalmente despreocupado, você dormia de janela aberta, você saía para jogar a sua bola, sarau para se divertir sem o risco de sofrer qualquer agressão tanto física quanto mental. Eu lembro que naquela época meus pais sempre diziam – “você pode ir para onde quiser. Agora eu quero saber com quem você vai?” e uma das coisas que ficou gravado na minha memória até hoje, e eu repassei para as minhas filhas foi de que a pessoa pode não ter nada, andar remendado, mas de cabeça erguida e que tenha caráter, essa é a palavra chave, o caráter da pessoa é o que vale mais na vida, e eu concluir depois que me formei e antes mesmo da minha formação que ele realmente estava certo, o caráter da pessoa é o que vale, os gênios, as personalidades são diferentes cada um tem o seu é individual, cada um tem seu modo de viver, e até hoje eu guardo isso comigo e a lembrança da minha mãe, meus pais, foi uma infância pobre, mas feliz. Minha adolescência foi no colégio Amapaense, conheci pessoas, amigos que me tornaram uma pessoa mais sensível, mais amável, em termos de amizade apesar de eu não ter grandes amigos, mas até hoje os meus amigos do Colégio Amapaense são aqueles amigos sinceros que eu cultivo até hoje, inclusive daquela época eu, Azevedo, Edílson, Valter, muitos já se foram, mas a gente era uma família, por isso que aquele colégio durante muito tempo foi chamado de colégio padrão, onde se formava pessoas de caráter, inclusive quando saíam do colégio Amapaense com o científico ou clássico dificilmente eles não ingressavam em faculdade, aqueles que*

*tinham condições de morar em Belém, o colégio Amapaense era um trampolim para que isso acontecesse, eu entrei lá no colégio Amapaense em 1954 a 1957 mais ou menos, eu tinha dezenove anos quando entrei no colégio, e vinte e dois anos quando eu terminei. Depois eu passei quatorze anos sem estudar porque não tinha como a gente deixar a família para seguir para Belém ou outro estado. Eu fui me casar só aos 35 anos em 1970. Eu fiquei quatorze anos sem escola, só trabalhando, com quatorze anos deixei a olaria eu comecei a trabalhar no antigo INSS que era o antigo IAPC que depois em 1966 passou para INPS e posteriormente INSS. Em 1977, 78, 79 e 80 nós concluímos o esquema dois através do Núcleo da universidade federal do Pará, onde tinha quatro, cinco grupos distintos, o nosso grupo era Direito e Legislação aplicada, Economia e Mercado e processamento de dados e tinha outros também que eram outros grupos, de filosofia, pedagogia, matemática, história, geografia, que era uma licenciatura plena, foram quatro anos e meio e até hoje é considerada plena. Então eu fiz o núcleo que terminou em 1980, aí quase todos fizeram o curso para o governo e ingressamos no governo como federal, e a única escola que oferecia essa disciplina especializada era o CCA, todos nós fizemos concurso para professor isso em 1982, 83, foi quando eu saí porque não podia acumular INSS e governo então pedi exoneração do INSS e fiquei só no governo federal para ser professor.*

Sobre sua trajetória de professor, afirma que:

*Diffícil, porque naquela época a maioria dos estudantes para ingressar no segundo grau eram mais pardos e brancos, dificilmente você via um negro, então eles achavam que professor tinha que ter a pele branca, cabelo liso ou louro, se trajar bem, e naquela época que a gente estava entrando éramos professores humildes, e era um desafio porque a gente estava saindo da faculdade, a gente não teve aquele tempo de ir para o interior, adquirir mais experiências para poder ensinar, mas como dizia uma professora Miraci Bezerra, a experiência vocês vão adquirir com o tempo, e isso aconteceu, começou no colégio Amapaense e sair de lá já aposentado, inclusive com o seu tio Sobral a gente depois de tantos anos lecionando a gente ficou fora de aula, ele passou quase dez anos sendo diretor de escola, eu trabalhei com ele no CCA tanto como professor como fora, fui vice-diretor e depois ele foi diretor no Edgar Lino e eu fui secretário dele, então essas amizades eram assim quando tinha a oportunidade de ficar junto, um era diretor e chamava o outro para trabalhar junto que já conhecia a maneira de trabalhar a maneira de ser, e até hoje a gente guarda essa lembrança, quando passam dois três anos a gente sempre procura se reunir, justamente para lembrar aquela nossa juventude, do nosso tempo de estudante e professores. Eu fui professor do Colégio Comercial do Amapá, primeiro de Direito e legislação e economia em mercado essas disciplinas no segundo grau, no primeiro grau eu dei direito comercial outra correlata ao comércio e indústria. Depois que eu me aposentei em 1990, 92, eu fiz o novo concurso para o estado passei e continuei lecionando no estado até mais ou menos 1995, 96, depois eu dei umas aulas na prefeitura e em seguida abandonei,*

*porque a gente não se sente realizado sem está fazendo o que a gente gosta realmente, lecionar, fazer uma criança feliz, um dia desse eu fui fazer um depósito na caixa econômica e uma menina disse: - “professor quanto tempo, o senhor não se lembra de mim?” e eu disse: - “me desculpa, mas eu não estou lembrado” e ela: - “o senhor foi meu professor lá no CCA, e hoje eu sou gerente aqui na caixa” então é uma satisfação ver essas pessoas. O magistério um sacerdócio, não adianta você querer exercer a profissão de professor a fim de se realizar em termos monetários, você tem que exercer a profissão como um sacerdócio a fim de estudar, ensinar, transmitir educação e conceitos para a vida, porque hoje em dia a educação ultrapassa aquele plano de aula que você leva para os alunos, hoje em dia você tem que ter experiência de vida e passar isso para os seus alunos, você tem que ter cultura geral, qualquer assunto que o aluno levante você tem que responder e se não poder, mas diz que no outro dia responderá e que com certeza vai tocar no assunto e responder, mas podendo antecipar é muito melhor, ter cultura geral, ler, porque se não você não consegue.*

Ressalta que, com a criação do Território Federal do Amapá, tudo expandiu com a chegada do primeiro governador, principalmente a educação. Segundo ele, antes da criação do território não existia uma política educacional e nem escolas.

*Na época da chegada primeiro governador aqui de Macapá, quando esta terra se torna território não existia política educacional. Lembro, naquela época não existia política educacional e então ele chegou e construiu logo duas escolas: a escola Barão do Rio Branco, e logo depois a escola industrial, que eu acho que foi um erro do governo em extinguir o estudo profissional, aquela escola formou tantos profissionais que hoje em dia exercem a atividade, inclusive eu tenho um primo Ezequiel que está trabalhando em Kouru na Guiana Francesa em fabricação de foguetes, e ele se formou lá na escola industrial, formou em desenho técnico, e muita gente se tornou bons profissionais, torneiro mecânico nós temos cinco ou seis que são donos de oficina, sapateiros, alfaiates e que hoje em dia não existe mais uma escola para estas profissões. Depois vieram outras escolas, colégio Amapaense que não tinha prédio próprio, o IETA (Instituto de Educação do Amapá) – escola normal – que foi a base aqui de todos os professores que se formaram e ainda até hoje, porque o prédio do antigo IETA é hoje o espaço para a universidade estadual, as professoras depois se atualizaram e fizeram o terceiro grau, porque hoje em dia não é mais admitido que o professor leccione desde o jardim até o último ano sem o terceiro grau.*

Discorre sobre o bairro e as pessoas importantes da maior manifestação cultural negra de Macapá. destacando a força que o bairro tem a ser reconhecido como “Nação Negra”.

*Sim, uma dos motivos de minhas vindas para cá justamente foi o senhor Ubiraci Picanço quando me trouxe, eles tinham um dominó, e ali nós ficávamos jogando, tomando pinga, e tinha o mestre Bené que ele veio de Belém como pedreiro e mestre de obra para a construção da residência governamental, fórum de Macapá, hospital geral de Macapá, Macapá hotel, Barão do Rio Branco, então veio essa preia de jovens de Belém para trabalhar aqui em Macapá porque não existia mestre de obra aqui, não tinha nada, tinha carpinteiro porque as casas eram a maioria de madeira, mas o resto era de barro, e o mestre Bené conheceu uma moça e se casou com ela a dona Luzia, e a gente saía no bloco de Sujo no carnaval, ai sentamos no pátio do Biluca e disse: - “vamos fazer um rancho uma escola de samba?” e no dia 2 de janeiro de 1954 agente fundou a escola de samba Boêmios do Laguinho, e no dia 2 de janeiro agora (2014) o Boêmios completou 60 anos. Naquela época eu tinha dezoito anos, o Martinho Ramos que era filho do seu Julião, seu Joaquim Ramos eu ficava aí nas festas, às vezes até eu dormia na casa deles, e fui pegando gosto pela cultura, folclore e me envolvi também com o marabaixo, o Martinho Ramos era um adepto ao marabaixo, e então me incentivou para que nós fizéssemos um estatuto para formação de um grupo de marabaixo, que hoje se chama Raimundo Landislau que foi um dos grandes poetas ladronista que Macapá já teve, ladrão é aquele que dá os versos de marabaixo, fora outros como Veluciano, João Bastos, e você vê que essas pessoas apesar de rudes tinham sensibilidade e eram pessoas inteligentes, porque esses ladrões são uma verdadeira poesia, e eles faziam isso com o maior amor, quando chegava o domingo de março eles vestiam o terno branco, a sua toalha o chapéu e a flor, e saíam, e o que mais a gente sente falta é daquela espontaneidade sem precisar de órgãos públicos para custear as festas de santo, e hoje em dia se não tiver o incentivo do governo não se faz carnaval, não se faz marabaixo, não se faz quadrilha, o meu pai quando foi festeiro da Santíssima Trindade passou um ano no garimpo para que isso acontecesse, mas fez a festa. Naquela época não existia preconceito de você dançar marabaixo, de você se integrar com os pretos, e hoje em dia não, se você tem um filho que é pardo e convida: - “meu filho vamos pro marabaixo” ele diz, marabaixo não! Acha melhor ir para a boate, e então isso foi quase desaparecendo, só não desapareceu por causa do incentivo do governo, e as pessoas alguns se beneficiam com isso, e hoje em dia você ver que quando tem algum encontro de tambores, são 80 grupos de marabaixo, mas eles não têm aquela paixão pela dança, ao não ser algumas poucas pessoas como a professora Piedade que abraçou a causa e que inclusive tem dois livros já lançado e fala com muita propriedade de nossa cultura, do nosso folclore que é bonito e que possa perpetuar e pedir que funcione esse museu da imagem e do som, porque a gente já perdeu tantas pessoas que podiam já está gravado para posteridade verdadeiras joias de músicas do marabaixo que se foram junto com seus ladronistas, o Landislau, o velho Julião, o Martinho, o Sacaca, o Davilão ainda esta vivo, mas que não pode demorar muito tem que gravar, dona Zefa, Natalina, o pessoal da dona Gertrudes todos eles como o do velho Julião porque o da dona Gertrudes foram morar na favela e do velho julião vieram morar no Laguinho, quando o governo desapropriou aquela área ali do fórum para que fizessem lá o fórum e as residências dos diretores, mas tinha que acontecer, **você ver que o progresso às vezes afasta***

**as pessoas mais humildes, se uma pessoa quer fazer um prédio e precisa do terreno as pessoas vendem (Grifos nossos)** e vão mais para trás. Quanto a minha infância, foi essa aqui no Laguinho novo desde os 18 anos e continuo até hoje, quanto à fundação da Boêmios, aconteceu no dia 2 de janeiro de 1954 no pátio da casa da Biluca uma “péia” de jovens, 13 pessoas resolveram fundar a escola de samba Boêmios do Laguinho, somos hoje uma das maiores agremiações do norte, você ver o bairro é tão pequeno e a escola é tão grande que a gente nós já passamos por três etapas, do barracão, aquilo que a gente fez com tanto esforço, todo mundo trabalhando era só na madeira primeiro barraco, depois fizemos a sede, naquela época o presidente Jaci e já ficou pequeno e depois de 30, 40 anos a gente teve que mudar, e estamos fazendo agora um novo prédio justamente para abrigar a quantidade de pessoas que hoje em dia são amantes do Boêmios do Laguinho, a gente estava com um projeto para inaugurar no aniversário da escola, mas não deu certo, várias travancas passadas, mas já recomeçamos e eu acho que com mais seis ou sete meses a gente estará entregando aos brincantes, à comunidade do bairro, a nova sede do Boêmios. Eu me sinto realizado por ser um dos fundadores, e desses 13 rapazes, já só tem dois, que é o Geraldo, que foi o primeiro marido da dona Biló pai do Joca, e eu, o último que morreu foi Cabecinha que era o irmão do Geraldo, inclusive nos 60 anos eu pedi para dar uma palavra e citei o nome de todos que morreram, porque não se pode ter uma sede ou agremiação sem se falar dos seus fundadores, as pessoas que realmente trabalharam para que isso tudo acontecesse, e eu sempre falo, que eu estou coletando dados para que a gente possa fazer um livro contando a história do Boêmios do Laguinho, e nos estamos cercados aqui pelo piratinha (outra escola de samba), tem ali o Solidariedade, no Jardim, a escola continua grande, como é grande o maracatu, como é grande os Piratas da Batucada, que são as primeiras e as que reúnem maiores condições de fazer carnaval e lutar pelo título, outras escolas se fossem se preparar, por exemplo, o Império do Povo de Santana eu sempre disse que no dia que a aquela escola se despertar, porque é um município grande, com população grande, basta gostar e colocar pessoas que goste da escola, porque não se faz carnaval, futebol, não se faz nada sem o apoio da comunidade, é essencial a comunidade, nós pegamos uma diretoria, um presidente passou oito anos aqui que não ligava para a comunidade, ele fazia o carnaval, e então eu me achei no direito de chegar com ele e disse que se tem um estatuto, “vamos olhar o estatuto, e que vamos entrar na justiça para que isso aconteça, porque a parte social que é a principal você não faz” não adianta você ser sócio de uma agremiação se você não tem direitos, você só tem obrigação de pagar e ir lá para torcer? Não você tem o direito de ir a uma festa, levar sua família, você tem o direito de se divertir, e é para isso que a gente estava fazendo, inclusive a gente formou agora uma diretoria só de mulheres a Daiana e a Patrícia, para que as pessoas que estão atrás possam encaminhar, dar o rumo certo e que isso possa acontecer, mas é como eu digo a comunidade e todas as pessoas que nunca mais a gente vai colocar presidente nos Boêmios do laguinho em quanto eu for vivo pessoas que não goste da escola, a primeira coisa é o amor a escola, o amor a comunidade, você tem que cativar as pessoas e abrir a escola para que todo mundo possa participar, e a partir de agora esse ano fazer a eleição direta

*para que todo mundo possa escolher o seu presidente e através dele a sua diretoria. Eu já gostava desde o formigueiro, porque o meu pai era tocador de violão e eu já tinha uma noção de música, não consegui aprender a tocar violão porque tem que ter o dom e eu era mas para cantar às vezes, e em 1962 quando prefeitura e governo se uniram para fazer e organizar o carnaval de rua, e então um dos itens era samba enredo e nessa época o presidente da Boêmios era Otacílio Souza do Carmo e ele disse: - “quem é que vai fazer o samba enredo?” e naquela época tinha o Alcir Araujo, Nonato Leal, mas eles tinham outras escolas, e o Ubiraci disse: - “o Lino” e eu disse: - “como é que eu vou fazer?” e começou daí, e eu disse que ia tentar, e isso ai me custou caro, noites e noites de sono, primeira coisa pesquisar, aonde eu ia fazer a pesquisa, então eu fui com o Estácio Vidal Picanço a gente se dava bem e ele disse que tinha uns livros, Otávio Mendonça etc, e que podia fazer a pesquisa ali, e que se eu quisesse podia levar o livro e depois eu devolvia, mas ele disse: - “mas é para me devolver porque eu emprestei livros não sei para quem e até hoje não me devolveram”, e começou daí, fiz o 1º, 2º, 3º samba, ai em 1975 o tema era a fortaleza de Macapá, e ele me deu um livro que falava da fundação da fortaleza, o propósito para o qual ela foi criada, e foi um dos melhores sambas que eu já fiz e que agradou o publico, o pessoal chamava de bom..bom.. bom, mas não era, era Fortaleza Atalaia do Norte, e daí começou, e eu sempre fui ligado também à seresta, naquela época com Válber, Zé Crioulo, Nonato, e agente sempre tirava um sábado um domingo para fazer serenatas na casa de pessoas que sempre convidavam a gente, Alcolumbre, Zagury, Macapá Hotel, e nós começamos daí e até hoje eu fiz 35 sambas enredo, deixei de fazer em 1991, porque a gente tem que dar oportunidade para as pessoas, se eu não parasse e tivesse dado oportunidade para outros compositores, até hoje não tinha aparecido Rosendo, Heraldo Almeida, Carlos Peru, o pessoal aqui do grupo Pilão, Juvenal, Fernando Canto, Manoel Bispo, são tantas as pessoas, são tantas expressões de pessoas lúcidas, o Fernando está concluindo o doutorado agora, e são pessoas que imigraram para cá e que até hoje são expressões, Osmar Júnior, que morou no Laginho. Basta dizer que no formigueiro ali onde eu nasci, vivi a minha infância, fizeram quatro prefeitos, Alceu Paulo Ramos, José Serra e Silva, Azevedo Costa, João Garento, três negros, e quando o Milhomem que é de lá se candidatou eu disse: - “eu vou votar em ti que talvez eu faça os cinco”, ele não conseguiu, mas se conformou.*

*Eu sempre me identifiquei com escola de samba, porque eu fui o único que nunca deixei de sair na escola, e nunca deixei de amar a escola, as pessoas às vezes se compatibilizaram com outras que eram presidentes e se afastaram, e eu não, por quê? Porque eles vieram depois de mim, ele pode até não me dá cargo nenhum, mas eu não vou deixar de ajudar a minha escola, então eu estava todo tempo lá, eu fui até cozinheiro da escola, cozinhou no barraco da escola e não me rebaixava em nada, sempre ajudei e até hoje estou lá, e de vez em quando meto a mão no bolso. É parte da minha vida, minha história, no bairro “Nação Negra”, o maior bairro negro de Macapá. (Grifos meus)*

Sobre a questão do racismo em Macapá com sua pessoa, afirma que aqui ele não sente tanto racismo, mas fora do estado já passou várias situações discriminatórias. Porém, o professor Francisco Lino segue afirmando que em Macapá, como em todos os outros estados do Brasil, o racismo é grande e praticado com muita naturalidade e até certa aceitação por parte das pessoas, porque quando alguém vê uma pessoa praticando atos de racismo não faz nada; é igual uma briga na rua, ninguém ajuda com medo de represálias. Segue narrando um episódio de racismo com sua pessoa na “sua terra”, como gosta de referir-se à Macapá. Destacamos que quando fala sobre o racismo usa a palavra “preconceitozinhos”, entre a zanga e o sarcasmo.

*Não sinto tanto racismo aqui na minha terra, na minha cidade, porque a gente é conhecido, principalmente naquela época que a população era pequena, então era muito retraído, mas de vez em quando a gente sentia. Eu vou te citar um caso, o tio Bira, a gente era muito amigo, como o Leonai também, apesar de não ser totalmente branco, o tio Ubiraci a mãe dele era descendente de negra aqui do Macacoarí, mas eles eram claros por causa do velho Joãozinho que era descendente de português dos olhos azuis, eu estou aqui no Laguinho, ali no bar do Pedro veio um carro e disse que era para eu entrar para ir lá com o “tio Bira”, e eu perguntei a onde ele estava, e ele disse que ele estava na residência do secretário seu Bena que era secretário de finanças nessa época, então eu vim em casa troquei a roupa e fui lá, quando eu cheguei lá estavam dois guardas na porta e disseram que eu não podia entrar, só se fosse convidado, “não dá para entrar”, repetiram os guardas, e nem se desse eu não ia mais entrar, e eu vim embora de pés de tão chateado que deixei o carro, e o “tio Bira” quando viu o motorista perguntou: - “cadê o Lino” e ele falou: - “ele esteve aqui, mas os guardas não deixaram ele entrar, porque eles têm uma recomendação de que eles não podem deixar entrar ninguém que não foi convidado”. E o meu tio perguntou por que que não podia deixar entrar, e depois foi lá com o Bena e logo depois chegou o secretário Bena e mais uns cinco eu já estava no Bar Do Pedro de volta, então ele justifica: “a gente já soube o que aconteceu, e nós ficamos tão chateados e viemos te pedir desculpas e a gente vai ficar contigo aqui”. Este acontecido foi naquela primeira casa que tem ali perto da escola industrial, a casa do diretor. O “tio Bira” era o Ubiraci Picanço, ele não era meu parente, a gente que chamava assim para ele, porque ele era professor de Educação Física e a gente trabalhou junto e isso foi em 82, 83, por aí assim. Total preconceito, porque ali só tinham diretores, aqueles alto escalão do governo, e então professor eles não ligavam muito para professor e até hoje as pessoas falam que qualquer um pode ser professor, mas eles não sabem que o professor é a célula, sem o professor ele não é médico, ele não é engenheiro, e então é por aí e deviam dar mais valor aos professores, inclusive em termos salariais, eles não sabem o quanto é difícil fazer um plano de aula, o trabalho que dá corrigir prova, estudar bastante para repassar esse conhecimento, o trabalho que dá quando pega um aluno que não esta*

*acompanhando a turma, então é uma árdua função, mas que a gente tem que cumprir, porque a gente gosta. Então é por isso que sempre conseguir conciliar o meu amor pelo magistério e pelo carnaval, porque a gente tem também o direito de se divertir e de gostar das coisas que a gente acha que vale a pena.*

Outra história sobre discriminação racial, acontecido fora de Macapá. Neste relato expõe que, além da questão racial, veio junto o fato de ser da Amazônia.

*Algumas coisas fora daqui, aqui não, são alguns casos que a gente não dá importância, pelo menos tenta não dar muita importância, porque isso faz parte também da educação da pessoa que usa isso para atingir outras pessoas, tem tantas pessoas de pele escura que tem mais caráter do que vários doutores que não merecem estar entre nós, em termos de ética, moral e de caráter. Você chega em São Paulo e quando você está atrás de um endereço você vai perguntar um endereço e o cara te leva para outro endereço totalmente errado, no Rio de Janeiro é mais assim solidário, mas em São Paulo é diferente, não fala contigo mesmo, pode morar no mesmo prédio de apartamento. Meu irmão morou lá doze anos ele era enfermeiro e eu passava sempre em São Paulo quando eu ia fazer compras de carnaval na 25 de Março. Vou te contar uma. Isso foi em 1974, 75 o nosso tema falava sobre visconde ou descobrimento do Brasil e eu fui a São Paulo fazer as compras, comprei comecei a armazenar para vim embora, então a Alice ligou e disse: - “Lino compra onze perucas do tempo de dom João, aquelas perucas do século XVII” ai eu rodei, rodei, e encontrei em uma casa e entrei, lá na 25 de março, eu falei com o gerente e ele disse que não sabia se tinha onze, mas ia ver no depósito, e realmente parece que tinham só oito ou nove, então eu comprei todas que tinham na loja, perguntei quanto era, pedi para fazer a nota fiscal, ai vem um senhor branco e disse: - “gostaria de levar aquela peruca que esta ali no mostruário, eu queria umas três” responderam a ele que infelizmente não havia mais, e ele: - “tem, não tá ai no balcão” e reafirmam que já estavam todas compradas por mim, o vendedor me apontou, o homem olhou para mim e disse: - “você é de onde?” e eu repondo: - “eu sou do Amapá, Território Federal do Amapá, extremo norte do Brasil” e ele disse: - “ah! tá, sabe que eu não sabia que índio dançava carnaval”, então eu respondi calmamente: “dança! E engraçado aqui em São Paulo eu também não sabia que veado andava na rua”, mas para você ver como é. Pergunte se ele respondeu alguma coisa depois dessa minha ponderação.*

Sobre a velhice, declara que:

*É uma sequência natural da vida, a gente tem que passar por isso, todos nós, por isso que eu digo que a gente deveria ser mais solidário, porque todo mundo nasce, vive e morre, e quando a gente é jovem a gente não dá tanta importância para isso, mas quando chega aos quarenta a gente já sabe que vai passar por um processo natural da vida, e a gente acaba se conformando, alguns menos outros mais, e isso ai não adianta você ter dinheiro, você ter a pele branca, você ser*

*presidente, essa condição da velhice é sim é igual para todos, a maneira de senti-la que é diferente, e a gente já tem essa consciência que a cada ano que passa é um ano a menos que a gente vai viver, e eu hoje em dia estou conformado com o novo tempo, criei minhas filhas que são três, a Patrícia que é pedagoga, a Joca que é policial Civil e professora e a Priscila que é nutricionista, são as três e eu já tinha duas que são de outro relacionamento antes do meu casamento, que era a Lucia que faleceu e a Célia que é diretora de uma escola que tem lá para o Trem, eu tive cinco filhas, só mulheres, e agora que eu tenho dois netos, o Neto e o Patrick e uma neta que é a Lina, mas estou satisfeito, dever cumprido, está todo mundo encaminhado no mundo, todo mundo tem sua casa, emprego, como valeu a pena!! Eu fiz tudo que gostava de fazer e continuo fazendo, e a gente fica ai por conta do grande arquiteto do universo, e espero que ainda me dê mais algum tempo para eu ver os meus netos formados e dever cumprido. Eu perdi a minha esposa em 2008, faz cinco anos e a gente está tentando levar, não tão sozinho porque tenho as minhas filhas, meus dois genros que me adoram, viajamos, agora vou para Belém com a minha filha Josélia para fazer todos os procedimentos médicos, para continuar a fazer check up, mas a gente sente que não é mais o mesmo, gastrite, H pylori, de vez em quando tem que fazer exames, cardiologista o médico queria colocar marca-passos e eu não quis, eu disse que não estava sentindo nada. Eu sigo sempre feliz*

#### 5.4.3 Professora Celestina da Silva Ramos



Foto 6 - Professora Celestina da Silva Ramos  
Fonte: Autoria da pesquisadora, feita especificamente para este trabalho

## **Professora Celestina da Silva Ramos**

Tenho 68 anos de idade, e perto de completar 21 anos de aposentada. Minha vida na infância foi um pouco difícil, meu pai morreu quando éramos pequenos: eu tinha apenas 4 anos e meu irmão mais velho estava com 12, e era chamado Congó. Havia outro, também, de 8 anos, uma de 2 e mais um de 10 anos.

Mas apesar de todos os problemas que surgiram na época, sinto que minha infância foi muito boa, graças à liberdade que tínhamos de sair de casa, brincar na casa dos vizinhos. Quando minha mãe estava próxima a nós, tínhamos a liberdade de pedir a ela, principalmente aos domingos: “eu vou à missa e depois vou ‘pra’ casa de fulano” e ela sempre nos deixava ir. Não tínhamos pai, ela nos criou sozinha, com muito trabalho e dificuldade.

Enquanto ela trabalhava para o interior – era agricultora, nós ficávamos aqui na cidade. Comecei a estudar em uma situação difícil, porque ela não parava conosco na mesma casa, sem contar que se mantinha sempre muito distante. Às vezes, passava até um mês fora e assim, nós ficamos mais próximos da tia Dica Congó. Era ela que nos dava apoio, principalmente no que diz respeito à alimentação.

Casei aos 18 anos e já havia parado de estudar a algum tempo. Comecei a trabalhar sem ainda ser formada, pois não tinha, ainda, o pedagógico completo. À época em que comecei a trabalhar, fazia o curso de férias, que era o que havia naquele tempo. Eram estudos realizados pela Secretaria de Educação, destinados a professores que ainda não eram formados. Após esses cursos, os cursistas eram submetidos a alguns testes. Se a pessoa fosse aprovada, eliminava já algumas matérias. Se não, nas próximas férias, daria continuidade. Foi dessa forma que terminei o 1º grau completo.

Recordo-me que estudei em várias escolas: no Alexandre Vaz Tavares, naquela escola da Olaria, que hoje são poucas pessoas que conhecem, no Barão do Rio Branco – a última em que eu estudei.

Tempos depois ingressei no 2º grau do IETA (Instituto de Educação do Amapá), instituição que formava profissionais do magistério. Ao concluir o curso do magistério, em 1976, já estava trabalhando. Não havia concurso público naquela época. As pessoas eram chamadas conforme a necessidade do serviço público.

Minha história de vida foi essa, de estudo, de família. Fui mãe de dez filhos, dois deles já estão mortos. O último que morreu fez um mês agora dia 24. Quando isso aconteceu, eu estava estudando o curso superior de pedagogia, na Universidade Vale do Acaraú (UVA). Devido a perda deste filho, as circunstâncias me levaram a parar o curso.

Trabalhei em várias escolas nos interiores do Amapá. A primeira foi na comunidade do Bailique. Houve momentos em que tive muitas dificuldades porque não possuía, ainda, aquele conhecimento para trabalhar como professora. Somente com o tempo e com os cursos que fiz, fui adquirindo segurança. Mesmo assim, quando estava com dificuldades, mandava uma cartinha para a minha madrinha Maria Antônia - “minha madrinha, estou com dificuldades em passar tal matéria, tal assunto para os meus alunos” - eu mandava o bilhete para ela e ela me mandava uma folha de papel me orientando tudo como deveria fazer. E assim fui levando, sempre que precisava.

Depois cheguei a outras escolas mais próximas e assim as dificuldades foram reduzindo. De vez em quando estava na cidade e sempre tinha um cursinho para fazermos. Sempre nos reuníamos e assim foi melhorando.

Trabalhei com muito amor como professora, e te digo que até hoje, se chegassem comigo e me perguntassem se gostaria de voltar a dar aula, responderia que sim, que gostaria de voltar. Sabe aquele amor que eu tenho? Eu fico muito revoltada quando vejo determinadas situações de colegas da educação atual, mas infelizmente não posso fazer nada.

Naquela época, assumíamos a responsabilidade de ir para a sala de aula para transmitir conhecimentos ao aluno. Parte da educação os alunos já traziam de casa a respeito das matérias que você estava desenvolvendo ali. Estávamos orientando e ensinando. Havia aquela preocupação de dar atenção àquele aluno com maior dificuldade. Tudo isso era maravilhoso. Ajudávamos aqueles que mais precisavam. Fui alfabetizadora, passei pelo projeto Minerva, pelo Mobral, na época em que a Latife era a secretária de educação.

Quando íamos trabalhar para o interior, tínhamos o transporte que nos conduzia à escola. Havia merenda tanto para os alunos quanto para o professor. Para chegarmos à escola pegávamos um carro, depois uma canoa e após a canoa andávamos um bom tempo a pé. Nessa caminhada, pedíamos a colaboração da comunidade, que ajudava a levar a merenda e o material do professor.

Passávamos um bom tempo nessas escolas interioranas. Muitos professores vinham à cidade somente à época do pagamento ou quando precisavam resolver algum problema. Em alguns momentos, mesmo diante do pagamento, alguns professores preferiam ficar na escola, pois lá tínhamos o que precisávamos para viver: alojamento, alimentação, remédios, etc. Sem contar que a comunidade era muito solícita conosco.

Meus filhos menores estudavam na escola em que trabalhava, por isso eu os levava. Quanto aos outros, eu os deixava na casa de minha irmã, mas era a minoria que ficava. A maioria eu levava, iam comigo.

Não tive problemas quanto a essa situação. No momento em que quis voltar à cidade, a Secretaria de Educação jamais colocou obstáculos, pelo contrário, eu dizia: - “eu quero voltar para a cidade” e eles logo arranjavam um lugar para mim. Quando não queria estar mais na cidade, voltava a dizer: - “olha, eu não quero mais trabalhar na cidade, quero ir para o interior tal”. Às vezes, diziam para mim: - “muitas professoras querem estar na cidade e quando vêm para a cidade não querem mais ir para o interior. A Celestina já é o contrário, ela tá na cidade e que ir para o interior”. Isso se dava porque no interior nós vivíamos mais despreocupados e eu gostava muito de ir trabalhar lá. Nós aprendíamos bastante.

Graças a Deus, sempre tive muito respeito com as pessoas da comunidade, assim como elas tinham comigo. Quando eu vinha da comunidade e parava de trabalhar numa determinada escola, algumas pessoas vinham pedir para que eu voltasse para escola: - “professora, volte para a nossa escola, para o lugar tal”. E eu dizia: “depois eu vou. Vou passar um tempo aqui e depois volto pra lá”. Eu me senti muito bem. Para mim, foi uma carreira proveitosa, salvo alguns episódios tristes.

A gente percebia que tinha alguns colegas, mesmo de trabalho, eram um pouco racistas. Comigo nem tanto. Não sei se era pela minha maneira de ser, como eu tratava os colegas e como eles me tratavam. Eu sempre tive respeito por eles e eles por mim, até porque eu era um tipo de pessoa que não se calava diante de ofensas, procurava sempre me impor. Respeito para ser respeitada. Então, comigo nunca teve esse problema, nem com aluno.

Minhas relações no ambiente de trabalho eram muito boas. Procurava fazer amizade com colegas, alunos, serventes, merendeiras. Na hora da merenda, em que os meninos saíam de sala e ficavam pela escola merendando, no recreio, eu ia lá na

cozinha e sempre pegava alguma coisinha para lavar, para ajudar a merendeira. E também, quando as diretoras queriam sair, diziam: - “Celestina, eu estou precisando ir para tal canto, vem comigo? Eu vou arranjar alguém para ficar aí na tua turma”.

A Martel foi minha diretora no José de Anchieta, no Antônio João, e também que também na Teixeira Gueiros. Três escolas. Teve um tempo em que ela frequentava muito a minha casa, quando eu morava no início do lago. Ela sempre vinha e passava o dia comigo. Sempre fiz amizade com todo mundo. Só uma professora que, um tempo, nós ficamos meio estranhas uma com a outra: a Rita Mascarenhas. Eu trabalhava no ensino especial. Tinha dois horários com turmas diferentes. Também trabalhava com oficina, arte culinária e o ensino propriamente dito com as crianças, só que ela não conhecia nossa rotina de trabalho e nos via, às vezes, saindo, quando trocávamos de sala, ou seja, nos via para lá e para cá.

Certo dia, ela nos chamou a atenção e eu lhe disse: – “você tem que ver primeiro como é o nosso trabalho. A primeira coisa que você deveria ter feito, quando assumiu, era ter feito uma reunião e procurar saber se tinha ensino especial aqui na escola, procurar fazer uma reunião com os professores, os coordenadores do ensino especial, para você saber como é o trabalho dos professores. Se você não conhecia como vai dar apoio? Não podia”. Um dia chegamos ainda a discutir, mas depois passou.

Fora isso, o resto foi tranquilo. Gosto da minha profissão. Para mim, a maior importância do meu trabalho é a certeza de saber que alguém ia precisar dele, que seria útil a alguém, nesse caso, as crianças. Além disso, sempre pensei em trabalhar para um dia eu me aposentar e receber aquele dinheiro digno para sobreviver. Meu pensamento era sempre esse e, graças a Deus, aconteceu. Era um sonho.

Existe um fato marcante na minha vida profissional que tem a ver com dois meninos do ensino especial que tinham muita dificuldade na aprendizagem. Rapazes que foram meus alunos e que hoje em dia são funcionários do governo. Tem o filho da professora Eurídice, o Luiz, tem o Paulo e outros.

Quando nós soubemos que aquele menino estava trabalhando no governo, para nós foi a maior alegria, porque nós o colocávamos direto para estudar, para aprender a fazer o nome, etc. Para mim foi uma coisa muito marcante na minha vida, porque eu nunca pensei que aqueles meninos fossem chegar onde chegaram.

Outros alunos que são funcionários federais. Luiz é funcionário federal e foi meu aluno no Colégio Antônio João. É um fato marcante alfabetizar esses meninos. Eu tinha uma amizade muito grande com eles e eles por mim. Até hoje quando eles encontram comigo, dizem: - “oi professora!”, - “e aí, meu filho, que tal?”. O Paulo é a mesma coisa. Outro que trabalha como funcionário do governo é o Jaime, era um excelente aluno.

Minha aposentadoria saiu quando tinha quarenta e oito anos. Passei anos trabalhando sem ser funcionária efetiva do quadro. Era uma espécie de contrato administrativo, sem vínculo. Mas o tempo em que trabalhei dessa forma, contou para a aposentadoria. Assim, quando completei vinte e dois anos de serviço, tive direito a mais três, em função de não ter gozado minha licença prêmio, o que resultou em vinte e cinco anos completos de serviço.

Trabalhei ainda por alguns anos, mas constatei um problema: determinadas pessoas não valorizam os aposentados. Acham que já estamos velhos, por isso não nos valorizam mais. Foi o que aconteceu comigo e com muitos por aí. Aqui em Macapá, muitos aposentados não estão trabalhando por esse motivo. Até aos novos não há oportunidade para trabalhar. A minha filha, que mora aqui, eles colocaram-na na rua, grávida, com três meses, de uma menina. Diante disso, ela entrou na justiça.

Muitos colegas fizeram o concurso do estado e conseguiram, foram aprovados e estão trabalhando, mas agora vão completar setenta anos e, querendo ou não, terão de se aposentar de novo.

Na velhice é assim... Para mim, a velhice não é boa. Não é pelo fato de ficarmos mais velhos e sim porque a pessoa fica muito tempo sem fazer nada e o pior momento é esse. Primeiro porque eu sempre pensei assim e pessoas têm dito - “Celestina, porque tu não montaste uma loja? Porque não fizeste isto ou aquilo outro?” Sabe o porquê? Porque hoje em dia a gente não está seguro em lugar nenhum. Você coloca uma loja, às vezes o negócio vai indo bem e de repente desanda. Vai tudo para baixo e você perde todo aquele capital que empregou. Então, prefiro ir gastando meu dinheiro conforme a necessidade e vou levando a vida.

Hoje em dia, até na rua que você anda você é assaltado, morre, tudo acontece. Então, para mim, a velhice é isso. É essa situação: você trabalhando, pelo menos você vai sair de casa, todo dia tem aquele trajeto, vai para o serviço, tem outras

amizades. A gente, em casa, não. Eu, pelo menos, não gosto de sair para estar andando.

Nós estamos com uma viagem marcada para Belém e todo tempo vamos comprar a passagem para ir e nunca que vamos. O meu filho diz: - “compra a passagem! Vamos de navio. A senhora só paga a metade” – “mas quando?” – “Um dia nós vamos...” Às vezes saímos para um interior desses aqui e passamos um fim de semana, às vezes tem uma festa a qual nós vamos e ficamos até certa hora. Por aqui mesmo no Curiaú tem umas festinhas e de vez em quando vou olhar.

Inclusive, agora nós somos responsáveis pela festa de São Tomé e, para mim, é uma maneira de me divertir e retornar essa festa que já tinha passado muitos anos em que o pessoal não fazia. Então, achei melhor nós assumirmos a responsabilidade de fazê-la. Divirto-me muito. Meus filhos me ajudam. Temos bastante trabalho, mas nada se compara ao prazer que temos em comprar boi - no mínimo dois bois para dar comida para o pessoal - garantir o batuque, comprar e fazer as bebidas para servir... Tudo é gratuito: a gengibirra, a cerveja, o refrigerante. Eu gosto dessas festas folclóricas que passou para festas culturais, eu gosto demais.

Acostumei-me a morar aqui, no quilombo. Gosto demais desse lugar. Por sinal, tenho uma casa em Macapá que estou vendendo, fica no bairro Novo Horizonte. Quero mesmo é ficar aqui, perto dos meus filhos. Lá, na cidade, não tem mais nenhum. Estão todos para cá. Só uma que mora no Pacoval, a Lurdinha. E outra que mora no Ypê, a Maria Celeste, mas a Maria Celeste passa a maior parte do tempo no Tartarugal Grande. Ela trabalha lá. Fica na casa que tenho lá. Os outros moram todos aqui perto.

É tranquilo aqui. Muito bom. É difícil um dia que não tenha um ajuntamento, eles ficam brincando de baralho até tarde da noite. Às vezes até de madrugada vem genro da Maria Celeste com a esposa, ficam com os daqui, vem Elinete dali com marido, vem o Maricelmo que mora por ali, vêm todos para cá brincar de baralho e todo tempo estão se ajuntando, dizem que vão juntar as panelas e quando chega a hora do almoço, cada um traz o que fez em sua casa e almoça todo mundo junto. Eu, às vezes, levanto, dou algum teco e eles dizem – “mãe vai sentar!”. Chega a hora do almoço - “mãe, pega o seu prato, ‘umbora’, venha se servir!”.

#### 5.4.4 Professora Luiza Víctor dos Santos



Foto 7 - Professora Luiza Víctor dos Santos  
Fonte: Autoria de Arthur Leandro, feita especificamente para este trabalho.

## **Professora Luiza Victor dos Santos**

Minha infância, no Marajó, foi boa, apesar de ser final de guerra, pois nasci em 1940. Tive saúde e não tenho do que reclamar, somente do fato de termos iniciado os estudos muito tarde. No interior, eu comecei a estudar com sete anos e terminei a 5ª série aos quatorze anos.

Vim a Macapá com dezesseis anos para voltar a estudar. Fiz exame de admissão no Colégio Amapaense, fiz quatro anos ginasiais e terminei em 1960 em uma turma muito boa, de 48 alunos.

À época, o diretor do Colégio Amapaense era o doutor Otávio, um maranhense. Em nossa turma, éramos oito mulheres e quarenta homens. Tenho muitas amizades desse tempo: José André, professor Nestlerino Valente, minhas amigas Durvalina Martel, Elisa Duarte, Celina Buarque e outras.

Quando vim estudar em Macapá, eu morava em Soure/PA e lá nós não tínhamos condições de estudo. Estudei no colégio Amapaense que, no início, funcionava no colégio Barão do Rio Branco, onde estudei dois anos. Em meu primeiro ano ginasial o diretor era o Elarrar. Fui a aluna que tirou o primeiro lugar e o meu colega Mário, tirou o primeiro lugar dos homens. Devido a isso, ele ganhou uma bolsa e foi para o Rio de Janeiro estudar. Meu prêmio foi um livro que ganhei do professor Elarrar.

Terminei o ginásio em 1960 fui embora para Soure e retornei em 1963 e comecei a fazer o pedagógico em 1964, entre esse período, eu casei em 1962, comecei a trabalhar em 1963, antes de ser professora já com concurso ginasial eu trabalhava pra Prefeitura. Nós terminávamos os quatro anos ginasiais, por exemplo, no colégio Amapaense terminávamos o ginasial e poderíamos continuar fazendo o científico que era pra fazer a faculdade, como eu parei e fui pra Soure e quando retornei casada precisei trabalhar e fui levar o meu currículo para trabalhar na prefeitura, porque nesse tempo professor trabalhava só com o curso ginasial, e a nossa Secretária de Educação que era a professora Latisse Sales pediu que nós estudássemos para que nós nos formássemos pra professora, porque o prefeito não queria mais professor leigo. Eu comecei a estudar, fiz o curso de pedagogia chamado antigamente pedagógico em 1964, 1965, 1966 e me formei como professora no IETA, mas em todo esse tempo eu já trabalhava como professora. A minha primeira escola

se chamava Gabriel de Almeida Café que funcionava lá onde agora é o grupo Amapá no Trem perto do colégio Castelo, o nome da diretora era Eufrásia Aires. No outro ano eu fui para a escola da prefeitura Nossa Senhora da Conceição, também municipal, que funcionava na casa da mãe do Giovane Borges. Em 1966 nós estávamos fazendo o último ano do pedagógico e recebemos o convite da Secretária de Educação, professora Maria Correia: “quais eram os professores da prefeitura que gostariam de passar para o governo?” e nós passamos fizemos essa transição sem indenização, sem nada, simplesmente passamos, eu trabalho para governo do estado desde 1966. Antes era contrato e dávamos aula de março a dezembro, em dezembro íamos para a Secretaria de Educação e terminávamos os nossos dias lá, janeiro e fevereiro nós fazíamos o nosso curso de férias, que era uma preparação de aulas de didáticas, aulas de pedagogia, pratica de ensino, psicologia, tudo a gente estudava nos cursos de férias. Eu gostava muito e era um curso completo o professor nunca ficava parado, ficava sempre se atualizando e durante esses cursos de férias a gente nunca deixava de estudar, eu fazendo o meu curso pedagógico e nas férias fazia o curso de férias que era dado pelo governo, em 1968 eu fui morar pra Santana, mas mesmo assim eu vinha fazer os cursos nas férias que geralmente era em janeiro e fevereiro porque as aulas começavam em março, os cursos eram ministrados às vezes até por professores de fora e eram muito bons, eu aprendi muito.



FOTO 8 Professora Luiza Víctor no Colégio Amapaense - 1956

Fonte: Acervo pessoal da entrevistada

A minha vida de estudante foi muito boa no colégio amapaense, no tempo do prof. Savino, nós íamos para Praça Barão jogar vôlei, até hoje é meu esporte predileto,

tinha os jogos estudantis que eram sempre ao final do ano e iam muitos alunos daqui de Macapá, iam jogar par outros estados fora, e eu não pude ir, a minha situação financeira não deu pra ir jogar fora apesar do prof. Savino me convidar, nesse tempo eu jogava muito Barrabol eu corria muito pelo colégio, sempre fui muito ativa nos esportes. Agora na terceira idade eu jogo vôlei adaptado.

Sobre a questão racial a gente sempre sente, sempre a pessoa de cor sente muito racismo, dos colegas e desde muito jovem nós negros, sofremos muito racismo, mas isso não me abateu, eu sou uma mulher de correr atrás do que eu quero e não me deixo abater por essas situações, mas sempre senti racismo, principalmente por parte das mocinhas mais branquinhas, agora quanto aos professores nunca fui maltratada por ser uma moça negra. Eu sempre me destaquei em sala de aula e gostava de me destacar, eu não era muito estudiosa, mas eu era muito inteligente, aliás eu sou muito inteligente! Quando eu estudava no colégio Amapaense nos fazíamos provas em junho e em dezembro eram as provas semestrais e não se fazia avaliação de dois em dois meses, e quando chegava à época das provas os meus colegas diziam “vamos estudar Luiza”, nos reuníamos na casa das colegas e eu dormia logo e eles estudavam, estudavam, e quando chegava no final eu tirava as médias melhores e eles reclamavam, nessa parte de coleguismo a minha vida foi muito boa, a vida de estudante, bons amigos e boas camaradagens escolares.

No Instituto de Educação do Amapá (IETA), eu comecei o curso pedagógico e já estava com uma filha, quando terminei estava com três (rir, bem feliz!), o meu marido me apoiava, ele tinha essa vantagem, eu estudava e ele ficava com os meninos. Eu trabalhava de dia, o meu colegial todo no colégio Amapaense eu estudei a noite e já no IETA estudei só um ano à noite, eu trabalhava de manhã e estudava à tarde, e no tempo em que eu fiz o curso pedagógico eu trabalhava à noite no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que era alfabetização de adultos.

Foi uma vida corrida, de muito trabalho como professora, mas também de muito prazer no que eu fazia!! Eu já trabalhava, chegava em casa e só dava tempo de almoçar, na nossa rua existiam duas pontes com duas tábuas e nos íamos por cima desta pequena ponte, atravessando o canal. Eu tinha uma amiga Marlene Franco e

nós íamos juntas para a aula, atravessando essa ponte. Eu tive muitas colegas boas, estudei com a professora Albertina Guedes, Zilda Pontes, irmã do Antônio Pontes, uma amiga que já faleceu há muito tempo. Nossa turma era bem grande e havia um só aluno do sexo masculino o resto era todo feminino, e eu me formei em um ano onde a diretora do Instituto era a professora Blandina em 1966 e nesse ano nossa turma se formou e a beca foi toda branca, nós escolhemos a nossa diretora pra ser a nossa paraninfa da turma.

Eu já trabalhava e era funcionária contratada pelo Território e havia estes dois quadros, o de funcionários e os de contrato, quando eu comecei a trabalhar já havia sido feito o último quadro de funcionários.

Da época do governo do Janarí Nunes, o que de bom para nós este governo trouxe foram os cursos de aperfeiçoamento que nós professores cursávamos nas férias, A atenção que tínhamos, a ajuda que tínhamos para trabalhar, agora quanto à questão de ascensão de cargo era muito pouco, porque nós éramos professores e não tínhamos outro ganho a não ser aquele. Por exemplo, no início nós terminávamos o nosso ano e ficávamos dois meses sem receber, nós não tínhamos algo fixo, nós também não tínhamos mudanças de letras, classificação, e eu nem lembro quando isso começou a mudar, quando eu passei para o estado nós éramos ainda contrato. E somente em 1968 que foram assinar a nossa carteira, que foi assim que nós professores passamos a ter um título de professor. Então, tudo começou a melhorar, a nossa situação de 1968 pra cá, mas aí o que aconteceu é que depois que nós fomos nos aposentar, fomos verificar que no setor administrativo não guardaram quase nada da nossa documentação da época do contrato do Território Federal, não sei se por mudança de cargo, teve também um tempo que queimou uma documentação, tanto que quando eu me aposentei eu estava na letra D3 e pela lei nós subiríamos uma categoria a mais, e eu fui e me aposentei na E3 por não existir a D4, agora com a mudança de lei depois de dezesseis anos de aposentada nós mudamos essa categoria que nós pagávamos a Gratificação de Atividade Docente (GEAD) era gratificação de GEAD e mudou para a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima (GEDET), eu por exemplo já tinha o curso superior mas eu não tinha uma especialização, nem mestrado, e nem doutorado então eu voltei pra D3. Depois de mais de 16 anos de aposentada, perdi muito no meu salário, então essa sanção

funcional em vez de melhorar pra nós professores da década de 1960 piorou, eu me aposentei em 1991 e quem se aposentou depois de mim em 1992, 1993 já tinha o D4 e se aposentou com o E4 e essas pessoas não baixaram de categoria, e eu apesar de ter o nível superior baixei pro D3, eu só não tenho a minha licenciatura plena.

Com relação às políticas de educação do tempo do Janarí Nunes, eu não posso falar muito porque eu sempre me limitei a trabalhar eu nunca fui de questionar leis, de reivindicar, por exemplo, se uma pessoa é minha amiga e ela alcança um cargo alto, eu não vou aperrear porque ela é minha amiga, exigir, pedir que a mesma tem que me ajudar, não eu não faço isso. Eu tive muitas amigas, (por exemplo, a professora Albertina Guedes, que foi Secretária de Educação), nós estudamos três anos juntas e eu nunca fui lá pra aperrear por melhorias, por cargo, a professora Maria José Nobre também trabalhei muito com ela, professora Vitória e várias outras, eu sou assim, então com essa questão de ascensão funcional eu nunca me preendi muito. Quando eles pediam as carteiras pra assinar, eu obedecia o chamado e pronto! Não se tinha tempo mesmo, era só trabalhar e trabalhar, no nosso tempo de trabalho quando você saía da sala de aula, você tinha que deixar a sala varrida, as carteiras arrumadas, era o professor e alguns alunos que ele escolhia para ajudar. Vivíamos no corre e corre para almoçar e para voltar e ir a outros trabalhos, e eu nunca lutei por questões assim, tanto que baixou a minha categoria e eu não tive nem tempo de ir reivindicar.

Não tive nenhuma dificuldade para concluir meu curso de magistério, eu não senti esta dificuldade, porque eu tinha um esposo e todo apoio dele para tomar conta dos nossos filhos e eu nunca gostei de faltar no trabalho, nem na escola. Meu marido me ajudava muito nessa parte de cuidar dos meninos, quando eles ainda estavam pequenos ele gostava de tomar conta, ensinava o Pai nosso e Ave Maria, ele me ajudou muito, um homem excelente para a época que casamos!! As mulheres da minha geração, geralmente eram criadas para cuidar de maridos e filhos, e eu casei com um homem que cuidava de mim e de nossos filhos. Tive oito filhos, quatro homens e quatro mulheres. Quando eu terminei o pedagógico já tinha três e tenho duas comadres, eu estava gestante do meu terceiro filho, a professora Raquel Capibaribe estudava comigo e a professora Teresa Diana que foi embora pro Rio de Janeiro e elas queriam ser minhas comadres e até hoje nós nos chamamos de comadre e nenhuma das duas batizou nenhum nenê meu! Interessante isso, ficou a amizade boa entre nós.

Desde o início de minha vida de estudante eu queria ser professora, só que quando eu cheguei aqui em Macapá, eu fui estudar no colégio amapaense que não levava para o lado de professora, então quando eu terminei o ginásio, eu decidi não mais seguir, porque nós tínhamos que fazer o científico para depois entrar na faculdade. Eu voltei pra minha cidade linda Soure, e meu namorado foi atrás e então casamos pra lá, eu perdi o gosto de ser professora, mas quando eu voltei pra cá (Macapá), tive a necessidade de trabalho e voltei, então, eu disse: “agora eu vou continuar vou ser professora de novo”. E gostei de ser professora, eu trabalhava porque eu gostava da profissão e antigamente o professor era amigo do aluno e o aluno era amigo do professor. 1ª a 4ª todas as crianças eram amigas da gente, a de 5ª a 8ª, já sentíamos que aqueles alunos de classes mais elevadas pensavam que professor negro não tinha tanto valor, não tinha tantos conhecimentos, eu notava muito isso de alunos, um racismo sutil, mas com o tempo eles sentiam que dávamos conta do recado.

Quando eu comecei trabalhava com 2ª série, que também continuava a alfabetização do alfa, trabalhei com alfabetização pelo método alfa, quando eu fui embora pra Santana eu comecei trabalhar com 2ª série e a diretora soube que eu era alfabetizadora e voltei de novo a trabalhar com métodos de alfabetização, tempos depois surgiu um convite nós nos preparamos para trabalhar no ginásio, que não chamávamos de fundamental naquele tempo, era um curso de adicional, Então, nossa diretora professora Gentila Nobre selecionou alguns professores que era do conhecimento dela que poderiam fazer o curso e nós fomos fazer, o curso foi ministrado pela faculdade do Pará e estava começando o núcleo universitário aqui em Macapá. Nós morávamos em Santana e vínhamos estudar pra cá, eu fui pra Santana em 1968 e lá eu trabalhei 19 anos e seis meses e voltei pra cá a capital Macapá em 1984. Nós fizemos então esse curso adicional que terminou em 1972, fazia uns três anos que nós havíamos terminado o curso, e então eu fui chamada, foram chamados os cinco primeiros do curso, e esse curso adicional permitia que nós trabalhássemos com qualquer disciplina que quiséssemos, pois o mesmo havia nos preparado, e eu ficava me perguntando: que disciplina eu trabalho? Eu não tinha dificuldade nenhuma, mas não tinha assim uma escolha pra nenhuma, e a professora Simei Garcia mandou me chamar para pegar umas aulas no Ginásio de Macapá (GM), e assim eu vim, me apresentei à professora Simei Garcia e a mesma disse: “Luiza, tu vais trabalhar com matemática no GM”, eu tomei um susto, respondi: “professora, matemática?” E ela

disse: “é, se tu quiseres pega, se não...” aí eu repliquei: “mas eu vou ter que trabalhar com matemática?” e ela respondeu: - “vai”, aí eu peguei, não era nem duas turmas, era uma turma só, cinco aulas. Peguei a minha apresentação e fui para o Ginásio de Macapá. Chegando lá o diretor era um ex colega meu de turma, o professor Edgar Costa, perguntei a supervisora uma amiga minha que agora está até doente, a Girlene, teve recentemente um AVC e se aposentou cedo por questões de saúde, eu conversei com ela e ela foi enfática: “eu não vou te enganar, essa turma não é muito boa”. O professor havia deixado porque os alunos não estavam mais aceitando ele, era uma turma que estava muito rebelde, ela disse: - “Luiza tu dá conta, eu te conheço, estudei contigo” e eu pensei: “será que eu dou conta?” Porque antigamente a gente tinha receio, nós nunca íamos para uma sala de aula sem estar preparado, e a gente tinha que ser bem preparado porque os alunos cobravam e hoje não, se você escrever na lousa errado desse jeito fica. Naquele tempo não, a gente era muito cobrado, não por todos, mas tinha alguns alunos que iam bem preparados pra cobrar, conclusão, eu me apresentei e nesse ano o colégio GM estava completando vinte e cinco anos no segundo semestre eu acho que em 1975, aí eu lá do GM até na praça onde a gente pegava o transporte pra ir pra Santana eu voltei duas vezes pra devolver a turma, preocupada, depois eu vim e sentei no banco e ia passando uma professora chamada Maria Simões, uma professora antiga eu acho que ainda é viva, ela era muito minha amiga, a gente se conheceu muito na alfabetização, ela disse: “o que você está fazendo aqui?” e disse: “não Luiza, a professora primária ela tem muita chance de trabalhar em uma turma, porque você sabe, você tem muita didática, psicologia, você vai dar conta dessa turma! Pode confiar, vai pra tua casa, te prepara no final de semana e volta”. Era uma turma de 6ª série e era muito difícil a gente conseguir aula porque era pró labore e era mais quem queria. Era muito difícil mesmo, eu só peguei essa turma porque o professor abandonou, e aí eu fui me preparei. Lá tinha um rapaz que era professor de química lá no meu lado e fomos rever programa, ainda estava dentro do que eu lembrava bastante, e assim comecei a trabalhar no fundamental, que chamávamos de 5ª a 8ª e comecei no GM. Trabalhei dois anos e fui pra Santana e comecei a trabalhar no Augusto Antunes, trabalhei por três anos e foi quando passou a ter fundamental no colégio que eu trabalhava de 1ª a 4ª, aí eu voltei pro colégio, de Santana eu vim em 1984 de volta para Macapá e fui trabalhar com matemática lá no colégio Zolito Nunes com o diretor que faleceu um dia desses, professor Sebastião

Pelaes, trabalhei três anos no Zolito Nunes, depois fui para o Santana Rioli que ficava mais perto, trabalhei com a irmã Clara e me aposentei em 1991. Trabalhei com crianças e adolescentes, e adultos no Mobral, a única série em que eu não trabalhei foi a 8ª, porque até na 7ª eu dei matemática, só no Santana Rioli eu trabalhei o primeiro ano com matemática que eu vim de lá pra substituir a professora Lurdes que adoeceu e eu peguei as turmas dela, depois a professora Regina adoeceu e eu peguei as turmas dela, quando faltavam três anos para eu me aposentar eu pedi pra trabalhar ensino religioso, o que foi ainda pior para mim, pois apesar de ser uma aula só por turma eram muitas turmas que haviam no Santana Rioli, porque lá era um colégio católico e era muito cobrado, eram vinte e três cadernetas pra aprontar e conferir direitinho.

Vale ressaltar que a turma rebelde que me foi designada, quando ocorria troca de professor numa turma, muitos alunos te aceitam e outros não, tinha uma aluna lá, bem branquinha, bonitinha, que não queria me aceitar de jeito nenhum, e as meninas que eram poucas estavam todas com notas no vermelho, eu cheguei lá tinham cinco alunos muito bons que estavam com nota vermelha em matemática e o resto estavam todos sem média porque eles pegaram um pacto com o professor que chegava, lançava a matéria e saía pra fumar, planejei muito porque eles me cobravam e eu vinha ministrar aula bem preparada. Nesse ano em que eu cheguei lá como o colégio estava fazendo vinte e cinco anos, eu fui escolhida por ser a professora mais nova, eu fui a professora mais nova do colégio em uma gincana que eles fizeram lá, eu tenho essa foto! No final, alguns ficaram para fazer recuperação, que nessa época era recuperação e eu recuperei todos, Graças a Deus como professora de matemática eu me saí muito bem, e os alunos gostavam muito de mim porque eu trabalhava com eles na lousa e não deixava os meus alunos terem medo da matéria matemática, porque quando eu trabalhei no Alfa na com 1ª série nós tínhamos o nosso apoio, nossa entrada eram as três frases: **Eu sou alguém, eu respeito os outros, eu quero que os outros me respeitem (grifos nossos)**, e eu levei isso pra minha sala de aula, todas as turmas que eu fui professora, eu trabalhava com essas três frases, eu trabalhava a 1ª frase e eu pedia a opinião de todos eles: “o que você acha que significa isso? Eu sou alguém é só pra mim?” pedia a opinião de todos eles e cada um dizia o que sentia da pergunta, **e chegávamos à conclusão que o ser humano é aquela pessoa importante, cada ser tem a sua importância (grifos nossos)**, então eu

fazia os meus alunos se reconhecerem, sentirem que eram importantes, que tinham valor, então se eles eram uma pessoa importante, eles deveriam saber respeitar o seu semelhante e assim, respeitando o seu semelhante eles iriam ser respeitados automaticamente. Quando eu mostrei essas três frases para os meus alunos, l eu sentia uma mudança na sala de aula, porque quando eles queriam bagunçar a minha aula eu os fazia lembrar: “vamos rever as nossas frases? Assim como eu respeito vocês eu quero que me respeitem”. Então eu nunca desrespeitei meus alunos, durante a minha vida eu tive um pacto com um aluno que foi no colégio Augusto Antunes, porque ele chegou no colégio embriagado e nós tivemos um atrito, o coloquei pra fora da sala de aula e ele foi se queixar com o diretor que me chamou, mas foi o único aluno, mas depois ele se tornou meu amigo, pois era como eu disse pra você, o aluno antes era amigo da gente e o professor amigo do aluno, o aluno fazia tudo pra te ajudar e você como professora fazia tudo pra ajudar o teu aluno, e então foi por isso que eu tive um bom trabalho no fundamental. Eu levava os meus alunos à lousa, principalmente as meninas que não gostavam muito de matemática, mas elas tiravam as dúvidas e quando eu via que elas precisavam eu colocava outro pra ajudar. Meus alunos trabalhavam muito na prática, e eu não era um professor “cobrão” de dizer: “quem não sabe, não sabe”, eu os colocava para tirar as dúvidas, e trabalhava pedagogicamente para que eles gostassem da matéria. Eu tenho um aluno que hoje é professor de português e foi meu aluno lá em Santana, eu conversei com ele lá na parada eu perguntei: - “você não se lembra de mim?” e ele disse: - “lembro sim senhora” - “você é professor de matemática?” e ele disse: - “não”. Ele se eu passasse um exercício pra casa ele fazia todo o exercício dele e estudava pra outra aula que viria depois, que era pra quando eu tivesse dando a aula ele me cobrar, pra ver se eu sabia, é antigamente era assim, o nome dele é Jonas, fora isso nós não tínhamos inimizades e alunos tendo raiva de mim, meus alunos a maioria se formaram, poucos não seguiram e de vez em quando eu vejo um - “a senhora lembra de mim?” é a pergunta que mais escuto quando saio. Um dia eu estava em uma fila no banco Itaú quando eu vejo me batendo na costa um rapaz de paletó - “me dê aqui professora, deixa pagar pra senhora que eu já estou na vez, eu sou advogado” e ele foi pagar as minhas contas, eu fui até professora de ensino religioso do nosso senador Randolfe, na 7ª série no Santana Rioli, um menino muito estudioso e magrinho!! Veja só a vida de professora!

As minhas relações de amizade com meus colegas também professores sempre foram boas, eu nunca tive atrito com ninguém, nem vizinho e nem nada, meus diretores, muitas pessoas diziam assim: “eu não trabalho para esse diretor,” eu trabalho no colégio tal até o dia que eu quiser, porque diretor vai trocar e você fica, e você se adapta ao diretor que vem. Eu trabalhei no Barroso muitos anos, meus dezenove anos e meio eu trabalhei no Barroso e trabalhava no Augusto Antunes com Matemática que era pró labore e quando eu passei pra lá eu já trabalhava de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª só no colégio, até que depois, graças a Deus chegaram as quarenta horas, e nos podemos enfim, escolher o local onde quiséssemos trabalhar, ou só no fundamental ou só na 1ª a 4 séries.

### **Um ocorrido de racismo**

Vou contar agora gravando, a história de racismo, não vou falar o nome da escola, porque se eu falar a escola, pois ficará fácil descobrir quem foi a racista. No final do ano todos os professores eram chamados, fazíamos uma avaliação, e essa avaliação tinham que mostrar uma determinada quantidade de números de pontos, depois estes pontos contabilizados iam para Secretária de Educação, e ocorria uma avaliação mais densa, baseada nos pontos. Contabilizava o seu tempo de serviço, suas faltas, e esta avaliação geral, permitia nos escolhermos a escola que gostaríamos de trabalhar. A Secretária de Educação chamava o professor e dizia: “vocês tem tantos pontos, as escolas que tem para sua pontuação são estas aqui! Qual você quer trabalhar?” Então eu já tinha um trabalho bom aqui no Padre Dario com a alfabetização, trabalhei com o método alfa três anos, e meu marido foi designado para trabalhar em Santana (Distrito de Macapá) e assim, eu precisei ser transferida para Santana, para acompanhar o marido. Assim, quando fui pedir a transferência, a professora Graziela Reis a Secretária de Educação da época, me chamou e perguntou: - “Luiza, pra onde tu vais? Qual a escola que tu queres ir?” e eu disse: - “eu quero ir pra Santana” e ela disse assim: “pra Santana? Porque tu vais sair da cidade pra ir para o interior?” Porque naquele tempo era pra trabalhar pro interior, expliquei: - “O meu marido foi designado para trabalhar na Bruynzell Madeira S.A (BRUMASA), e iremos mudar para Santana”. Então, a secretária respondeu:” Agora

entendi, sua pontuação é alta, poderia ficar na cidade! Sua transferência está autorizada”.

Quando eu me apresentei em Santana nessa escola alguém me contou que a diretora tinha falado assim: - “Hoje se apresentou uma professora nova na escola, e eu até pensei que ela ia ser uma servente”, eu soube isso, mas foi só essa frase e nem por isso eu me deixei abater, porque a gente sabe que a questão racial é muito forte em toda parte que você chega. Mas eu fiz um bom trabalho nesta escola, não faltava, não chegava atrasada e depois ela se tornou minha grande amiga, mas a pensa **gente nota muito, até na sala de aula quando você vai dar aula pela sua cor o aluno pensa que você não tem a mesma capacidade que o professor branco (grifos nossos)**. A gente sente muito racismo, principalmente da parte feminina, as pessoas medem muito os outros pela aparência.

Eu trabalhei em uma companhia de cosméticos, cheguei até o cargo de líder de área, e eu tinha uma equipe muito grande, isso era fora do meu horário de trabalho, vender cosméticos, e neste trabalho nós colocando vi algumas pessoas que não cresciam na companhia, só pra não querer ser como se diz: “menor de que um preto”. Com essa companhia eu viajei muito, conheci muitos estados Brasil a fora! Um determinado período, a empresa fez um aniversário de 10 anos, e foi lançado uma empreitada, quem apresentasse mais supervisoras na companhia ganhava um carro. Eu apresentei cinquenta e seis supervisoras, coloquei todas as minhas colegas diretoras de colégios, amigos próximos. Nessa época, eu já tinha me mudado aqui para Macapá, fui até Santana procurar minhas colegas pra colocar na Biot Word e ganhei esse carro. Mas, mesmo assim quando eu fui fazer o trabalho na cidade onde era a sede da empresa, você sentia o impacto da cor, as pessoas medem muito as pessoas de cor. Porque lá nesta companhia nós andávamos todas de terno, paletó, bem vestidos, mas mesmo assim a gente sente, mas nós (negros) não devemos se abater. Agora eu fico muito feliz quando eu vejo um negro bem de vida, quando um negro lá no esporte sendo o primeiro, pois pelo menos mostra que o negro tem valor, tem força de vontade.

Ser professora foi muito importante para mim, eu trabalhei vinte e nove anos e seis meses, sem contar com os anos de prefeitura, só no governo.

Não sinto saudade da sala de aula, por causa da saúde, ultimamente eu já estava com a pressão muito alta e era ruim para trabalhar, mas é bom trabalhar e quando a gente enxerga um aluno sente muita saudade.

Com a chegada da velhice, sinto que a missão foi bem sucedida. Filhos criados. Perdi duas filhas, **na vida a gente tem assim uns contratempos (grifos nossos)**, mas a minha velhice vou levando bem, por exemplo, eu ingressei nos grupos de terceira idade e participo, quando eu me aposentei eu já tinha esse trabalho da companhia de cosméticos onde eu trabalhava e não senti muito a aposentadoria, porque eu andava muito, viajava muito, já ingressava nos grupos de terceira idade e no grupo a gente participa intensamente, viaja, joga, pratica esportes. E eu não sei também porque o governador Camilo abandonou os idosos, há dois anos que não tem jogos da terceira idade, no governo do pai dele foi feito um bom trabalho com a terceira idade, a deputada Janete também, mas no governo do filho, o Camilo Capiberibe eu não sei por que não ocorreram mais os jogos da terceira idade. No governo do Capiberibe eles abriam as portas da residência do governador para os idosos, ofereciam jantares para os idosos, tinha festa, o Waldez entrou e deu continuidade ao trabalho, abriram as portas, faziam festas, dançavam a esposa dele em todas as festas, porque é em setembro o mês do idoso, e faziam a comemoração o mês todo, no natal eles recebiam a gente, faziam a confraternização, não sei o porquê do governador Camilo não está fazendo nada, nunca abriu a residência aos idosos. Eu não sinto muito porque eu não paro, viajo muito, passeio nas festinhas, já senti esse ano agora porque o meu marido adoeceu e veio a falecer e aí a gente se sente mais só, mas mesmo assim moro aqui com os filhos e quando eu quero largo eles aí e viajo, não deixo a doença me abater, hoje mesmo eu cheguei da Fisio clínica (Clínica de fisioterapia) e fui fazer a hidroginástica, porque se a gente não puxar começam a aparecer doenças. Vida tranquila, as perdas foram grandes, mas considero a missão cumprida da pessoa.

#### 5.4.5 Professor Sebastião Tavares de Araújo



Foto 9 - Professor Sebastião Tavares de Araújo  
Fonte: fotografia publicada na rede social facebook.

## **Professor Sebastião Tavares de Araújo**

Nasci em Macapá, no dia 20 de janeiro de 1945. Minha mãe foi a dona Marcelina Tavares de Araújo e minha mãe adotiva, a Heié. Ambas também nasceram aqui. Minha mãe adotiva me pegou com a idade de quatro anos e fiquei com ela até a sua partida. Ela se chamava Maria Tavares de Araújo. Não teve filhos e, por isso, criou os irmãos. Os últimos irmãos que ela criou foi eu e a Maria Tavares, que é a esposa do amigo Manoel Sobral.

A infância da época foi difícil, porém sadia. Era muito difícil, dados os recursos tanto do território quanto o recurso da minha família, mas foi uma infância muito feliz. Havia muita gente entrando no Território Federal naquela época, geralmente pessoas que vinham de fora (outros estados), que seriam os nossos chefes. Minha história, posso contá-la a partir de agora.

Minha infância foi muito boa. Éramos de uma família pobre, de negros roceiros e frequentávamos muito o quilombo do Curiaú. Desde cedo nós tínhamos que trabalhar. Lembro que a roça dos meus velhos avós e pais era aqui onde é hoje a escola estadual Augusto dos Anjos, era muito longe e tínhamos que ir muito cedo. Nós sempre trabalhamos. Eu trabalhei na usina de força e luz.

O capitão Janary Nunes, até então governador do Território Federal do Amapá, não deixava ninguém ficar sem trabalho. Ele formou cinco equipes no território: uma equipe iria para a usina de força e luz, para aprender a ser eletricitista; outra iria para a garagem, para aprender a ser chofer; outra iria para as olarias, onde se faziam tijolos, telhas, potes de barro, a última iria para a turma do buraco, que era dividida em duas partes: a que plantava e a que zelava, molhava, podava, dessa forma, ninguém ficava sem fazer nada. Menino não ficava na rua. Havia a guarda territorial que impedia que os meninos ficassem perambulando, pois sabiam que as crianças trabalhavam. Todos respeitavam a guarda, porque o pai dava apoio para o guarda e para o professor.

Ingressei na escola com oito anos de idade. Estudei na escola Barão do Rio Branco, única que havia na minha época. Nós tínhamos jardim de infância, alfabetização inferior e superior. Somente depois iríamos para a primeira série. Quando chegávamos à quinta série, fazíamos o exame de admissão para poder ingressar no ginásio científico, que já era com a formação.

Ao terminar meus estudos, movido pela necessidade, tive de trabalhar. Tinha cerca de dezessete a dezoito anos. Já trabalhava desde os 11 anos de idade, quando fui para a usina. O finado Juvenal Freitas é dessa época. Entretanto, ele já era um profissional e eu era ajudante. Em seguida, fui para a divisão de terras e colonização e depois da divisão de terras fui para a divisão de educação, quando contava cerca de vinte e seis ou vinte e sete anos.

O primeiro curso que fiz aqui foi com professores vindos de Belém. Como meu desempenho foi muito bom, passei a trabalhar no Colégio Amapaense. Fiz Licenciatura em Educação Física aos vinte e sete ou vinte e oito anos, aproximadamente, e não era casado.

Naquela época, a licenciatura era diferente. Para quem trabalhava no grupo, a licenciatura era de um jeito e para quem trabalhava no ginásio, era outro tipo de licenciatura. Terminei o segundo grau com dezenove a vinte anos, no Colégio Amapaense, sempre trabalhando de dia e estudando à noite.

Participei também do curso de férias. Nós ficávamos no Instituto de Educação do Amapá (IETA), estudando. Tínhamos alimentação. Havia aula de mesa, secretaria, preencher fichas biométricas, preencher formulário. Vinha professor ministrar novas metodologias de ensino, tinha informação de recreação, informação de como as verbas deveriam ser gastas.

Esses cursos ocorriam no mês de fevereiro, às vezes até março, mas as aulas começavam no dia 4 de abril, na época. Tenho saudades de algumas coisas que não deveriam ter apagado totalmente, pois quando nos reuníamos, vinham professores de várias localidades e cada uma delas era uma experiência e um depoimento diferente. Tudo isso fortalecia, era muito gratificante. Penso que não deveriam ter acabado com o curso, porque era uma forma de atualizar, ver novos textos, o que estava acontecendo de evolução.

Quanto à vida social, frequentávamos a casa dos padres do PIME, Padre Júlio Maria Lombaerd, Padre Paulo de Coube, Paulo Lima Simonesi, todos eles italianos. Podíamos brincar e aquilo preenchia nosso tempo, de forma prazerosa. Nosso campo de futebol ficava onde hoje é a atual praça Veiga Cabral. Também fazíamos teatro. Na época da peça de São João, fazíamos o cordão do uirapuru e o cordão do papagaio, que são lendas muito bonitas. Tudo isso aconteceu entre a infância e a adolescência.

Havia também o cinema, o cine João XXIII, que funcionava na área interna do quintal dos padres. Uma coisa curiosa, que até hoje chama a atenção é que as meninas brincavam de um lado e os meninos do outro. Rigorosamente, não poderiam se misturar. Caso acontecesse, seriam separados e vigiados. Se ultrapassasse os limites a pessoa seria punida e não poderia jogar pingue-pongue nem futebol.

Mas nesse tempo existia o respeito. Hoje a coisa já é mais complicada porque o menino, por exemplo, não tem um equilíbrio na linguagem, a expressão que vier ele solta. Naquela época, nem todo mundo era meu tio. Entretanto, o fato de a pessoa ser mais velha já impunha a obrigação de pedir a bênção.

Quando já estava trabalhando no Colégio Amapaense, chegou uma orientação do Ministério da Educação e Cultura de que todo professor tinha de fazer o curso de formação de professores. Até aquele momento, somente o IETA (Instituto de Educação do Amapá), realizava este curso.

Dessa forma, em 1973 comecei a fazer o curso de formação de professores, que se estendeu até 1977, quando formei como professor de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries. Como o governo tinha muito interesse, ao que se somava a carência que era muito grande, todo ano era dada a oportunidade para aqueles que quisessem estudar em Belém do Pará. Daí, optei por fazer um curso de licenciatura plena, que na época não havia em Macapá.

Continuei meu trabalho e não parei mais de fazer cursos. Tive que sair para fazer cursos em outros estados: fiz a licenciatura plena, dois anos depois fiz pós-graduação e mais dois anos depois fiz outra pós e já depois que me aposentei, em 1994, fiz outra licenciatura, dessa vez em Pedagogia, no Ceará. Agora, espero o tempo de minha aposentadoria no estado.

Recordo-me da época em que estudada. **Existia um grande número de alunos negros** e sempre existia essa questão discriminatória, mas não era tão acentuada como agora. **Nós éramos chamados de negão e isso é bem forte até hoje, mas não era de forma tão ofensiva**, até porque nós tínhamos uma mente bastante fértil.

Minha trajetória de estudante foi assim: não havia muita distinção entre classes sociais em Macapá. A discriminação, a separação social ocorreu com a chegada dos migrantes cariocas, paraenses, paulistas, dentre outros, que vieram fixar residência aqui. Como exemplo, tínhamos aqui o clube do Trem, no qual poderia entrar qualquer

pessoa, mas já no Aeroclub e no Esporte Clube Macapá, havia uma seleção bastante rigorosa.

Prática semelhante acontecia na comunidade do Banco do Brasil, na Associação do Banco do Brasil e na Associação Círculo Militar, que era constituída pelos militares. Nesta última, pessoas de cor não podiam entrar.

**Fui discriminado na escola, pela minha cor, pela gordura e por minha condição financeira.** Isso acontecia, porque, a maioria dos professores estavam em trânsito no Território. Havia, portanto, essa discriminação com o professor local, pois os de fora achavam que eram superiores a nós.

Logo no início não foi tão difícil lidar com essa questão, mas quando a discriminação se propagou, as dificuldades aumentaram. Alguns momentos foram muito difíceis. Entretanto, tenho em mente meu ritmo de vida. Recordo-me de um padrinho, que também era negro, e dizia assim: - “no meu gogó ninguém vem, só gravata e paletó”. Ele queria dizer que se você estudar, se for um senhor, ninguém vem no teu gogó, ou seja, ninguém te pisa.

Até hoje você vê que quem é negro, mas tem um poder aquisitivo, é doutor. Exemplo disso é o Pelé. Agora sim ele é formado, mas antes ele não era. Hoje ele faz o quê? Ele é um doutor. Todo o mundo faz a biografia dele. Todo o mundo faz filme com ele, etc.

Tudo isso é muito ruim. Inclusive, o próprio capitão Janary Gentil Nunes, que dava a vida por esse território, quando chegaram os primeiros chefes na Praça Barão do Rio Branco, ele retirou os negros que lá moravam e os trouxe para os bairros hoje conhecidos como laguinho e favela, que é atualmente o bairro Santa Rita. Ele achava que os negros deveriam morar aqui para as bandas do laguinho. Leonel Nascimento, Belarmino Paraense de Barros que também eram negros e a serviço do branco, ajudaram na retirada dos negros do centro da cidade. Como o Curiaú era quilombo, todo negro era do Curiaú.

Mesmo com as maiores dificuldades, nunca baixei a cabeça. Sempre estudei muito, fiz uma especialização que no Rio Grande do Sul sobre o folclore. Embora muita gente não gostasse de trabalhar com o folclore, agora houve uma mudança, graças à grande divulgação. Com isso, hoje sou mais procurado, mais valorizado, porque as pessoas sabem do meu engajamento nessa questão.

Recordo-me que quando cheguei ao Colégio Amapaense, fiquei dois ou três meses naquela fase de adaptação, porque eu não conhecia ninguém e, na época, o Colégio Amapaense era um colégio padrão e adotava o seguinte status: “fulano é carioca”. Minha tristeza se dava porque muitos eram discriminados não só pelos que vinham de fora, mas pelos próprios conterrâneos que esqueceram suas raízes. Isso ainda está presente quando muito negro não se sente à vontade de dizer “eu sou amapaense”, exatamente por acharem que o Amapá é atrasado em relação ao Pará e outros estados. Ainda se tem a ideia de que somos submissos ao estado do Pará. Isso é triste.

Um fato curioso em minha vida foi que me aposentei em 1991 e depois de dez minutos, eu já tinha dois empregos. Como não queria ficar aqui no município de Macapá, fui para Porto Grande, onde trabalhei nas escolas Maria Cristina e Acre, durante um ano.

Quando tive de retornar, os pais dos alunos pediram que eu não viesse porque muitos dos meus colegas iam trabalhar no município, mas não ficavam na localidade. Chegava quinta-feira e eles vinham embora, enquanto eu só vinha de lá quando terminava meu serviço da semana.

Em fins de 1991 ou 1992, o governo fez o primeiro concurso público para o estado. Fiz e tirei o terceiro lugar na minha área. No dia 23 de abril de 1992, apresentei-me na escola de formação de professores, o IETA, e fiquei lá até 2007, quando acabaram com o curso de formação do magistério, dando lugar à Universidade Estadual do Amapá – UEAP.

Com isso, passei a trabalhar na escola de ensino fundamental Mário David Andreazza, pois não queria mais trabalhar em escola de ensino médio. Entretanto, descobriram meu paradeiro e pediram-me que voltasse ao Colégio Amapaense, onde encerrarei minha carreira de professor daqui a dois anos.

Um fato decisivo para a minha profissão tem a ver com a época em que fiz parte do grupo de escoteiros São Jorge. Sabia cantar. Certa vez, fui convidado para fazer um curso pelo 91 que hoje já não está em nosso meio. O nome do 91 era Expedito Cunha. Ele era paraense, mas veio aqui como atleta e começou a trabalhar com Educação Física. Depois, fiz um curso e passei a trabalhar com o José Figueiredo de Souza, responsável pela organização da seção de Educação Física. Minha

identificação foi muito grande com o novo trabalho. A experiência enquanto escoteiro contribuiu bastante para isso.

Também já havia feito um curso fora, como chefe de escoteiro e isso tudo contribuiu muito para a minha formação, bem como a parceria com amigos, dentre eles o Souza, o Carlos da Silva Zagalo, que me antecederam, Irineu da Gama Paes, José Figueiredo de Souza, professora Vanda Lima, Zuma Carneiro, Príncipe Malai – quase todos da primeira turma. Eu sou da segunda turma e sou um dos mais velhos na ativa, como professor de Educação Física.

Ao longo desses anos, constituí família. Tenho quatro filhos - todos formados e concursados. Casei com uma mulher negra, do município de Amapá. Meus filhos são todos negros. Dois são pós-graduados. O que busquei repassar a eles foi a obediência e respeito, lema que cabe em todo lugar.

Meus filhos nunca foram devolvidos de colégio. Jamais tiveram problemas de indisciplina. Incentivei que buscassem o caminho da igreja. Deixei que escolhessem, mas depois como vi que não havia nenhuma definição deles, a igreja católica passou a ser nossa escolha. Entretanto, sempre os deixei muito à vontade.

Tenho alunos de diversas religiões e eles gostam muito de mim porque independente do credo, para o aluno evangélico, por exemplo, costumo dar a paz do Senhor. Atuei durante muito tempo com o presidente da igreja, o pastor Oton Alencar, e lhe tenho um respeito muito grande. Tenho essa dimensão em minha sala de aula, o respeito é fundamental.

A dimensão racial foi muito bem trabalhada, em casa tudo é perfeito a questão da nossa negritude, racismo e discriminação não tem vez, porque todos somos negros. Mas na rua a situação é diferente. Em simples ocasiões, às vezes, somos tratados com indiferença. Se você vai a um comércio, por exemplo, e depois de você chegar alguém bem vestido, de pele clara, geralmente os donos dos estabelecimentos comerciais deixam de dar atenção para você, que é negro, e passam a atender a outra pessoa. O nome disso é discriminação.

Mas graças a Deus, não enfrentei dificuldades em relação a isso, porque sempre fui audacioso. Fiz uma pós-graduação na Gama, que era uma das faculdades mais elitizadas do país, e tive que enfrentar o preconceito. Sempre busquei estabelecer uma boa relação com as pessoas.

Tempos depois, fui para o sul fluminense – Vassouras. A presença do negro em Vassouras é muito grande, talvez por isso não tenha enfrentado dificuldades. Todavia, sinto que a discriminação racial é muito forte e às vezes não é praticada pelos alunos e sim por pais de alunos que olham o professor negro com um olhar meio diferente e acabam perguntando: - “mas é esse que é o teu professor?” Não sei se é voluntária ou involuntariamente, mas acontece muito. Na época do plantão pedagógico o aluno é convidado a levar os pais para fazer o relato do comportamento, do envolvimento, do rendimento dele, etc. Nessa ocasião percebemos muito esse tipo de comportamento da família do aluno.

Durante minha vida, que atuei como professor de educação física, sempre lecionei para o ensino médio, mas existe outra atividade que gosto muito que é a pescaria, o campismo, a natação. Agora é a vez dos meus filhos. Tenho de ajudá-los a manter essa hegemonia para que eles não fiquem tão arraigados nas responsabilidades.

Gosto muito de pescar e pesco em todos os cantos aqui em Macapá: vou ao Aporema, ao Igarapé do Lago, ao Curiaú Mirim, ao Itaupal, ao Pracuúba, pescando sempre por diversão.

Tenho muitos amigos desde a infância, como Manoel Sobral, Carlos Silva Zagalo, José Figueiredo de Souza, que todo mundo conhece como Sabino, o Benedito Batista dos Santos, conhecido como Carrapeta, o Brazão, que se aposentou e foi lá para o Aporema, a Souza, filha do finado Sacaca mora aqui perto de casa, Agostinho Lopes... Tenho muitos amigos e uma ótima relação com eles, sendo que muitos estão morando fora, em outros estados.

A vida traz conquistas, experiências, conhecimentos. Quando entrei no magistério, não tinha a dimensão que tenho hoje. Ser professor é ser educador, um ser responsável pela transformação, para a construção de um mundo melhor, já que nós estamos em uma fase de transição. Então, ser professor, ser educador é uma responsabilidade muito grande. Mesmo que no Brasil o professor não seja valorizado como no Japão ou em outros países, o professor sempre vai ter o seu lugar garantido na sociedade, na promoção. Sem educador nós não vamos muito longe.

Se tivesse que iniciar tudo de novo, seria hoje, mais que ontem, um educador, sem perder as minhas raízes, vontade e meu brilho pelas coisas. A vontade de querer fazer, contribuir com a transformação.

Às vezes, é muito interessante quando a gente se reúne com os escoteiros. Ontem eu estava reunido com um amigo meu, Pedro da Silva Madureira e nós dizíamos que não perdemos esse vínculo igreja, amizade, respeito. Não precisou a gente fumar, nem beber, nem se prostituir. Sempre mantivemos aquela linha.

Agora, na velhice, que é uma preocupação de todo ser humano, de todo brasileiro, tenho uma sensação de medo e não adianta esconder ou fugir dela, porque ela é presente. Sentimos medo porque o que é a radiografia do velho? Impotente, cheio de reumatismo, comprando remédio, dando trabalho e muitas vezes sendo um peso na vida de muita gente, um atropelo. Em alguns países como a Alemanha, as pessoas se reúnem na praça com os mais velhos. No Japão, os mais velhos mandam. Na Rússia, os mais velhos têm influência.

Aqui no Brasil, entretanto, há uma discriminação muito grande com o velho, inclusive o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso diz que quarenta e cinco anos é o bastante, que já está bom demais. Tenho certeza que todos nós que não podemos carregar o esteio mais grosso na construção do mundo, podemos carregar uma perna-manca, uma ripa, e esta ripa vai contribuir na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, mais amável e mais humana.

Erramos, mas nossos erros nos trazem experiências. Agora, nos resta a coragem de experimentar, de se dar e de perguntar. Esta semana, li uma mensagem muito bonita do papa Francisco, na qual ele afirma que as tarefas mais árduas dá aos seus guerreiros fortes. Então, a vida é uma construção e reconstrução. Caiu? Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima.

Estou feliz, de cabeça fria. Não posso dizer que me arrependi. Estou pronto para reiniciar tudo em outra vida, à beira dos 70.

#### 5.4.6 Professora Maria Eurídice da Silveira



Foto 10 - Professora Eurídice Silva Silveira  
Fonte: Autoria da pesquisadora, feita especificamente para este trabalho.

## **Professora Eurídice Silva da Silveira**

A minha infância foi linda, foi fora de série! Nasci aqui em Macapá, no dia 11 de abril de 1940. Eu tive pais presentes que, embora sendo semianalfabetos, porque só assinavam o nome e liam um pouquinho, mas o meu pai principalmente era muito preocupado com a questão da educação. Eu vou contar uma história, bem rapidinha, de um senhor muito pobre e que o apelido era Lama. Quando eu era bem criança, ele passava na frente de casa puxando a carroça e meu pai nos colocava, eu e meus irmãos, na varanda quando este senhor passava em sua carroça, meu pai dizia: - “você estão vendo? vocês têm que estudar! Porque senão vai acontecer com vocês o que está acontecendo com o Lama. Trabalha puxando essa carroça com um cavalo, todo dia, e isso eu não quero para vocês”. Meu pai foi um pai muito presente em casa, com os filhos e era muito preocupado com a questão da nossa educação. Para ele todos os filhos tinham que estudar. Essa preocupação dele foi muito grande. Mas, graças a Deus, nós viemos de uma família de dez filhos, minha mãe perdeu dois e ficaram oito. Todo mundo está formado. Ele, com aquela persistência da educação, sempre repetia: - “quem não quiser estudar vai puxar carroça”. Ele morreu e viu todos nós formados, todos os seus filhos formaram na universidade.

Nós tivemos uma infância muito boa, eu e meus irmãos. O meu pai era o Emanuel Serra e Silva, que hoje aqui em Macapá nós temos a rodovia com o nome que ele era conhecido, é em sua homenagem que - Duca Serra. Uma das principais estradas daqui de Macapá, a que liga Macapá a Santana. Minha mãe era Antônia Picanço Silva, uma pessoa que vivia cuidando da casa, adorava fazer comida. Meu pai dizia: “ela vai morrer e vai fazer visagem, fazendo comida pra todo mundo”. Ela foi uma pessoa muito presente e muito amável, caridosa. Lembro que no dia do enterro dela e, eu não esqueço nunca, pois foi uma coisa que marcou muito a minha vida, as crianças que engraxavam sapato, que andavam com aquelas caixinhas de sapato pra engraxar ali na rua principal, na Beira Rio, estavam todas presentes no enterro dela, e elas olharam para a gente e todo mundo chorando e vendo o corpo caindo na sepultura, perguntaram: - “e agora, quem vai nos dar sopa?” Porque ela fazia uma sopa todo dia para servir a essas crianças. Então, ela foi uma mãe maravilhosa. Meus pais foram lindos demais.

O meu pai trabalhava na polícia, era aposentado da polícia de Macapá, a Guarda Territorial, e minha mãe sempre foi dona de casa, trabalhava no lar mesmo. Sempre moramos na Praça Veiga Cabral, no número 27, bem perto, hoje, do teatro das Bacabeiras, bem em frente ao Teatro. É lá que é a nossa residência até hoje, já faleceram todos os dois, mas agora eu tenho um irmão que mora lá, e a gente está lá.

Nós fomos cedo muito cedo estudar. Nós não tínhamos escola no território na época, mas tínhamos a casa da professora Guita, uma das primeiras professoras daqui desse estado amapaense. Ela cedeu a casa dela que era grande e também ficava próximo à casa dos meus pais, e lá ela arrumou várias salas, as primeiras letras aprendemos com ela. Até que o primeiro governador Janarí chegou e construiu a escola Barão do Rio Branco e nós passamos a estudar em escola, todos os alunos que estudavam na casa da professora Guita. Era uma casa grande, ventilada e era quase ao lado da igreja São José. Hoje, é uma agência de telefone da Oi. Bem na esquina fica a igreja São José e, na época, ao lado funcionava o primeiro hospital de Macapá, e quando construíram o Hospital Geral, que sempre foi conhecido por Hospital Geral, e o prédio do velho hospital passou a ser o Palácio do Governo.

Fui alfabetizada com a professora Guita. Começamos com a professora Guita e depois tive outra professora que não esqueci nunca, a professora Sônia Sales. Um dia desses, eu estava pensando: - “por onde anda a professora Sônia Sales? Será que ainda é viva?” Uma professora que marcou muito a minha vida, e olhe que ela foi minha professora no terceiro ano primário. Eu tinha de oito a nove anos quando comecei estudar no Barão. As primeiras séries nós fizemos na casa da professora Guita. Depois, fomos para o Barão do Rio Branco. Tive como diretora a professora Graziela Reis de Souza, que hoje temos o colégio que leva o nome dela. Era foi uma diretora muito ríspida. A escola Barão do Rio Branco foi a nossa primeira escola.

Estudar na escola, ir para a escola foi uma emoção muito grande. Lembro até hoje, todas querendo ir de lacinho na cabeça, de uniforme engomado, porque as saias eram todas pagueadas. A mamãe tinha um cuidado louco com a presença da gente. Eu tinha horror de amarrar meu cabelo, cabelão de negra, né? E ei, eu soltava. Mas a minha mãe tinha um cuidado e comprava peças de fita branca porque não podia ir de outra cor pra fazer os pitozinhos que hoje chamamos de Maria Chiquinha de lacinho. Só que quando eu chegava próximo da escola eu tirava, porque eu não suportava nada na minha cabeça. A diretora Graziela dizia: “eu vou cortar esse cabelo.

A tua mãe não cuida, vou cuidar eu!” E, um dia, ela me mandou subir. Mandou a servente me levar para a diretoria e cortou meu cabelo todinho. E, hoje, eu digo: - “vai fazer isso em uma escola”. Ela cortou o meu cabelo e quando eu cheguei em casa, muito desconfiada, chorando... no que a minha mãe me olhou, se espantou: - “quem fez isso no teu cabelo?” Eu disse: - “a professora Graziela”. Ela atravessou, porque era só atravessar a Praça Veiga Cabral para chegar no Barão do Rio Branco. Minha mãe ficou uma fera quando viu meu cabelo cortado. Chegando lá, minha mãe perguntou a diretora porque que ela tinha cortado meu cabelo, ela respondeu: - “porque tu não cuidas do cabelo da sua filha”. E a minha mãe disse: - “isso não é verdade!” Minha mãe foi encontrar a diretora com os rolinhos de fita, nas mãos, para mostrar a ela. A diretora, então, disse: “então procure saber com a sua filha o porquê!”. Minha mãe foi olhar dentro da minha pastinha e quando ela olhou, estava cheia de fita. O que me custou isso? Perdi meus cabelos cacheados, de negra. Um cabelão que eu tinha. Eu peguei uma surra da minha mãe e isso ficou marcado. Hoje eu sinto este episódio como uma grande discriminação com meu cabelão de negra.

Em todos os cursos que eu participava depois que me tornei professora, quando era mencionado sobre os cuidados que nós professores tínhamos que ter com as crianças, eu sempre citava esse fato. Porque para mim, marcou minha vida, hoje, 65 anos depois lembro que a professora Graziela fez isso comigo.

Outro fato que as pessoas perguntam: “porque tu escreves com a mão direita e o resto todo tu fazes com a esquerda?” Foi porque eu apanhei muito na escola na mão pra escrever com a mão direita, tanto é que eu só faço escrever e o resto eu faço com a esquerda, hoje jamais um professor pode fazer um negócio desses com uma criança. Mas eu tive uma infância muito boa, com a presença dos pais, meus irmãos todos tinham um cuidado grande conosco, porque éramos eu e uma irmã e seis homens.

Nenhum coleguinha de sala tinha problema com meu cabelão de negra, só a diretora que implicou, cortou e pronto. Eu era colega do Isaque Zagury, que acabou sendo um dos maiores comerciantes aqui, fui colega do Abrão e do Leão e eles eram todos brancos porque são filhos de judeus, nós éramos muito amigos. Eu também tinha uma colega Janete e era branca, de olhos verdes e éramos muito amigas, fui colega também da filha do governador Janary, a Iracema, e eu tinha a maior vontade de conhecer a casa governamental. A gente passava por lá e ela me puxava para ir

lá, mas eu tinha medo de entrar porque tinha policial e eu não sei se a mãe ia gostar, mas ela sempre teve a vontade de mostrar a casa para gente, e a mamãe dizia: - “você não vão para a casa do governador, brinque com a Iracema na escola, sejam amigas, mas não entre na casa do governador”. E a Iracema levava todo dia uma rosa pra mim, e eu dizia: - “eu posso dar para a professora?” e ela: - “pode”. Então eu nunca tive problemas, naquele tempo, eu não sentia essa maldade chamada racismo formada no coração de algumas pessoas mais claras que nós negros. Eu tive amigos excelentes.

Eu vejo e sinto o racismo como uma maldade, porque nós somos gente, meu Deus. A cor da minha pele não fui eu que determinei, eu tenho um Deus e foi ele que me fez assim, e eu acho que as pessoas têm que me respeitar, não só eu mas todos os meus amigos negros, nós somos gente, e como gente nós estudamos, somos educados, somos humanos.

Nunca fui discriminada pelos meus colegas de sala de aula, fui pela diretora do colégio! Sabia que quando ela cortou meu cabelo eles choravam junto comigo, quando eles me viram na entrar na diretoria, todos pensaram que eu ia ser castigada, porque eu não abria a boca para cantar o hino nacional e ninguém ouvia a minha voz e ela também me chamava a atenção por isso, - “porque que tu não põe essa tua voz para fora?” e eu não gostava, eu acompanhava o hino nacional, nós cantávamos o hino nacional todos os dias na entrada da escola, todo mundo formava e cantava e depois cada professor pegava a sua turminha e levava para a sala de aula. Eu tive professores excelentes, eu não me queixo dos meus professores, eu não via discriminação nenhuma com relação à cor, eu tive a professora Dorotineide, a professora Sônia Sales. A professora Benedita que foi a primeira professora do primeiro ano quando eu cheguei ao Barão do Rio Branco.

Um dia desses o meu irmão estava querendo falar de uma história dos professores do Amapá, porque o amigo dele criticou que o Janary trouxe professores de Belém para lecionar aqui em Macapá, mas isso é natural porque até então nós não tínhamos faculdade, não tínhamos o instituto de educação, não tínhamos nada. Era um território que estava iniciando e então tinha que trazer gente de fora, e a partir daí que nós começamos a estudar e depois construção do IETA (Instituto de Educação do Amapá) é que os professores amapaenses foram começando a aparecer, inclusive eu.

Em casa era falado bastante sobre a questão da nossa cor, sabia? Porque nós tínhamos um irmãozinho que morreu com sete anos, e ele era pretinho, bem negro mesmo, e então o outro que era mais claro chamava de brincadeira: - “é neguinho”. Ele apelidava o irmão e a minha mãe dizia assim: - “vocês são filhos do mesmo pai, educados pela mesma mãe e pai, então não tem disso não, aqui ninguém vai chamar de neguinho pro outro”. Porque o meu pai era mais claro, mas tinha o cabelo bem afro, e minha mãe era cabocla do cabelo liso, mas era bem mais negra que meu pai, então a gente vivia assim no meio, mas era uma coisa assim superficial, e a minha mãe corrigia logo na hora. Crescemos sabendo que chamar alguém de “neguinho” é racismo, é discriminação, e minha mãe tinha a mão pesada para parar qualquer brincadeira de rir de pessoas diferentes, eram castigos fabulosos que ela nos dava. Assim, crescemos respeitando todas as pessoas. Minha mãe ajudava as pessoas mais pobres que nós, e foi outro fator positivo no nosso crescimento.

Eu estudei na Escola Barão do Rio Branco até a sexta série, porque o colégio amapaense estava em construção e nós passamos a estudar no Barão do Rio Branco à noite. Mas era assim, o governador colocou um ônibus a disposição para buscar e deixar os alunos em casa, você imagina que eu morava lá perto da igreja São José e é rapidinho que a gente chega lá no Barão do Rio Branco, mas eu tinha que vir de ônibus, o inspetor colocava todos os alunos dentro do carro e saía distribuindo de casa em casa. Eu fiz parte dos primeiros alunos do Colégio Amapaense, e fomos para noite porque de dia era de primeira a quarta série e não tinha condições e fomos para noite. Como professor de lá eu tive o padre Vitório, o professor de português Heitor Picanço que ainda era meu parente dos brancos, tive o Lauro Chaves que hoje tem uma escola com o nome dele, que era meu professor de francês, e são alguns professores que eu lembro. O professor Lauro Chaves era um excelente professor de francês, ele não entrava na sala de aula sem dar um “boa noite” em francês e todo mundo tinha que responder em francês, e foi muito bom.

A minha adolescência foi muito legal e com muito cuidado do meu pai com os namoros, e logo eu conheci o Melque, meu marido, e ele já trabalhava na Serra do Navio na Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) muito jovem. Um dia, ele foi me buscar no colégio amapaense, e eu não vim no ônibus do colégio, fui suspensa por três dias porque vim com o meu namorado que tinha permissão dos meus pais de ir em casa, mas eu acho que foi falta de comunicação, porque os meus

pais não foram lá dizer: “olha ela tem um namorado” e eu acho que foi isso, eu tinha 17 anos e fazia a sexta ou sétima série, mais ou menos, eu casei com 20 anos e parei de estudar, eu estava na sétima série no colégio amapaense.

Foi permitido eu estudar, mas só que eu não quis mais, e me casei e tivemos a primeira filha na Vila Amazonas, como meu marido era empregado da ICOMI, e eu sempre pedia para o meu pai antes do casamento: - “pai, eu queria estudar em Belém, os meus irmãos foram todos para lá”. E ele sempre dizia: - “lugar de moça é ao lado dos pais”, ele nunca deixou, mas eu tinha uma ansiedade muito grande de fazer uma faculdade como meus irmãos fizeram, e isso ficou na minha cabeça. Eu casei e falei pro meu marido um dia: - “você vai voltar a estudar”, então o que eu fiz? Fiz o madureza e passei em todas as provas e aí eu vim estudar o magistério no IETA à noite, eu vinha de Santana para Macapá estudar.

Fiquei cinco anos sem estudar, quando minha filha tinha cinco anos em 1965, eu vim estudar o magistério no IETA com o apoio do meu marido, que disse: - “você vai estudar”, nós juntamos um grupo de amigos que voltaram a estudar na época, alugamos um carro, o motorista também voltou a estudar que era um amigo nosso e também funcionário da ICOMI, a estrada era de terra, e nós vínhamos para Macapá à noite e trabalhávamos de dia, e foi quando comecei a fazer o curso de férias, passei e no primeiro curso de férias eu fui promovida para trabalhar no governo.

Depois que eu fiz o madureza, eu inicio os estudos no IETA, e me tornei normalista, fiz as provas que nós fazíamos só de uma vez, passei em todas, muito embora um bocado de tempo parada sem estudar, mas eu estudei todo o conteúdo e, sempre gostei de estudar e ler, eu não abandonei meu hábito da leitura e também tinha um objetivo na minha vida, que era de chegar em uma faculdade, era uma ansiedade muito grande que eu tinha.

Minha vida de estudante já casada foi muito legal! Eu deixava a minha filha pequena com o pai, e logo depois veio o Carlinhos, meu segundo filho. Eu tive um casal de filhos, e o pai ficava tomando conta, à noite eu chegava já estava a minha alimentação, a babá deles ficava tomando conta e ele auxiliando muito dedicado, o meu marido foi tudo na minha vida, e é até hoje, ele me incentivou muito, e se eu cheguei a aonde cheguei foi porque ele me incentivou.

Eu lembro que uma vez eu vinha de Santana e eu disse: - “Melque, eu hoje não vou de carro, eu vou de ônibus, porque eu preciso visitar um tio meu” que até foi Prefeito do território na época, o meu tio José Serra Silva, irmão do meu pai que estava muito doente e eu disse que ia porque precisava fazer essa visita a meu tio. Quando me viu com o uniforme do IETA ele chorou muito, porque ele era muito estudioso e todo tempo era ele quem escolhia os nomes dos filhos do meu pai, e ele disse: - “Eurídice, minha filha, eu vou morrer, e não sei se vou lhe ver formada”, foi muito triste isso, mas ficaram os aconselhamentos dele, ficou aquela vontade de estudar, e eu fui estudando até que me formei no magistério, meus filhos já estavam grandinhos, minha filha já mocinha e meu filho já rapazinho.

Eu me formei no magistério, como professora de primário, que era um grande feito na época. Eu fiquei com aquilo na minha cabeça de que eu preciso chegar numa faculdade, mas aquilo: - “você já é uma mulher casada e não pode ir para fora” e fiquei, até que um governador, não lembro se foi no governo do Barcelos, que chegou o Núcleo de Educação para cá o primeiro vestibular, e o que eles fizeram foi que eles pegaram todos os professores do território que não tinham uma formação superior e fizeram um vestibular específico para os professores, e nessa levada eu fui, isso já havia passado uns dezessete anos para acontecer.

Logo depois de terminar o magistério, eu fui trabalhar como professora. Era promovido o curso de férias e era tipo um concurso lá dentro. As pessoas que participavam do curso de férias e se saíam bem, porque tínhamos banca julgadora de professores de didática, então já ficava apto para lecionar. Isso foi logo após de ter terminado o magistério. O curso de férias era uma espécie de seleção. Eu sorteei o tema que iria desenvolver na aula em que eu fosse julgada, e tirei telegramas, eu fui até os correios peguei formulários de telegrama e construir um telegrama grande, uma amiga minha que já era formada professora Francisca Guedes que me ajudou muito. Eu estudei, apresentei na cartolina o telegrama, falei que o telegrama era um meio de comunicação, falei de tudo, e foi assim, linda a minha apresentação!!! Tremi um bocado, mas depois que eu peguei a coisa eu fui embora, e pra minha surpresa no final eu fui escolhida para lecionar. Foi quando eu fui para Santana, eu já morava lá, e fui para escola Padre Simão Corridorri, que era uma escola católica alugada para o governo, mas que era dirigida por padres, embora tivesse uma diretora, os padres sempre estavam lá olhando, orientando. Quando eu fui para lá era a professora Corina

a diretora da escola, e no início do ano ela dividindo as turmas para a gente e ela me deu uma turma de primeira série, e chorei muito porque eu tinha mais segurança de lecionar para uma turma mais adiantada do que para uma de primeira série, porque até hoje eu acho na minha concepção como educadora que a base é primordial, é como um alicerce de uma casa, que se não faz bem o alicerce ela vem a cair, e eu tinha pavor que acontecesse isso com os meus alunos, eu modéstia a parte fui sempre responsável com aquilo que eu escolhi para fazer.

Na realidade eu não queria ser professora, eu não sei se por acaso ou se foi Deus que me encaminhou. O certo é que quando eu lá cheguei para ser professora, eu adorei a minha profissão, eu amo até hoje.

Eu não sei lhe dizer o que eu queria ser como profissional, mas professora eu não queria ser, eu dizia: - “meu Deus, eu preciso me encontrar quando eu chegar lá” e quando eu cheguei com essa diretora, que ela me deu a primeira série, eu chorei muito e me lembro até hoje da cartilha Os Três Porquinhos, eu achava incrível aquilo e dizia: - “meu Deus, eu tenho que fazer esses meninos lerem daqui até o final do ano” e eu me esforcei tanto, estudava tanto, no poucos livros que nós tínhamos para pesquisar eu fui buscar o conhecimento, e eu entrava na sala de aula com o meu material didático todo formulado, e quando cheguei na parte silábica com meus alunos eu sentia que tinha muita responsabilidade ensinar alguém a ler. Quando eles começaram a descobrir as palavras eu sorria para eles, e eu chorava por dentro de felicidade, fiquei muito feliz de conseguir ensinar crianças a ler, e Graças a Deus no final do ano eu tive um único aluno que não conseguia ler. Foram dezessete anos em sala de aula para chegar o Núcleo de Educação em Macapá.

Eu fui convidada para assumir um pró-labore, uma turma de alunos no Augusto Antunes na área de História. Adivinha de quem eu fui ser professora? Da minha filha, fui com o professor Gurgel o diretor e disse: - “porque que o senhor me chamou?” e ele: - “porque eu confio no seu trabalho” e eu tinha feito na época no Núcleo de Educação um curso, era como uma especialização que preparava nos professores justamente para suprir essas necessidades na escola, e então eu fui e fiz na área de História, então ele procurou saber lá no núcleo os melhores alunos, e ele me encontrou no meio desses alunos e me chamou para substituir a professora Angélica que estava saindo para ganhar nenê, e como já estava no final do ano ele precisava de uma professora para ficar pelo menos com essa turma para passar a prova final,

que a professora ia deixar tudo certinho e mais alguns assuntos que precisava dar. Eu fui estudei e me preparei e fui para lá, aí os meus colegas - “vai passar de primeira, a filha da professora” e era tudo que eu não queria, mas o professor Gurgel disse que eu iria ficar com a turma, e lá eu fiquei, essa foi a minha primeira experiência de quinta a oitava.

Era excelente, a nossa turma era ótima, 355. Me lembro até hoje que como não tinha mais salas lá no IETA nós estudávamos na escola Guanabara à noite. Na nossa turma tinha o que é hoje promotor, o Gilberto que era nosso colega, a Cíntia que hoje mora em Belém, ela fez Direito também, eu tenho outra colega que é enfermeira que um dia desses encontrei com ela e disse: - “vamos lembrar dos nossos colegas, quem chegou a fazer uma faculdade?” porque isso era um sonho da gente, e os que puderam foram para fora e os que não puderam ficaram por aqui mesmo só com o pedagógico, e eu sempre com aquela persistência de um dia chegar dentro de uma faculdade, esse era o meu sonho, eu disse: - “os meus irmãos chegaram e eu vou chegar”.

E quando veio o núcleo para cá eu ainda convidei a minha irmã, - “vamos estudar” e ela: - “ah, eu não quero mais estudar, não me convida para estudar” e hoje ela se arrepende porque deveria ter se aposentado melhor. Eu fui, fiz o vestibular e passei, na área de supervisão escolar, pedagogia, e quando nós saíamos de lá a nossa grade já saía como supervisora. Hoje a pedagogia te dá o direito de sala de aula, mas nós saíamos como supervisora. O núcleo nos ofereceu administração escolar e supervisão escolar e tinha orientação educacional, mas eu só podia fazer supervisão e administração escolar, então eu fiz a curta, a Administração escolar e depois de três anos foi que chegou a complementação em supervisão, e nunca veio a complementação de Administração escolar, por isso que no meu certificado tem atrás a Administração escolar mais curta.

Para cursar as licenciaturas no Núcleo de Educação (NEM), fazia um exame de vestibular, eu lembro que fiz na escola Guanabara, e nós tínhamos uma equipe aqui em casa de seis professores estudando, mas nós tínhamos uma colega que adorava contar piada a noite toda, e eu dizia para ela: - “olha amiga, nós não viemos para cá para contar piada, vamos estudar,” e da da nossa equipe dos seis que estudávamos junto, infelizmente esta colega, foi a única que não passou no vestibular, e se aposentou como professora primária, e os outros todos com o nível superior.

Trabalhei nas escolas Padre Simão Corridorri, Deuzolina Sales Farias, Azevedo Costa, essas foram as minhas três primeiras escolas. Quando eu passei no vestibular eu estava na Azevedo Costa, fui convidada pela professora Ana Alves, que na época era a chefe geral da Secretaria de Educação de Supervisores, ela mandou me chamar e me colocou à disposição do colégio Amapaense, eu fui ser supervisora do colégio amapaense, eu não queria ir e chorei e foi a outra vez que eu chorei novamente, ela me disse: - “você é capaz”. O colégio amapaense era famoso pelos professores de grande conhecimento, e eu disse: - “meu Deus professora Ana, agora que eu comecei o meu curso e como é que eu vou enfrentar essas pessoas” e ela: - “você vai porque você é capaz”.

Sabia que só fui discriminada por ser negra, somente na infância. O único problema que eu tive, por exemplo, quando eu fui para o colégio amapaense, nós dividimos assim, nós éramos três supervisoras, duas orientadoras educacionais. Então dividimos as tarefas, de quinta a oitava série, ficava com uma determinada supervisora a questão pedagógica, e eu tinha um professor de matemática o professor Hermes que sempre em nossas reuniões pedagógicas dizíamos, que nós não estávamos lá para atrapalhar trabalho de nenhum professor, mas para orientar a questão pedagógica da escola. Nessa época eu fazia faculdade de manhã e trabalhava a noite no colégio amapaense, e eu sempre dizia para ele: - “professor, eu nunca vi as suas provas, eu não sei de que forma pedagógica o senhor está organizando, professor eu preciso ver os testes, o que eu quero saber é que tipos de questões o senhor estar passando? O senhor tem que passar as questões mais difíceis, médias ou mais fácil para que o aluno se saia bem”. Mas ele não trazia, e quando foi uma noite eu estou lá fazendo o meu trabalho e quando eu vi o inspetor entrou com ele todo ensanguentado, “o que foi isso professor?” E ele respondeu: - “professora, foi um aluno que me bateu” - “como lhe bateu? O que foi que houve?” - “a prova estava difícil e quando eu desci eles me esperaram lá embaixo e olha o que me fizeram” e foi uma situação muito difícil, mas eu me calei e não disse nada a ele, então eu disse: - “onde está a sua prova?”. E realmente a prova estava pesada, eles não conseguiram resolver e resolveram baixar a lenha no professor, então eu pedi que o inspetor o acompanhasse até o pronto socorro, porque ele estava sangrando muito.

No dia seguinte eu tive que faltar a aula para conversar com o diretor, ele entregava a escola para a nós, e nós e que comandávamos o colégio a noite porque ele dificilmente aparecia no período noturno. Fui para conversar, dizer o que tinha ocorrido, então eu deixei passar alguns dias e ele o professor apareceu, “professora, eu queria lhe pedir desculpa” e eu disse: - “ professor, eu fiz o possível para o senhor construir suas provas, de forma adequada pedagogicamente” e ele: - “não professora, é porque se eu tivesse trazido a minha prova e vindo conversar com a senhora para explicar como é que seria resolvida esta prova, talvez não tivesse acontecido todo este problema” e eu disse: - “que bom que o senhor viu seu erro professor, é essa a questão pedagógica que eu digo para o senhor que faltava, e o senhor nunca queria nos ouvir”. A partir daquele dia em diante todo o final de mês quando ele ia aplicar a prova dele ele tinha o prazer de vir discutir comigo as questões, e a parti dali foi tudo legal, e a esposa dele que era professora de ciências dizia para mim: - “o Hermes é muito difícil, ele é muito complicado, tu não vais conseguir nunca” e eu: - “eu vou porque eu tenho muita paciência”. E eu fiz assim, um trabalho de conquista muito grande dentro daquele colégio, mas eu consegui muita coisa. Tinha um professor que era professor de ciências que era uma pessoa muito gentil, ele já faleceu, e ele dizia: - “professora, vamos discutir a minha prova?” E eu dizia: - “vamos, sente aqui e vamos discutir”, ele me dizia tudo como seria sua avaliação, como o aluno iria desenvolver as questões, e depois, - “o que a senhora acha?” e eu dizia: - “ está legal, está bom”, - “e essa questão a senhora consideraria como?” - “Difícil, vamos trocar, vamos colocá-la aqui e essa que é mais fácil no inicio, para não atrapalhar a cabeça do nosso aluno?” Este professor era assim, uma pessoa fora de série, eu não tive trabalho no colégio amapaense.

Quando eu saí do colégio Amapaense eu saí com muita tristeza e saudade, eu fiquei lá eu uns três anos, de quinta a oitava. Eu saí do colégio amapaense porque eu tive um problema de saúde muito sério, fui operada no hospital da ICOMI, fiz uma histerectomia total. Os exames foram para São Paulo e quando chegou, apareceu com característica cancerosa no meu ovário esquerdo, muito embora eu já estivesse extraído tudo, mas eles deixaram o colo do útero porque por causa das inúmeras cirurgias que eu tinha feito criou aderências e colocou a minha bexiga no colo do útero, e os médicos da ICOMI não tiveram condições técnicas de descolar, e eu tive que ir para Belém e não tinha nem um mês de operada e tive que fazer uma nova cirurgia,

fiquei muito abalada com a notícia de que tinha características cancerosas, e em Belém no hospital dos servidores eu tirei o colo do útero, e os médicos acharam por bem eu fazer quimioterapia, fiz oito aplicações de quimioterapia, fiquei com a cabeça pelada, aquela coisa toda que acontece com uma quem faz quimioterapia.

A Secretária de Educação resolveu me tirar do colégio amapaense, até porque eu não podia subir escadas. Tinha uma esposa de um primo meu médico que hoje está com um ano de falecido que era um oncologista também, e ela era diretora nessa época da escola Guanabara e ela comentou com a professora Ana Alves, - “Ana, eu vou levar a Eurídice para a minha escola” e ela: - “ah Esmeralda que bom, embora que tu já tenhas duas supervisoras e uma orientadora, e a Secretária me liberou para lá, e foi por lá pela escola Guanabara que eu me aposentei, mas com muita pena eu deixei o colégio, já bem restabelecida a saúde, porque lá eu não subia escada, ainda passei cinco anos indo para Belém de seis em seis meses para verificação, retorno e depois de cinco anos recebi minha alta, e estava curada. Eu estava com 40 anos. Eu fiz essa cirurgia muito jovem, mas como eu já tinha os meus dois filho, que graças a Deus me proporcionou esses filhos maravilhosos, embora eu tenha muito trabalho com o Guto, mas é assim mesmo, e eu amo todos os meus filhos, minha filha me deu dois netos maravilhosos um faz o terceiro ano de direito e o outro está pelejando porque quer ser médico e está em Belém estudando fazendo cursinho, ontem ele me telefonou, os dois me chamam de mãe, então ele me disse: - “mãe, eu estou virando louco” e eu disse: - “não meu filho, o que é isso, porque já isso aí? Não fale assim” e ele: - “não, é porque eu estou estudando muito” e eu digo “tá certo, você quer correr atrás de seus sonhos, então é isso mesmo, se Deus quiser quando você passar você vai chegar esse ano no curso de Medicina. Então estude e não diga que você está louco” eu brinquei com ele.

Na escola Guanabara foi excelente, com crianças novamente. Lá também nós tínhamos as séries que tomávamos conta, e como eu sempre gostei de séries mais adiantadas do segundo ano porque eu tinha que ter uma segunda série e o resto era terceira e quarta séries, e eu me identificava com essas turmas.

Um dia eu fiquei com uma segunda série que um dia fazendo uma reunião na Secretaria de Educação para os técnicos encontrei com uma supervisora do Pequeno Príncipe, que era bem ao lado, e tinha uma sala que dava certinho com a sala da supervisão do Pequeno Príncipe, e minha colega supervisora me chamou e disse: -

“Eurídice, você precisa dar mais um pouco de atenção para aquela turma de segundo ano que tem bem próximo da nossa sala lá da nossa escola” e eu disse: - “o quê que está acontecendo Clésia?” e ela disse: - “Eurídice, **tem uma professora que maltrata muito uma aluna negra**” e eu disse: - “não me diz, eu já sei quem é, é uma aluna que mora no nove” (Zona agrícola do estado) e ela - “pois presta atenção minha amiga, que você vai ver”. Eu só entrava no turno da tarde a partir das três horas para ficar até as seis, e nesse dia eu resolvi fazer a entrada das crianças, a Esmeralda me ligou dizendo que não poderia fazer a entrada e perguntou se dava para eu fazer a entrada das crianças, e eu disse que dava sim, e não falei nada a ela. Eu fui, fiz a entrada coloquei as crianças, as professoras com as suas turmas na sala, andei de sala em sala dando boa tarde, e voltei para minha sala agoniada, deixei passar um tempo que era o tempo que o professor entrava e agasalhava todas as crianças em suas carteiras, e fui e quando eu cheguei na sala dela realmente ela estava socando a criança na cadeira, eu fiquei estática: - “meu Deus” e quase tive um troço, e olha a minha grande falha, eu falhei e até hoje eu tenho arrependimento disso, aí eu falei: - “Oi professora boa tarde!” e me espantei e dobrei e não fiz nada, fui para a supervisão e chorei, e deixei passar. A Esmeralda chegou e eu participei a ela, aí mandamos chamá-la a sala da supervisão eu disse para ela – “Lucia é a esposa do professor Bento” e ele na época era professor de Desenho no colégio amapaense, famoso no colégio amapaense, contei a Esmeralda o que estava acontecendo e que a supervisora do Pequeno Príncipe tinha me contado, então ela mandou chamá-la e eu disse: - “Lucia, hoje você me decepcionou” porque eu tinha ela como uma excelente professora, porque era uma menina que conseguia fazer os alunos passar, todos lendo, escrevendo, fazendo as redações direitinho, e era uma professora que vivia assim, buscando. Eu gostava muito dela, então eu contei que tinha recebido uma queixa dela e fui confirmar, só que o meu espanto foi tamanho de tanta confiança que eu tinha nela, que eu não tive coragem de falar nada, e eu perguntei: - “porque que você fez isso? E ela: - “ah porque ela é uma menina que vem fedendo de urina” a menina tinha um problema de urina solta, e ela fazia xixi na calcinha e eu pedia sempre a mãe dela e a orientadora também para que ela mandasse sempre uma reserva de calcinha para ela, só que a pobreza era muita, ela era muito pobre, mas queria que a filha estudasse.

Eu fui, conversei com ela e ela discutiu muito comigo e disse que ela estava apenas mandando a menina sentar, porque ela só queria estar de pé, e eu disse: - “não, você estava socando esta criança na carteira dela, e isso você faz quase que diariamente”. Conclusão da história é que o marido dela preparou um baixo assinado e foi levar justamente na escola Pequeno Príncipe, mandar para que as professoras assinassem contra a minha pessoa, e ela disse: - “não, nós presenciamos isso aqui todo dia, e aqui ninguém vai assinar” ela foi com a diretora e pediu que a Esmeralda tomasse as providências, mas a Esmeralda não quis fazer nada, e eu disse: - “não, você vai fazer”, e ela permitiu que o marido da professora entrasse na escola para fazer as minhas colegas professoras assinassem contra mim. Eu peguei na mão dele e disse que ali ele não iria entrar, que eu não era diretora, era apenas uma supervisora, mas que ele não iria entrar para fazer um baixo assinado contra a minha pessoa, quando que a sua esposa não tem o direito de fazer isso porque ela foi errada e não pode fazer isso, e pode perder até o emprego dela, e falei a Esmeralda - “você vai consentir? Porque se você for consentir eu vou chamar o meu marido também para vim punir a meu favor, já que tu estais permitindo que ele faça isso que é marido dela. Porque que o meu não pode vim?” Aí foi que ela pediu para ele se retirar, e ele se retirou com o baixo assinado. No outro dia, nós recebemos uma equipe de técnicos da Secretaria de Educação, que vieram para junto com a gente estudar o problema dela. Ela pediu transferência e veio para escola Jesus de Nazaré, que parece que foi por aí que ela se aposentou. Esses foram os episódios mais tristes que eu tive na minha vida de educação, nesse caminhar de educadora.

Eu não sei até hoje se esta professora também dirigia um pouco de racismo comigo, porque eu sentia que ela não ia muito comigo. Mas eu sempre procurei tratá-la bem, elogiar o trabalho dela, mas depois que eu tomei a rédea do trabalho dentro do colégio Guanabara, foi que eu passei a observá-la mais de perto. No final de tudo isso a análise que fiz do trabalho dela foi que os alunos dela eram uns verdadeiros soldadinhos de chumbo, ela ordenava e eles tinham que ficar ali, ninguém levantava, eles tinham horror dela, e por incrível que pareça a maioria dos alunos dela eram negros!!, eu comecei a observar o comportamento desta professora e conversava com a Esmeralda que era muito amiga do marido dela - “Esmeralda, cuidado”, eram meus alertas. Eu tinha uma professora chamada Maria José Caxias, que era negra também e eu conversava muito com ela, era uma excelente professora, e ela me chamava: -

“professora vamos na minha sala, olha está acontecendo isso assim, me ajude!”. E eu: - “então, vamos lá” e eu conversava com os alunos dela, ajudava nas tarefas para organizar o planejamento dela e dizia vamos fazer isso que eu acho que vai dar certo vamos experimentar? E ela: - “vamos professora”, ela censurava muito o comportamento da professora Lúcia com seus alunos e ela dizia: - “eu não quero soldadinhos de chumbo na minha sala, eu quero alunos críticos que me cobrem e é por isso que eu vivo preocupada, me ajude!”. E eu ia e ajudava, às vezes eu ia no finalzinho da aula e autorizava a saída dos alunos um pouquinho mais cedo para resolvermos as questões pendentes da didática, e nós íamos pesquisar, organizar planejamento, e foi uma professora muito dinâmica. Esta professora super empenhada e boa profissional, morreu de uma forma muito triste, apareceu com um problema na perna e era um câncer, que levou ela rapidinho, eu sempre telefonava para ela e dava força e dizia: - “Maria José, eu quero te ver sempre sorrindo”, ela era uma professora muito alegre, **os alunos dela eram excelentes, eram crianças que viviam abraçando e elogiando a professora, ela era negra, e dizia: - “eu sou uma negra avançada”.**(grifos nossos).

No colégio Guanabara eu me aposentei, e nós estávamos naquelas festinhas que nós fazíamos no final do ano, em que o aluno saía da escola, nós íamos para uma sede para fazer a festa dos alunos do quarto ano, e eram lindas festas com poesias, com cânticos, com mesas de doces para a família, e eu lembro que fizemos uma festa aqui no Lions e quando a Secretária da escola chegou com o diário oficial lá de Brasília e disse: - “professora Eurídice, nós nos aposentamos” e eu chorei, chorei na festa de formatura das crianças da quarta série.

Todas as vezes eu dava entrada nos meus documentos aqui nesses blocos do governo que eram a Secretaria de Administração (SEAD) na época, e eu dizia: - “eu não quero ainda me aposentar” e conclusão, acabei me aposentando com 28 anos e 8 meses de trabalho docente.

Então lá estava o meu nome no diário oficial como aposentada, e eu disse: - “como é que eu vou ficar em casa?” o meu marido trabalhava na ICOMI e saía 5 horas da manhã, e só voltava 7 da noite, os meus filhos estudando, e eu – “ai meu Deus, vai ser difícil para mim” e logo depois o Melque (o marido) se aposentou uns meses antes que eu, então eu determinei – “não, agora eu vou me juntar com o meu marido”, cheguei e disse: - “Melque eu nem lhe conto! Eu já estou aposentada” emocionada e

chorei, ele também chorou nós dois abraçados aqui nesse pátio e ele disse: - “é velha fazer o quê”, mas eu não me conformei, vivia estudando, lendo e depois de três anos eu - “meu Deus eu estudei tanto para vim encostar a minha barriga em uma pia no resto da minha vida?” aí eu decidi: - “não vou, eu não quero” e disse: - “Melque eu vou fazer o concurso do estado” e ele disse: - “mas você quer voltar a trabalhar? E eu disse: - “eu quero, eu não vou ficar nessa” e eu lembro que nós já tínhamos um gado e nós fomos lá para a nossa pequena fazenda, passamos a época do carnaval lá e já estava ocorrendo as inscrições para o concurso, e quando eu cheguei na quarta-feira de Cinzas tomei um banho e fui no Azevedo Picanço, que era lá que se registrava as inscrições e tinha muita gente se inscrevendo, fui e fiz a inscrição, e quando cheguei disse para o meu marido - “eu estou inscrita” e ele disse: - “você vai voltar a trabalhar” e eu disse: - “eu não quero ficar Melque nessa, eu ainda tenho muita coisa para fazer ainda, meu marido eu não posso ficar” e ele - “tá bom, você quer, fazer o quê?” Eu fui fiz o concurso, minha mãe estava passando mal, e a Cooperação Nacional das Cooperativas Médicas (UNIMED) era aqui nessa rua passando o posto, e eu disse: - “meu Deus eu não estou tendo tempo de estudar” e quando foi um dia minha irmã ficou com ela, e eu vim aqui para casa, peguei o diário oficial, tirei as principais questões e coloquei na parede, escrevi no papel tudinho o que eu podia visualizar, e quando eu passasse eu lia, e foi assim que eu estudei para fazer o concurso.

Quando foi no dia do concurso eu fui fazer na escola Dom Aristides Piróvano, a inspetora que estava na minha sala ajudando como fiscal era a Rita Mascarenhas, que era a esposa de um primo meu que muito me incentivou a voltar a trabalhar, tinha também uma amiga minha que veio lá do Padre Simão Corridóri que sentou bem no meu lado e eu disse que minha mãe estava passando muito mal, e ela disse: - “vai dar tudo certo, vamos fazer”. Comecei a fazer a prova, eram questões daqui e dali, e eu achei as questões muito longas e eu com o pensamento na minha mãe, e eu disse: - “Elí, eu vou entregar a prova, não aguento mais, eu estou com muita dor de cabeça, e muito preocupada, mas eu acho que o que eu fiz vai dar para passar” e ela: - “tu tens certeza” e eu disse: - “tenho, só que agora tem uma questão aqui que eu acho que está havendo complicação, e essa questão ainda vai me ajudar muito mais se ela for cancelada”. Eu vim embora para casa, e quando foi no outro dia saiu a questão que eu tinha certeza que estava elaborada errada e havia sido anulada e considerada um ponto a mais para todos. No dia que saiu a relação lá no Centro de Convenções

eu cheguei lá e olhei a relação e lá eu estava, estampado o meu nome, vim chorando para casa, e o Melque – “o que foi que aconteceu? Você não passou? Nega você não vai morrer de fome” e eu disse: - “não, eu tô chorando de alegria, porque eu passei”.

Pronto, me apresentei na Secretaria de Educação para o novo contrato do Estado, me apresentei no setor de supervisão escolar que tinha como chefe na época a professora Dalva Figueiredo, que hoje é Deputada Federal e foi minha colega de faculdade, uma pessoa muito inteligente que na época de faculdade não colou grau com a nossa turma porque vinha de um casamento muito conturbado. Ela levava os filhos para a faculdade porque ela não tinha com quem deixar e terminou não colando grau junto com a gente, colou grau depois, e ela foi ser minha chefe, cheguei lá para pegar a minha carta de apresentação e ela disse: - “Eurídice, tu queres voltar para a escola?” e eu disse: - “não Dalva, eu queria viver um pouco essa Secretaria de Educação, eu queria ficar por aqui” e ela disse: - “então eu já sei para onde eu vou te mandar, vou te mandar para o”, Núcleo de Informação e Orientação Educacional (NIOE) é um setor onde analisa os colégios, é onde se faz orientação curricular nas escolas, é quem toma conta de todas as escolas, faz as vistorias. Aceite, quando eu cheguei neste setor, a primeira escola que me entregaram para analisar foi a Santa Bartolomea Capitânio que ainda não era registrada, eu fui analisar papéis velhos caindo aos pedaços nesse momento eu senti que este trabalho não era para mim! “Eu quero ir para a escola, quero trabalhar com professor e não com papel velho”. O governador na época era o João Alberto Capiberibe, que criou um órgão na da Secretaria de educação que se chamava Meio Ambiente, onde a Rivanda militante do movimento negro) foi chefe também, neste setor se trabalhava com saúde e meio ambiente, e fui convidada para ser supervisora dos agentes de saúde ambiental, e eu disse: - “ai que legal, porque eu vou trabalhar com orientação desse pessoal”, porque ninguém era formado para trabalhar com essas crianças a questão da saúde dentro da escola, e eu fui convidada pela chefe de lá que na época não era Rivanda. Então eu fui com a Dalva: - “Dalva, eu estou sendo convidada pra vim desenvolver esse e esse trabalho, poxa eu gostaria de ir para lá, porque eu não gostei muito do trabalho que me foi oferecido para ficar analisando essas escolas, é muito papel velho e muita coisa, eu não quero isso” e ela disse: - “então tá, fala com a tua chefe” que era a Edna e contei o meu descontentamento e que não queria ficar naquele trabalho, e que eu tinha sido convidada para orientar os agentes de saúde na questão de planejamento,

e ela disse que não tinha problema e preparou o documento que eu levei para a Dalva que foi e já me encaminhou para o outro setor. E lá eu fiquei, foi o tempo que a Rivanda entrou também na chefia, eu a conhecia mas não tinha tanta intimidade e foi uma pessoa que eu passei a amar como filha, eu achei impressionante quando ela disse: - “olha professora, a recomendação que eu tenho da minha mãe é a melhor possível, agora com aquela outra pessoa ali, essa não”. Nós ficamos muito amigas, ela me ajudou muito, depois de muito tempo que eu fiquei lá entrou o Clécio como chefe geral, como chefe a Antonia que hoje é a Secretária de Educação no lugar da Rivanda, que foi para outro setor, e foi mudando, mudando, até que entrou o governo Waldez Góes.

O Waldez (governador do estado) nós fomos muito amigos, e ele é compadre da minha filha, eles são padrinhos desse meu neto que está para Belém. E ele dizia sempre assim: - “minha comadre, no dia que eu for alguém nesse estado a minha comadre não vai ficar assim nessa situação” ela é concursada da prefeitura, quando ele assumiu a primeira coisa que ele fez foi, um dia em que o telefone tocou aqui e era a Marília - “tia eu quero os documentos, da minha comadre, que vocês vão ter um cargo”. E quando foi um dia a professora Madalena chegou e me telefonou chamando lá do setor onde eu trabalhava, ela era a segunda pessoa da professora Vitória que na época era Secretária de Educação já do governo Waldez, ela perguntou meus dados e eu perguntei: - “professora Madalena, me desculpe, mas pra quê é isso?” e ela: - “é que nós precisamos colocar no diário oficial, a senhora vai ter um cargo e sua filha Socorro também” quando veio no diário oficial eu tinha ido lá para o setor pedagógico, setor de supervisão e a Socorro tinha ido para o setor da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e ele dizia assim: - “tia, eu vou lhe dar um cargo para senhora ganhar muito dinheiro, porque a senhora esta precisando” e deu um cargo no EJA no qual ela ia viajar muito para ver a questão dos municípios, e foi quando ela despertou para estudar, porque ela não queria estudar de jeito nenhum, então ela fez o pedagógico em uma escola particular eu pagando para ela fazer, fez aí eu incentivei ela fazer um curso superior, e sentiu a necessidade quando ela era humilhada, discriminada porque era negra, filha de negros, e foi quando ela disse: - “mãe eu preciso fazer um curso superior” e eu disse: - “que bom que você acordou, eu estou pronta para ajudar, se for para estudar eu faço qualquer sacrifício por ti, tu queres estudar?” aí ela foi e fez o vestibular da Faculdade de Macapá (FAMA) e passou, eu fui com a Marília e disse que a Socorro não podia ficar no cargo, e ela – “porque tia?”

Ela vai ganhar muito dinheiro porque ela vai viajar muito” e eu disse: - “Marília a Socorro está estudando, a minha filha não pode deixar os estudos agora” aí ela disse: - “então fale com a professora Vitória” e eu fui contei a história e ela disse: - “eu vou colocar ela junto contigo, ela vai administrar um setor de alfabetização” e ela foi, eu dirigia o setor de planejamento analisando todos os projetos vindos da escola, eu e uma amiga minha supervisora que eu pedi, porque eu conhecia o trabalho dela, era uma pessoa super competente a Francisca, e eu disse para a minha chefe na época que queria a Francisca para trabalhar comigo, e a resposta foi positivamente. Foi um trabalho muito bom, onde eu aprendi com ela e ela comigo.

Eu trabalhei mais 14 anos e 8 meses no governo do estado, e quando completei 70 anos, fui convidada para me retirar, com muita pena porque eu achava que eu ainda tinha alguma coisa para dar, chegou o documento e a Rosete disse: - “olha, o que chegou para ti lá do secretário”, e eu li, estavam me convidando a me retirar, fui lá na Amapá Previdência (AMPREV). Eu fui aposentada compulsoriamente. Mas eu acho que eu ainda tinha pique, mas fazer o quê? É a lei né? E lei foi feita para se cumprir. E eu agora estou aqui em casa curtindo o meu maridinho. (risos).

Hoje eu vejo a educação, sinceramente, e você me desculpe eu não vou generalizar, mas existem muitos professores descompromissados, o senador Bala (Sebastião Bala, médico e senador da República) foi meu aluno, eu tenho muitos doutores, muita gente que passou por mim, e hoje eu vejo com muita tristeza professores descompromissados, eu nunca pisei numa sala de aula que não levasse o meu planejamento na mão, que eu não procurasse pesquisar, e hoje eu vejo professores que muitas vezes abrem o livro e dizem para os alunos: - “te vira” e eu não aceito isso. Eu não sei se sou como eles dizem, que o meu método é arcaico, eu não acho isso arcaico, eu vejo como falta de compromisso, porque poxa, se você tem na tua frente 28 a 30 alunos que estão procurando conhecimentos para crescer também como o professor que estar lá na frente cresceu, e se você não é uma boa professora e não têm um cabedal de conhecimentos, se não pesquisou e enriqueceu os teus conhecimentos para passar a eles, o quê você vai passar? Ele vai ficar no anonimato, ele será um péssimo profissional, e isso eu não quero. Eu digo para os meus netos, - “eu não quero maus profissionais, eu quero é profissional com conhecimento, com base para você discutir” e eu fico sempre perguntando ao Ronan (neto da entrevistada) quando vai começar o estágio, porque o estágio é necessário

é onde você vai complementar, porque o estágio não é tudo, é o teu dia a dia no teu trabalho que tu vais juntar com o que tu pegaste na faculdade, e tu vais crescer ainda estudando, você não pode deixar de estudar. O meu irmão que é médico vive dizendo: - “o que eu posso fazer se eu vivo de vez em quando viajando, para ir para a um congresso ou cursos, eu preciso crescer no conhecimento, eu não posso parar?” o médico é como professor, não pode parar de estudar.

Sabe eu me senti algumas vezes invisível entre meus colegas de trabalho por ser negra, principalmente depois de longos anos na carreira profissional. Ultimamente eu dizia assim? -“meu Deus, porque isso comigo?” inclusive com um colega negro. Eu tinha um colega lá na Secretaria de Educação que ele trabalhava essas questões do negro, o Paulo Axé, e eu disse: - “Paulo, eu queria desenvolver esse trabalho contigo” e ele me rejeitou, eu fui com a professora Orbélia que era minha chefe na época e disse: - “professora, porque o Paulo me rejeita? Eu tinha tanta vontade de desenvolver um trabalho sobre o negro”. Aí a professora Orbélia disse: - “olha, eu não sei essas questões políticas”, e eu entendi, porque eu nunca fui Capiberista e ele era muito, e eu fiquei pensando se era por causa disso, porque negro ele é e eu sou também e me orgulho da minha cor. Quando foi uma vez nós fomos desenvolver um trabalho em Santana, e ele consentiu que eu acompanhasse, eu e a Socorro que também é negra, e quando nós chegamos lá foi um trabalho muito bom, ele veio depois veio: - “poxa professora que trabalho legal” e a parti dali ele abriu a guarda e sempre vinha e me convidava. Mas eu senti nessa minha colega de faculdade uma rejeição por isso, ela era bem clara de olhos claros, e ela me rejeitava muito, mas com o poder que eu tinha por trás ela não conseguia me dominar, com medo do meu poder, tu já entendeste né? Eu comecei a desenvolver o meu trabalho e eu sempre ia com ela, mostrava a ela o meu trabalho, “eu vou fazer isso. Eu e a Francisca estamos preparando um projeto que nós queremos um curso de projetos, nós estamos precisando. Você pediu que a gente fizesse, e estar aqui o nosso projeto e você têm toda a liberdade de dizer o que está bom e o que não está” eu dava bem assim, mas eu sentia que no fundo era a minha cor.

Muito feliz com minha carreira de professora, educadora, supervisora educacional. Foi muito, muito, muito boa. E eu digo: - “meu Deus, eu não quero nunca mais dizer que não queria ser professora”. Eu digo para minha filha que eu não queria que ela fosse professora, mas ama a profissão dela e ela pergunta o porquê, e eu digo

que é porque a nossa classe é desunida, é uma confusão, mas eu disse: -“mas tu queres?” e ela: - “quero” e eu disse: - “então tá, tá bom minha filha”, e assim foi que eu terminei a minha carreira muito feliz. Eu sinto muita saudade, do Estado, eu estou aposentada a quatro anos. A Francisca me telefona sempre, éramos só nós duas no nosso setor: - “minha mãezinha eu estou com muita saudades, a senhora me abandonou” e eu digo: - “quem me abandonou foi você sua ingrata”, eu digo a ela e ela sempre diz: - “vem passear aqui com a gente”. Eu sinto muita falta e às vezes pego os meus livros aqui na minha estante, e disse um dia desses a minha filha Socorro que nós não iríamos assinar a revista Escola porque ela não lê e quem acaba lendo é eu, e eu nem preciso mais, mas eu sempre oriento ela, eu leio e digo: - “olha Socorro, aqui tem um negócio legal para a tua turminha”, que é turma de pré escolar, ela inclusive vai operar a vista e vai sair, mas já vai deixa tudo preparadinho para a professora que vai ficar. Ela conversou com os alunos dela, contou a história dela, que ela tem a necessidade de operar porque não está bem da vista, mas que ela vai passar só uma semana e é para eles obedecerem a tia, e eles disseram: - “mas é a sua mãe que vem?” Porque a Socorro sempre diz: - “olha! Eu vou chamar a minha mãe para vim para cá” e ela têm uma aluna que só vive aqui, e quando a mãe viaja ela deixa aqui para ficar com ela, e ela diz: - “a vovó é brava, mas ela é legal”.

A minha velhice está sendo excelente, para mim está sendo muito boa. Porque eu tenho o meu marido que é meu amante, marido, é meu pai, é meu irmão, é pai dos meus filhos, é tudo que Deus me deu de bom. A gente tem uns problemas de saúde, eu cuido dele e ele cuida de mim, nós nos cuidamos e nós nos amamos muito. Nós estamos com cinquenta anos de casados, completamos em 28 de maio cinquenta e três anos de casados, nós fizemos uma festa nas nossas bodas de ouro de cinquenta anos, convidamos todos os nossos amigos, a nossa família, e foi uma festa linda que eu não esqueço nunca, e que era um desejo muito grande que Deus me permitisse que eu fizesse essa festa, e eu fiz, e estamos aqui até hoje. Eu sou nervosa e sou uma pessoa que me preocupo muito, e ele já é mais calmo, e dá jeito para tudo, é assim: - “nega tenha calma, não é assim, a gente está atravessando por essa fase, mas vai melhorar, tenha fé em Deus”, mas tinha que ser assim. Nós somos evangélicos e a gente tem muita fé, eu tenho muita fé, hoje eu conversando com o meu irmão e eu disse: - “mano, nós estamos passando por uma fase financeira difícil” porque nós perdemos mil e quinhentos reais no meu salário, porque eu tinha um

cargo, tinha um emprego do estado e tinha mais o bendito plano Collor, e isso tudo nós perdemos. E então a gente está assim. Mas não faltou comida, não faltou amor e não faltou compreensão, e a gente vai daqui apertada dali, e vai embora. Eu estou com 73 anos, meu marido 74, e estamos aqui esperando a vontade de Deus, com muita alegria. Eu digo para o meu marido “umbora meu marido, hoje nós vamos para a rua” e a gente sai. Hoje eu me aprontei cedo ele disse: - “você ainda não tá se aprontando?” e eu - “não, mas eu já vou me aprontar”, fui para o banheiro depois perguntei: - “onde nós vamos primeiro?” - “vamos lá no Paulo Seégio”, fomos levar os meus exames e depois fui visitar uma amiga que seis e meia me telefonou que o padrasto estava mal, e então nós fomos fazer uma visita para ela, ela ainda trabalha na Secretaria de Educação, ela é a minha amiga supervisora que anos e anos eu carrego desde a faculdade, nas escolas, e a gente sempre juntas, ela não me deixa, agora que o filho se mudou para cá porque passou no concurso do Estado e foi obrigada a alugar um cantinho para ela para morar com o filho, ela antes morava com a mãe e quando morava lá ela passava de semanas aqui comigo, dormia, comia, ia para a Secretaria de Educação trabalhar, e hoje seis e meia da manhã ela me liga chorando que o padrasto dela está muito mal no CTI, e eu disse: - “Débora, vocês são evangélicos. Tu não tem um Deus no coração?” E eu fui aconselhar ela, mas quando eu sai do consultório ela já tinha ido trabalhar, deixou a mãezinha sozinha e foi trabalhar.

Sou uma mulher muito feliz, graças a Deus. A minha mãe dizia assim: - “Eurídice tu és demais” e eu: - “demais porque mãe?” - “tu és feliz filha!!”. E eu sou muito feliz, eu queria ter tido mais filhos. A gente tem as briguinhas da gente, mas o amor esta lá em cima em primeiro lugar, porque a bíblia diz que o amor é tudo, não adianta você dar e encher o teu irmão de comidas e bebidas, e lá dentro esta dizendo que - “estou dando porque tá com fome”, você precisa ter amor, você precisa fazer isso com amor, e eu sempre faço tudo na minha vida com amor.

## Considerações Finais

Ao revés do primeiro momento que o título possa sugerir, este trabalho teve como objetivo re-significar a trajetória de vida de seis professores negros do ensino Fundamental e médio, nos anos de 1970 a 1988. Professores estes que nasceram, foram alfabetizados, formaram no magistério e tornaram-se professores no ex-Território Federal do Amapá, atual estado do Amapá.

Ao (re)construir as histórias destes profissionais, encontramos significados que muitas vezes são ignorados pelos que estão de fora do processo de suas histórias de vida, tendo em vista a singularidade e as experiências vivenciadas por eles. Nesse contexto primamos em demonstrar os usos políticos da história enquanto produção e circulação de bens simbólicos, parâmetros que norteiam a análise das representações postas em circulação sobre a história da educação do negro brasileiro.

Tem sido de grande importância a preocupação dos pesquisadores que se dedicam à pesquisa sobre a questão das relações raciais no Brasil. Tais pesquisas vêm contribuindo para que melhor se possa compreender os mecanismos sociais e culturais, que vão formando uma cadeia de relações, cujos resultados demonstram aspectos desiguais da sociedade brasileira, principalmente com a população negra. Ao longo da pesquisa, buscamos mostrar que mesmo diante de tanta desigualdade econômica, política e social para com a população negra, durante o século XX, década de 70, ocorreram conquistas no Território Federal do Amapá, por meio da educação, embora a ascensão conquistada se revele imbuída de racismo. Retomando Müller (2006, p. 161):

Infelizmente ainda são poucos os estudos que procuram recuperar historicamente as trajetórias e as ideias de professores brasileiros negros. Contudo, este é um campo de pesquisa que apresenta múltiplas possibilidades apesar das dificuldades metodológicas e da dificuldade na obtenção de fontes documentais.

Consideramos que o historiador, sob o ponto de partida do seu trabalho, quando toma o documento, a fonte, o faz conforme uma determinada concepção de História, seja em sua dimensão epistemológica, seja em sua dimensão realística, parte de uma determinada concepção de objeto, método e valor histórico. É com base nessas premissas que a amplitude e a noção de documento ganham cristalinidade e

identidade, bem como a própria historiografia fornece o respaldo sob o qual a noção de documento se apresenta, ou de outro modo, se transforma a concepção de História e sua própria produção, alterando a concepção de documento como comprovação do fato histórico.

Assim, podemos afirmar que se torna possível compreender que há um caráter histórico nas próprias narrativas históricas. O estudo das relações que se estabelecem em um determinado tempo são temas que originarão narrativas históricas e possibilitam que se identifique o lugar que o historiador ocupa na sua função de fazer História, produzir fontes e levantar problematizações. Connely e Clandini (2011, p. 48) afirmam que:

Devemos dizer que se entendemos o mundo de forma narrativa. Para nós, a vida – como ela é para nós e para os outros – é preenchida de fragmentos narrativos, decretados em momentos históricos de tempo e de espaço, e refletidos e entendidos em termos de unidades narrativas e descontinuidades.

Considerando que as fontes históricas, a exemplo dos documentos submetidos a análises, são de extrema importância no processo de construção de uma narrativa histórica, a conservação das fontes ao longo do tempo, por um determinado grupo, pode dizer mais sobre sua participação nas narrativas históricas de um povo, do que de outros sobre quais as fontes não foram conservadas, organizadas e consultadas. Esse pode ser um dos aspectos que fazem pensar que alguns povos sejam mais sujeitos históricos que outros. Segundo Meihy (1996, p. 25):

Até pouco tempo, não existiam muitos registros sobre o papel dos negros na sociedade. Passada a fase da escravidão, nota-se um silêncio no registro deles, que passavam a ser excluídos de processos de reconhecimento histórico. Em casos como esse, o recurso da História Oral é essencial para recompor aspectos do quadro social. Na mesma medida serve para avaliar o caráter da historiografia que se absteve de tais registros

Diante da problemática quanto a fontes documentais, é conveniente questionar: como ter acesso aos sujeitos sociais em uma pesquisa historiográfica e educacional? Utilizamos a História Oral, como método de pesquisa historiográfica, estabelecemos as possíveis contribuições para a pesquisa em História da Educação, que permite compreender vivências, experiências e a significação das posições dos agentes sociais da educação, por meio da narrativa dos entrevistados.

Sendo assim, nas narrativas de suas experiências, as pessoas comuns podem fornecer bases necessárias para uma elaboração historiográfica. Para Connelly e Clandini (2011, p. 48):

Narrativa é o melhor modo de representar e entender a experiência. Experiência é o que estudamos, e estudamos a experiência de forma narrativa porque o pensamento narrativo é uma forma-chave e um modo-chave de escrever e pensar sobre ela. Cabe dizer que o método narrativo é uma parte ou aspecto do fenômeno narrativo. Assim, dizemos que o método narrativo é o fenômeno e também o método das ciências sociais.

Nessa perspectiva, o encanto da voz que rompe o silêncio... o fascínio da narrativa, a poética da oralidade das experiências vivenciadas, faz com que os sujeitos sociais comuns contemplem sua própria história como participante do contexto estudado. A memória é o grande material da vida, tem força, poder. As histórias de vida têm contorno, tempo, valor e consistência. São elementos de subjetividade, que possuem uma objetividade. Entretanto, um pesquisador ao trabalhar com memória, deve evidenciar a posição em que se encontra, quando observa os fenômenos, bem como os conceitos que utiliza. Goldmann (1984, p. 15) evidencia que:

Uma das mais importantes tarefas de qualquer investigador sério nos parece consistir no esforço para conhecer e tornar conhecidas pelos outros as suas valorizações, indicando-as explicitamente, esforço que o ajudará a alcançar o máximo de objetividade subjetivamente acessível no momento em que escreve e, sobretudo, que facilitará a outros investigadores trabalhando numa perspectiva mais avançada e que permite uma melhor compreensão da realidade, a utilização e a ultrapassagem dos seus próprios trabalhos.

É preciso dizer que, não apenas as representações, mas também as ações sociais são textos passíveis de serem culturalmente interpretados. A técnica conhecida como descrição densa permite o enfrentamento de um problema central da pesquisa histórica: o da capacidade do pesquisador em compreender o comportamento, opções e atitudes de pessoas culturalmente diferentes de si próprias, sem cair no anacronismo (GEERTZ, 2008).

Nessa perspectiva, a pesquisa apresentou como fundamentação metodológica a História Oral, que registra a experiência vivida por um ou vários indivíduos de uma mesma coletividade. Thompson (1992) destaca como mérito principal o fato de possibilitar recriar uma multiplicidade original de pontos de vista, considerando que a

realidade é complexa e multifacetada e, ainda, que por meio dessa metodologia temos acesso às vozes dos agentes pesquisados. A História Oral tem possibilitado o registro de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes.

Percebemos que a História Oral possibilita uma interlocução com o passado e o presente, tendo como contexto o cotidiano que o indivíduo vivenciou, na condição de sujeito participativo, e muito dessas vivências, por mais simples que sejam, estão intimamente relacionadas com a História, e com o papel social do sujeito pesquisado.

O estudo visa refletir sobre a história da participação de professores negros na educação, seus caminhos trilhados no ofício de professor, suas percepções sobre o racismo na sociedade amapaense, suas conquistas, suas experiências, que de certa forma ficaram “esquecidos” pelo tempo, mesmo com a importância que tiveram na construção da formação educacional de muitos macapaenses. Estas pessoas foram pioneiras da história da educação do Amapá. Neste sentido, emergem as *esferas ocultas*, a segunda potencialidade em História Oral concebida por Thompson (2002, p. 17), considerada como:

[...] aspectos da vida da maioria das pessoas que raramente são bem representados nos arquivos históricos. Talvez a esfera mais importante de todas as relações familiares, incluindo as diferentes experiências da infância em todos os estratos sociais, dos privilegiados com serviços domésticos até crianças de rua das cidades. Mas há também um descuido por parte dos historiadores orais e também pelos outros – da experiência do envelhecimento. A velhice é uma experiência surpreendentemente ocultada.

Cabe enfatizar que como pesquisadores sempre lançamos um “suave olhar” para a condição da velhice na sociedade, na qual o idoso vivencia mecanismos sociais peculiares, como a discriminação, pelo fato de as pessoas velhas não possuírem mais a força física, a beleza, a agilidade da juventude. Não percebemos a velhice como uma fase da vida desvalorizada, mas como fonte instigante de um passado vivido. À medida que as lembranças dos entrevistados neste estudo foram sendo narradas, percebemos que suas memórias os levavam não a um passado, mas a muitas vidas vividas. Marilena Chauí (1995, p. 21) muito contribui ao debate, afirmando que:

A lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão, ela seria uma fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja um repetição do estado antigo, mas uma reaparição. [...] O vínculo com a outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita

coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância.

Vale ressaltar que todos os entrevistados são idosos, com idade entre 68 e 79 anos, dos quais analisamos suas histórias de vida, suas experiências como docentes e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivas e sociais. Tratou-se especificamente de professores negros e suas trajetórias na docência, diante da peculiar história do negro no Brasil. Para tanto, elegemos professores que atuaram no município de Macapá, em diversas escolas consideradas como “tradicionais” de 1º e 2º Graus, hoje Ensinos Fundamental e Médio, no período de 1970 a 1988.

Ao longo das narrativas sobre o trabalho docente, percebemos não só a força dos relatos dos sujeitos acerca de sua infância e percalços vivenciados com o racismo, como também uma alteridade por ter vivido tantas histórias, alcançado ascensão social e reconhecimento, pelo seu ofício de professor e integrados na dimensão da experiência, vivenciando outra fase da vida, um novo tempo, outra idade, outro corpo, novo andar, outro sentido de viver. Em todos os encontros com estes senhores e senhoras percebíamos a força da análise de Deleuze e Guattari (1997, p. 70), em sua reflexão:

Saber envelhecer não é permanecer jovem, é extrair de sua idade as partículas, as velocidades e lentidões, os fluxos que constituem a juventude desta idade. Saber amar não é permanecer homem ou mulher, é extrair de seu sexo as partículas, as velocidades e lentidões, os fluxos, os n sexos que constituem a moça dessa sexualidade.

A pesquisa registrou por meio da oralidade, a historicidade do cotidiano desses professores e os mecanismos que possibilitaram a sua ascensão social como profissional da educação. Esse registro é possibilitado, segundo Thompson (1992, p. 41), porque a História Oral:

Trata de vidas individuais e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muita mais exigente e restritiva [...] A história é registrada em palavras faladas, por isso o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincráticas, mas por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história.

Por meio das histórias de vida individuais, buscamos alcançar o coletivo, do qual os sujeitos pesquisados fizeram parte. Conforme Bosi (1995), as memórias lembradas trazem tanto a marca da história pessoal de cada entrevistado, como também do contexto social no qual estão inseridos. Percebemos que a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, presente a questão da memória individual e da memória coletiva. A propósito desta questão, Fonseca (1997, p. 39):

As narrativas orais não são apenas fontes de informações para o esclarecimento de problemas do passado, ou um recurso para preencher lacunas da documentação escrita. Aqui, ganham relevância as vivências e as representações individuais. As experiências dos homens, constitutivas de suas trajetórias, são rememoradas, reconstruídas e registradas a partir do encontro de dois sujeitos: narrador e pesquisador. A História Oral de vida constitui uma possibilidade de transmissão da experiência via narrativas.

Memória é um processo que ultrapassa uma simples lembrança, mantendo atavicamente o vínculo entre o ser e seu contexto, entre o que ele é e o que faz, entre a existência e a História, entre a vivência e a atualização da vida. A memória não tem motivos, tem vínculos, tem antecedentes. O motivo da memória é o tempo. A importância da memória é a de re-criação da vida. Com a memória se revisita um lugar, um evento, momentos que marcaram significativamente uma história. Valemos aqui das considerações de Halbwachs (1990, p. 143):

[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado se ele não se conservasse, com efeito, no material que nos cerca.

Percebemos que nesta época em que estamos vivendo, considerada de pós-modernidade, tanto se tem falado de democracia, de igualdade, educação e saúde para todos, políticas de resgate de cidadania, muitos discursos, muitos projetos de inclusão e a marca da exclusão da população negra brasileira perdura sob vários aspectos. E uma pergunta ainda paira na cabeça de muitos brasileiros: o que é ser negro no Brasil hoje? Infelizmente ser negro neste país é de certa forma, carregar a imagem da marca indelével da desigualdade que foi construída sob a égide de princípios ideológicos ao longo da história do Brasil. A grande problemática está na forma como foi estabelecida a imagem do negro brasileiro: raça inferior, lascivo, ruim,

sem inteligência Zélia Amador de Deus afirma: “A marca desta história está em seus corpos, os acompanham em qualquer lugar que vão. Mesmo que eles queiram esquecer, não lhe é permitido. Haverá sempre alguém disposto a mostrar-lhe, sem a menor cerimônia – é um negro!” (2005, p.25).

O argumento é traçado na perspectiva ideológica, perpassando pela tríade, raça, cor, classe. Assim, é socialmente reproduzido e sempre atualizado. Pessoas negras e mestiças são vistas, percebidas, categorizadas como inferiores, destinadas a exclusão e a segregação na estrutura social. A partir do momento em que a sociedade civil legitima tais diferenças e representações, o discurso adquire o teor de verdade, os modelos são introjetados e a imagem do negro oprimido perpetua-se sob uma ótica conservadora e desigual. (MACIEL, 2001, p. 5)

Racismo não se analisa apenas por suas intenções explícitas, racismo pode e deve ser analisado também por suas consequências. Para Munanga (2005, p. 18), “o preconceito é produto das culturas humanas, que, em algumas sociedades, transformou-se como arma ideológica, para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros.” A discriminação racial é uma constante na vida de pessoas negras, e a vivência de práticas discriminatórias na infância deixam marcas para a vida toda. A criança negra sempre sofreu “direta e cotidianamente, maus-tratos, agressões e injustiças, que afetam a sua infância” (CAVALLEIRO, 2003, p. 98) e o racismo escolar, além de causar impacto, dificilmente é esquecido por quem é vítima desse violento ato, principalmente no ambiente da Escola, que é um lugar onde ocorre intensa socialização das pessoas; as experiências vividas nesse ambiente marcam profundamente as crianças, sejam positivas ou negativas; o racismo nesse momento da vida é profundamente sentido e permanece muitos anos, conclui a autora.

Dessa forma, a pesquisa revela que, ao longo da história, e não somente após séculos de luta, o negro conseguiu ser inserido no meio social, conseguindo sua ascensão e mobilidade social, muitos foram os negros que mesmo diante das grandes dificuldades apresentadas nos primeiros anos pós- abolição tornaram-se professores, “a sociedade produziu letrados negros dedicados ao ensino e ao magistério” (MÜLLER, 2006, p.162), alfabetizando e atuando com muita competência a profissão, mesmo diante de tantos percalços para a sua formação escolar e enfrentando cotidianamente o preconceito racial, consideramos que ascender socialmente depende da educação em todos os setores profissionais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, de Pinheiro Inaldete. Construindo a auto-estima da criança negra. In: Superando o racismo na escola. Kabengele Munanga (org.) Brasília, SECAD, 2005.

ARAÚJO, Correia Clébio. Identidade e cidadania: a dinâmica do estar dentro e fora ao mesmo tempo. In: CAVALCANTI, Bruno, SUASSUNA, Clara, BARROS, Raquel (orgs.). **Kulé-Kulé: visibilidades negras**. Maceió: EDUFAL, 2006.

AZEVEDO, Celia. Maria. Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites – séc. XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Imagens da África e da Revolução do Haiti no Abolicionismo dos Estados Unidos do Brasil. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, n. 117, p. 7-146, 1996.

ANDREWS, Reid George. **Negros e Brancos em São Paulo 1988-1988**. Tradução: Magda Ligia Coelho Prado. Bauru: EDUSC, 1998.

BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira**. São Paulo: Quilombo Hoje, 1998.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX. In: (org.): ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: SECAD, 2005.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República de 1961 a 1967**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, Arte e Política**. Obras escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 197-221.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAAR, E. H. **O que é história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003.

CANTO, Fernando Pimentel. **A água benta e o diabo**. Macapá: Fundação de Cultura do Estado do Amapá- FUNDECAP, 1998.

CARNEIRO, Suely. Gênero e Raça. In: Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed:34. 2002.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História** (volume I). Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. Da abolição a senzala. São Paulo: Moderna, 1999.

CHOR MAIO, Marcos. **O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO**. História, Ciências e Saúde, v. 2. Jul/Ago. 1998, p. 375-413.

----- O Projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. Revista brasileira de Ciências Sociais. V.14. n 41. São Paulo. Oct, 1999.

CISNERO, Isidro. **Nuevas formas de intolerância cultural**. Caracas, II Reunión de Calcso, Nov. 2000. Mimeo.

CONNELLY, F. Michel; CLANDININ, D. Jean. **Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Uberlândia/MG: Edefu, 2011.

CORTELLA, Mário. O negro é invisível. Revista Isto É. 05 de Março de 2003.

CUNHA, Júnior Henrique. As estratégias de combate ao racismo, movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: USP, 1996.

DEUS, Zélia Amador de. **Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade**. 2008. 295 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Lembranças de uma molécula. Tradução de Suely Rolnik. In: **Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: 34, 1997. 63-81.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Racismo Cordial**. São Paulo, 25 de Junho de 1995. Caderno Especial.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: História oral de vida.** Campinas: Papyrus. 1997.

FRY, Peter. O que a cinderela negra tem a dizer sobre a política racial no Brasil. **Revista USP.** Nº 28, (dez/jan/fev) 1995-1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 13 ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e Filosofia Política.** Lisboa: Presença, 1984.

GOMES, Nilma. Lino. **A mulher negra que vi de perto.** Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Vértice, 1999.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação e Fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944 -1956).** Belém: Ed. Paka-Tatu, 2009.

MACIEL, Alexsara de Souza. **“Conversa amarra preto”:** a trajetória da União dos Negros do Amapá: 1986-2000. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Campinas: Unicamp, 2001.

MENDONÇA, Joceli Maria Nunes. os caminhos **Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e da abolição no Brasil.** Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de História Oral.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral – como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2010.

MORAIS, Paulo Dias. **Governadores do Amapá.** Macapá: JM, 2005.

MORAIS, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivoneide Santos. **Amapá: de capitania a território.** Macapá, 1999.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Pretidão de Amor. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). **Cor e Magistério.** Rio de Janeiro: EDUFF, 2006.

\_\_\_\_\_. **A cor da escola.** Imagens da Primeira República. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

MUNANGA, Kabengele (org). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: USP, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Larkin Elisa. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTNEY, Lynn (orgs). **Tirando a máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

OLIVEIRA, Iolanda. Espaço docente, representações e trajetórias. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: Quartel; Niterói: EDUFF, 2006, p. 93-150.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. Queiroz, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização de adultos negros no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, Jeruse. (org). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: SECAD, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Palestra proferida no VII Congresso de Sociologia. Rio de Janeiro, 1995. Mimeo.

SANTOS, Dorival. **O regime ditatorial no Amapá**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social. Campinas, 2001.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. Da autonomia territorial ao fim do Janarismo, 1943-1970. Macapá: O Dia, 1998.

SANTOS, Hélio. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTNEY, Lynn (orgs). **Tirando a máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos Humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Câmara, 2013.

SANTOS, Tereza. **Trajetórias de professores negros: a voz e a vida dos que trilharam**. (Coleção Educação e Relações Raciais, 2) Cuiabá: Ed :UFMT, 2007.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, Antônio Carlos Arruda da. Questões legais e racismo na história do Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: USP, Estação Ciência, 1996.

SKIDMORE, E. Thomas. **Preto no Branco**: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Neusa. Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Grall, 1982.

THOMSON, Alistar, FRISCH, Michel, HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, de Moraes Marieta, AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. 8ª Ed, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n. 5, Junho de 2002, p. 9-29.